



**UM POLÍTICO DE FARDA: CAXIAS E A IMPOSIÇÃO DO PROJETO DE
ESTADO SAQUAREMA NO CONE SUL**

Mateus Fernandez Xavier

**Brasília
Novembro 2018**

Universidade de Brasília-UnB
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**UM POLÍTICO DE FARDA: CAXIAS E A IMPOSIÇÃO DO PROJETO DE
ESTADO SAQUAREMA NO CONE SUL**

Tese apresentada ao programa de pós-graduação
em Relações Internacionais como requisito
parcial para obtenção do título de doutor em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa

MATEUS FERNANDEZ XAVIER

Novembro de 2018.

TERMO DE APROVAÇÃO

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Relações Internacionais
Programa de pós-graduação em Relações Internacionais

**UM POLÍTICO DE FARDA: CAXIAS E A IMPOSIÇÃO DO PROJETO DE
ESTADO SAQUAREMA NO CONE SUL**

MATEUS FERNANDEZ XAVIER

Banca examinadora:

Prof. Dr. Antônio Carlos Lessa (orientador)
Instituto de Relações Internacionais – UnB

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudos Sociais e Políticos
IESP-UERJ

Prof. Dr. Francisco Monteoliva Doratioto
Departamento de História – UnB

Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão
Instituto de Relações Internacionais – UnB

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes
Dept. de Relações Internacionais - UFPB
(suplente)

Brasília, 1º de novembro de 2018

(...) Aqui não há “bandidos” ou “mocinhos”, como quer o revisionismo infantil, mas sim interesses.

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto¹

(...) bastam-me as deputações do Rio de Janeiro e de São Paulo para, com a minha grande nuvem de Minas Gerais, governar forte e desassombradamente todo o Império.

Honório Hermeto Carneiro Leão – Marquês do Paraná²

(...) Para tornar a lição bem frisante, quando a hydra castelhana levantou essa terceira ou quarta cabeça chamada López, foi como paladino do tal equilíbrio sul-americano que o presidente do Paraguay se lançou a tomar-nos conta das represálias contra o Estado Oriental.

Havemos de decepar mais esta cabeça como foram decepadas as outras chamadas Artigas, Rivera e Rosas; (...)

José de Alencar³

Yo también fui maestro.... maestro de obras.

Ramón Valdés de Castillo no papel de Don Ramón

¹ DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93.

² *apud* HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 51.

³ ALENCAR, José. *O Marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867. p.14.

A minha mãe, Maria Dolores Fernandez, à minha avó, Gelcira Santana, ao meu avô, José Antelo Fernandez, à minha esposa, Lívia Carvalho Bergamaschine e aos meus tios Eduardo Antelo Fernandez e Francisco Antelo Fernandez dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

O interesse em compreender a atuação do Exército na história do Brasil e, mais especificamente, na política externa brasileira iniciou-se durante o período em que cursei as graduações em Relações Internacionais, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), entre 2000 e 2004, e em Ciências Sociais, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 2002 e 2006. Nesse período, servi ao Exército brasileiro durante um ano, no Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva de Belo Horizonte (CPOR-BH), tendo assumido o posto de Aspirante a Oficial da Arma de Infantaria, ao final de 2001. No ano seguinte, realizei ainda o Estágio Inicial no 10º Batalhão de Infantaria, em Juiz de Fora, quando tive oportunidade de atuar em meio à tropa e de comandar um pelotão de infantaria.

Interessado em compreender a atuação do Exército brasileiro enquanto ator social relevante na história do país, iniciei, em 2009, pesquisa a respeito das influências da Coluna Prestes sobre a política externa brasileira, no âmbito do curso de mestrado da Universidade de Brasília (UnB). Durante esse período, fui aprovado no concurso de admissão à carreira de Diplomata, sendo matriculado no Instituto Rio Branco (IRBr) em 2010. À época, o IRBr ainda oferecia o Mestrado em Diplomacia aos Secretários recém-ingressos e, por essa razão, decidi propor pesquisa sobre a Revolta da Armada, a Revolta Federalista e seus impactos sobre as relações entre Brasil, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Portugal. Em 2011, concluí ambas as pesquisas e obtive o grau de mestre pela UnB e pelo IRBr. Dando continuidade às pesquisas relacionadas a essa temática, cheguei à figura do patrono do Exército, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Em 2013, ao visitar o Arquivo Histórico do Itamaraty, constatei a existência de quantidade razoável de correspondência a respeito do contexto platino entre 1850 e 1880. Na ocasião, apurei ainda haver bom número de cartas escritas por Caxias e para Caxias, em caráter particular e em caráter oficial. A redação da tese ora apresentada começou logo após a leitura do material recolhido no Rio de Janeiro e de seu cotejamento com a vasta historiografia existente sobre Luiz Alves de Lima e Silva.

Ao longo de quatro anos, muitos me ajudaram na consecução deste trabalho. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus: “Bendize a Deus em todo o tempo, e pede-lhe que dirija os teus passos, de modo que os teus planos estejam sempre de acordo com a sua vontade.” (Tobias, 4:20).

Agradeço a meu orientador, Antônio Carlos Moraes Lessa, pela confiança depositada no projeto apresentado e pela pronta ajuda sempre disponibilizada. Os conselhos, as orientações, as observações quanto à forma e ao conteúdo da tese foram essenciais para a estruturação e o desenvolvimento desse trabalho. Ao final de 2018, completar-se-ão nove anos de convívio e de companheirismo, que muito contribuíram para meu crescimento intelectual. Não tenho palavras para retribuir sua amizade e o seu profissionalismo.

À minha família sou grato pela confiança e pelo suporte concedidos em todos os momentos. A minha mãe, agradeço pelo exemplo de vida, por seu caráter e pelos valores que me passou. A Aldayr, por tudo o que fez pela minha formação. A meu avô, pela presença e pelos incentivos ao estudo, dados desde os meus primeiros anos. A minha avó, agradeço por ter-me buscado no colégio, durante minha infância, e por ter-me ensinado as primeiras letras. A Lívia Bergamaschine, pela paciência, pelo companheirismo e pelo apoio dado para superar momentos difíceis. Aos meus tios Eduardo, Carmen e Francisco, agradeço pelo exemplo, pela amizade e por tudo que fizeram pela minha formação.

Aos amigos de Relações Internacionais, de Ciências Sociais, do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva de Belo Horizonte, da Agência Nacional de Telecomunicações e do Ministério das Relações Exteriores agradeço pelo companheirismo e pelos momentos juntos. A meus superiores na ANATEL, Walter Calil Jabur, Affonso Feijó e Adeílson Nascimento, sou grato pelo incentivo dado aos estudos para o mestrado na UnB. À Ministra Paula Alves de Souza, sou obrigado pela flexibilidade dispensada, que possibilitou conciliar minhas necessidades acadêmicas e meus deveres institucionais no Ministério. Ao Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, sou muito agradecido pelas conversas e pelas orientações a respeito de meu tema de pesquisa, as quais contribuíram para enriquecer o presente trabalho. Ao Ministro Adriano Silva Pucci, sou grato pela amizade e pelo companheirismo.

Agradeço aos professores Juliana Campos de Andrade, Henrique Menezes, João Daniel Almeida e Günther Richter Mros pela ajuda fornecida à pesquisa. Sou obrigado ainda à Deborah Costa, pela coleta e pela transcrição dos arquivos disponíveis no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Ao professor Francisco Monteoliva Doratioto, sou grato pelas indicações de material de pesquisa disponíveis na internet e pelas orientações dadas durante meu período no Instituto Rio Branco. Aos professores Virgílio Arraes e Thiago Gehre Galvão agradeço pela atenção dispensada à qualificação

de meu projeto de pesquisa e pelas observações levantadas em relação à estrutura e aos objetivos iniciais da tese.

Aos colegas do Programa de Doutorado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, aos amigos Luciano Muñoz, Mariana Yokoya Simoni, Luiz Gustavo Aversa Franco e Aline Chianca Dantas, companheiros de trajetória, e aos funcionários do Instituto de Relações Internacionais da UnB, Vanessa Bottazzini e Caroline Moraes, meus sinceros agradecimentos.

Por fim, minha gratidão a todos os membros da banca, professores Antônio Carlos Lessa, Christian Edward Cyril Lynch, Francisco Monteoliva Doratioto, Thiago Gehre Galvão e Henrique Zeferino de Menezes, por disponibilizarem seu tempo para a apreciação deste trabalho.

Mateus Fernandez Xavier

Brasília, 1º de novembro de 2018.

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1 - Max Weber, História, Realismo Neoclássico e Prosopografia – as opções metodológicas e teóricas da pesquisa	19
1.1 – Introdução.....	19
1.2 – A proposta metodológica de Max Weber para as Ciências Sociais	20
1.3 – História e Ciência Política: antagonismos e complementariedades	28
1.4 – O Realismo Neoclássico e a importância da História.....	34
1.5 – As contribuições da Prosopografia	42
Capítulo 2 - A consolidação do Império, a sua elite dirigente e o Projeto de Estado Saquarema	46
2.1 – Introdução.....	46
2.2 – A construção e a consolidação do Império do Brasil	47
2.3 – A elite imperial e Projeto de Estado Saquarema	63
2.4 – Considerações finais	75
2.5 – Iconografia.....	78
Capítulo 3 - A inserção de Caxias no contexto imperial	80
3.1 – Introdução.....	80
3.2 – A família Lima e Silva.....	84
3.3 – A formação de Caxias – estudos e ingresso na carreira militar.....	94
3.4 – A perspectiva política de Caxias	106
3.5 – Considerações finais	114
3.6 – Iconografia.....	117
Capítulo 4 – A atuação político-militar de Caxias	119
4.1 – Introdução.....	119
4.2 – Dividir e pacificar, Caxias no Maranhão.....	120
4.3 – Mais político que militar, Caxias e os Farrapos	135
4.4 – Considerações finais	154
4.5 – Iconografia.....	158
Capítulo 5 - A política externa do Império para o Prata e o segundo Gabinete Caxias (1861-1862)	160
5.1 – Introdução.....	160
5.2 – A mudança da política externa do Império para o Prata.....	162
5.3 – O Segundo Gabinete Caxias e a sua política externa - 1861 e 1862	183
5.4 – Considerações finais	202

5.5 – Iconografia.....	205
Capítulo 6 – Paraguai - o último desafio ao Projeto de Estado Saquarema	207
6.1 – Introdução.....	207
6.2 – Paraguai – de aliado natural a ameaça ao projeto Saquarema.....	209
6.3 – A política doméstica imperial e a indicação de Caxias para o comando das forças brasileiras.....	217
6.4 – Considerações finais.....	231
6.5 – Iconografia.....	234
Capítulo 7 – Caxias e a vitória Saquarema no Cone Sul.....	236
7.1 – Introdução.....	236
7.2 – Caxias no Paraguai	239
7.3 – A contenção argentina e a vitória do projeto de Estado Saquarema no Cone Sul	262
7.4 – Considerações finais.....	281
7.5 – Iconografia.....	285
Conclusões.....	288
Anexo I.....	296
Anexo II.....	300
Fontes e Referências bibliográficas	303
Fontes documentais:	303
Fontes bibliográficas:	305

RESUMO

A presente tese tem como objetivo apontar as influências de Caxias sobre a política externa do Império ao longo do processo de inserção internacional do Brasil no Cone Sul, durante as décadas de 1850, 1860 e 1870. Ao se estudar a posição social, a formação familiar e intelectual e a perspectiva política de Luiz Alves de Lima e Silva, foi possível melhor compreender como esse ator aderiu ao projeto de Estado Saquarema na década de 1840. Por meio da análise do contexto político, social, econômico e internacional do país, pôde-se compreender as condicionalidades e os desafios internos e externos impostos à consecução desse projeto de Estado conservador. A apresentação das configurações políticas internas do Brasil e da região platina forneceram elementos importantes para o estabelecimento de correlação entre a atuação de Caxias e as ações promovidas pelas chancelarias imperiais da época. Mediante o exame das informações levantadas foi possível assimilar o processo por meio do qual a inserção imperial no Cone Sul caracterizou-se pela prevalência do projeto de Estado Saquarema sobre seus concorrentes regionais capitaneados por lideranças autoritárias e por outros dirigentes dos países vizinhos. Desse modo, tornou-se possível constatar a importância de Luiz Alves de Lima e Silva não apenas para a consolidação doméstica do Estado imperial, como também para a bem-sucedida prevalência do projeto de Estado forjado pelo Partido Conservador sobre o contexto platino daquele período.

Palavras-chave: Caxias; Luiz Alves de Lima e Silva; política externa; Império do Brasil; Projeto de Estado Saquarema; Partido Conservador; Cone Sul.

SUMMARY

This dissertation attempts to describe the influences that Caxias had on the Imperial foreign policy during the Brazilian international insertion process in the Southern Cone, along the decades of 1850, 1860 and 1870. By analyzing Caxias's social position, family, intellectual formation and political perspective, it was possible to understand how he adhered to the Saquarema's State project in the 1840's. After studying the Brazilian political, social, economic and international context of that period, it was possible to understand which imperial limits of action were and which internal and external hindrances affected the execution of the conservative State project. The description of Brazil's and the Platine region's political aspects furnished important elements for correlating Caxias actions to the imperial chancelleries movements from that period. By analyzing the data obtained, it was also possible to perceive how imperial insertion process on the Southern Cone was characterized by the prevalence of the Saquarema's State project over its regional competitors, which were conducted by authoritarian leaders and statesmen from the Platine Republics. Therefore, it was possible to acknowledge the relevance of Luiz Alves de Lima e Silva not only for the internal consolidation of the Imperial State, but also for the successful prevalence of the State project forged by the Conservative Party over the Platine region in that period.

Key-words: Caxias; Luiz Alves de Lima e Silva; foreign policy; Empire of Brazil; Saquarema's state project; Conservative Party; Southern Cone.

Introdução

Por sua atuação nos âmbitos político e militar, Luiz Alves de Lima e Silva é um dos principais personagens da história do Brasil. Participante de importantes campanhas militares no território brasileiro (Guerra de Independência, 1822-1823, Combate à Balaiada, 1839-1841, Revoltas Liberais, 1842, Guerra dos Farrapos, 1835-1845) e na região platina (Guerra da Cisplatina, 1825, Guerra contra Oribe e Rosas, 1851 e 1852, e Guerra do Paraguai, 1864-1870), Caxias exerceu, ainda, por três vezes, a Presidência do Conselho de Ministros, ocupou uma cadeira no Senado e, a partir de 1870, tornou-se Conselheiro de Estado de Sua Majestade imperial. Além dos cargos políticos e das funções militares que desempenhou, Luiz Alves de Lima e Silva desfrutou também de proximidade de Dom Pedro II, tendo sido seu professor de esgrima durante a juventude do monarca e, em certa medida, conselheiro real para assuntos militares. Considerando seu envolvimento em importantes momentos da história do Império, Caxias foi ator relevante na política do país, influenciando a conformação do cenário doméstico nacional e o processo de inserção internacional do Brasil na região do Prata.

Ao apresentar as ações de Caxias e suas consequências sobre a política externa como objeto de estudo da presente pesquisa, faz-se necessário esclarecer que o estudo realizado não teve por meta a elaboração de uma biografia de Luiz Alves de Lima e Silva. O objetivo foi tentar compreender as contribuições e as influências sistêmicas que as ações políticas e militares de Caxias exerceram sobre a política externa brasileira durante as décadas de 1850, 1860 e 1870. Com essa análise, foi possível esclarecer e demonstrar como o processo de inserção do Brasil no Cone Sul foi marcado pelas diretrizes estabelecidas pelos estadistas do Partido Conservador, denominados Saquaremas. Ao estudar a adesão de Luiz Alves de Lima e Silva aos princípios conservadores e ao examinar sua ascensão no âmbito do Partido Conservador, foi possível apreender o processo por meio do qual Caxias se tornou um líder Saquarema respeitado e com grande influência sobre a política no país.

Um dos riscos inerente ao estudo de um personagem histórico cultuado por grande parcela das biografias disponíveis é a realização de análises parciais e/ou

tendenciosas. Após participar temporariamente de uma instituição “totalizadora”⁴, cujo patrono é Caxias, e de ler e examinar parte significativa da historiografia sobre Luiz Alves de Lima e Silva, a predisposição em admirar essa figura em estudo torna-se risco que não deve ser negligenciado. Apesar de não se fiar na crença de que é possível a realização de estudos totalmente isentos de valores subjetivos, a tese elaborada partilha da visão weberiana segundo a qual é possível controlar, durante o processo de pesquisa, as influências advindas das preferências e dos valores pessoais do autor⁵. Nesse sentido, a subjetividade do cientista deve estar restrita à seleção do objeto de estudo e às perguntas estabelecidas, deixando o restante do processo científico, composto pela pesquisa, pela análise de material coletado e pelas conclusões, livre de valores pessoais, tanto quanto conscientemente possível.

Outro problema relevante enfrentado pela presente pesquisa foi a depuração de vieses e de interpretações ideológicas relacionadas à imagem de Caxias. Infelizmente, fração considerável da historiografia relativa à figura de Luiz Alves de Lima e Silva continua impregnada de julgamentos ideológicos. Por um lado, alguns autores marxistas apresentam interpretações negativas sobre a atuação de Caxias, de maneira oposta, escritores vinculados à historiografia oficial e às correntes mais conservadoras de direita retiram a condição humana de Luiz Alves de Lima e Silva e atribuem-lhe características heroicas, típicas de figuras sobre-humanas. As interpretações e os estudos parciais e ideológicos decorrentes dessas perspectivas antagônicas pouco se preocupam com a fidedignidade historiográfica. Objetivos políticos de doutrinação perpassam as diferentes análises que tentam construir uma identidade de Caxias de acordo com interesses de grupos específicos, dificultando assim a extração de informações adequadas à elaboração de trabalhos científicos.

A preocupação em atribuir as devidas dimensões aos atos de Caxias esteve presente em todos os momentos da pesquisa e, nesse sentido, a tentativa de compreender esse ator como parte de seu contexto social e político teve importância significativa. Tal como na obra de Adriana Barreto de Souza (2008), cuja principal preocupação foi buscar apreender o caráter humano dessa figura histórica, a presente pesquisa buscou ir além das atuações militares de Luiz Alves de Lima e Silva, ao

⁴ Grosso modo, uma instituição totalizadora seria aquela capaz de redefinir, quase de maneira completa, o modo por meio do qual um indivíduo percebe e relaciona-se com o mundo. Para maiores informações sobre “instituições totais”, conferir GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

⁵ Maiores detalhes sobre essa questão serão abordadas ao longo do capítulo 1.

explorar suas condutas no âmbito político e social. Segundo Souza (2008), há dois principais silêncios em relação às biografias de Caxias: sua infância, juventude e seus anos de formação, de um lado, e sua participação na vida política imperial, de outro. Sobre esse segundo silêncio, a autora destacou que ele:

(...) procura apagar os traços de sua participação política e destacar a ideia de dever nacional (...). O Caxias oficial do Exército é separado do Caxias político, e os inúmeros cargos, ocupados pelo chefe militar são apresentados (...) como exigência imposta pelas circunstâncias nacionais – eles jamais expressariam um interesse pessoal. Se Caxias assumiu encargos políticos, o teria feito em nome da nação (SOUZA, 2008, p. 32-33).

Tendo essas ressalvas em mente, buscou-se conhecer, de modo detalhado, a vida de Luiz Alves de Lima e Silva, abarcando seu contexto sócio-político e as instituições de que participava. Apesar de a tese não apresentar todos os principais episódios da vida de Caxias, houve esforço em se consultar diferentes biografias sobre esse ator; estudar obras pertencentes à historiografia daquele contexto histórico que contivessem registros da atuação de Caxias; e analisar documentos primários referentes a Luiz Alves de Lima e Silva e a seus correligionários. A composição do Senado, da Câmara dos Deputados e do Conselho de Estado, assim como as principais decisões desses órgãos, no que se refere à política externa, também foram exploradas à luz do quadro sócio-político da época.

No esforço de compreender a sociedade e o contexto no qual Luiz Alves de Lima e Silva cresceu, formou-se e atuou, foi empreendido significativo esforço para também conhecer as trajetórias dos principais atores políticos e militares daquele período com os quais ele manteve relacionamento. Nesse sentido, nomes como Manuel Luis Osório (Herval), Honório Hermeto Carneiro Leão (Paraná), Paulino José Soares de Sousa (Uruguai), José Maria da Silva Paranhos (Rio Branco), Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Joaquim José Rodrigues Torres (Itaboraí), João Maurício Wanderley (Cotegipe), José Tomás Nabuco de Araújo Filho, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Pedro de Araújo Lima (Olinda), Irineu Evangelista de Sousa (Mauá), Joaquim José Ignácio (Inhaúma) e Joaquim Marques Lisboa (Tamandaré), por exemplo, dentre outros, receberam atenção considerável.

Por razões de escopo e de tempo disponível, os estudos sobre tais personagens não foram tão profundos quanto aqueles dedicados a Caxias. O objetivo em relação a

tais figuras históricas foi compreender suas posições no âmbito dos partidos políticos a que pertenciam e traçar suas influências gerais sobre as tomadas de decisão do Império em questões domésticas e internacionais. Para tanto, utilizou-se como método de pesquisa auxiliar alguns aspectos de prosopografia, definida nos termos de Lawrence Stone como “the inquiry into common characteristics of a group of historical actors by means of a collective study of their lives”⁶, cujas as características serão melhor exploradas no capítulo primeiro.

A formação e a composição dos dois Partidos que se sucederam no poder ao longo do reinado de Dom Pedro II permitiu compreender como e porque razão determinadas decisões foram tomadas no âmbito da política externa. Por meio do estudo dos grupos que compunham as antagônicas bancadas parlamentares na Câmara, foi possível, por exemplo, entender porque o Brasil decidiu intervir no Uruguai em 1864 e acabou sendo arrastado para a maior guerra de sua História. Ao se compreender as principais características da elite imperial, abarcando a composição de seus membros, os valores consensuais de que desposavam e as ideias que diferenciavam conservadores e liberais, pôde-se ainda entender o processo que culminou na construção do “Estado Saquarema”⁷ e que inseriu de forma bem-sucedida o Império do Brasil no Cone Sul, em conformidade com os interesses geopolíticos nacionais.

No capítulo 1, procurou-se apresentar as bases teóricas e metodológicas que balizaram a condução da pesquisa. Nesse sentido e com o objetivo de esclarecer as opções epistemológicas da tese, foram apresentados os fundamentos metodológicos de Max Weber, o contraste entre História e Ciência Política, as bases do Realismo Neoclássico e os instrumentos acessórios fornecidos pelo método prosopográfico utilizados ao longo da pesquisa. Embora em desuso, a elaboração de capítulo dedicado às questões teóricas e metodológicas teve por objetivo explicitar as opções científicas adotadas e evidenciar, tanto quanto possível, a perspectiva epistemológica do autor.

No capítulo 2, buscou-se mostrar as linhas gerais do processo de construção e consolidação do Império do Brasil, assim como as principais características da elite dirigente responsável por conduzir esse desiderato. Por se tratar do contexto de fundo da

⁶ STONE, Lawrence. *apud*: JAN, Dumolyn; KOENRAAD, Verboven; MYRIAM, Carlier. *A short manual to the art of prosopography*. In: KEATS-ROHAN K.S.B (ed.) *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*. Oxford, Unit for Prosopographical Research (Linacre College), 2007, pp.35-69.

⁷ Valendo-se da expressão cunhada pelo Professor Ilmar de Mattos. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

formação e da atuação de Luiz Alves de Lima e Silva, a exposição do processo de independência e de consolidação institucional do Estado brasileiro torna-se fundamental para a compreensão das atuações posteriores de Caxias. Logo após a Independência, diversos projetos de nação passaram a concorrer entre si no Brasil. A vitória do projeto de Estado Saquarema não só permitiu a consolidação do poder político em torno da corte no Rio de Janeiro como também garantiu as condições necessárias para a posterior inserção internacional do país no Cone Sul.

O capítulo 3 investigou as características da família de Luiz Alves de Lima e Silva, a formação educacional de Caxias e a sua gradual adesão aos princípios conservadores. Com esses elementos, foi possível melhor enquadrar Luiz Alves de Lima e Silva na sociedade imperial daquele período e perceber quais eram as aspirações e os objetivos sócio-políticos que animavam os membros de sua família e ele próprio.

O capítulo 4 abordou a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva no combate à Balaiada e aos Farrapos. No Maranhão, a campanha lhe rendeu o título nobiliárquico vinculado à cidade de Caxias. Na luta contra os Farrapos, seu sucesso político e militar possibilitou sua candidatura e consequente vitória na eleição para o Senado Imperial. Além disso, após a assinatura do Convênio de Ponche Verde, a rede de contatos políticos de Caxias alargou-se significativamente na região sul do país. Nessa seção da presente tese, buscou-se demonstrar como as ações de Caxias no Maranhão e no Rio Grande do Sul eram eivadas de aspectos e motivações políticos e militares, cujos padrões assemelhavam-se entre si, sendo impossível dissociar ambas as esferas sem causar prejuízo ao adequado entendimento de suas condutas.

O capítulo 5 faz a transição do contexto doméstico para o internacional. Após consolidar o projeto de Estado conservador no âmbito interno, os dirigentes Saquaremas passaram a preocupar-se com as demarcações das fronteiras da nova nação, buscando preservar a herança territorial lusitana. Tal como ocorrido no nível interno, o projeto Saquarema teve de concorrer com propostas rivais conduzidas por líderes políticos das Repúblicas vizinhas, as quais colocavam em risco os interesses brasileiros no Cone Sul. As primeiras ameaças superadas foram aquelas representadas pelos projetos nacionais concebidos por Oribe e Rosas. Ademais, o segundo Gabinete liderado por Caxias foi também analisado com vistas a apresentar as características das disputas partidárias inerentes à política imperial, e expor os obstáculos com os quais os líderes Saquaremas tiveram de lidar no âmbito doméstico enquanto impunham seu projeto no Cone Sul.

O capítulo 6 apresentou o surgimento do maior perigo à integridade do Estado imperial. A ascensão de Solano López e sua ideia de “Paraguai Grande” colocaram em risco toda a organização territorial estabelecida pelos países platinos até 1860. O surgimento dessa ameaça foi algo indesejado e, de certo modo, pouco esperado, já que o Paraguai era tido como um aliado natural do Brasil contra as ambições argentinas. O capítulo explorou novamente a dinâmica da política doméstica imperial, demonstrando como Caxias foi nomeado para o comando-em-chefe das tropas brasileiras no Paraguai, apesar de os liberais estarem no poder e a despeito da existência de forte antagonismo dos membros do Partido Liberal em relação aos expoentes conservadores.

O capítulo 7 analisou a atuação de Caxias no Paraguai, suas disputas com Mitre e, no âmbito doméstico, seu embate com Zacarias de Góis e Vasconcelos, que resultou na queda do Gabinete conduzido por esse parlamentar baiano. Apesar da crise política gerada pelo conflito entre Luiz Alves e Zacarias, o resultado decorrente do episódio foi providencial por ter contribuído para o retorno do Partido Conservador ao poder. Com o fim da Guerra do Paraguai em 1870, a análise realista feita pelos Saquaremas permitiu que a diplomacia imperial passasse a atuar de imediato no sentido de conter as ambições argentinas sobre o Chaco paraguaio. Como se verá, Caxias teve papel fundamental para o sucesso brasileiro na busca desse objetivo.

Na conclusão, tentou-se realizar uma breve síntese dos argumentos apresentados ao longo da tese, permitindo assim constatar como Caxias participou ativamente do processo de construção e de consolidação do Estado Saquarema nos âmbitos interno e externo, ao auxiliar o processo de concentração de poder político no Rio de Janeiro e, em seguida, ao contribuir para que as aspirações e as diretrizes Saquaremas prevalecessem no Cone Sul. Suas ações garantiram a consolidação da ordem conservadora no Brasil e foram fundamentais para a eliminação dos projetos de Estado incompatíveis com os interesses e as imposições geoestratégicas Saquaremas.

Capítulo 1 - Max Weber, História, Realismo Neoclássico e Prosopografia – as opções metodológicas e teóricas da pesquisa

Whether you can observe a thing or not depends on the theory which you use. It is the theory which decides what can be observed – Albert Einstein.

1.1 – Introdução

O objetivo do estudo proposto é compreender como as ações militares e políticas de Luiz Alves de Lima e Silva influenciaram a política externa do Império e o processo de inserção do país no Cone Sul. Para tanto, é de extrema importância compreender as dinâmicas partidárias brasileiras durante as décadas de 1840, 1850, 1860 e 1870; entender como as experiências familiares e militares de Caxias interagiram com suas atuações no Legislativo e no Executivo central; e analisar a configuração das relações internacionais na região platina nesse mesmo período,

Uma vez estabelecido o objetivo, faz-se necessário explicitar as opções teóricas e metodológicas que serviram de base para a condução da pesquisa. O modo de conduzir a investigação é tão importante quanto o problema de pesquisa estabelecido, porque ambos estão profundamente interligados e influenciam-se mutuamente por meio do processo científico. A definição de "ciência" encontrada no Dicionário Houaiss apresenta, em sua segunda acepção, o seguinte significado: "corpo de conhecimentos sistematizados adquiridos via observação, identificação, pesquisa e explicação de determinadas categorias de fenômenos e fatos, e formulados metódica e racionalmente." Em sua quinta acepção, no mesmo dicionário, "ciência" é definida como: "conhecimento que, em constante interrogação de seu método, suas origens e seus fins, obedece a princípios válidos e rigorosos, almejando esp. coerência interna e sistematicidade". Como o presente estudo pautou-se pelo rigor científico, as considerações teóricas e metodológicas foram de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, a apresentação dos marcos teóricos e metodológicos adotados torna-se fundamental para melhor compreender a análise elaborada.

Nas ciências exatas e em algumas ciências sociais, certas áreas de conhecimento apresentam uma ou duas teorias hegemônicas, capazes de explicar de modo satisfatório

a maior parte de suas dinâmicas. Isso não ocorre no âmbito das Relações Internacionais, principalmente após o fim da Guerra Fria. Na atualidade, pode-se afirmar que o campo teórico das Relações Internacionais é plural e não possui uma abordagem explicativa hegemônica em relação às demais como ocorria no passado.

Com o fim da União Soviética, a condição quase hegemônica desfrutada pelo neo-realismo e pelo neo-liberalismo foi perdida. A maneira pela qual a URSS chegou ao fim não foi prevista por nenhum teórico de Relações Internacionais⁸ e não pôde ser explicada de modo satisfatório pelas abordagens teóricas do campo. A realidade não correspondeu aos parâmetros teóricos estabelecidos pelos estudiosos da área e isso contribuiu, em grande parte, para o fortalecimento de outras perspectivas até então marginalizadas, como o Construtivismo, a Teoria Crítica, o Sistema Mundo, as abordagens pós-modernas, e as perspectivas feministas, por exemplo.

Essa característica torna complexo o processo de seleção teórica e metodológica a ser realizado pelos pesquisadores de Relações Internacionais. Com vistas a esclarecer as opções epistemológicas e de método adotadas e os conceitos utilizados ao longo do presente estudo, serão apresentadas uma breve discussão sobre as principais características do pensamento de Max Weber no que concerne à metodologia para as ciências sociais; as proximidades e os distanciamentos entre História e Ciência Política; aspectos teóricos do Realismo Neoclássico fundamentais para o presente trabalho; e as contribuições metodológicas que a prosopografia proporciona para o estudo em questão.

1.2 – A proposta metodológica de Max Weber para as Ciências Sociais

A relação do homem com a realidade é o objeto de pesquisa da teoria do conhecimento e de suas abordagens epistemológicas. De acordo com os preceitos dessa corrente filosófica, os recortes artificiais da realidade produzidos pelo intelecto humano são uma tentativa de organizar e sistematizar um determinado conjunto de fatores existentes no mundo para facilitar seu estudo. Como tais recortes são fundamentados em

⁸ Ressalte-se o trabalho de J. B. Duroselle como única exceção que, embora não tenha explicitamente mencionado a URSS, contribuiu com explicações cujos parâmetros conseguem, em alguma medida, explicar o fim do império soviético. C.f. DUROSSELE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

aspectos subjetivos, a delimitação de cada objeto de pesquisa assume características diversas, podendo ser submetida a diferentes campos científicos.

Além da determinação dos limites de um objeto de estudo, é importante também definir a maneira de se estudar o objeto selecionado. Nesse sentido, a apresentação do método a ser empregado é fundamental para melhor compreender as características do que se estuda, de modo a produzir um conjunto de conhecimento que seja o mais fidedigno possível ao que se pretende compreender. Nesse sentido, a obra de Max Weber tem muito a contribuir para o presente trabalho.

Segundo esse sociólogo alemão, poderão existir tantas ciências quantos forem os pontos de vista específicos para o exame de um objeto de estudo. Considerando o fato de que a realidade é infinita e inesgotável, não podendo nunca ser perfeitamente apreendida por nossos conhecimentos⁹, nada permite concluir que um determinado problema de pesquisa já tenha esgotado todos os pontos de vista possíveis¹⁰.

Influenciado pelo contexto intelectual no qual viveu, Weber acompanhou e foi inspirado pelas ideias e pelas discussões epistemológicas em voga na Alemanha, no final do século XIX. Durante esse período, pensadores e acadêmicos como W. Wundt, W. Dilthey, W. Wildelband e H. Rickert debateram a respeito da posição das ciências do espírito em relação às ciências naturais. Algumas de suas indagações questionavam se as primeiras deveriam ser reduzidas a partes das segundas ou ser consideradas autônomas. Ademais, esses autores também questionavam o que diferenciaria esses dois tipos de ciência.

Alguns desses teóricos julgavam poder distingui-las por meio da análise e da singularização de seus objetos, tentando separar o reino da natureza do reino do espírito, como Dilthey, por exemplo. Outros, como Wildelband e Rickert, rejeitavam a divisão da realidade como fundamento para diferenciar os dois grupos de ciência. A proposta de ambos era separá-las por meio de bases lógicas. A realidade permaneceria una, mas as ciências variariam em sua forma de abordar seus objetos. Assim, a diversidade de

⁹ Nesse aspecto, a epistemologia de Weber se aproxima muito à Teoria do Conhecimento apriorística kantiana. Como nosso conhecimento é baseado em dados empíricos e em formas de pensamento que moldam esses dados, como os conceitos, por exemplo, a realidade nunca é totalmente apreendida pelos homens, porque esses conceitos são representações genéricas e imperfeitas de uma dentre várias maneiras diferentes de se organizar os dados colhidos. Para maiores detalhes sobre a visão de Kant, conferir, além de seu clássico *Crítica da razão pura*, HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

¹⁰ WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

métodos seria a base para separar as ciências naturais das ciências do espírito, sendo típico das primeiras o uso do método generalizante e das segundas o uso do método individualizante.

Segundo esse conjunto de ideias, o método generalizante retiraria da realidade todas as características únicas e singulares, com vistas a mensurar as diferenças resultantes das variáveis em análise e a formular proposições gerais e leis causais. O método individualizante, por sua vez, omitiria os elementos genéricos das variáveis, com vistas a dirigir sua atenção aos traços singulares dos objetos em estudo¹¹. Assim, enquanto as ciências naturais seriam classificadas como nomotéticas, as ciências do espírito seriam classificadas como idiográficas, na terminologia de Wildelband.

Max Weber não aceitou as conclusões de Rickert e Wildelband, principalmente em relação ao fundamento metodológico que eles utilizam para separar as ciências do espírito das ciências da natureza. Para Weber, apesar de haver lógica no trabalho de Rickert e Wildelband, não existiria nenhuma razão científica para realizar o tipo de distinção proposto por ambos. Qualquer ciência pode utilizar qualquer método científico, a depender das circunstâncias em que a pesquisa se desenvolve. Como o real é infinito e inesgotável, nenhum método possui superioridade em relação a outro, tendo cada qual sua validade de acordo com a eficácia demonstrada frente aos problemas de pesquisa a que são expostos. Julien Freund explica que:

Nesse ponto, Weber é contrário a todo dogmatismo: a função de um método é fazer progredir o saber, e não ser fiel a um pretenso ideal do conhecimento. Como a ciência é uma pesquisa indefinida, não se admite que possa haver um método ideal ou completo, ou mesmo um processo definitivo (FREUND, 2003. p. 34).

Ademais, a atribuição de classificação e sistematização rígidas às diferentes ciências foi contestada por Weber. Como visto, para esse sociólogo, poderão existir tantas ciências quantos forem os diferentes pontos de vista específicos sobre um determinado objeto. Sendo assim, não existiria motivo racional para concluir que todos os pontos de vista a respeito de um objeto de pesquisa já tenham se esgotado. Como cada ciência é autônoma em relação às demais, por possuir pressupostos específicos,

¹¹ FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

nenhuma serve de modelo às outras. Cada qual deve ser avaliada de acordo com os problemas específicos que se propõe a estudar e a resolver¹².

Tal como ainda ocorre nos dias de hoje, embora em menor número, também no final do século XIX, havia acadêmicos que defendiam a pretensa superioridade das ciências naturais sobre as ciências do espírito. Weber combateu essa visão, já que, segundo ele, as ciências naturais operam, assim como as ciências do espírito, dentro de limites determinados por seus postulados específicos. Fora do escopo desses pressupostos, tais disciplinas correm o risco de pouco ou nada explicar sobre a realidade. Ademais, o rigor científico não está condicionado à formulação de conjecturas de base quantitativa ou numéricas, mas “pode também ser obra da crítica, da racionalização lógica, da exatidão das observações ou da acuidade da intuição¹³”.

Desse modo, assim como não existe superioridade de métodos *a priori*, no âmbito científico, tampouco existiria superioridade entre as diferentes ciências. As metodologias utilizadas nas ciências naturais podem ser utilizadas pelas ciências do espírito, não por um pressuposto dogmático de superioridade inata a elas, mas se, e somente se, forem capazes de trazer contribuições científicas a um determinado problema de pesquisa no âmbito das ciências do espírito. Esse emprego metodológico está condicionado a uma reflexão prévia por parte do estudioso, com vistas a averiguar o potencial que tais métodos têm para o desenvolvimento de explicações satisfatórias a seus estudos.

Seja qual for o método escolhido pelo acadêmico, a atenção que ele direcionará em sua pesquisa terá sempre como foco um número limitado de fenômenos. Essa seleção ocorre em virtude dos valores inatos ao pesquisador, os quais o conduzem em suas avaliações. Assim, por motivações subjetivas, uma certa quantidade de fontes e objetos serão considerados importantes, enquanto outros serão tidos por irrelevantes. Weber concorda com Rickert e considera a relação entre pesquisador e valores como a base de toda indagação a respeito da realidade, por isso, essa relação também é o fundamento de toda pesquisa e de todo o desenvolvimento científico¹⁴.

Graças a relação única que tem com seus valores, qualquer acadêmico pode fornecer uma visão inédita sobre um determinado tema, porque considera importante

¹² FREUND, op. cit., pp. 34-35.

¹³ FREUND, op. cit., p. 36.

¹⁴ WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez / Editora Universidade Estadual de Campinas, 1992.

elementos que outros pesquisadores não avaliaram como tal. Além disso, ainda que eventualmente houvesse coincidência entre os elementos tidos por relevantes, a maneira pela qual cada estudioso os relaciona também será uma função derivada de seus valores individuais, o que poderá fornecer resultados diferentes a pesquisas que investigam um mesmo problema e que têm fundamentos muito similares. “A variação dos valores com os quais relacionamos a realidade surge assim como a condição da variação dos pontos de vista sob os quais podemos estudá-la”.¹⁵ Cada estudioso tem a capacidade de fornecer uma visão inédita sobre questões já estudadas em função de sua relação com os seus valores, o que o faz levantar novos problemas, descobrir aspectos novos, investigar pontos inexplorados e montar relações causais que ainda não foram feitas. Assim, mais uma vez, percebe-se como o conhecimento sobre a realidade é inesgotável. Sua complexidade cresce à medida que novos pesquisadores, de diferentes áreas, produzem novas análises, em função de diferentes relações que têm com os valores.

A atribuição (causal) é encetada como uma verdade de experiência “objetivamente” válida (...) e só a pertinência da prova determina (...) se esse alvo foi de fato atingido (...). Em certo sentido, “subjativa” não é a determinação das causas “históricas” de um dado “objetivo” de explicação e sim a delimitação do “objeto” histórico em si, pois isso é decidido em termos de relação de valores, cuja “concepção” está sujeita a mudança histórica” (WEBER *apud* RINGER, 2004. p 58).

Em outras palavras e de acordo com Max Weber, a relação que temos com os valores é responsável pela escolha do tema que será abordado cientificamente; pela triagem e pela classificação dos elementos que serão utilizados na pesquisa, determinando o que é relevante e o que é dispensável; pela maneira como se produzirá a relação entre os elementos selecionados e o significado a eles atribuído; e pelas relações causais estabelecidas e pela determinação de até onde a regressão causal deverá chegar¹⁶.

Em uma pesquisa científica, a subjetividade, no entanto, deve permanecer restrita a esses fatores. Weber defende que, após se escolher de forma subjetiva o que se pretende estudar, e quais fenômenos pretende-se relacionar, a tentativa de compreender a relação causal e a significação entre tais elementos deve ser conduzida por meio de uma interpretação racional que produza uma reflexão científica sobre o problema de

¹⁵ FREUND, op. cit., p. 43.

¹⁶ RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: unificação das Ciências Culturais e Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. pp. 53-60.

pesquisa escolhido. A análise elaborada deve sempre deixar claro quais valores fundamentaram o curso de uma determinada atividade humana, mas não pode julgar essa atividade como sendo boa ou má em relação aos princípios e aos valores pessoais de quem conduz o trabalho. Eventual julgamento poderá ser feito pelos leitores, nunca pelo pesquisador.

Para essa análise racional ser bem sucedida é necessário rigor científico. A seleção dos fenômenos e objetos de estudo com base nos valores orienta o trabalho, mas não confere o rigor conceitual necessário à pesquisa científica. Para tanto, Weber lança mão do conceito de "tipo-ideal".

"Obtém-se um tipo ideal, acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista e encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos, que se encontram ora em grande número, ora em pequeno número, até o mínimo possível, que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamentos homogêneo" (WEBER *apud* FREUND, 2003. p. 48).

A construção proposta por Weber é um recurso artificial, cuja essência é uma racionalização utópica que raramente tem correspondência na realidade concreta. O tipo-ideal não exprime uma verdade "pura" do mundo. De forma contrária, essa construção afasta o estudioso da realidade, com o objetivo de capacitá-lo a melhor pesquisar e a melhor controlar intelectual e cientificamente seu objeto. Em outras palavras, é uma representação artificialmente construída, derivada de uma totalidade histórico-social singular, selecionada com base na relação particular do pesquisador com seus valores. O tipo-ideal pode ser obtido por meio de um exercício de racionalização utópica que acentua, unilateralmente, os traços característicos e originais dos objetos em estudo, com vistas a gerar um sentido coerente e rigoroso ao recorte da realidade que parece confuso e desordenado na experiência empírica¹⁷.

A construção de tipos-ideais é determinada de acordo com as necessidades decorrentes da pesquisa em andamento. Assim, o estudioso poderá construir tantos tipos-ideais de um mesmo fenômeno quantos lhe pareçam necessários para a compreensão de seu objeto. Constituem-se, dessa forma, em práticas experimentais que o pesquisador cria voluntária e arbitrariamente, segundo suas necessidades investigativas. Sendo o valor dos tipos-ideais determinado pela sua eficácia e pela sua

¹⁷ FREUND, op. cit., pp. 48-51.

potencial contribuição à pesquisa, os estudiosos poderão utilizá-los ou desprezá-los conforme o resultado de seu emprego.

Além de proporcionar rigor científico às análises elaboradas, a construção proposta por Weber tem a capacidade de formar julgamentos de imputação causal, na medida em que serve de guia no processo de elaboração de hipóteses. Além disso, a proposta desse sociólogo permite determinar em que grau o tipo-ideal de um processo, de uma doutrina, ou de um contexto social, integrante de um quadro de pensamento homogêneo e artificialmente criado, afasta-se da realidade.

Para conferir objetividade e rigor científico às pesquisas históricas, Weber propõe ainda duas outras categorias de análise, denominadas “possibilidade objetiva” e “causa adequada”. Os acontecimentos históricos são antecipados por uma série de eventos e fatos únicos que, por sua vez, também têm origem em uma sucessão de acontecimentos singulares. Consequentemente, um dos principais problemas para o pesquisador é determinar qual dos elementos em estudo tem maior ou menor peso dentro da complexa equação causal em análise, em outras palavras, como determinar o peso de uma das causas estudadas¹⁸.

Para verificar a relevância de cada variável, o pesquisador deve realizar um exercício de abstração em relação à dinâmica estabelecida pelo conjunto dos fatores que deram origem ao seu objeto de pesquisa. Para tanto, deve utilizar seus conhecimentos para tentar vislumbrar qual seria o resultado final caso um único fator, variável ou evento não estivesse presente na sucessão de acontecimentos que deram ensejo a determinado episódio. Em outras palavras:

Como tipo ideal, a possibilidade objetiva constrói um “quadro imaginário”, uma utopia, ou melhor, uma ucronia, exceto que em vez de acentuar traços característicos, ela faz abstração, pelo pensamento, de um ou vários elementos da realidade, para indagar o que teria podido acontecer no caso considerado. Como se trata de um julgamento fundamentado, a possibilidade não é a expressão de um não saber, uma vez que ela se refere ao que nós conhecemos por experiência (FREUND, 2003, p. 58).

Como o cenário hipotético é criado com base no conhecimento do autor sobre a realidade estudada, o exercício proposto tem um grau de objetividade significativo. Não é necessário precisar com exatidão qual teria sido o desenlace dos eventos na ausência

¹⁸ RINGER, op. cit., pp. 71-79.

do fator em evidência, basta concluir que o resultado seria outro, diferente daquele que aconteceu na realidade, para se atestar que a causa em análise constitui uma “causa adequada”. Por meio do uso desse instrumento analítico, mensurar o peso das diversas causas de um acontecimento torna-se viável e, dependendo da importância de cada uma delas, é possível, conseqüentemente, também classificá-las como causas adequadas (aquelas com maior peso) ou como causas acidentais (aquelas de menor peso). As do primeiro tipo são consideradas fundamentais para a ocorrência de determinado evento histórico. As do segundo tipo contribuem para a materialização do mesmo evento, mas suas eventuais ausências não são suficientes para mudar o resultado final das coisas¹⁹.

Após deixar explícita a opção pela metodologia e pela epistemologia weberianas, apresentar-se-á breve explanação a respeito das aproximações e dos distanciamentos existentes entre os campos da Ciência Política e da História. Em seguida, os principais conceitos teóricos do Realismo Neoclássico serão expostos, assim como os instrumentos auxiliares fornecidos pela prosopografia. O objetivo é deixar claro que a escolha realizada é apenas uma dentre outras diversas possíveis e razoáveis.

Ao longo de sua vida, Weber defendeu o princípio da “neutralidade axiológica”. De forma resumida, o princípio mencionado defende a explicitação da distinção entre conhecimento científico e juízos de valores. Nessa perspectiva, um cientista ou um pesquisador não tem o direito de tentar impor suas visões pessoais por meio de sua autoridade científica no âmbito da mesma matéria. Isso porque a despeito de ter grande conhecimento sobre determinado assunto, a visão desse estudioso nunca é completa. Como já ressaltado, o surgimento de outros pontos de vista sempre ocorre, já que a realidade é por demais ampla para ser abarcada por uma única ciência e o mundo está repleto de pessoas com diferentes tipos de relações com valores. Dessa maneira, chamar a atenção para o fato de que a pesquisa proposta é uma dentre outras tantas maneiras de se abordar o assunto não é apenas necessário, mas é também um compromisso ético com o labor científico.

¹⁹ WEBER, op. cit., pp. 195-210.

1.3 – História e Ciência Política: antagonismos e complementariedades

Como visto, as ciências do espírito e as ciências da natureza podem apresentar objetos de estudo similares e utilizarem metodologias e abordagens teóricas semelhantes ou até mesmo intercambiáveis. Na perspectiva de Weber, a distinção entre os dois grupos de ciências não estaria no âmbito metodológico ou teórico, no entanto, ao longo da evolução de cada disciplina, alguns objetos de estudo e algumas metodologias e teorias tornam-se mais comuns que outras, por apresentarem melhores resultados para os problemas de pesquisa a que são expostas. Ciência Política e História têm campos de estudos distintos, mas se debruçam sobre alguns objetos comuns, como as Relações Internacionais, por exemplo. Desse modo, a apresentação de alguns pontos de aproximação e distanciamento entre as pesquisas conduzidas nos âmbitos da Ciência Política e da História é exame que contribui para melhor esclarecer as características metodológicas presentes ao longo da tese, auxiliando a evidenciar os pressupostos metodológicos e teóricos sobre os quais a pesquisa foi conduzida.

De acordo com Jack Levy (2001), as principais diferenças existentes entre historiadores e cientistas políticos resumem-se da seguinte maneira: enquanto os primeiros focam a produção de conhecimento sobre o passado, os segundos têm como objetivo produzir informação capaz de gerar previsões para o futuro. Historiadores tendem a enquadrar suas pesquisas e conclusões em contextos temporais e sociais limitados e específicos, enquanto cientistas políticos tendem a generalizar e classificar padrões de eventos com vistas a construir teorias válidas independentemente do tempo e do espaço. Por essa razão, os primeiros elaboram e valorizam interpretações complexas, enquanto os segundos primam por interpretações causais parcimoniosas. Em suas pesquisas, historiadores costumam deixar suas opções teóricas e metodológicas implícitas, já os cientistas políticos preferem deixá-las mais evidentes. Dessa forma, as generalizações históricas não costumam dar atenção explícita aos moldes e às metodologias inerentes à pesquisa, algo muito comum nos trabalhos de ciência política²⁰.

²⁰ LEVY, Jack S. *Explaining Events and Developing Theories: History, Political Science, and the Analysis of International Relations*. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Bridges and Boundaries – Historians, Political Scientists and the Study of International Relations*. Massachusetts: The MIT Press, 2001.

Ainda de acordo com Levy (2001) e fazendo referência à terminologia de W. Wildelband e H. Rickert, a principal marca de distinção entre as pesquisas de História e os estudos de Ciência Política²¹ residiria na oposição metodológica entre abordagens nomotéticas e ideográficas. Desse modo, enquanto os trabalhos de Ciência Política formulam proposições generalizantes, cujo principal objetivo é a obtenção de leis causais universais, os estudos de História apresentam tendência a gerar explicações específicas para os fenômenos observados, buscando demonstrar a singularidade desses eventos.

Ao longo do século XX, os pesquisadores no âmbito da Ciência Política buscaram empregar vários métodos utilizados nas Ciências Naturais. Na disciplina das Relações Internacionais, essa tendência ganhou proeminência na agenda acadêmica durante o contexto denominado “segundo grande debate”. Essa discussão opôs metodologias tradicionais das ciências humanas, centradas em normas, valores, conhecimento histórico e julgamentos, a metodologias *behavioristas*, fundamentadas em hipóteses, defesa da neutralidade do pesquisador e acervo de dados para a formulação de leis causais universais²².

Por se tratar de um debate metodológico, não houve questionamento sobre a prescindibilidade de teorias. Levy (2001) também ressaltou esse aspecto ao afirmar que o paralelo realizado entre História e ideografia não significa que historiadores não façam uso de teorias, mas sim que o modo como eles as empregam é simplesmente diferente daquele utilizado pelos cientistas políticos²³. Enquanto na História a teoria teria um importante papel para guiar uma determinada interpretação a respeito de uma cadeia específica de eventos inter-relacionados, na Ciência Política a teoria seria necessária para explicar os padrões gerais de um determinado comportamento social.

O uso de teorias está presente em ambas as áreas, a diferença entre os dois campos residiria no método que cada um deles emprega para utilizar o aparato teórico de que dispõe. Afirmer que pesquisas no âmbito da ciência política são mais "neutras" que as pesquisas históricas, simplesmente porque têm objetos de pesquisas diferentes ou porque os métodos da História são permeados por valores é desconhecer o próprio labor

²¹ Aqui consideradas como ciências distintas.

²² Para interessante discussão crítica sobre a utilidade de se compreender a evolução teórica do campo das Relações Internacionais por meio dos “grande debates”, ver WAEVER, Ole. *The rise and fall of the inter-paradigm debate*. In SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

²³ LEVY, Jack S., op. cit., pp. 41; 47-50.

científico. O que determina o rigor científico de uma análise não é o objeto ou o método escolhido, mas sim a atuação do pesquisador em relação à aplicação do método selecionado. A relação do estudioso com os valores está sempre presente, independentemente do campo de atuação do acadêmico. No entanto, essa característica deve ficar restrita, como vimos, a algumas partes do desenvolvimento da pesquisa, como, por exemplo, à seleção do objeto a ser estudado e às escolhas das evidências a serem analisadas.

Segundo Edward Carr:

A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele para para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro (CARR, 1982. p. 65).

Isso demonstra que teoria e evidência estão permanentemente em diálogo, na medida em que existe “um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado²⁴”. O desacordo entre historiadores e cientistas políticos não estaria centrado na existência ou não de interação entre o objeto de estudo e o pesquisador. Acadêmicos de ambas as áreas concordam que preconceitos e valores influenciam no modo como as análises são produzidas. A principal divergência entre os dois campos estaria na questão de quão explícito devem estar os pressupostos e as proposições causais do autor em seu trabalho. Enquanto historiadores não se preocupam muito em demarcar tais aspectos, cientistas políticos consideram essa tarefa essencial. Como visto, na seção anterior, Weber defendia o princípio da "neutralidade axiológica" e, portanto, também considerava essencial deixar explícito o que teria origem na subjetividade do autor e o que seria decorrente do desenvolvimento de sua pesquisa científica.

A maneira como os acadêmicos da Ciência Política e da História utilizam seus aportes teóricos diferencia-se também em decorrência dos distintos objetivos de estudos que têm. Como mencionado, historiadores buscam fornecer interpretações para uma série de eventos inter-relacionados ocorridos em um contexto temporal e social determinado. Para tanto, utilizam os recursos teóricos que julgarem necessários, podendo

²⁴ CARR, Edward H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed. 1982. p. 65.

recorrer a diferentes abordagens e elaborar explicações complexas. Por sua vez, os cientistas políticos buscam identificar leis causais universais, por meio de levantamento de dados, tentando encontrar regularidades em comportamentos sociais de diferentes períodos e contextos. Para isso, procuram elaborar e utilizar teorias simples²⁵, mas dotadas de grande poder de explicação²⁶.

Sendo assim, enquanto as complexas explicações fornecidas pelos historiadores têm o tempo e o espaço nos quais o objeto estudado está inserido como principais delimitadores para sua validade e aplicabilidade, as formulações dos cientistas políticos são delimitadas por pressupostos analíticos²⁷. Nesse aspecto, e conforme Levy (2001) ressaltou, não há razões científicas e/ou lógicas para que uma pesquisa histórica seja privada de delimitações analíticas ou para que se abstenha de buscar explicações intertemporais. Da mesma maneira, não há óbices para que os estudos de ciência política tenham limitações temporais e/ou tentem explicar processos singulares. Em outras palavras, e como Weber ressaltou, não é um método específico ou uma teoria determinada que fornece rigor científico às pesquisas produzidas, mas sim a maneira pela qual o estudioso faz a aplicação desse método e/ou dessa teoria em sua análise. A utilidade de teorias e de métodos deve ser averiguada de acordo com a capacidade de cada uma delas em contribuir para a resolução de problemas de pesquisa em que são aplicadas.

Percebe-se que a evolução dos estudos em História e em Ciência Política ocorreu de modo distinto, havendo uma preferência dos estudos tradicionais humanistas pela História, enquanto as pesquisas com cunho *behavioristas* ganharam maior proeminência na Ciência Política. Apesar disso, ambas atuam de forma comum sobre parcelas da realidade, compartilhando objetos de estudos como as Relações Internacionais, por exemplo. Os acadêmicos das duas áreas utilizam teorias e métodos para produzir explicações científicas, mas, como têm objetivos diferentes, empregam-nos de modo distinto.

A despeito dessas diferenças e semelhanças, atualmente, verifica-se um crescente intercâmbio entre os acadêmicos das duas áreas, o que tem resultado em trabalhos com abordagens interdisciplinares. A utilização de fontes primárias e *process*

²⁵ O termo “simples” não é sinônimo de simplista. Assim sendo, uma teoria com poucas variáveis, por exemplo, e com grande poder explicativo seria uma teoria simples, mas não simplista.

²⁶ LEVY, Jack S., op. cit., pp. 54-59.

²⁷ LEVY, Jack S., op. cit., pp. 66-68.

*tracing*²⁸ por parte de cientistas políticos é um exemplo. O esforço de historiadores por demarcar com maior clareza seus princípios e pressupostos teóricos e metodológicos é outro. Nesse sentido, renunciar ao uso de teorias e de métodos frequentemente empregados em outras disciplinas por preconceito ou por apego acrítico ao arcabouço analítico mais comum a sua área de formação gera pesquisas mais pobres, cuja capacidade e abrangência explicativas podem ter sido subdesenvolvidas. Ademais, não existe explicação racional para abrir mão de um determinado método científico ou de uma teoria que se mostre promissor à resolução dos problemas de pesquisa que se colocam.

Desse modo, ao analisar a atuação de um dos mais importantes militares e políticos brasileiros do século XIX, buscou-se utilizar métodos e teorias tanto da Ciência Política como da História. Como já mencionado, a eficácia dos instrumentos utilizados pode ser medida por meio de sua capacidade de elucidar os problemas a que foram expostos ao longo da pesquisa.

A seleção dos fatos apresentados é subjetiva, na medida em que a avaliação pessoal do autor foi responsável por definir e classificá-los como relevantes ou como dispensáveis. No entanto, tal como visto na seção anterior, não se pode concluir que uma determinada interpretação não é objetiva porque seus pressupostos foram subjetivamente selecionados, o que determinará a objetividade da pesquisa é a maneira por meio da qual o estudioso se vale dos instrumentos metodológicos e teóricos. A relação entre pesquisador, fatos históricos e contexto social foi bem delineada por Carr:

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita (...) Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra. Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado. O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado. Portanto, minha primeira resposta à pergunta “Que é História?” é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado (CARR, 1982. p. 65).

²⁸ De forma resumida e de acordo com BEACH, Derek, *process tracing* é “a research method for tracing causal mechanisms using detailed, within-case empirical analysis of how a causal process plays out in an actual case”. Para maiores detalhes, conferir: BEACH, Derek. *Process-tracing methods in Social Science*. In: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. 2017.

Assim sendo, o aspecto subjetivo inerente a toda pesquisa está presente na seleção do objeto de estudo e dos fatos históricos e/ou sociais que o autor julga relevantes para sua pesquisa. Tais escolhas, calcadas na visão de mundo particular do historiador, decorrem, por sua vez, do meio social no qual o escritor está inserido. Como Carr (1982) afirmou, o trabalho do historiador reflete a sociedade a que ele pertence. A visão de mundo do estudioso é fortemente influenciada por seu tempo e por seu contexto social. “Não são apenas os acontecimentos que estão em fluxo. O próprio historiador está em fluxo. (...) O historiador, sendo um indivíduo, é também um produto da história e da sociedade”²⁹.

O objetivo de relacionar esse aspecto com a metodologia weberiana apresentada, e escolhida para conduzir a presente pesquisa, foi reforçar que a perspectiva da atuação de Duque de Caxias sobre a política externa do Império é apenas uma dentre uma gama inumerável de outras possíveis, todas fundamentadas em perspectivas e visões de mundo diferentes. Sendo a subjetividade o ponto de partida para toda pesquisa de cunho científico, as possibilidades de novos estudos com pontos de partidas diferentes e com seleção, explicação e correlação de fatos diversas das que serão aqui apresentadas são infinitas. Assim sendo, não se pretende ter a última palavra sobre quaisquer aspectos históricos ou apresentar interpretação definitiva sobre quaisquer pontos, mesmo porque se entende que tais considerações não são apenas impossíveis, mas também inapropriadas e incompatíveis com um trabalho científico.

Se o contexto histórico e social é importante para melhor compreender as escolhas realizadas pelo pesquisador ao longo de seu trabalho, ela também tem papel importante sobre o objeto em estudo tal como será visto ao longo dos capítulos. No entanto, tendo em vista o fato de a atuação de Duque de Caxias ser central para o desenvolvimento do presente trabalho, é necessário ainda esclarecer alguns aspectos de fundo sobre a relação existente entre os indivíduos de grande destaque histórico e seus respectivos contextos sociais. Nesse aspecto, optou-se pela abordagem histórica de Edward Carr (1982). Dessa forma, procurou-se afastar as perspectivas que consideram o gênio individual de um pequeno número de notáveis como responsáveis pelos desdobramentos dos principais fatos da História e buscou-se se valer da interpretação de que todos os indivíduos, anônimos ou renomados, são frutos de seu meio social,

²⁹ CARR, op. cit., pp. 78-79.

havendo uma intensa e contínua relação de influência recíproca entre sociedade e indivíduo.

Desse modo, o presente trabalho parte do pressuposto de que Caxias, enquanto figura militar e política de destaque do Império, constituiu-se fenômeno social de grande importância, representando as forças sociais de seu tempo e ajudando a fortalecer e a criar outras. Luiz Alves de Lima e Silva foi, pois, ao mesmo tempo, produto e agente do processo histórico do Império do Brasil, representante e causador de forças sociais que transformaram o país e a visão de mundo dos homens de sua época³⁰.

1.4 – O Realismo Neoclássico e a importância da História

Em que medida e em quais condições atores domésticos conseguem influenciar a formulação da política externa de seus Estados? Como e sob quais circunstâncias fatores internos impedem Estados de perseguir estratégias previamente traçadas por seus dirigentes ou esperadas em decorrência das características do contexto internacional? Como os Estados atuam para direcionar seus recursos domésticos em prol da implementação de suas políticas externas?³¹ Essas são algumas perguntas que a perspectiva realista neoclássica busca responder em suas aplicações e que têm significativa importância para o presente estudo.

Na medida em que o objetivo da tese é perceber como Duque de Caxias influenciou a formulação e a implementação da política externa do Império, o Realismo Neoclássico demonstra grande potencial explanatório para os problemas de pesquisa propostos. Para tanto, a partir dessa abordagem teórica, é necessário compreender como as ações e as perspectivas de Luiz Alves de Lima e Silva foram influenciadas: a) pelos desdobramentos dos contextos doméstico e regional do Brasil; b) pelos principais atores políticos do país; e c) pelas principais instituições do Império. O instrumental analítico fornecido pela abordagem realista neoclássica se propõe a explicar como as variáveis

³⁰ CARR, op. cit., p. 88-90.

³¹ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Introduction: Neoclassical realism, the state, and foreign policy*. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the state, and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

intervenientes domésticas³² influenciam a direção e a formulação da política externa dos países, o que terá grande utilidade para a presente análise.

De acordo com Lobell, Ripsman e Taliaferro, o Realismo Neoclássico busca explicar:

(...) why, how, and under what conditions the internal characteristics of states – the extractive and mobilization capacity of politico-military institutions, the influence of domestic societal actors and interest groups, the degree of state autonomy from society, and the level of elite or societal cohesion – intervene between the leaders’ assessment of international threats and opportunities and the actual diplomatic, military, and foreign economic policies those leaders pursue. Neoclassical realism posits an imperfect “transmission belt” between systemic incentives and constrains, on the one hand, and the actual diplomatic, military, and foreign economic policies states select, on the other. (LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. 2009, p. 4).

Os referidos autores julgam imperfeita a cadeia causal (“transmission belt”) estabelecida pelo Realismo Neoclássico porque a consideram mais complexa que aquela apresentada pelo Neorealismo, por exemplo³³. Na medida em que as pressões e os constrangimentos sistêmicos perpassam por variáveis domésticas intervenientes, como as percepções de estadistas, as atuações de partidos políticos, ou a estrutura burocrática do Estado, antes de afetarem a política externa de cada país e a estratégia internacional formulada por cada ator³⁴, o Realismo Neoclássico distancia-se do Neorealismo. Seu enfoque metodológico centrado em análises históricas e em mecanismos causais decorrentes de processos dedutivos o afasta das teorias indutivas do Realismo Clássico, tornando essa perspectiva teórica uma opção distinta das abordagens utilizadas por Morgenthau e por Waltz³⁵.

Para o Realismo Neoclássico, o sistema anárquico internacional constitui âmbito de difícil interpretação, cujas complexas mudanças não podem ser apreendidas de maneira simples pelos países. Apesar de as características estruturais do sistema internacional influenciarem em grande medida as ações dos atores, esse âmbito de

³² Dentre as quais se encontra, por exemplo, a atuação dos estadistas, a ação dos partidos e o perfil dos principais atores sociais.

³³ Nesse mesmo sentido cf., ROSE, Gideon. *Neoclassical realism and theories of foreign policy*. World Politics, Vol. 51, nº. 1, October, 1998. pp. 146-147.

³⁴ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., p. 5; ROSE, Gideon. op. cit., p. 146-147; SCHWELLER, Randal L. *Unanswered threats: political constraints on the balance of power*. Princeton: Princeton University Press, 2006. p. 6.

³⁵ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit.

atuação política concede aos Estados significativa margem de manobra para a definição de suas estratégias de segurança³⁶. Desse modo, ainda de acordo com a abordagem neoclássica, a distribuição relativa de poder estabelece os parâmetros sobre os quais cada país pode formular sua atuação externa e sua estratégia de inserção internacional de médio-longo prazo. A avaliação e a estimativa das possíveis linhas de conduta de outros Estados são complexas e difíceis de serem previstas em decorrência das influências exercidas pelas mencionadas variáveis intervenientes. Os cálculos e as percepções dos estadistas, por exemplo, podem inibir uma resposta estatal eficaz e tempestiva frente a mudanças no ambiente externo. Além disso, quase sempre as lideranças se defrontam com jogos de dois níveis ao elaborar e implementar as diretrizes externas de seus países, uma vez que, de um lado, devem responder ao contexto internacional e, de outro lado, têm de mobilizar recursos existentes em suas sociedades, por meio de alianças com instituições, grupos políticos e outros atores domésticos.³⁷

A complexa relação entre Estado e sociedade é tão importante para o Realismo Neoclássico quanto os constrangimentos e estímulos que o sistema internacional exerce sobre as unidades estatais. Em interessante quadro-síntese, Lobell, Ripsman e Taliaferro apontaram os aspectos de proximidade e distanciamento entre o Realismo Clássico, o Neorealismo e o Realismo Neoclássico.

Table 1.1. *Classical realism, neorealism, and neoclassical realism*

Research program	Epistemology and methodology	View of the international system	View of the units	Dependent variable	Underlying causal logic
CLASSICAL REALISM	Inductive theories; philosophical reflection on nature of politics or detailed historical analysis (generally drawn from W. European history)	Somewhat important	Differentiated	Foreign policies of states	Power distributions or distribution of interests (revisionist vs. status quo) → foreign policy
NEOREALISM	Deductive theories; competitive hypothesis testing using qualitative and sometimes quantitative methods	Very important; inherently competitive and uncertain	Undifferentiated	International political outcomes	Relative power distributions (independent variable) → international outcomes (dependent variable)
NEOCLASSICAL REALISM	Deductive theorizing; competitive hypothesis testing using qualitative methods	Important; implications of anarchy are variable and sometimes opaque to decision-makers	Differentiated	Foreign policies of states	Relative power distributions (independent variable) → domestic constraints and elite perceptions (intervening variables) → foreign policy (dependent variable)

³⁶ ROSE, Gideon. op. cit., p. 147-154; SCHWELLER, op. cit., p. 5.

³⁷ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., p. 7.

FONTE: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Introduction: Neoclassical realism, the state, and foreign policy*. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the state, and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 20.

Em termos metodológicos, o Realismo Clássico sustenta-se em perspectivas indutivas, em reflexões filosóficas a respeito da natureza política e em análises históricas. O Neorealismo baseia-se em análises dedutivas e testes de diferentes hipóteses por meio de métodos qualitativos e quantitativos; o Realismo Neoclássico vale-se de deduções e métodos qualitativos, baseados em estudos históricos, para chegar a conclusões³⁸.

A proximidade do Realismo Neoclássico e do Realismo Clássico ocorre em relação à visão diferenciada que ambas têm a respeito de cada unidade do sistema internacional (Estados) e em relação à variável dependente que buscam explicar: as políticas externas de cada país. Já a abordagem neorrealista não centra atenção nos aspectos que fazem as unidades do sistema internacional diferenciarem-se, uma vez que sua preocupação é explicar resultados, desdobramentos e mudanças de padrões de conduta na política internacional, tendo como base os estímulos e os constrangimentos da estrutura do sistema internacional³⁹.

Embora apresentem metodologia similar e estejam preocupadas com distribuição relativa de poder entre os Estados, o Neorealismo e o Realismo Neoclássico afastam-se no que tange às suas lógicas causais subjacentes. De modo resumido, no Neorealismo, a variável independente (sistema internacional) atua diretamente sobre a variável dependente (mudanças na política internacional). No Realismo Neoclássico, a variável independente (sistema internacional) atua sobre a variável dependente (política externa) de forma indireta. Entre os dois grupos de variáveis há variáveis intervenientes que alteram de modo significativo o resultado final da equação. Como exemplo, há os constrangimentos domésticos decorrentes da lógica partidária, das percepções e visões de mundo de líderes e estadistas, da estrutura burocrática estatal, dentre outros⁴⁰. Por isso, o Realismo Neoclássico encontra aspectos causais tanto no nível estrutural quanto no nível das unidades, o que confere significativa importância aos aspectos domésticos

³⁸ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., p. 20.

³⁹ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., p. 20.

⁴⁰ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., p. 20. LOBELL, Steven E. *Threat assessment, the state, and foreign policy: a neoclassical realist model*. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the state, and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 43; ROSE, Gideon. op. cit., p. 146-147.

de cada Estado em relação à formulação e à implementação de suas respectivas políticas externas⁴¹.

Como se verá nos próximos capítulos, as características internas de cada Estado são fundamentais para a definição de suas políticas externas. Não há como explicar a elaboração e a implementação de determinada diretriz internacional sem se ater às dinâmicas domésticas dos países ou sem se levar em conta as estruturas institucionais internas dos Estados. Nesse sentido, o Realismo Neoclássico contribuirá de forma substantiva para a compreensão da formulação e da implementação da política externa imperial e para a verificação do papel de Luiz Alves de Lima e Silva no referido processo.

Na medida em que a abordagem realista neoclássica centra-se em aspectos advindos de níveis de análise diferentes – em um nível, as oportunidades e os constrangimentos estruturais decorrentes do sistema internacional; e, no outro nível, a relação entre Estado e sociedade, por exemplo – é importante discorrer brevemente sobre esses pontos. O Realismo Neoclássico deixa claro que, apesar de serem atores distintos e terem certo grau de autonomia, Estado e sociedade influenciam-se de forma significativa no processo de elaboração da política externa⁴². Para essa perspectiva teórica, a atuação internacional dos países é influenciada pela coordenação e pelos conflitos advindos da permanente interação existente entre Estado e sociedade.

Do lado do Estado, a política externa e a elaboração do conceito de “interesse nacional” são moldadas: a) pelas avaliações dos líderes do governo a respeito das intenções internacionais de outros países; b) e pelas interpretações dos governantes sobre as características do sistema internacional em um determinado contexto. Do lado da sociedade, a atuação externa e a definição de “interesse nacional” de cada país estão sujeitas a restrições e a pressões, na medida em que atores relevantes da sociedade civil podem ter interpretações diferentes a respeito de eventuais ameaças externas e das dinâmicas do contexto internacional. Desse modo, as avaliações, os ajustes estratégicos e a implementação de políticas apresentam caráter complexo por envolverem

⁴¹ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., pp. 20-23; LOBELL, Steven E. op. cit., p. 44; SCHWELLER, op. cit., p. 6.

⁴² SCHWELLER, op. cit., p. 9.

negociações e soluções de compromisso entre lideranças políticas, de um lado, e atores domésticos relevantes da sociedade, de outro⁴³.

O Estado permanece sempre entre pressões e influências do contexto internacional e das dinâmicas domésticas de sua sociedade. Apesar das dificuldades que os líderes estatais encontram para analisar de forma acurada as alterações na distribuição relativa de poder no sistema internacional e para mensurar mudanças relevantes na política interna, tanto em uma esfera quanto na outra, a perspectiva realista neoclássica considera que o Estado é capaz reservar para si margem de manobra significativa, sendo suas ações influenciadas, mas nunca determinadas, por esses dois âmbitos políticos.

Essa margem de manobra, no entanto, sofre variações ao longo do tempo, conforme as configurações de cada espaço político. Assim, a falta de consenso entre as elites de um Estado pode, por exemplo, afetar sua capacidade de resposta a ameaças externas e até mesmo por em risco toda estratégia internacional formulada⁴⁴. Steven Lobell (2009) elaborou um modelo de análise realista neoclássico para compreender como os agentes formuladores de política externa desempenham suas funções, tendo de lidar com pressões e influências decorrentes do âmbito externo e do âmbito doméstico. De acordo com esse autor, os formuladores de política externa podem atuar no cenário doméstico com vistas a influenciar desdobramentos no âmbito externo, sendo possível também o inverso, ou seja, ações externas levadas a cabo com o objetivo de alterar a configuração política doméstica⁴⁵. Dessa forma, para se compreender o sentido da política externa de um país, em seu conjunto, a análise deve necessariamente levar em conta a inter-relação existente entre os níveis doméstico e internacional. Estudos baseados somente em um dos dois níveis correm o risco de chegar a conclusões imprecisas, incompletas ou, eventualmente, equivocadas.

Para Lobell, o grau de consenso entre o “*Foreign Policy Executive*”⁴⁶ - FPE – e os atores domésticos relevantes⁴⁷ a respeito do que se caracteriza como uma ameaça

⁴³ LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. op. cit., pp. 23-27.

⁴⁴ Como se verá mais a frente, esse parece ter sido um dos fatores que contribuíram para a crise que envolveu Zacarias de Góis e o então Marquês de Caxias em 1868. Como tal embate político ocorreu durante o desenrolar da Guerra do Paraguai, suas consequências poderiam ter sido bem mais significativas, afetando de modo negativo o desenrolar das ações brasileiras no campo de batalha. Cf. capítulo 07.

⁴⁵ LOBELL, Steven E. op. cit., 2009. pp. 42-74; ROSE, Gideon. op. cit., pp. 161 – 165.

⁴⁶ “*Foreign Policy Executive*” pode ser o Ministro das Relações Exteriores de um país, seu Presidente ou qualquer outro burocrata com autonomia suficiente para formular e/ou implementar as diretrizes

externa determina o grau de eficiência e efetividade da resposta de um país. O autor defende que o consenso interno permite que o FPE lance mão de recursos escassos da sociedade e os canalize para a formulação e a implementação de uma política externa adequada aos objetivos traçados e eventualmente capaz de estabelecer as bases para uma estratégia de política externa de médio ou longo prazo. “States leaders or the FPE occupy critical positions in the administration, and are responsible for long-term grand strategic planning, including the identification of changes in the global or regional balance of power”⁴⁸.

Nesse sentido, os três cenários de coalizão entre FPE e atores domésticos relevantes podem resultar em atuações externas restritas, moderadas ou plenas. Segundo Lobell (2009), quando a avaliação do FPE sobre riscos e ameaças não encontra suporte nos atores domésticos relevantes, o resultado pode ser o imobilismo frente a uma mudança significativa no sistema internacional ou uma ação ineficiente, gerando uma atuação externa restrita. Quando uma parcela dos atores domésticos relevantes está de acordo com o FPE, a atuação externa pode apresentar eficiência moderada frente ao contexto internacional. Já quando os atores domésticos relevantes apoiam o FPE e partilham de sua avaliação sobre eventuais ameaças externas, o resultado é a atuação internacional eficaz, com grande capacidade de canalizar recursos escassos da sociedade para os fins da política externa formulada⁴⁹.

Além da dinâmica existente entre FPE e atores domésticos, há outras características que influenciam a capacidade estatal de atuar no cenário internacional. Os interesses dos dirigentes de instituições estatais ou de determinados grupos econômicos, por exemplo, podem estar fundamentados no âmbito local ou no âmbito nacional. Assim, objetivos paroquiais podem sobrepor-se a interesses nacionais, influenciando a formulação da política externa em um sentido que vislumbre ganhos para apenas uma parcela da sociedade, em detrimento dos interesses das demais, prejudicando a capacidade de resposta de um país a ameaças externas. O inverso também é possível, na medida em que os interesses de grupos específicos podem ir ao encontro daquilo que beneficia a sociedade como um todo, propiciando condições

principais da política externa de um Estado. No presente estudo, a hipótese de pesquisa tem como pressuposto que Duque de Caxias ocupou essa posição e também influenciou de modo significativo a atuação de outros atores que exerceram esse papel. LOBELL, Steven E. op. cit., 2009. p. 43.

⁴⁷ Para esse autor, atores domésticos relevantes seriam grupos, instituições e outros atores com grande influência sobre o processo de formulação e implementação da política externa de um país.

⁴⁸ LOBELL, Steven E. op. cit., 2009. p. 45.

⁴⁹ LOBELL, Steven E. op. cit., 2009. pp. 64-69.

favoráveis ao surgimento de uma política externa eficaz, capaz de responder de forma adequada aos cenários externos tidos como ameaçadores⁵⁰.

Por essas razões, Gideon Rose (1998) argumenta que “power analysis must therefore also examine the strength and structure of states relative to their societies, because these affect the proportion of national resources that can be allocated to foreign policy”⁵¹. Em outras palavras, para o Realismo Neoclássico, a relação entre a estrutura institucional do Estado e a sociedade civil que lhe dá suporte é essencial para a compreensão da ação dos principais atores envolvidos no processo de formulação e implementação da política externa.

Teorias baseadas somente em análises de dinâmicas domésticas não conseguem explicar, por exemplo, porque países com estruturas internas similares podem agir no âmbito internacional de modo diferente ou porque países com estruturas internas diferentes podem comportar-se externamente de maneira similar. Já as teorias fundamentadas apenas em estudos sistêmicos deixam de captar a razão de Estados com posições similares no sistema internacional agirem de modo diverso⁵². Para se chegar à variável dependente que se pretende explicar – a política externa de um determinado Estado – é necessário, assim, estudar as dinâmicas domésticas e internacionais nas quais o país em análise está inserido.

Dessa maneira, a lógica causal do Realismo Neoclássico tem a distribuição de poder relativo como sua principal variável independente; os fatores domésticos como variáveis intervenientes – percepções dos líderes, estruturas políticas internas de cada Estado, a configuração e as dinâmicas da sociedade civil –; e a política externa dos países como a variável dependente, que se pretende explicar. Outro traço distintivo dessa vertente teórica é o pressuposto de que os Estados não respondem às incertezas da anarquia internacional por meio da busca da segurança como um fim em si mesmo, mas sim por meio da tentativa de controlar e moldar o contexto externo no qual estão inseridos de acordo com seus objetivos e interesses⁵³.

Por considerar inadequados os modelos de análise que sejam basicamente sistêmicos ou majoritariamente domésticos, os estudos realistas neoclássicos costumam iniciar suas análises pelo âmbito sistêmico e buscam compreender, por meio de estudos

⁵⁰ LOBELL, Steven E. op. cit., 2009. pp. 56-62.

⁵¹ ROSE, Gideon. op. cit., p. 147.

⁵² ROSE, Gideon. op. cit., pp. 147 – 154.

⁵³ ROSE, Gideon. op. cit., pp. 151 – 152.

de casos reais, o modo por meio do qual o poder relativo de cada Estado é traduzido e operacionalizado em ações externas⁵⁴. Para tanto, descer ao nível das unidades é fundamental:

To investigate how perceptions matter, for example, one has to get inside the heads of key state decisions makers, something that often requires foreign languages capabilities and/or archival research. And to incorporate state structure as an intervening variable, one has to know a decent amount about how different countries' political institutions work, both in theory and in practice. (ROSE, Gideon. 1998, p. 166.)

Por focar no papel desempenhado pelas variáveis independentes e intervenientes, o Realismo Neoclássico favorece narrativas históricas lastreadas na teoria e em análises que explicitam a maneira por meio da qual os diferentes fatores (sistêmicos e domésticos) inter-relacionam-se para dar origem às políticas externas de cada Estado⁵⁵. Esse instrumental teórico favorece a presente pesquisa, na medida em que se busca compreender como a atuação de Duque de Caxias contribuiu para a formulação e a implementação da política externa do Império e como esse ator influenciou as diretrizes que balizaram o processo de inserção internacional do Brasil no Cone Sul.

À luz do contexto doméstico e da configuração regional do Rio da Prata, foi necessário compreender a lógica subjacente à atuação dos líderes políticos e dos partidos nacionais do Império, possibilitando analisar as características dos principais atores responsáveis pelas agendas de governo implementadas no período. Para tanto, alguns dos métodos típicos da Prosopografia foram utilizados ao longo da pesquisa.

1.5 – As contribuições da Prosopografia

Toda pesquisa histórica que se fundamente em análises sociológicas para compreender grupos identificados como *elites* deve realçar que a própria existência de um conjunto de dirigentes situados no topo de uma pirâmide social não é algo dado, mas, antes, constitui fenômeno sócio-histórico inserido em um contexto temporal definido. Nesse sentido, esse fenômeno social é sempre passível de ser apreendido por

⁵⁴ ROSE, Gideon. op. cit., pp. 166.

⁵⁵ ROSE, Gideon. op. cit., p. 153.

meio do estudo das características e das práticas sociais dos atores que o compõem e se revelam enquanto agentes dirigentes por meio de suas ações políticas e econômicas⁵⁶.

Assim, o estudo da trajetória de uma personalidade, ou de um grupo de dirigentes, evidencia a relação existente entre a série de cargos e funções ocupadas por esse ator, ou por esse conjunto de atores, em um determinado período histórico-social, e as consequentes mudanças estruturais na sociedade em que tais indivíduos dotados de poder decisório encontram-se inseridos⁵⁷.

A prosopografia, ou método das biografias coletivas, pode ser considerada um método que utiliza um enfoque de tipo sociológico em pesquisa histórica, buscando revelar as características comuns (permanentes ou transitórias) de um determinado grupo social em dado período histórico. (HEINZ, 2006, p.9)⁵⁸.

A análise das biografias de grupos de atores permite evidenciar as características comuns a seus membros, os laços de afinidade que os levam a ter os mesmos interesses político-econômicos e os fatores sociais que garantem a manutenção dos aspectos que os distinguem em relação ao restante da sociedade da qual fazem parte⁵⁹.

(...) pela prosopografia, podem-se demonstrar tanto a reprodução social consequente das lógicas empregadas na manutenção da estrutura social quanto as lutas para a transformação da estrutura de poder em cada esfera social. Nesse sentido, a prosopografia é um aporte muito útil nas análises de elites sociais e políticas. (MONTEIRO, 2009, p. 30).

A presente tese partilha da definição de prosopografia elaborada por Stone (1971) e já apresentada na introdução, segundo a qual esse método consiste em “the inquiry into common characteristics of a group of historical actors by means of a collective study of their lives”⁶⁰.

Jan, Koenraad e Myriam consideram que a prosopografia assemelha-se mais a uma abordagem de pesquisa do que a um método *sui generis, per se*, na medida em que

⁵⁶ MONTEIRO, Lorena. *Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História*. Sociedade e Cultura. Vol.12, n.º. 1, jan./jun. Goiânia: 2009, pp. 25-32. p.26.

⁵⁷ MONTEIRO, op. cit., p. 28.

⁵⁸ *apud* MONTEIRO, op. cit., p. 29.

⁵⁹ MONTEIRO, op. cit., p. 29.

⁶⁰ STONE, Lawrence. *apud*: JAN, Dumolyn; KOENRAAD, Verboven; MYRIAM, Carlier. *A short manual to the art of prosopography*. In: KEATS-ROHAN K.S.B (ed.) *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*. Oxford, Unit for Prosopographical Research (Linacre College), 2007, pp.35-69.

esses atores entendem-na como a tentativa de agrupar de modo sistemático toda informação biográfica relevante sobre um determinado grupo de pessoas⁶¹. Assim, uma investigação prosopográfica deve buscar elucidar as características sociais comuns a um conjunto determinado de indivíduos, empenhando-se em focar nos aspectos gerais compartilhados por esses agentes. Desse modo, as peculiaridades e as singularidades das vidas de cada um desses atores devem receber atenção secundária⁶².

Ao lançar mão da prosopografia, o pesquisador deve se ater ao universo de pessoas que envolvem um determinado indivíduo, caso queira entender a lógica inerente às suas ações⁶³. Desse modo a família, os laços comunitários, e a posição social ocupada por cada ator servem como fonte de informações para o cientista interessado em compreender as motivações políticas, econômicas e sociais que animaram as suas condutas em um contexto histórico específico. No presente trabalho, a prosopografia serviu como suporte interpretativo às análises realizadas, não tendo constituído em instrumento descritivo. De posse de uma boa quantidade de obras historiográficas relativas às vidas dos políticos do Império, de documentos e cartas produzidas por esses atores, e de um índice de nomes que contribuiu para limitar o grupo analisado⁶⁴, foi possível compreender as principais características da elite imperial, valendo-se ainda do excelente estudo de José Murilo de Carvalho (2007b) como fonte de dados quantitativos e qualitativos.

Os resultados das pesquisas prosopográficas forneceram as informações necessárias para analisar e determinar as principais configurações das redes de contatos existentes entre os diferentes atores pertencentes à elite imperial, o que proporcionou, por sua vez, melhores condições para inferir as dinâmicas sociais e políticas inerentes à sociedade brasileira a que essa classe dirigente fazia parte⁶⁵. Como se verá, principalmente no capítulo 2, essa abordagem foi de grande utilidade para delimitar os

⁶¹ JAN; KOENRAAD; MYRIAM. op. cit., p. 2.

⁶² JAN; KOENRAAD; MYRIAM. op. cit., pp. 2-6.

⁶³ CARTER, John Marshall. *Prosopography as a teaching tool: understanding the essence of power*. In: *The Clearing House*, Vol. 58, nº. 1, Taylor & Francis, Ltd. Sep., 1984, pp. 14-17. p. 15; JAN; KOENRAAD; MYRIAM. op. cit., p. 14.

⁶⁴ O índice onomástico de base para a abordagem prosopográfica desenvolvida foi o *Arquivo nobiliarchico brasileiro*, que apresenta todos os nomes pertencentes à nobreza imperial de forma sistematizada em um único volume, contendo breves relatos das biografias de cada um dos indivíduos galardoados com títulos de nobreza no século XIX. Com algumas exceções, (em grande medida de políticos liberais) os principais dirigentes e atores econômicos do Brasil monárquico encontram-se descritos nessa obra. Para maiores detalhes, conferir: VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917.

⁶⁵ JAN; KOENRAAD; MYRIAM. op. cit., p. 14.

traços gerais da elite imperial de que Luiz Alves de Lima e Silva fez parte e proporcionou ainda condições adequadas para melhor compreender as ações dos correligionários Saquaremas, integrantes do Partido Conservador. Na medida em que a prosopografia foi aplicada como ferramenta subsidiária para facilitar a compreensão dos traços distintivos da elite dirigente brasileira do século XIX, essa abordagem auxiliou a elucidar a interação mantida entre duas importantes variáveis intervenientes da presente pesquisa: Caxias e o grupo social do qual ele fazia parte.

Ao se analisar as experiências familiares, sociais, militares, parlamentares e governamentais de Caxias, pôde-se compreender os impactos desses eventos sobre as ações e as perspectivas desse líder conservador. Ademais, foi possível esclarecer a posição desse ator em face à política doméstica imperial; ao equilíbrio de forças entre os países do Prata; e à melhor estratégia de inserção regional para o Brasil no Cone Sul. O presente trabalho tentou demonstrar ainda como os parâmetros da política externa brasileira influenciados e implementados por Luiz Alves de Lima e Silva serviram de alicerce para a constituição da diretriz jurídica do *uti possidetis de facto*, que serviu de base para todo o processo de negociação e definição das fronteiras nacionais a partir de 1850.

Desse modo, passa-se a analisar os itens que constituem as variáveis intervenientes da pesquisa: os principais fatores domésticos do Brasil naquele contexto; a formação familiar, profissional e política de Caxias; as atuações militares e políticas desse ator ao debelar revoltas internas. Em seguida, buscou-se estudar os itens que constituem a variável independente da tese: as características do contexto internacional platino daquele período, para, por fim, tentar compreender os aspectos que perfazem a variável dependente e que tentam explicar a política externa brasileira e o processo de inserção do país no Cone Sul: a participação de Luiz Alves de Lima e Silva nas lutas contra Oribe, Rosas e, posteriormente, López; e a contenção das ambições argentinas na região platina.

Capítulo 2 - A consolidação do Império, a sua elite dirigente e o Projeto de Estado Saquarema

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo; fui liberal. Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, entra em risco pela desorganização e pela anarquia – Bernardo Pereira de Vasconcelos⁶⁶.

2.1 – Introdução

Ao contrastar o objeto de estudo da presente tese com os principais parâmetros de análise do Realismo Neoclássico, tem-se, no nível das variáveis independentes, a distribuição de poder entre as nações platinas e os seus respectivos interesses conflitantes, que são evidenciados durante os processos de formação político e territorial de cada Estado da região. Como variáveis intervenientes, os constrangimentos domésticos e as percepções das elites do Brasil assumem papel fundamental na conformação da busca dos objetivos externos nacionais. Por fim, na condição de variável dependente, e como uma das pontas do “transmission belt” mencionado por Lobell, Ripsman e Taliaferro (2009), tem-se a política externa executada pelo Império. Ao se confrontar as atuações políticas e militares de Luiz Alves de Lima e Silva no âmbito doméstico com a diretriz externa formulada pelo grupo Saquarema, foi possível compreender como esse estadista influenciou a atuação externa do Império, principalmente para a região do Prata.

Como suporte para alcançar o referido objetivo, faz-se necessário conhecer o contexto político e social no qual Luiz Alves cresceu, formou-se e atuou até sua adesão aos princípios do Partido Conservador⁶⁷. Assim, por meio do presente capítulo, pretende-se realizar breve análise do processo de independência política do país e da

⁶⁶ *apud.* TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p. 55. O referido texto é atribuído por diversos autores, inclusive Oliveira Torres, a Bernardo Pereira de Vasconcelos, no entanto, não foi possível localizar tal passagem em nenhum dos discursos e dos escritos do deputado mineiro. Não obstante, optou-se por reproduzir o trecho em questão por representar as circunstâncias do contexto inicial do “regresso conservador”, processo político-parlamentar por meio do qual o Estado brasileiro promoveu sua consolidação política.

⁶⁷ Como se verá mais adiante e pelas razões apresentadas no próximo capítulo, considerou-se que Luiz Alves de Lima e Silva aderiu aos princípios do Partido Conservador em 1842, logo após chefiar as ações militares contra as revoltas liberais em São Paulo e em Minas Gerais.

vitória do projeto de Estado do grupo dirigente Saquarema, cujo programa assumiu caráter nacional a partir da segunda metade da década de 1840. Em seguida, com o objetivo de melhor compreender as características da elite do Império, apresentar-se-á exame conciso da configuração desse ator social.

A análise de algumas das principais variáveis intervenientes que afetaram não só a elaboração e a implementação da política externa brasileira, mas também a perspectiva de Luiz Alves de Lima e Silva permitirá obter as informações básicas necessárias para a apresentação, no capítulo seguinte, do processo de formação dessa figura histórica e como se desenvolveu, nesse âmbito, o processo de constituição de seus valores políticos e militares. Conseqüentemente, nos capítulos seguintes, será possível compreender a inter-relação existente entre a atuação desse ator e as diretrizes externas do Império sobre o Cone Sul.

2.2 – A construção e a consolidação do Império do Brasil

A historiografia sobre a evolução política do Brasil apresenta diferentes marcos para o processo de Independência e de consolidação da ordem do país. Dentre as diversas interpretações e avaliações, não parece haver dúvidas sobre a importância da transmigração do centro político e administrativo do Império português para o Rio de Janeiro, em 1808, fato que mudou de forma definitiva a maneira por meio da qual essa cidade e o território americano português passaram a se inserir no sistema imperial lusitano, produzindo o que Maria Odila da Silva (2005) denominou “interiorização da metrópole”⁶⁸. De forma sucinta e com vistas a compreender os eventos relacionados à consolidação do Império, os aspectos políticos e sociais do período compreendido entre 1808 e 1850 serão brevemente analisados.

Em uma época em que os meios de comunicações e de deslocamento eram reduzidos, levavam-se 50 dias para ir de Lisboa ao Rio de Janeiro, em navio; três meses para se alcançar a capital da província de Goiás desde a capital fluminense, por via terrestre; e cinco meses para se alcançar a capital da província de Mato Grosso, também por via terrestre⁶⁹. Ao se ter presente esses aspectos espaço-temporais vigentes à época,

⁶⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Alameda, 2005.

⁶⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 34.

percebe-se o quão significativa foi a velocidade do processo de formação e consolidação do Império, durante o qual alguns dos mais relevantes eventos políticos da história do país ocorreram. Em pouco mais de 40 anos, o Brasil deixou de ser uma colônia, transformou-se no centro do Império português; foi alçado à condição de Estado integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; conquistou sua Independência política e assegurou essa condição por meio de lutas em diversas de suas províncias; promulgou sua mais longeva Constituição; viu seu primeiro imperador abdicar do trono; atravessou quatro regências; conseguiu desbaratar diversas revoltas regionais; viu seu segundo imperador ascender ao trono; e transformou o projeto político do Partido Conservador em projeto de Estado, consolidando assim sua ordem interna⁷⁰.

Em grande medida, esse período coincidiu com os anos de formação política e militar de Luiz Alves de Lima e Silva, tendo contribuído para moldar suas percepções a respeito da vida política brasileira, na medida em que serviu como contexto de fundo à sua atuação. As experiências vividas e os fatos observados nesse intervalo de tempo levaram Luiz Alves a aderir ao projeto político conservador, responsável pela consolidação do Estado Imperial.

Quando Dom João VI chegou ao Rio de Janeiro, com sua corte, em 1808, Luiz Alves ainda não havia completado 5 anos de idade. Seu avô, José Joaquim de Lima e Silva, construía uma carreira militar de pouco sucesso e tentava se inserir na sociedade local de modo a obter uma melhor posição⁷¹. A chegada de uma corte europeia à América, desembarcando grande contingente de nobres, cortesãos e funcionários públicos na cidade, gerou significativas mudanças políticas, militares, sociais e culturais não apenas no Rio de Janeiro, e em sua região mais próxima, mas também em todo o território português no Novo Mundo⁷². A instalação do aparato burocrático lusitano

⁷⁰ A análise detalhada de cada um dos acontecimentos mencionados poderia ser objeto de teses, dissertações e pesquisas independentes pela grande quantidade de material disponível e pelo número elevado de pesquisas já realizadas sobre esses tópicos. Por essa razão e com vistas a não desviar o foco do presente trabalho, apenas as principais características de cada desdobramento histórico serão analisadas, buscando inserir tais eventos em um contexto mais amplo que possibilite compreender as características sociais e políticas da conjuntura histórica em que Luiz Alves de Lima e Silva cresceu e se formou.

⁷¹ A ascensão social e militar da família Lima e Silva e sua inserção nos círculos de convivência próxima dos monarcas português e brasileiros serão melhores analisadas no próximo capítulo. Como se verá, as mudanças políticas e sociais decorrentes da chegada da Família Real ao Brasil tiveram impactos positivos diretos sobre o avô, o pai e os tios de Luiz Alves de Lima e Silva. Cf. capítulo 03.

⁷² CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. p. 14.

naquela cidade transplantou uma série de instituições administrativas, militares e científicas, além de ter propiciado ensejo para a criação de outras novas⁷³.

Apesar de a instalação da corte portuguesa no Brasil ter ocorrido em função das invasões francesas a Portugal, no contexto das Guerras Napoleônicas, sua execução não foi procedimento estranho ao planejamento estratégico geopolítico lusitano. Em reinados anteriores ao de Dona Maria, diferentes projetos e propostas já haviam sido traçados com vistas a realizar a mudança da capital do Império português da Europa para a América⁷⁴. A dependência econômica e política em relação à Inglaterra e o temor de anexação por parte da Espanha sempre tiveram peso significativo na formulação e na definição das linhas de ação de Lisboa, gerando de forma constante a necessidade de conceber alternativas que garantissem a sobrevivência e a manutenção do poder político da dinastia dos Braganças.

A antiga aspiração portuguesa de constituir um grandioso Império com sede na América começou a ser implementada pouco depois da chegada da Família Real ao Brasil, sendo possível verificar a materialização da busca de tal meta nas políticas econômicas e externa Joaninas. O decreto da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, por exemplo, garantiu a um só tempo a sobrevivência econômica do regime lusitano⁷⁵ e atendeu aos interesses comerciais ingleses, potência que passou a ser a principal fornecedora de produtos europeus para a corte portuguesa no Rio de Janeiro. A abertura dos portos brasileiros gerou as bases para a posterior inserção comercial do Brasil independente sob a preeminência inglesa nos âmbitos financeiro, comercial e econômico⁷⁶.

⁷³ Como exemplos de instituições portuguesas transplantadas, pode-se mencionar o Conselho de Estado, a Casa de Suplicação e o Conselho da Fazenda; como exemplo de instituições criadas, pode-se mencionar a Real Academia Militar, o Jardim Botânico e a Escola de Marinha. CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A fundação de um império liberal*. In: *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 153-202; MATTOS, op. cit., pp. 50-51.

⁷⁴ CARVALHO, 2007b, p. 19; CUNHA, 2007. pp. 154-159; MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP: Ed Moderna, 1997. pp. 80-83; MATTOS, op. cit., p. 53.

⁷⁵ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: panorama político*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. pp. 189-190; CUNHA, 2007. pp. 160-161. Há de se destacar que a manutenção do monopólio de comércio do Brasil com Portugal tornara-se impossível, dada a invasão e a ocupação francesa do território lusitano. É interessante notar como esse importante fato é pouco explorado pela historiografia sobre o período, cujos autores, em sua maioria, interpretam o evento apenas como exemplo de uma medida modernizadora advinda do espírito esclarecido do Príncipe Regente.

⁷⁶ Para maiores detalhes sobre a hegemonia dos interesses financeiros e comerciais ingleses no Brasil, cf. MANCHESTER, Alan Krebs. *A preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1973.

Na esfera política, Dom João centralizou a administração do Império português no Rio de Janeiro. As ordens emanadas dessa cidade passaram a reger todo o território português na Europa e a determinar a condução dos negócios nas colônias da África e da Ásia. Pela primeira vez, no território do Brasil, a administração das possessões lusitanas na América passou a centralizar-se em uma só cidade.

Ao mesmo tempo a nova Corte deixou de ser meramente a capital do sul; pois é preciso lembrar que a mudança da “capital” em 1763 não significara, do ponto de vista da unidade nacional, mais do que uma transplantação de honrarias. O Vice-Rei no Rio cuidava exclusivamente das capitanias meridionais. O famoso relatório do Marquês do Lavradio não contém uma só referência ao Norte do país. Este se dividia em três regiões: a baiana (de Sergipe ao Espírito Santo), a pernambucana, que centralizava o Nordeste, e a paraense-amaranhense, que abrangia a Amazônia e atraía Mato Grosso e metade de Goiás. Três cidades – Salvador, Recife e Belém (alternando ainda com São Luís) – comunicavam-se com Lisboa (...). (CUNHA, 2007, p. 162).

Chama atenção o fato de que, até 1808, não havia unidade política ou administrativa nos territórios que viriam a constituir o Brasil. As possessões lusitanas na América subordinavam-se diretamente a Lisboa, por meio de quatro conjuntos ou áreas administrativas⁷⁷. Mesmo no âmbito econômico, a integração do comércio em escala nacional só foi construída tardiamente, como bem demonstrou Celso Furtado (2000). A subordinação das províncias do nordeste e do norte ao Rio de Janeiro era fato novo e a revolta pernambucana contra a dominação da “Nova Lisboa” demonstra bem esse aspecto⁷⁸. Assim, a constituição territorial do que viria a ser o Brasil não ocorreu por meio de um processo pacífico ou “natural”. No entanto, considerando a instalação da Corte Portuguesa na cidade fluminense, não havia questionamentos possíveis quanto à legitimidade da referida centralização em curso.

No âmbito externo, a ocupação de Caiena e da Banda Oriental do Rio da Prata evidenciaram o desejo de Dom João de constituir um poderoso Império português na América. Posteriormente, durante o Congresso de Viena, a ocupação de Caiena garantiu o estabelecimento do Rio Oyapoque como fronteira entre o Brasil e as possessões francesas⁷⁹. A segunda ocupação permitiu a anexação definitiva ao território brasileiro

⁷⁷ CARVALHO, 2007b. p. 14

⁷⁸ BASILE, op. cit., p. 192.

⁷⁹ A partir de então, o principal problema foi determinar qual seria o rio Oyapoque. A França defendia a tese de que o atual rio Araguari era o Oyapoque. Como se sabe, a questão foi bem resolvida pelo Barão do Rio Branco em 1900, quando o Diplomata brasileiro submeteu a controvérsia ao arbitramento do

da região dos Sete Povos das Missões e a incorporação, temporária, da Banda Oriental, transformada ulteriormente na Província Cisplatina⁸⁰.

A Revolução do Porto, em 1820, exigiu: o fim da tutela inglesa sobre o território lusitano na Europa; o retorno de Dom João VI a Lisboa – nesta época já na condição de monarca do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves –; e a convocação de uma assembleia constituinte composta pelos delegados das cortes portuguesas, com vistas a promulgação de carta magna que limitasse os poderes do Rei. As reivindicações dos revolucionários receberam a adesão pacífica de Lisboa e de diversas cidades brasileiras. Diante das agitações e das adesões ao movimento revolucionário, Dom João VI decidiu retornar a Lisboa, deixando seu Príncipe herdeiro, Dom Pedro, como regente no Reino do Brasil⁸¹.

O apoio de políticos brasileiros à Revolução do Porto decorreu da crença de que os princípios liberais que lhe deram corpo seriam implementados em benefício de todos os três reinos lusitanos. Somente com o transcorrer das discussões em Lisboa, tornaram-se evidentes a tentativa de reestabelecer a preponderância de Portugal sobre o Brasil e a intenção de restaurar a condição colonial do reino americano. A opção pela separação de Portugal só passou a ser considerada pelos representantes brasileiros às Cortes quando não restaram dúvidas sobre as intenções dos delegados da ex-metrópole de retirar as prerrogativas políticas e econômicas obtidas pelo Brasil durante o período joanino. A tensão entre os representantes brasileiros e os delegados portugueses chegou a tal ponto que os deputados americanos tiveram de deixar a assembleia sob a ameaça de serem presos⁸².

Entre 1808 e 1822, a condução da política interna lusitana forjou uma unidade administrativa e política no Brasil, ainda que imperfeita. As medidas joaninas e a elevação do território americano à condição de Reino Unido propiciaram o surgimento de uma conciliação política entre as lideranças brasileiras de diversas correntes ideológicas⁸³ pela defesa dos interesses do então Reino americano. Para tanto, os

Suíço Walter Hauser, que proferiu laudo favorável ao Brasil. Para maiores detalhes Cf. RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco III: Questões de limites Guiana Francesa primeira memória*. Brasília: FUNAG, 2012; e RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco IV: Questões de limites Guiana Francesa segunda memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

⁸⁰ CUNHA, 2007. pp. 170-171.

⁸¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. pp. 130-131; MAGNOLI, op. cit., pp. 90-91.

⁸² CUNHA, 2007. pp. 198-201; FAUSTO, op. cit., pp. 132-133; MATTOS, op. cit., pp. 55-56.

⁸³ Tais como, por exemplo, Cipriano Barata e Antônio Carlos de Andrada.

dirigentes da época aglutinaram-se em torno do Príncipe Regente⁸⁴. A proclamação da Independência foi o resultado de um processo de esgarçamento político entre Rio de Janeiro e Lisboa, em que o ressentimento da última antagonizou-se ao desejo da primeira de não perder os direitos e as condições políticas e econômicas então recém-adquiridas. Dado o histórico das agitações e da radicalização das discussões ocorridas em ambos os lados do Atlântico, o rompimento entre Brasil e Portugal dificilmente poderia ter sido evitado⁸⁵.

Aconselhado pelo pai e por José Bonifácio, Dom Pedro liderou o movimento de separação dos dois reinos como forma de obter algum controle sobre o curso das ações e, obviamente, assegurar para si a coroa da nova monarquia. No contexto das disputas de interesses entre dirigentes portugueses e brasileiros, a ideia e o conceito de unidade brasileira fortaleceram-se aos poucos. Como bem notou Demétrio Magnoli (1997):

O conceito de nação apareceu no Brasil como reação à sua definição, em Portugal, a partir do Movimento Constitucionalista do Porto de 1820. A exigência dos portugueses quanto ao retorno de D. João VI deflagrou a tentativa recolonizadora que acabou por precipitar a ruptura de 1822. (MAGNOLI, 1997, p. 91).

No entanto, o estabelecimento de um novo Estado separado de Portugal não ocorreu de forma incontestada. A centralização política em torno do Príncipe e de sua corte sediada no Rio de Janeiro foi questionada por Lisboa e por diversas províncias na América. Como a unidade administrativa e política do Brasil era incipiente, os laços de diversas regiões com a capital portuguesa ainda eram mais fortes que aqueles recentemente estabelecidos ou intensificados com a capital fluminense. Além disso, ainda que o processo tenha sido liderado por um membro da casa de Bragança, a proclamação da independência foi ato de subversão à ordem e à autoridade lusitanas e sua legitimidade era, pois, questionável.

A adesão a Dom Pedro por parte das elites brasileiras foi grande, mas não foi unânime. Em algumas províncias, a grande presença de contingente militar português garantiu a fidelidade temporária dessas regiões a Lisboa, como, por exemplo, na Bahia e na Cisplatina. Em outras localidades, como no Pará e no Maranhão, a divisão das elites

⁸⁴ CUNHA, 2007. pp. 200-201.

⁸⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. *História da Independência do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 155.

locais fez que seus dirigentes se mostrassem reticentes em aderir ao Príncipe Regente⁸⁶. Nesses casos, o uso da força foi plenamente empregado como forma de impor a autoridade de Dom Pedro e de subordinar todo território do Brasil a um centro de poder único e centralizado, fortalecendo assim as ligações políticas entre o Rio de Janeiro e as diversas províncias do novo Estado.

Destaca-se, por conseguinte, o fato de que as lutas e as dinâmicas políticas relacionadas ao contexto histórico em análise estabeleceram os três primeiros pilares da nação que surgia: manutenção da unidade territorial da América portuguesa; implementação de uma monarquia de caráter parlamentarista; e a efetivação da centralização política no Rio de Janeiro. Esses aspectos da organização político-estatal em construção e as demais características que se cristalizaram gradualmente até 1850 fizeram parte de consensos parciais a respeito da nova ordem emergente no território da ex-colônia portuguesa. Assim sendo, a imposição desses parâmetros enfrentou fortes contestações advindas de diferentes grupos dotados de ideologias e de interesses diversos. A Independência do Brasil abriu um leque significativo de possibilidades políticas, inserindo o país em um contexto de disputas entre grupos liberais, conservadores, republicanos e regressistas que ansiavam por concretizar os seus respectivos projetos de Estado.

Proclamada a Independência, as divergências e os conflitos entre as elites que estiveram à frente do processo logo precipitaram-se, ao se lançarem estas à tarefa de definir as bases de constituição do novo Estado e de ocupar um lugar central nesse governo. As disputas, como visto, começaram mesmo antes da ruptura com Portugal. (BASILE, 1990, p. 209).

Após a coroação e a sagração de Dom Pedro I, os principais conflitos políticos passaram a ocorrer entre o Imperador e os membros do Legislativo nacional, tendo por objeto os trabalhos relativos a Assembleia Constituinte⁸⁷. Como se sabe, essas tensões contribuíram para que Dom Pedro dissolvesse a referida Constituinte e outorgasse ao país a Carta de 1824, que lhe atribuiu poderes e competências mais amplas que aquelas constantes do projeto de constituição elaborado pelos parlamentares⁸⁸.

⁸⁶ Para um maior detalhamento do processo de Independência em cada uma das unidades recalcitrantes, cf. VARNHAGEN, op. cit., pp. 319-436.

⁸⁷ BASILE, op. cit., pp. 209-211.

⁸⁸ A concessão ao monarca de exclusividade do exercício do Poder Moderador e a atribuição a ele da chefia do Poder Executivo exemplificam esse fato. Para maiores detalhes sobre o Poder Moderador e

Após a outorga da Constituição e a abertura do Parlamento, os conflitos entre Dom Pedro I e o Legislativo agravaram-se⁸⁹. A insatisfação de parcela significativa dos políticos brasileiros face ao Imperador aumentou com o transcorrer do primeiro reinado. Algumas decisões político-administrativas de Dom Pedro I em conjunto com sua postura autoritária contribuíram para tanto. Como exemplo, pode-se mencionar o excesso de força na repressão à Confederação do Equador; a Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata e a perda da Província Cisplatina; a publicidade dada aos termos do tratado de reconhecimento assinado por Brasil e Portugal, com mediação inglesa; e os interesses de Dom Pedro I pelas questões domésticas portuguesas e pela sucessão do trono lusitano. Todos esses tópicos desgastaram de modo significativo a imagem do Imperador perante a população e as elites nacionais. Os dirigentes brasileiros ressentiam-se ainda de supostas predileções da coroa em relação a políticos e militares portugueses, algo que transparecia por meio de nomeações, promoções, premiações e atribuições de títulos nobiliárquicos mais favoráveis, segundo aqueles que se queixavam, aos nascidos no território da ex-metrópole⁹⁰.

Contrariado pelo golpe absolutista dado por seu irmão Miguel, em Portugal,⁹¹ e pressionado pela crescente oposição política ao seu governo no Brasil⁹², Dom Pedro I abdicou do trono brasileiro em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, à época com cinco anos de idade. No dia 12 seguinte, o ex-monarca partiu

sobre o Poder Executivo do Brasil Império, cf. BRASIL, Constituição de 1824. Artigos 98 a 104. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737> >. Acesso em 28 de setembro de 2017.

⁸⁹ CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A fundação de um império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. pp. 451-457.

⁹⁰ BASILE, op. cit., pp. 213-217; PANTALEÃO, Olga; CAMPOS, Pedro Moacyr. *O reconhecimento do Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 377-415.

⁹¹ O golpe absolutista de Dom Miguel retirou de Maria da Glória o direito ao trono lusitano, daí a contrariedade de Dom Pedro I. A morte de Dom João VI causou disputas entre Dom Pedro e Dom Miguel sobre o direito de sucessão ao trono português, dando ensejo a conflitos armados que só chegaram ao fim em 1834, com a vitória de Dom Pedro. Por restaurar a monarquia constitucional em Portugal, Dom Pedro tem a imagem de um herói liberal na memória da história lusitana. No Brasil, sua imagem é de um monarca autoritário, embora não fosse absolutista. IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil. 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp 128-129. Para maiores detalhes sobre a Guerra Civil Portuguesa, uma das principais obras de referência continua sendo a de Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, em 17 volumes, alguns dos quais estão disponíveis eletronicamente em < https://books.google.it/books?id=sSsLAAAIAAJ&hl=it&source=gbs_book_other_versions >. Acesso em 30 de setembro de 2017.

⁹² Cujas fase mais grave traduziu-se nos distúrbios e na violência urbana ocorridos nas ruas da corte em princípios de abril de 1831.

para Portugal para restaurar os direitos dinásticos de sua filha, Maria da Glória, tomando parte na Guerra Civil da lusitana⁹³.

Iniciou-se, dessa maneira, o período regencial do Segundo Reinado. Entre 1831 e 1845, o país vivenciou, por todo o seu território, uma série de revoltas e de levantes violentos que puseram em risco a sua unidade geográfica; ameaçaram a centralização política do governo nacional; e prejudicaram o desenvolvimento do projeto Estado então em construção. A regência deu ensejo a uma disputa sem precedentes entre as facções políticas do país, gerando instabilidade e chegando a ameaçar alguns setores da própria elite da época⁹⁴.

A estruturação de um Estado e de uma ordem institucional e jurídica para governá-lo não é algo simples ou rápido de ser executado. O processo que levou à construção da ordem imperial foi caracterizado por avanços e retrocessos ideológicos, sendo a sua configuração final fruto da imposição de uma possibilidade dentre inúmeras outras existentes à época. As características e a organização apresentadas pelo país a partir de 1850 foram resultantes de significativas lutas e confrontações de princípios e ideias defendidos por grupos políticos e econômicos concorrentes, os quais tentaram impor suas perspectivas de modo a favorecer seus interesses.

O processo de radicalização política do país ganhou impulso nos anos finais do Primeiro Reinado. Ao protestarem e lançarem demandas contra Dom Pedro I, os grupos mais exaltados, em conjunto com segmentos moderados descontentes, contribuíram para a abdicação do Imperador. Esse notável feito político pode ter favorecido a percepção de que uma maior participação no governo poderia ser obtida por meio da intensificação do emprego dos instrumentos até então utilizados: oposição pela imprensa; movimentos de rua; e conspirações organizadas por sociedades secretas⁹⁵. A naturalização do questionamento da autoridade imperial foi outro fator a contribuir para acirrar os grupos mais radicais. Ao se considerar tal procedimento como parte do jogo político e ao se valer até mesmo da força como meio para pressionar o monarca⁹⁶,

⁹³ CASTRO, Paulo Pereira de. *A “experiência republicana”, 1831-1840*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp: 19-22; CUNHA, 2007b, pp. 432-459.

⁹⁴ MATTOS, op. cit., pp. 71; 74-75.

⁹⁵ MATTOS, op. cit., p 67.

⁹⁶ No primeiro reinado, às vésperas da Abdicação, a “noite das garrafadas” e a concentração de tropas no campo de Santana foram exemplos do emprego da força como instrumento de pressão contra o Imperador. As Revoltas Liberais de 1842, em São Paulo e em Minas Gerais, são exemplos de movimentos políticos bem organizados e que também recorreram às armas para influenciar os rumos

concebeu-se contexto de radicalização política em que toda e qualquer autoridade do Estado recém-instituído passou a ser passível de oposição e de críticas violentas. Os questionamentos às autoridades estatais passaram a contestar suas habilidades para governar e suas próprias legitimidades para ocupar as posições administrativas e políticas no aparelho estatal.

Como resultado, o grau de governabilidade foi comprometido durante todo o período regencial, apresentando melhora somente após os anos iniciais do reinado de Dom Pedro II. Para se evitar a fragmentação do território nacional, além do uso da força e da repressão aos levantes armados, foi necessário revalorizar a imagem do Imperador, fazendo uso instrumental da coroa para fomentar a coesão política e social do país. O uso da autoridade real de Pedro II foi elemento importante para a pacificação de diversas províncias do Império⁹⁷.

O início do período regencial foi caracterizado pela disputa entre três grupos políticos: os liberais moderados⁹⁸, os liberais exaltados⁹⁹ e os restauradores, ou “caramurus”, que defendiam o retorno de Dom Pedro I e a consolidação e o fortalecimento de uma monarquia com poderes centralizados no Imperador. Esse último grupo era composto por comerciantes e militares portugueses e cortesãos e burocratas da corte do primeiro monarca¹⁰⁰. Com a morte de Dom Pedro I, em 1834, a maioria dos restauradores migraram para os moderados e alguns poucos se uniram aos exaltados.

De modo resumido, as diferenças existentes entre os projetos nacionais dos exaltados e dos moderados centravam-se na forma de Estado (unitário, federativo ou confederativo), na forma de governo (República ou Monarquia) e no sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista; existência e abrangência do poder Moderador; manutenção ou supressão do Conselho de Estado; vitaliciedade do Senado; dentre outros aspectos). Além disso, debatia-se também a separação entre Estado e Igreja, a

políticos do país e das respectivas províncias. O objetivo dos liberais paulistas e mineiros também foi o de pressionar o então jovem monarca Dom Pedro II, no entanto, a finalidade das revoltas liberais foi a obtenção da demissão do ministério conservador-áulico, a suspensão das reformas regressistas em curso, e a nomeação de novos Presidentes para as duas províncias.

⁹⁷ Principalmente após a publicação de anistia imperial a rebeldes envolvidos em movimentos regionais, sob a condição de deposição das armas. CASTRO, op. cit., pp. 81-82; REIS, Arthur César Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 190.

⁹⁸ Dentre os quais se destacam os três integrantes da Regência trina provisória: Francisco de Lima e Silva (pai de Luiz Alves de Lima e Silva), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas).

⁹⁹ Dentre os quais, um expoente foi o mineiro Teófilo Otoni. CASTRO, op. cit., pp. 22-24.

¹⁰⁰ BASILE, op. cit., pp. 222-223.

questão servil e escravista e algumas questões comerciais. Em outras palavras, toda a gradual construção de consensos a respeito da caracterização e do funcionamento do Estado brasileiro, iniciada em 1808, reforçada após as batalhas pela independência e levada adiante durante o primeiro reinado foi reexaminada e questionada durante o período regencial.

Nesse sentido, os grupos dirigentes que assumiram a condução do governo a partir de 1831 deram início a uma série de reformas para garantir mais autonomia aos governos das Províncias, limitar as ações do poder Moderador e controlar a atuação do chefe do Executivo central¹⁰¹. Como tais medidas inseriam-se em contexto caracterizado pela recente memória dos conflitos ocorridos entre o Legislativo nacional e Dom Pedro I, elas contribuíram para reduzir a concentração de poder no governo do executivo central.

Uma das primeiras medidas da Regência foi a criação da Guarda Nacional e a redução drástica do efetivo do Exército brasileiro¹⁰². O advento da Guarda Nacional significou o reconhecimento e o fortalecimento do poder local, ajudando a criar estreito vínculo entre as lideranças regionais e o poder central. Como o comando regional da nova Guarda competia ao Presidente de Província, autoridade diretamente indicada pelo governo central, estabelecia-se relação de interdependência entre os dois níveis de poder. Além disso, as lideranças locais contribuíam com recursos financeiros para a manutenção e a composição dessas tropas, fato que, naturalmente, dava-lhes grande influência sobre sua movimentação e o seu emprego¹⁰³.

¹⁰¹ Vale lembrar que, nos termos da Constituição de 1824, o poder Moderador e a chefia do Executivo central eram competências do Imperador.

¹⁰² CARVALHO, 2007b, p. 189. A redução dos efetivos do Exército foi ação necessária, considerando o elevado grau de agitação que prevalecia entre a tropa poucos meses antes do 7 de abril. Insubordinações e sublevações foram comuns nesse período, tanto nas províncias quanto na corte. A redução do quadro do Exército atingiu em sua maioria os oficiais que não tinham nacionalidade brasileira e a grande massa de soldados e sargentos. Para maiores detalhes sobre a situação do Exército na década de 1830, conferir: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 200-215; SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹⁰³ Vale lembrar que, em função do requisito de renda mínima necessária para o engajamento neste corpo armado, a composição dos efetivos da Guarda Nacional caracterizava-se por membros oriundos das elites regionais. Para maiores detalhes sobre a organização e a composição da Guarda Nacional, conferir: URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. pp. 132-144.

A elaboração do Código do Processo Criminal foi outra medida que contribuiu para fortalecer o poder local¹⁰⁴. Sua aprovação aumentou as competências dos juízes de paz ao conceder-lhes “a responsabilidade de preparar as listas de votantes e presidir a mesa eleitoral de sua paróquia”¹⁰⁵, fornecendo-lhes poder para influenciar diretamente os processos eleitorais de suas regiões. O Código atribuiu ainda uma série de competências processuais aos juízes de paz, as quais aumentaram o poder de ingerência dessas autoridades sobre ações policiais e judiciais no âmbito local, em detrimento das atribuições de juízes togados, cuja indicação era feita pelo governo central.

Nesse contexto de fortalecimento das autoridades locais e de contenção das ações do poder central, a principal medida do grupo que viria a constituir mais tarde o Partido Liberal foi o Ato Adicional à Constituição, de 12 de agosto de 1834. Por meio desse instrumento, a Regência Trina produziu alterações importantes na Constituição, instituindo a Regência Una, com mandato de quatro anos, e criando as Assembleias Legislativas nas Províncias, compostas por membros eleitos para mandatos de dois anos¹⁰⁶.

Se não chegava a estabelecer uma federação, já que os presidentes de província continuavam a ser escolhidos pelo poder central, o Ato Adicional ao menos consagrava a descentralização, ao instituir as assembleias provinciais e a divisão das rendas fiscais, conferindo uma maior autonomia às províncias. (BASILE, 1990, p. 228).

Os efeitos das reformas liberais foram rápidos e prejudiciais à governabilidade. A intensificação das lutas regionais entre diferentes facções pelo controle dos fortalecidos instrumentos de poder local e o surgimento de disputas entre as Assembleias Legislativas e o poder central – principalmente no que se refere às matérias relacionadas à divisão de rendas e à nomeação de funcionários públicos – foram algumas das consequências indesejadas. “Logo os desentendimentos nas províncias se

¹⁰⁴ É interessante notar como algumas das principais leis e normas responsáveis pela construção do sistema jurídico do Império foram elaboradas pela geração de estadistas formados na Universidade de Coimbra – A Constituição de 1824, o Código Criminal e o Código Comercial são alguns exemplos. Destacam-se, desse modo, a importância e a influência da formação superior comum desses políticos para a construção da ordem do novo Estado Americano. Cf. CARVALHO, 2007b, p. 77.

¹⁰⁵ BASILE, op. cit., p.227.

¹⁰⁶ Texto do Ato Adicional pode ser consultado em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm >. Acesso em 07 de outubro de 2017. CASTRO, op.cit. pp. 50-55.

converteriam em luta aberta contra o governo central, cujos mecanismos de controle sobre as mesmas foram debilitados pela descentralização”¹⁰⁷.

O *Código do Processo* foi aprovado em fins de 1832 e já se pensou em reformá-lo poucos meses depois, quando Aureliano veio ocupar a pasta da Justiça. O *Ato Adicional*, combatido em projeto por Honório e Rodrigues Tôres, apenas chegara à redação final e já Vasconcelos, que fora seu principal autor, o apontava como a “carta da anarquia”, por causa das emendas que haviam feito a seu texto original. (CASTRO, 2007, pp. 70-71.)

O contexto político conturbado agravado pelas reformas liberais foi um dos principais elementos que propiciou o estabelecimento de um acordo mínimo, entre as elites brasileiras a respeito da organização e do funcionamento das instituições do Estado, retomando, gradualmente, o processo de fortalecimento do governo central. As irrupções de grandes revoltas provinciais no Grão-Pará, no Maranhão, na Bahia e no Rio Grande do Sul promoveram desavenças entre os liberais moderados da regência de Feijó. A cisão entre esses atores deu início a um processo de reorganização das forças políticas nacionais que resultou na estabilização dos grupos que mais tarde constituiriam o Partido Liberal e o Partido Conservador. Bernardo Pereira de Vasconcelos foi o principal nome a aglutinar a emergente oposição às reformas liberais e a defender um movimento de regresso conservador, com vistas a promover o fortalecimento do poder central. Rodrigues Tôres, Paulino José Soares de Sousa, Honório Hermeto Carneiro Leão e Eusébio de Queirós foram outras figuras expoentes desse novo segmento que deu origem ao Partido Conservador¹⁰⁸.

A implementação do programa dos regressistas começou após a renúncia de Feijó, em setembro de 1837. Pedro de Araújo Lima tomou posse como regente e Bernardo Pereira de Vasconcelos assumiu as pastas do Império e da Justiça. As ações contra as reformas liberais foram anunciadas no discurso de abertura da Assembleia Geral de 3 de maio de 1838, Fala do Trono conduzida por Pedro de Araújo Lima já na função de regente:

Sobre a inteligência da Lei de 12 de agosto de 1834, que reformou a constituição do Império, dúvidas, e dúvidas graves têm sido suscitadas. Eu chamo a vossa atenção para este muito importante objeto.
(...)

¹⁰⁷ BASILE, op. cit., p. 230.

¹⁰⁸ BASILE, op. cit., pp. 236-238; CASTRO, op. cit., pp. 70-71.

A tranquilidade pública e particular vos pedem ilustrada e ativa revisão das respectivas leis criminais; e a pátria espera que nessa melindrosa tarefa resolvais o problema de aliar a maior soma de liberdade com a maior e mais perfeita segurança. (ARAÚJO LIMA, Pedro. 1838. In: BRASIL. Falas do Trono, 1977, p. 187.).

Os dois motivos de preocupação expostos no discurso do regente foram tratados por meio da Lei de interpretação ao Ato Adicional e por meio da reforma do Código de Processo Criminal. A Lei de interpretação foi elaborada com o intuito de restringir o poder das Assembleias Legislativas das Províncias em matéria processual; retirar das Assembleias a competência de nomeação para os cargos criados por Lei geral e sob responsabilidade do Tesouro da União; e transferir do governo local para o governo central a subordinação das polícias judiciárias. Em suma, tratou-se de transferir para o Rio de Janeiro o controle sobre as nomeações de cargos relacionados ao sistema judicial e policial das províncias¹⁰⁹.

A reforma do Código do Processo Criminal, por sua vez, retirou do juiz de paz muitas prerrogativas e funções pouco antes adquiridas e instituiu a nomeação direta pelo governo central de magistrados e promotores municipais. Além disso, a reforma do Código restaurou diversas competências da magistratura togada em detrimento dos juízes de paz¹¹⁰. É interessante notar, no entanto, a existência de interregno entre a Lei de interpretação ao Ato Adicional e a Lei da reforma do Código de Processo Criminal. Enquanto a primeira é de maio de 1840, a segunda é de dezembro de 1841. Tal fato advém da ascensão dos debates sobre o projeto de maioria do Imperador, ocorridos entre a tramitação das duas normas mencionadas¹¹¹, e que evidenciou a disputa pelo poder entre liberais e conservadores.

Subjacente à sequência de eventos compreendidos entre 1808 e 1850, a competição ocorrida entre grupos e correntes político-ideológicas é fundamental para melhor assimilação do contexto da época, na medida em que esses atores buscaram influenciar a condução do governo português e, após 1822, do governo brasileiro com o objetivo de implementar suas respectivas propostas de construção de Estado. A Regência de Feijó apresentou coalização parlamentar e coordenação suficiente entre os membros do Executivo para garantir a efetivação de reformas descentralizadoras no

¹⁰⁹ Texto da Lei de interpretação ao Ato Adicional pode ser consultado em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim105.htm >. Acesso em 07 de outubro de 2017. BASILE, op. cit., pp. 237-238; CASTRO, op.cit. p. 72.

¹¹⁰ CASTRO, op. cit., pp. 72-73.

¹¹¹ CASTRO, op. cit., p. 73; IGLESIAS, 1993. p. 161.

país. Como visto, essas medidas fortaleceram as lideranças locais que, posteriormente, ao se verem contrariadas pelas diretrizes e pelos interesses do Rio de Janeiro, passaram a ameaçar a unidade nacional e a ordem doméstica. Esse contexto fomentou o surgimento de um novo grupo parlamentar composto por políticos que pregavam o fortalecimento do poder central como meio de garantir a ordem interna. Para tanto, esse grupo denominado regressista deu suporte legislativo às contra-reformas executadas pela regência de Araújo Lima. A disputa entre a agenda dos partidários de Feijó e a agenda dos partidários de Bernardo Pereira de Vasconcelos foi sendo gradualmente vencida pelos últimos, embora os primeiros tenham conseguido suspender a implementação do projeto conservador por pequenos períodos de tempo, sendo a discussão do projeto de antecipação da maioria do Imperador um exemplo disto.

Tentando a um só tempo retornar ao poder e bloquear as ações centralizadoras dos regressistas, os liberais apresentaram e conseguiram aprovar projeto de lei para antecipar a maioria do Imperador. Assim, em 23 de julho de 1840, a regência de Araújo Lima chegou ao fim e o Gabinete da Maioridade foi formado pelos principais proponentes do projeto de lei que deu a coroa a Dom Pedro II e por algumas figuras áulicas, como Aureliano Coutinho. Entretanto, em menos de um ano, em 23 de março de 1841, o Gabinete chegou ao fim, e os liberais perderam o poder para os conservadores. As disputas com os áulicos e as fraudes eleitorais acompanhadas de grande violência cometidas pelos correligionários dos candidatos liberais, durante a organização das votações para a Legislatura de 1840,¹¹² foram os principais motivos da queda do primeiro Gabinete sob o reinado de Dom Pedro II¹¹³.

De volta ao poder, os conservadores deram continuidade às reformas regressistas com o apoio dos áulicos, restaurando o Conselho de Estado e aprovando a reforma do Código do Processo Criminal, como já mencionado, em 3 de dezembro de 1841. Diante da decisão do governo de dissolver a recém-eleita Câmara de Deputados de maioria liberal, antes mesmo de seus membros tomarem posse, Feijó, Campos Vergueiro, Limpo Abreu e Teófilo Otoni, juntamente com lideranças regionais, recorreram às armas, deflagrando movimento revolucionário em São Paulo e em Minas Gerais. O objetivo foi pressionar o Imperador para que o ministério conservador-áulico fosse demitido e as reformas regressistas em curso, suspensas. Não havia caráter separatista

¹¹² Evento que passou à historiografia como “eleições do cacete”.

¹¹³ BASILE, op. cit., 238-239; CASTRO, op. cit., pp. 76-83; IGLESIAS, 1993. pp. 161-162.

nos levantes liberais de 1842. Em poucos meses, o movimento foi reprimido e seus líderes presos. Em ambas as províncias, o comando das operações militares esteve a cargo de Luiz Alves de Lima e Silva¹¹⁴.

Apesar do levante armado, os liberais não foram alijados do poder por muito tempo. Entre 1844 e 1848, período denominado “quinqüênio liberal”, o Imperador entregou-lhes a condução do governo. Durante esse período, chama atenção o fato de que não se empenharam em reverter as reformas regressistas a que haviam resistido por meio da força, pouco tempo antes. “Pareciam, assim, aceitar a tese conservadora de que tais medidas eram necessárias para o bom governo e a manutenção da ordem” no Brasil¹¹⁵.

Ao final da década de 1850, a consolidação política do Estado brasileiro estava concluída, sob as diretrizes do projeto do Partido Conservador. Esses anos testemunharam uma série de Gabinetes formados por políticos conservadores que se conciliaram a figuras liberais para ultimar as reformas regressistas responsáveis pela caracterização e pelos contornos institucionais finais do Estado imperial. Foram aprovadas nesse período, por exemplo, a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu efetivamente o tráfico negreiro; a Lei de Terras, que restringiu o acesso às terras devolutas, permitindo assim a chegada de grande contingente de imigrantes europeus para as lavouras de café; a aprovação do Código Comercial, que estabeleceu as principais diretrizes para a alocação dos capitais estrangeiros e nacionais antes empregados no tráfico negreiro; e a reforma da Guarda Nacional, que permitiu ao governo central nomear os oficiais que compunham esta força com base nas propostas dos comandantes dos corpos¹¹⁶.

Foi nesse contexto agitado de formação e consolidação política e econômica do Império do Brasil que Luiz Alves de Lima e Silva cresceu e se formou. Os anos atribulados perpassaram sua infância e sua juventude, contribuindo para sua adesão ao projeto conservador vitorioso. Sua participação política e militar foi significativa no processo de implementação desse projeto e, conseqüentemente, de construção de um

¹¹⁴ Nessa ocasião, Luiz Alves havia sido há pouco agraciado com o título de Barão de Caxias, em 1841, em remuneração aos serviços prestados na pacificação da Província do Maranhão, como será visto no próximo capítulo. CASTRO, op. cit., 83-84; FAUSTO, op. cit., pp. 176-178; IGLESIAS, 1993. pp. 161-162

¹¹⁵ BASILE, op. cit., 242; MATTOS, op. cit., pp. 107-108.

¹¹⁶ BASILE, op. cit., pp. 246-249; IGLESIAS, 1993. pp. 176-177; IGLESIAS, Francisco. *Vida política, 1848-1868*. . In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 42-44; FAUSTO, 194-200.

Estado nacional centralizado, territorialmente íntegro, baseado na economia agrária e na mão-de-obra escrava. A análise dos principais desdobramentos políticos dos anos compreendidos entre 1808 e 1850 mostra-se necessária para se destacar como a noção de ordem era cara aos integrantes do Partido Conservador e, em especial, a Luiz Alves de Lima Silva. Tal como será apresentado, os efeitos nocivos decorrentes da agitação na capital e das revoltas regionais foram combatidos diretamente por ele na Corte do Rio de Janeiro, no Maranhão, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Para se usar metáfora comum àquele contexto, a hidra da anarquia¹¹⁷ deveria ser vencida para que os interesses subjacentes ao projeto nacional conservador pudessem prosperar.

No entanto, apreender as principais características da elite dirigente da qual Luiz Alves e sua família faziam parte mostra-se tão importante quanto compreender o contexto sócio-político em que ele se formou. Nesse sentido, a composição, a formação e a atuação desses dirigentes passam a ser analisadas, tendo como base os resultados advindos da abordagem prosopográfica, anteriormente mencionada.

2.3 – A elite imperial e Projeto de Estado Saquarema

A constituição de uma elite nacional brasileira não ocorreu de forma simples e pacífica. A ideia de uma progressão “natural” entre colônia, Reino-Unido e Estado independente prejudica a compreensão do complexo processo político e social relacionado à constituição do Estado, à formação da classe dirigente e à caracterização da sociedade brasileira. Tal como visto, diferentes grupos buscaram implementar seus projetos políticos com vistas a criar uma nação condizente com seus ideais e com seus interesses específicos. A chegada da Corte portuguesa ao Brasil ajudou a formar, no Rio de Janeiro, grupo dirigente composto por súditos nascidos em Portugal, Brasil e em outros domínios ultramarinos lusitanos¹¹⁸, e que se reuniram em torno de Dom João VI e de Dom Pedro I, posteriormente.

¹¹⁷ ALENCAR, José. *O marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867.

¹¹⁸ Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, por exemplo, nasceu em Luanda, Angola. Além de demonstrar os fortes vínculos existentes entre as camadas lusitanas dominantes do Brasil e de Angola, o exemplo dado por esse estadista evidencia também os fundamentos do temor partilhado por Portugal e pela Grã-Bretanha em relação ao surgimento de um Império Brasileiro composto pelos ex-territórios lusitanos da América e da África. Na eventualidade do surgimento de uma nação nesses moldes, restringir o tráfico negreiro intercontinental entre as duas regiões seria difícil à Grã-Bretanha, já que a circulação de

Após a Independência, esse grupo transformou os aparelhos institucionais do Estado português e os parâmetros socioeconômicos então vigentes no Brasil em fundamentos para a construção do novo país, o que correspondeu à manutenção de uma economia agrário-exportadora baseada na mão-de-obra escrava, sob o aparato burocrático de uma monarquia parlamentarista. A escravidão no ordenamento jurídico e social do Império conferiu aos cativos a condição de coisa/objeto passível de posse, compra e venda por aqueles que detivessem, no mínimo, a propriedade sobre si mesmos. Os indivíduos livres, por sua vez, dividiam-se em dois grupos: o primeiro era pequeno e caracterizado por indivíduos capazes de usufruir direitos políticos e civis, desde que preenchidos alguns requisitos relativos a idade e a renda; o segundo era muito maior e abarcava o restante da população, sendo composto por negros alforriados, moradores pobres das cidades, pequenos lavradores e pequenos comerciantes e mascates.

Para os fins deste trabalho, as referências à elite dizem respeito ao reduzido grupo da sociedade imperial dotado de prerrogativas civis e políticas e responsável pela condução dos governos provinciais e central do Brasil no século XIX. Assim, ganham destaque as funções desempenhadas pelos agentes do Poder Executivo, como, por exemplo, os Presidentes do Conselho de Ministros e os Ministros dos Gabinetes Imperiais; as funções exercidas pelos Senadores e pelos Deputados gerais; as funções dos Conselheiros de Estado; e as funções exercidas pelos Presidentes de Província. Busca-se esclarecer as características e a composição dessa elite, indicando as principais semelhanças e diferenças existentes entre seus integrantes e analisando a maneira por meio da qual seus membros relacionavam-se entre si, estabelecendo redes de contato, laços de parentescos e vínculos de dependência, e mantinham ligações com o restante da população e com a massa de escravos. A compreensão dessa dinâmica permitirá conhecer de forma mais precisa a classe social a que Luiz Alves de Lima e Silva pertencia e os valores e as visões de mundo responsáveis por promover uniões e divisões entre os dirigentes do Império. A descrição dessas inter-relações existentes entre os estadistas brasileiros não se restringiu ao presente capítulo, já que, na medida em que os desdobramentos políticos e militares das décadas de 1840, 1850, 1860 e 1870 se sucederam, a presente tese tentou apresentar os fatores e os episódios que

peças e/ou escravos entre Brasil e Angola passaria a constituir assunto doméstico do novo país. Cf. PANTALEÃO, Olga; CAMPOS, Pedro Moacyr. op. cit. pp. 390-394.

aproximaram ou distanciaram os membros da elite imperial inseridos nas conjunturas temporais em que cada evento ocorreu.

As grandes propriedades agrário-exportadoras da região sudeste constituíram uma das principais origens dos estadistas que compuseram o grupo dirigente brasileiro que conseguiu impor o projeto de Estado vitorioso no Império entre 1808 e 1850, com destaque para os territórios do sul de Minas, vale paulista do rio Paraíba do sul e a província do Rio de Janeiro¹¹⁹. Muitas famílias proprietárias de latifúndios acumularam fortunas por meio do cultivo e da venda de açúcar e café¹²⁰. Como bem demonstrou José Murilo de Carvalho (2007b), os descendentes masculinos dos ricos fazendeiros costumavam ser enviados a Lisboa, ao Porto, a Coimbra e a outras cidades portuguesas para cursar seus estudos superiores. Posteriormente, a segunda geração dos filhos desses abastados proprietários passou a ter como opção de instituições de nível superior, as escolas de Direito em Olinda e em São Paulo. Luiz Alves de Lima e Silva conviveu com ambas as gerações, tendo idade semelhante aos integrantes da primeira. No entanto, conseguiu desenvolver boa afinidade política com aqueles que estudaram em Coimbra e também com figuras importantes pertencentes à segunda geração, como José Maria da Silva Paranhos e João Maurício Wanderley, por exemplo.

As filhas dos grandes fazendeiros, por sua vez, costumavam contrair matrimônio com pretendentes oriundos da própria elite agrário-exportadora da qual faziam parte, ou com membros de outros segmentos da elite nacional, como políticos, intelectuais, bacharéis e militares. Como exemplo dessa segunda possibilidade, pode-se citar o matrimônio de um dos irmãos de Luiz Alves, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Conde de Tocantins. Originário de uma família de militares, José Joaquim, assim como seu pai e seu irmão mais velho, esforçou-se para obter uma melhor colocação na estrutura social de sua época, buscando consolidar a posição de sua família entre a classe aristocrática do país. Nesse sentido, obteve melhores condições para buscar seus objetivos após receber propriedades rurais como dote de seu casamento com a filha do

¹¹⁹ É importante esclarecer que a presente pesquisa não partilha da concepção de que a classe agrária brasileira controlava o Estado Imperial ou direcionava todo o aparelho burocrático estatal à satisfação dos interesses e dos desejos dos grandes proprietários rurais, perspectiva muito comum entre autores marxistas. José Murilo de Carvalho demonstrou como tal concepção é simplista e sem fundamento na realidade, valendo-se de análise sobre a origem dos dirigentes do Império. Cf. CARVALHO, 2007b, pp. 109-112.

¹²⁰ REIS, Arthur César Ferreira. *A província do Rio de Janeiro e o município neutro*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 395-402.

Marquês da Gávea. A riqueza auferida foi suficiente para convencê-lo a abandonar uma carreira militar promissora e passar a se dedicar exclusivamente à produção e à venda de café¹²¹. José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, ex-regente do Império, foi outro exemplo de integrante da elite imperial cuja posição aristocrática foi consolidada em decorrência de laços matrimoniais com famílias de grandes proprietários. Em seu caso, a riqueza adveio do casamento com a viúva do Brigadeiro Luis Antônio, um ex-produtor que deixou fortuna significativa a seus herdeiros¹²². Caso similar originou-se da distribuição do patrimônio de Francisco de Macedo Freire de Azeredo Coutinho, grande proprietário escravista cuja fortuna acumulada garantiu a duas gerações de seus descendentes excelentes condições econômicas. Duas de suas netas esposaram Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, e Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai¹²³, constituindo dois exemplos adicionais de junção entre a elite política imperial e a elite econômica¹²⁴.

A estratégia de unir os dois mundos era benéfica a ambos. Se, por um lado, as uniões garantiam o acesso dos grandes proprietários escravistas ao aparelho burocrático estatal, por outro, os matrimônios entre herdeiras rurais e jovens políticos garantiam fortuna aos membros dirigentes do país. “Enobrecidas e condecoradas pelo Estado imperial, essas famílias ligaram suas vidas a ele, ao qual não raro concebiam como instrumento de seus interesses corporativos”¹²⁵.

Ao ser influenciado por parcela dos grandes produtores de açúcar e café do sudeste, o Estado imperial também expandiu sua influência sobre os latifundiários localizados em outras regiões do país, como o nordeste, por exemplo, que também utilizavam mão-de-obra escrava para suas monoculturas de exportação. A existência de interesses comuns entre os grandes proprietários de terra do país estimulou significativamente a coesão social entre eles e contribuiu para a consolidação da ordem monárquica sob um governo central forte. Ao estabelecer entre si laços familiares e vínculos baseados em interesse socioeconômicos, as elites regionais e a elite do Rio de

¹²¹ SOUZA, op. cit., 2008. pp. 552-553; VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1917. pp. 509-510.

¹²² MATTOS, op. cit., p. 49.

¹²³ MATTOS, op. cit., p. 49. Vale destacar que, quando contraíram matrimônio com as netas de Azeredo Coutinho, Rodrigues Torres e Paulino José ainda não haviam recebido os títulos nobiliárquicos que os notabilizaram pelo restante de suas vidas. Os laços familiares estabelecidos e o recebimento das respectivas heranças certamente contribuíram para que ambos fossem agraciados com as respectivas distinções nobiliárquicas.

¹²⁴ REIS, 2007. pp. 401-402.

¹²⁵ MATTOS, op. cit., p. 67.

Janeiro construíram ordem capaz de cooptar o restante dos homens livres da população e a massa de escravos cativa, fazendo que essas camadas sociais dos estratos menos privilegiados passassem a legitimar a dinâmica social estabelecida¹²⁶. Para Ilmar de Mattos (1990), essa dominação sobre as demais camadas da sociedade teria sido o principal fator a contribuir para a homogeneização da elite do país.

Mattos faz questão de diferenciar sua perspectiva daquela defendida por Raimundo Faoro (2001), segundo a qual a elite brasileira era apenas uma extensão ou transposição da elite da ex-metrópole lusitana. Mattos também afirma não partilhar da visão de José Murilo de Carvalho (2007b), que interpretaria como os principais fatores de homogeneização da elite brasileira a educação, a formação e o treinamento recebido durante o exercício de diversos cargos públicos, que proporcionariam boas condições para que esses atores pudessem desempenhar suas funções no arcabouço do aparelho burocrático estatal, ao longo de suas vidas.

A presente tese não interpreta as três perspectivas como excludentes. Pelo contrário, parte-se do pressuposto de que, utilizando elementos distintos, os três autores contribuem para esclarecer quais são os fatores de homogeneização e de diferenciação entre os membros da elite imperial. Como já destacado, a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, acompanhada dos membros da nobreza lusitana e de seus burocratas de Estado, contribuiu de maneira significativa para o estabelecimento de uma série de órgãos nacionais que, após a Independência, forneceram as bases para o arcabouço institucional da nova monarquia. É necessário destacar que os fundadores do Império faziam parte da elite lusitana antes da Independência brasileira e, nessas condições, receberam formação superior em universidades portuguesas, tendo sido influenciados pelas ideias e pelos valores então correntes em Portugal. Dessa maneira, a maior parte das perspectivas políticas vigentes entre os membros da elite Imperial tiveram origem nas escolas de ensino superior portuguesas. Raimundo Faoro (2010) demonstrou como a constituição de um estamento técnico-burocrático deu suporte à administração do Estado lusitano, contribuindo para o estabelecimento de um poder central forte o suficiente para impor suas diretrizes sobre seu território na Europa¹²⁷ e,

¹²⁶ O maior exemplo desse fato foi a existência de diversos casos de escravos cujos senhores eram ex-escravos alforriados. Ter escravos era algo aceitável, “natural”, e símbolo de status social, que evocava a ideia de sucesso.

¹²⁷ José Murilo de Carvalho também reconhece a importância da burocracia para a formação e a unificação do Estado português. Cf CARVALHO, 2007b, pp. 28-44. Com vistas a melhor esclarecer as ideias referentes a Raimundo Faoro, vale registrar sua concepção de “estamento”: “O estamento, quadro

posteriormente, na América, na África e nas demais possessões ultramarinas. Nesse sentido, apesar de ser exagerado afirmar que a elite brasileira teria sido uma extensão da elite portuguesa, como se não houvesse diferenças entre ambas, parece muito coerente e razoável concluir que a elite lusitana exerceu grande influência na configuração institucional do Estado brasileiro e na composição dos valores políticos e sociais defendidos por parte relevante dos integrantes da elite imperial.

Como exemplo, pode-se citar a defesa de uma sociedade baseada nos valores aristocráticos. Dessa forma, e talvez por essa razão, a vontade de se distinguir com honrarias e privilégios e de conseguir entrar para a nobiliarquia brasileira constituiu estímulo poderoso para a família Lima e Silva¹²⁸. Aplicada à realidade brasileira, essa visão de mundo aristocrática moldou a maneira como os indivíduos se relacionavam com o Estado, com o restante da sociedade e entre si, contribuindo para conservar a escravidão no país. A valorização da nobreza e a vinculação da mão-de-obra escrava aos interesses econômicos agrário-exportadores de parcela da elite nacional¹²⁹ fizeram que a “questão servil” se arrastasse sem solução definitiva por décadas no cenário político brasileiro, tendo sido necessária a atuação direta do Imperador para pautar esse tema na agenda política nacional, conforme será visto no capítulo 7¹³⁰.

Baseando-se nessa cultura aristocrática, a elite imperial forjou a consciência de que constituía grupo aparte do restante da população e procurou enfatizar suas diferenças sempre que possível. O reforço de seu status nobiliárquico em relação aos demais e o não reconhecimento da massa de escravos como seres humanos são alguns exemplos das estratégias utilizadas pela elite dirigente para esse fim. Como consequência, o restante dos indivíduos livres e os escravos eram caracterizados

administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos”. FAORO, op. cit., pp 107-108. Não se pretende fazer uma digressão sobre os conceitos de “estamento”, “elite” e “classe dirigente”. O presente trabalho tem ciência da complexidade sociológica desses conceitos e da variedade de acepções relacionadas aos termos. Para a finalidade do presente estudo, os termos foram utilizados como intercambiáveis e empregados como sinônimos de um grupo político de tamanho variável, mas significativamente reduzido quando comparado ao restante da população, e responsável pela condução e pelo estabelecimento das diretrizes da vida política, econômica e social da nação, principalmente por meio da administração dos aparelhos burocráticos do Estado. Em outras palavras, trata-se de ressaltar a capacidade e o poder de influência que certos grupos têm na condução dos processos políticos de uma sociedade. Não se busca, pois, estabelecer relações deterministas entre o grupo e o todo, mesmo porque se acredita e parte-se do pressuposto de que não existem relações deterministas nas interações sociais entre agentes e estruturas.

¹²⁸ Conferir Capítulo 3 - A inserção de Caxias no Império.

¹²⁹ Cujas fazendas operavam por meio da mão-de-obra de obra escrava.

¹³⁰ BEIGUELMAN, Paula. *O encaminhamento político do problema da escravidão do Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 226-259.

negativamente, recebendo denominações pejorativas decorrentes desse constante exercício de reforçar a diferença entre a elite e o restante da população¹³¹.

À marca da liberdade que distinguia ambos dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos e sobretudo os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer. E, desta forma, a sociedade imprimia-se nos indivíduos que a compunham, distinguindo-os, hierarquizando-os e forçando-os a manter vínculos pessoais. (MATTOS, op. cit., p. 125)

De todas essas diferenciações, os vínculos pessoais e a rede de contatos que cada ator conseguia estabelecer constituíam um dos aspectos mais importantes para a inserção social e para a busca de interesses individuais. Como se verá, Luiz Alves de Lima e Silva não foi refratário a essa configuração, tendo se valido de sua rede de contatos para conseguir alcançar seus objetivos militares e políticos, por mais de uma vez. A busca por ascensão social foi objetivo partilhado pelos membros de três gerações da família Lima e Silva.

Apesar de as ideias político-sociais partilhadas entre os dirigentes brasileiros terem origem na Europa, a realidade sobre a qual eram aplicadas criava contexto que evidenciava a singularidade da monarquia brasileira e a incongruência do discurso das elites nacionais. Isso porque a retórica dos membros das classes dirigentes fundamentava-se na defesa e na construção de uma sociedade civilizada, mas alicerçada na utilização da mão-de-obra escrava¹³². Essa inconsistência não passou despercebida pela maior potência da época, e uma das principais referências de nação civilizada, a Grã-Bretanha¹³³. O esforço britânico para dar combate ao tráfico negreiro obrigou o Império do Brasil a publicar a Lei Eusébio de Queiroz em 1850 e a tomar providências para reprimir a entrada de novos escravos no país. Como consequência, em pouco tempo, foi possível reduzir a quase zero o ingresso de cativos em território nacional¹³⁴.

¹³¹ MATTOS, op.cit. p 111.

¹³² MATTOS, op.cit. pp. 126-127.

¹³³ Os motivos que levaram a Grã-Bretanha a combater o tráfico de escravos eram econômicos e humanitários. Apesar de a ênfase dos estudos marxistas recair sobre o primeiro aspecto, não se deve menosprezar os debates no parlamento britânico referentes ao segundo. Para maiores detalhes, Cf. SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

¹³⁴ O texto integral da Lei Eusébio de Queiroz pode ser consultado em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm > Acesso em 05 de novembro de 2017. BEIGUELMAN, op. cit., pp. 226-244.

Há poucas dúvidas de que a utilização da mão-de-obra escrava constituiu importante fator para a manutenção da unidade territorial brasileira, no entanto a escravidão não foi razão única para esse fato político e, talvez, nem tenha sido a condição mais relevante para tanto, conforme José Murilo de Carvalho demonstrou¹³⁵. Por meio de sua tese de doutorado, Carvalho (2007b) apontou homogeneização dos grupos dirigentes do Brasil como causa principal da manutenção da integridade territorial do país. Essa homogeneização da elite localizada nos âmbitos centrais e provinciais teve como origem a formação superior em comum de seus membros; as ideias e os valores compartilhados por eles; e a socialização que estabeleciam entre si.

A origem social comum também contribuiu para unir os dirigentes do Império, mas José Murilo de Carvalho não a considera como fator determinante para a manutenção da unidade política brasileira, tendo em vista o exemplo da América espanhola. Apesar de os membros das elites hispânicas provirem de classes sociais abastadas, conflitos internos, interesses regionais e influências externas causaram divergências inconciliáveis entre essas lideranças, ocasionando o surgimento de diferentes países no território colonizado pela Espanha¹³⁶.

Segundo José Murilo, o caráter unificador das ideias compartilhadas pelos membros da elite imperial foi fator importante para superar conflitos, propiciando soluções de compromisso que garantiram a manutenção da ordem e da unidade do país¹³⁷.

O Brasil dispunha, ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a Independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-los passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias. (CARVALHO, 2007b, p. 39.)

Gradualmente, os políticos brasileiros e seus respectivos projetos concorrentes para o Estado convergiram para o conjunto de valores e de princípios comuns, propostos pelo grupo conservador que se sobressaiu no parlamento e angariou as bases institucionais necessárias para implementar suas diretrizes. Ao longo desse processo,

¹³⁵ CARVALHO, 2007b, p. 19.

¹³⁶ CARVALHO, 2007b, p. 35.

¹³⁷ CARVALHO, 2007b, p. 37.

uma série de agitações e de disputas violentas, ocorridas sobretudo durante o período regencial, influenciou a perspectiva política da segunda geração de estadistas do Império. Como consequência, o conceito de ordem foi valorizado e o poder central, fortalecido.

A partir de então, foi possível estabelecer os parâmetros básicos subjacentes ao funcionamento do Estado Imperial. O sistema político passou a oscilar entre tendências “mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou menos monárquicas” sem que as divergências fossem além dos limites impostos pela necessidade de manutenção da unidade territorial do país, da submissão do poder à autoridade civil e da limitação da democracia aos homens livres¹³⁸.

O acordo básico permitiu o processamento não-traumático dos conflitos constitucionais relativos à organização do poder, e também dos conflitos substantivos oriundos do choque de interesses materiais. Assim, por exemplo, foi constante a manifestação, dentro da elite, de conflitos entre setores da propriedade rural – como ficou patente nas discussões sobre a lei de terras e sobre a abolição da escravatura – sem que isto colocasse em perigo o sistema. A capacidade de processar conflitos entre grupos dominantes dentro de normas constitucionais aceitas por todos constituía o fulcro da estabilidade do sistema imperial. Ela significava, de um lado, um conservadorismo básico na medida em que o preço da legitimidade era a garantia de interesses fundamentais da grande propriedade e a redução do âmbito da participação política legítima. Mas, de outro lado, permitia uma dinâmica de coalizões políticas capaz de realizar reformas que seriam inviáveis em situação de pleno domínio de proprietários rurais. (CARVALHO, 2007b, pp. 42-43).

Além da formação ideológica comum, propiciada pelos estudos superiores realizados em Portugal e no Brasil, a socialização contribuiu de modo significativo para unificar a elite brasileira. Os cursos nas faculdades portuguesas e brasileiras eram o ponto inicial de um processo que durava por quase toda a vida dos dirigentes brasileiros. O Marquês do Paraná e o Visconde do Uruguai, por exemplo, conheceram-se e tornaram-se amigos durante o tempo em que estiveram em Coimbra¹³⁹. A adoção da prática burocrática portuguesa de fazer circular os administradores do Estado por diversos locais e regiões do país, atribuindo-lhes diferentes funções e cargos, permitiu aprofundar a convivência e o estabelecimento de redes de contato entre os membros da elite.

¹³⁸ CARVALHO, 2007b, p. 42.

¹³⁹ CARVALHO, 2007b, p. 73.

Essa circulação geográfica ocorria no âmbito das carreiras política e jurídica que a grande maioria dos membros da elite trilhava. A iniciação na vida pública do Império costumava ser facilitada caso o pretendente ocupasse uma função de magistrado ou de comandante de armas de uma das províncias. A partir dessas posições e por meio da rede de contatos que estabeleciam, era possível almejar um cargo de deputado ou mesmo uma presidência de província por indicação do Imperador. Qualquer uma das duas possibilidades significava a ampliação dos contatos e das relações interpessoais do agente em questão, dando-lhe maior capacidade de articulação política no âmbito regional e nacional. A presidência de província, por exemplo, era meio importante para influenciar as eleições legislativas locais e controlar as nomeações de promotores, delegados de polícia e oficiais subalternos da Guarda Nacional¹⁴⁰.

A trajetória política dos dirigentes do Império apresentava configuração linear apenas em seu estágio inicial, quando se poderia ocupar os cargos de vereador, deputado de província e deputado central. Após ser titular de uma cadeira no legislativo nacional ou ser nomeado para a presidência de uma das províncias, a carreira passava a apresentar configuração circular, em que o político se revezava entre as funções de Ministro do Executivo Nacional, membro do Conselho de Estado, Deputado Nacional, Presidente de Província e membro do Senado.

Uma vez dentro da Câmara, estava-se a um passo do círculo interno da elite, ao qual se tinha acesso por uma combinação de capacidade e patronato, exercendo o imperador papel ativo na seleção. A entrada no clube se dava pela nomeação para um posto ministerial ou uma presidência de província. A partir daí havia intensa mobilidade e acumulação de cargos. (CARVALHO, 2007b, p. 125).

Dessa maneira, a configuração da carreira política propiciava aos membros da elite o estabelecimento de contatos em diferentes províncias e regiões do Império. Luiz Alves de Lima e Silva, por exemplo, nascido na província fluminense, foi eleito deputado geral pelo Maranhão, mas não chegou a tomar posse. Mais tarde, foi eleito Senador pela província do Rio Grande do Sul, ocupando esse cargo até sua morte em 1880. Em ambas as unidades, geograficamente separadas por milhares de quilômetros, Luiz Alves conseguiu ampliar sua rede de relações interpessoais e fez amigos que o acompanharam pela vida, como Manuel Felizardo, em terras maranhenses, e Osório,

¹⁴⁰ CARVALHO, 2007b, p. 123.

nos pampas. Não há dúvidas de que essa configuração da carreira política propiciava a manutenção da unidade nacional e favorecia os acordos entre os membros das elites nacionais. Ademais, a participação dos dirigentes nos governos das províncias também facilitava a compreensão das diferentes realidades socioeconômicas existentes no país, criando importantes laços entre o poder central e os poderes locais, algo essencial à manutenção da ordem interna.

A formação superior nas mesmas universidades; a rotatividade por diferentes funções e cargos no legislativo nacional e nos governos provinciais e central; e a convivência e a socialização proporcionadas ao longo das carreiras políticas e jurídica favoreceram a homogeneidade da elite e a obtenção de consenso mínimo para as bases de organização do novo Estado. O estabelecimento de bases políticas minimamente aceitas para a condução dos negócios do país, no entanto, só ocorreu após violenta competição entre os grupos da época. Em mais de uma ocasião, a intensidade das disputas levou parcelas das elites a recorrer às armas. As condições de governabilidade, sob o prisma de um governo central forte, só emergiram após as vitórias dos conservadores no parlamento nacional e nos campos de batalha.

Por essa razão, a homogeneidade mencionada por José Murilo de Carvalho não deve ser entendida como sinônimo de unidade ideológica monolítica dos dirigentes do Império¹⁴¹. É necessário compreender a singularidade da elite imperial em perspectiva ao restante da população brasileira de então, composta por uma maioria significativa de analfabetos e por pessoas sem qualquer tipo de influência nas diretrizes do Estado¹⁴². Durante a primeira metade do século XIX, a homogeneidade dos dirigentes do Império fundamentou-se na preservação da unidade territorial do Brasil¹⁴³; no respeito e na submissão dos militares ao governo civil; no respeito às normas constitucionais e ao

¹⁴¹ CARVALHO, 2007b, p. 194.

¹⁴² Levantamento realizado por José Murilo de Carvalho demonstra que, à época da Independência, somente 0,1% da população do Brasil detinha diploma de curso superior. Cf. CARVALHO, 2007b, pp 80; 98; 133; 139.)

¹⁴³ Diferentemente da América espanhola, apenas dois casos de secessão ocorreram no Império do Brasil: o primeiro, bem-sucedido, ocorreu na província Cisplatina e foi a consequência da incapacidade das autoridades portuguesas e brasileiras em cooptar a população e os membros da elite local de origem espanhola. O segundo, mal-sucedido, passou-se na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Como se sabe, o recurso ao separatismo foi atitude extremada da elite gaúcha com vistas a chamar atenção do governo central para os problemas administrativos-tributários da província. Além disso, e aspecto mais importante, a separação do Rio Grande do Sul nunca foi medida consensual entre a elite rio-grandense e, nem mesmo, entre os próprios Farroupilhas.

processo legislativo então vigentes; na preservação da Monarquia; e na manutenção do uso da mão-de-obra escrava como fundamento da economia agrário-exportadora¹⁴⁴.

As diferenças de perspectivas e de objetivos entre os membros da elite podem ser percebidas à luz dos contrastes entre liberais e conservadores e ao se levar em conta as gerações e as ocupações de cada político. Os recortes de tempo e de ofício realizados por José Murilo de Carvalho (2007b) demonstram que a primeira geração da elite imperial foi composta por políticos responsáveis pela Independência do Brasil e pela consolidação da ordem interna. São exemplos desse grupo Honório Hermeto Carneiro Leão, Paulino José Soares de Souza, Joaquim José Rodrigues Torres e Bernardo Pereira de Vasconcellos, estadistas formados em Coimbra e cujos pares tinham por ofício a magistratura. A segunda geração da elite imperial começou a ascender ao poder durante o Gabinete da Conciliação, entre 1853 e 1856, aumentando sua presença e domínio ao longo da segunda metade do século XIX. Visconde do Rio Branco foi exemplo desse segundo grupo de políticos cujos pares auferiram formação superior em universidades brasileiras e tiveram por ofício profissões liberais, como medicina e advocacia¹⁴⁵. Enquanto a primeira geração dedicou-se a forjar e a consolidar o Estado, a segunda preocupou-se em reformá-lo, modernizando suas instituições e tentando ampliar a participação política individual no contexto da época.

Embora tenha obtido sua formação superior no Brasil, Luiz Alves de Lima e Silva deve ser enquadrado entre os membros da primeira geração da elite imperial. Além de ser da mesma faixa etária dos demais dirigentes desse grupo, o futuro Duque de Caxias também desenvolveu grande afinidade de pensamento e de princípios com os membros dessa geração. O período regencial e sua conseqüente ameaça de desintegração da organização política e econômica do país marcaram esses dirigentes, levando-os a dispensar atenção a questões relativas à ordem e a dotar o Estado de instrumentos jurídicos e institucionais que favorecessem a concentração de poder no governo central. A afinidade e a amizade de Luiz Alves de Lima e Silva com os representantes da primeira geração da elite imperial podem ser ilustradas por meio de carta sua, de 1872, destinada a Firmino Rodrigues Silva, em que comenta a morte do Visconde de Itaboraá:

¹⁴⁴ CARVALHO, 2007b, pp 138.

¹⁴⁵ CARVALHO, 2007b, pp 65;80; 84.

(...) Quem o substituirá? Não sei, nem vejo. Parece que Deus quer separar os bons dos maus, chamando os primeiros para si... Seu vácuo não será preenchido, como já não foi, o de Eusébio, Paraná, Uruguai, e Manuel Felizardo e muitos outros que nos ajudaram a sustentar essa *igrejinha*, desmornada ou quase desmornada em 7 de abril de 1831. (...) (CAXIAS, *apud* MASCARENHAS, 1961, p. 243¹⁴⁶).

Como será exposto no próximo capítulo, Luiz Alves de Lima e Silva cerrou fileiras com os demais membros do Partido Conservador após uma série de experiências na política e nos campos de batalha. Sua inserção na sociedade de sua época e a formação militar e política auferida serão melhor analisadas no próximo capítulo.

2.4 – Considerações finais

A apresentação do contexto sócio-político do Império do Brasil ao longo de seu processo de consolidação e o exame das principais características da elite dirigente do país são fundamentais para o melhor entendimento das variáveis intervenientes relacionadas à política externa da época. Como tais fatores influenciaram diretamente a trajetória de Luiz Alves de Lima e Silva, sua apresentação prévia fornece as bases necessárias ao estudo da formação política e militar de Caxias, objeto tratado no próximo capítulo.

O processo de construção e consolidação do Estado Imperial percorreu uma via política dentre as várias possíveis à época. A configuração final foi o resultado de sucessivos conflitos e disputas entre diferentes grupos de interesse, dotados de projetos e ideias particulares. O consenso sobre as características básicas para o novo Estado – monarquia parlamentarista; unidade territorial; manutenção da economia agrário-exportadora baseada na mão-de-obra escrava; concentração do poder político no Rio de Janeiro; dentre outras – levou alguns anos para se cristalizar e acabou por influenciar a formação e a visão de mundo dos próprios membros da elite.

Os estadistas responsáveis pela Independência e aqueles que se propuseram a estabelecer os primeiros pilares do novo país tiveram sua formação superior nas escolas portuguesas, com destaque para a Universidade de Coimbra. Luiz Alves de Lima e Silva

¹⁴⁶ Caxias a Firmino Rodrigues Silva, Carta de 12 de janeiro de 1872. *apud* MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império: Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 243.

fez parte desta geração e partilhou das mesmas preocupações institucionais que afligiram os demais políticos da época. Apesar de não ter frequentado os bancos universitários portugueses, Luiz Alves estabeleceu fortes laços de amizade com algumas das principais figuras que estudaram em Coimbra, como Uruguai e Paraná, por exemplo.

A experiência empírica das revoltas violentas do período regencial e o arcabouço teórico adquirido na Europa produziram significativos efeitos sobre o discernimento dos dirigentes do Império. Os membros do Partido Conservador convenceram-se de que o fortalecimento do poder central era condição de possibilidade para a existência do novo país. Os integrantes do Partido Liberal perceberam que o recurso às armas colocava em risco toda a ordem econômica e social do novo Estado, além de prejudicar seu relacionamento com parcela significativa dos grandes proprietários de terras e com o próprio Imperador. A ausência de conflitos armados internos entre 1849 e 1889 comprova o estabelecimento de um consenso mínimo entre os grupos políticos nacionais.

Entre 1808 e 1848, verificou-se uma relação de influência mútua entre os grupos dirigentes e o processo de formação do Estado. Por meio das discussões no parlamento e dos embates militares, os acontecimentos relacionados à construção e à consolidação do Estado influenciaram a elite, impelindo liberais e conservadores a um grau mínimo de consenso que proporcionasse governabilidade ao país. Como resultado, os dirigentes fizeram escolhas e conduziram os eventos relacionados à consolidação do Império em uma determinada direção.

Ao longo do século XIX, as perspectivas dos dirigentes e a configuração do aparelho institucional do Estado passaram por outras mudanças. A agenda parlamentar sofreu alterações após 1850, já que o Imperador e os membros da segunda geração de dirigentes demonstravam preocupação com questões relativas a participação política; direitos individuais; e os termos sobre os quais o relacionamento entre o poder central e os governos provinciais fundamentava-se. Gradualmente, a questão da consolidação do Estado foi sendo percebida como problema superado e as tentativas de aprimorar o funcionamento do aparelho estatal e do sistema político como um todo passaram ao primeiro plano dos debates¹⁴⁷. Por essa razão, Luiz Alves de Lima e Silva, ao tomar

¹⁴⁷ Nesse período, o objetivo parece ter sido o de fornecer maior abrangência à participação política individual e dotar as províncias de maior autonomia face ao governo central.

posse da presidência do Conselho de Ministros pela terceira vez, em 1875, encontrou agenda parlamentar muito diversa daquela com que se ateve quando assumiu sua cadeira no Senado, em 1846.

Além disso, à medida que o Estado brasileiro se consolidou, a atuação no governo central de magistrados, militares e eclesiásticos¹⁴⁸ reduziu-se e o número de profissionais liberais, sobretudo o de advogados, aumentou. O afastamento dos militares acabou sendo prejudicial ao sistema político como um todo, na medida em que contribuiu para o fim da monarquia. Em oposição a Luiz Alves de Lima e Silva e a Manuel Luís Osório, por exemplo, figuras que conseguiram manter uma carreira política paralela à carreira militar, sem se distinguirem ideologicamente de forma significativa dos demais membros da elite e sem se oporem às instituições do regime imperial, os militares das gerações posteriores desenvolveram identidade própria, diversa daquela dos dirigentes do Estado, demonstrando maior espírito corporativo. Além disso, o iluminismo conservador português que animou os estadistas brasileiros no início do século XIX foi substituído, no Exército, pelo positivismo. Esse conjunto de mudanças lançou os pilares para a crise que opôs o regime monárquico a essa força armada, contribuindo para a instauração da República.

A dialética existente entre os processos de formação do Estado e da elite nacional constitui bom fundamento analítico para compreender a trajetória militar e política de Luiz Alves de Lima e Silva. As mudanças na configuração do Estado nacional e a gradual alteração das preocupações políticas dos dirigentes do país fornecem as bases para a compreensão das ideias e dos debates que perpassaram os anos de formação e de atuação de Luiz Alves, propiciando as condições adequadas para situar esse ator em um contexto histórico determinado, reconhecendo-o como membro pertencente da referida elite dirigente imperial. Como se verá nos próximos capítulos, tal inserção é fundamental para compreender a lógica subjacente às ações de Luiz Alves de Lima e Silva no parlamento, nos campos de batalha e, posteriormente, atuando sobre a política externa brasileira.

¹⁴⁸ Vale ressaltar que todas as três categorias faziam parte do rol de funcionários públicos do Estado, nos termos da Constituição de 1824.

2.5 – Iconografia



Dom Pedro I. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 37. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3570/1/011391_IMAGEM_049.jpg >.



Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 384. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3505/1/011391_IMAGEM_037.jpg >.

Capítulo 3 - A inserção de Caxias no contexto imperial

Há um lado político a que pertenço; dele não me separo – Luiz Alves de Lima e Silva¹⁴⁹.

3.1 – Introdução

A análise da atuação política e militar de Caxias é tarefa complexa em função da existência de grande quantidade de historiografia apologética, de um lado, e desabonadora, de outro¹⁵⁰. Nessas obras, ficam evidenciados os usos e as apropriações parciais da imagem de Luiz Alves de Lima e Silva, decorrentes de objetivos políticos e de interpretações ideológicas de eventos da história do Brasil. Após a publicação da primeira edição da biografia de Luiz Alves escrita pelo Padre Joaquim Pinto de Campos¹⁵¹, as obras sobre Caxias passaram a reforçar o aspecto militar de sua vida, dando pouca atenção à sua carreira política. Os trabalhos laudatórios que se seguiram, baseados na biografia do Padre Campos, apresentam narrativas construídas de tal maneira que todos os fatos da vida de Luiz Alves parecem convergir, como de modo proposital e providencial, para um fim último relacionado ao sucesso de suas atuações militares¹⁵².

O posicionamento político do Padre Joaquim de Campos, o fato de o sacerdote ser membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB – e sua proximidade com Caxias ajudam a elucidar a perspectiva a partir da qual ele escreveu a biografia de Luiz Alves de Lima e Silva. Campos foi Deputado por sete legislaturas na Câmara dos

¹⁴⁹ *apud* PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nume tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973. p. 250.

¹⁵⁰ Elaborados por diferentes pesquisadores ao longo do século XX, pode-se citar como exemplos de estudos que fomentam o culto a Caxias, os livros de ORICO, Osvaldo. *O condestável do Império*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933; TINOCO, Brígido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956; e CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976, dentre outros. De outra parte, exemplo de obra que retrata o Duque de forma negativa é CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979. No mesmo sentido da presente tese e também tendo percebido a dificuldade em lidar com as obras sobre Caxias ver SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 27-41.

¹⁵¹ A primeira edição da obra do Padre Joaquim é de 1878, havendo disponibilidade de consulta ao teor integral do livro na internet. Como referência para a presente pesquisa, preferiu-se adotar a edição impressa de 1958 simplesmente pela disponibilidade física da obra: CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do grande cidadão brasileiro: Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

¹⁵² SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias na memória biográfica: a construção de uma heroicidade moderna*. In: Revista Varia História, Belo Horizonte, n° 24, jan/01, pp. 210-227.

Deputados, representando Pernambuco, teve seu nome indicado ao Senado em algumas ocasiões, mas não foi escolhido pelo Imperador. Atuou na repressão à Revolta da Praiera, rearticulando localmente os principais nomes do Partido Conservador¹⁵³.

Como já afirmado, as revoltas regionais que ameaçaram a unidade nacional contribuíram de maneira significativa para a formação do conjunto de ideias centralizadoras compartilhado pelas lideranças do Partido Conservador. Tais aspectos transparecem na obra do Padre Pinto de Campos que retrata Luiz Alves como portador desses valores, mas confere grande ênfase à sua atuação militar e quase nenhuma atenção à sua vida política. Ao longo do século XX, com a necessidade de fortalecer e difundir os valores de espírito de corpo, união e disciplina entre seus oficiais e praças, o Exército Brasileiro se apropriou e reforçou esta leitura da figura de Caxias, reposicionando, aos poucos, o lugar ocupado por Luiz Alves no rol de heróis militares homenageados por essa instituição, no sentido de lhe conferir posição central¹⁵⁴.

Por quarenta anos, a data de 24 de maio, dia da Batalha de Tuiuti, em 1866, foi a principal celebração do Exército e o General Osório, o maior protagonista desse combate, ocupou lugar central na solenidade e na memória da força terrestre. Em 1923, Eugênio Vilhena de Moraes propôs a criação de data comemorativa em alusão à memória de Duque de Caxias. Em pleno contexto das revoltas tenentistas¹⁵⁵, o então Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, aceitou a ideia e estabeleceu o dia 25 de agosto¹⁵⁶ como o dia de Caxias. Dois anos depois, o 25 de agosto tornou-se também o Dia do Soldado e daí em diante assumiu centralidade dentre as festividades do Exército. Ao mesmo tempo em que a figura de Caxias ascendia, assumindo a condição de Patrono do Exército¹⁵⁷, Manuel Luís Osório, conhecido por seu temperamento forte e

¹⁵³ SOUZA, 2001. p. 212; SOUZA, 2008. pp. 31-32.

¹⁵⁴ CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. pp. 13-37; SOUZA, 2008. pp. 30-31.

¹⁵⁵ É importante destacar que, em 5 de julho de 1922, eclodiu o movimento revolucionário conhecido como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Tal rebelião faz parte de um conjunto de levantes que a historiografia convencionou chamar “tenentismo”. Em sua maioria, esses movimentos envolveram jovens oficiais do Exército e das Forças Públicas estaduais, insatisfeitos com a progressão na carreira militar e com a política nacional da época. O segundo 5 de julho, ocorrido em 1924, em São Paulo, os levantes no Rio Grande do Sul nesse mesmo ano, a Coluna Prestes e todas as sublevações nos quartéis até 1930 são outros exemplos de movimentos denominados “tenentistas”.

¹⁵⁶ Dia de nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, em 1803.

¹⁵⁷ A ascensão da figura de Caxias é bem relatada por Celso de Castro (2002). Em sua obra, esse autor demonstra como o processo de valorização da figura do Duque envolveu a atribuição de seu nome ao prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, que passou a se chamar Palácio Duque de Caxias; abarcou a transferência de sua estátua e de seus restos mortais para um Panteão construído em sua

voluntarioso, passava a um segundo plano ao ser designado patrono da arma de Cavalaria¹⁵⁸.

A qualquer instituição militar moderna, ao Exército inclusive, convém que sua figura central, exemplo a ser seguido por todos os seus membros, seja um herói disciplinado, metódico e tido como avesso à política. Dessa forma, a figura construída de Caxias ao longo do século XX buscou fortalecer “a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas”¹⁵⁹. O problema desse processo é que “essa versão de Caxias pairando acima das paixões políticas é bastante parcial e escamoteia sua intensa atuação partidária”¹⁶⁰. Como resultado, os principais trabalhos historiográficos surgidos no século XX sobre Luiz Alves valorizam sua atuação militar, deixando em segundo plano sua carreira política. A dificuldade de realizar tal exercício evidencia-se em alguns autores, como Affonso de Carvalho, por exemplo. Como se pode notar pela passagem abaixo, Carvalho reconhece que Caxias atuou de forma brilhante enquanto homem de Estado, mas não aprofunda suas análises nesse âmbito, ao longo de sua obra, explorando superficialmente esse aspecto:

Nessa violenta máfia, que cobre de vergonha o vale do Parnaíba, e que para aí drenou todas as veias de sangue podre do sertão, nos anos tumultuosos que se seguem à Independência, não há moldura para um general, mas sobram elementos característicos para a consagração de **um organizador, um dínamo de administração, um verdadeiro homem de Estado**. (CARVALHO, 1976, p. 81) - Destacou-se.

Nas obras que reforçam a leitura de Caxias como um indivíduo sobre-humano, há muitos elogios às suas ações públicas e algumas afirmações de que suas vitórias militares decorreram de atuações brilhantes nos campos de batalha e nos gabinetes. No entanto, tais narrativas sempre se aprofundam nas explicações e nas descrições das campanhas e dos confrontos militares, dispensando pouca atenção à carreira política de Luiz Alves de Lima e Silva, tratando-a como um pormenor ou, pior ainda, como uma obrigação que lhe desagradava.

homenagem à frente do mesmo Palácio; e instituiu “tradições” como a entrega do espadim de Caxias aos Cadetes na Academia Militar das Agulhas Negras, por exemplo. Cf. CASTRO, op. cit., pp. 13-49.

¹⁵⁸ CASTRO, op. cit., pp. 28-31.

¹⁵⁹ CASTRO, op. cit., p. 20.

¹⁶⁰ CASTRO, op. cit., p. 20.

A justificativa para tal visão parece decorrer de duas falas de Caxias: a primeira refere-se a sua proclamação de 7 de fevereiro de 1840, no Maranhão, quando assumiu o cargo de Presidente da Província e conclamou o povo e a elite política local à ordem. “Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que, por desgraça, entre vós existem”¹⁶¹; a segunda fala refere-se a uma suposta confiança que Caxias teria feito ao Padre Joaquim Pinto de Campos, no sentido de “que preferiria anos da guerra mais dura, a meses de ministério”¹⁶². Apesar desses dois episódios, o próprio Duque se assumiu como homem político, ao afirmar que “há um lado político a que pertença; dele me não separo. (...) Retirando-me, porém, do poder, voltarei para as mesmas fileiras em que tenho militado; continuarei a esforçar-me pelo ganho de causa da opinião a que me acho ligado.”¹⁶³

Pelo acima exposto e por não partilhar da concepção de que Luiz Alves de Lima e Silva era avesso à política, mas, ao contrário, era um hábil negociador capaz de compor interesses antagônicos em um denominador comum, o presente estudo parte do pressuposto que a análise da figura de Caxias só é possível caso se tente compreender, de forma complementar à sua carreira militar, a posição social e política a partir da qual ele se inseriu no contexto de formação e de consolidação do Estado imperial. Para tanto, é essencial entender e assimilar não só suas ações de campanha como também os feitos de sua carreira política, buscando entender como a confluência de ambas foi determinante para seus êxitos na vida pública do Império, tanto nas guerras quanto nos gabinetes do parlamento, do governo central e da diplomacia imperial.

A importância da sintonia entre poder político e poder militar destaca-se quando se atenta para o fato de que Caxias se valeu concomitantemente da condição de Presidente de Província e de Comandante de Armas por três vezes para obter êxitos em suas campanhas¹⁶⁴. Como se verá mais adiante, a recusa do Gabinete de Francisco José Furtado, de 31 de agosto de 1864, em fornecer a Caxias a Presidência da Província do Rio Grande do Sul foi um dos fatores que, em um primeiro momento, levaram o então Marquês a recusar o comando das forças brasileiras no Paraguai. Tal fato demonstrou como Luiz Alves sempre teve em conta a importância do poder político como

¹⁶¹ *apud* MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão. São Paulo: Editora Siciliano, 2001, p. 75.

¹⁶² CAMPOS, *op. cit.*, p. 396.

¹⁶³ *apud* PEIXOTO, Paulo Matos. Caxias: nume tutelar da nacionalidade. Rio de Janeiro: Edico, 1973. p. 250.

¹⁶⁴ No Maranhão, em 1840, e no Rio Grande do Sul, em 1842 e em 1851.

garantidor do bom andamento das ações bélicas que conduzia¹⁶⁵. Não há, assim, a possibilidade de se compreender de maneira eficaz a carreira militar de Caxias sem se analisar os desdobramentos de sua carreira política. A própria delimitação entre os dois âmbitos é, por vezes, pouco nítida, considerando que diversas soluções obtidas no âmbito político tiveram reflexos imediatos nos campos de batalha e vice-versa.

À luz do que precede, tentar-se-á apresentar brevemente como Luiz Alves de Lima e Silva se inseriu na vida social do Império, tendo por base sua família, sua formação intelectual e política, e o conjunto de suas ações militares e parlamentares. Busca-se, assim, obter visão abrangente de Caxias enquanto homem de seu tempo, ator que se relacionava com grupos aliados e adversários, sendo influenciado por eventos, ações, valores e correntes de pensamentos presentes em sua época ao mesmo tempo em que também as influenciava.

É preciso, ao contrário, mostrar que Caxias, como qualquer outro indivíduo, se encontrava inscrito em uma rede social específica definida por relações herdadas ou tecidas ao longo de sua vida, que inclui relações dentro da própria família até amizades do meio militar e político, passando pelos colegas de juventude. Ele não escapou à rede de obrigações, de expectativas e de reciprocidade que caracteriza a vida social. (SOUZA, 2008, p. 34).

3.2 – A família Lima e Silva

Quase todos os autores que escreveram sobre Caxias mencionam o fato de a família Lima da Silva¹⁶⁶ ser constituída por gerações de militares. Nessas dissertações, esse fato é destacado para reforçar a percepção de que Luiz Alves teria uma vocação “inata” à carreira das armas. No entanto, poucos estudiosos elucidam as razões pelas quais os Lima da Silva tiveram diversos de seus membros ligados ao Exército Português e, posteriormente, ao Exército Imperial do Brasil. Grande parcela da historiografia

¹⁶⁵ Além disso, é importante recordar que o cargo de Presidente de Província garantia o comando dos efetivos locais da Guarda Nacional, o que representava fração significativa de homens em armas, cuja colaboração com as forças do Exército sempre foi primordial para as ações militares de maior envergadura. Eventuais discordâncias entre o Presidente de Província e o Comandante de Armas poderiam prejudicar qualquer tipo de ação militar executada, tal como se verá mais adiante em relação à Revolta Farroupilha.

¹⁶⁶ O nome original da família era Lima da Silva, somente mais tarde, na geração de Luiz Alves de Lima e Silva, seus membros passaram a assinar Lima e Silva.

tampouco explica quais eram os interesses em se buscar o ingresso na carreira militar no contexto social daquela época.

Nesse sentido, o trabalho de Adriana de Souza (2008) é importante por explorar bem esses aspectos. A família Lima da Silva não tinha origem nobre. O bisavô de Caxias passou para a reserva na condição de sargento-mor, patente equivalente à de major atualmente. Seu avô, José Joaquim de Lima da Silva, e seu tio-avô, Francisco de Lima da Silva, pertenciam ao Regimento de Bragança, localizado no Algarve. Francisco, 29 anos mais velho que José Joaquim, conseguiu a nomeação para o comando do referido Regimento e, valendo-se de sua posição, admitiu em suas fileiras o seu irmão mais novo e o promoveu a alferes, pouco antes de ambos partirem em missão para o Brasil¹⁶⁷.

Com vistas a fortalecer seu efetivo para resistir às agressões espanholas, o governo português organizou e enviou expedição militar a suas possessões na América do Sul, em 1767¹⁶⁸. Acompanhando o Regimento Bragança¹⁶⁹, os irmãos Lima da Silva desembarcaram no Rio de Janeiro com expectativas de obter vantagens, favores e promoções em contrapartida por seus serviços militares. Depois dos combates contra os espanhóis na fronteira sul, em 1777, Lisboa autorizou o retorno de Francisco de Lima da Silva a Portugal para assumir o governo de Castro Marim, concedendo-lhe ainda a promoção a brigadeiro. Nessa mesma época, talvez influenciado pelo exemplo e pelos conselhos do irmão mais velho, José Joaquim de Lima da Silva dispensou a autorização concedida pela Coroa para seu retorno a Europa e decidiu permanecer no Rio de Janeiro, a espera de novas oportunidades de se distinguir e ascender militar e socialmente¹⁷⁰.

A lógica inerente ao Exército Português da época era muito diversa daquela atualmente em vigor nos exércitos modernos. Compostas em parte por membros da nobreza, o sentido então vigente nas forças armadas lusitanas era aristocrático e baseado em trocas de favores. Aqueles que ingressavam no Exército buscavam ascensão política

¹⁶⁷ SOUZA, 2008, p. 49; 60-61.

¹⁶⁸ PAULA, Eurípedes Simões de. *A organização do Exército Brasileiro*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 305; SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publít Soluções Editoriais, 2007. pp. 131-136.

¹⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979. p. 54-55.

¹⁷⁰ Vale ressaltar que o interesse em se dedicar à carreira era tamanha que o então jovem José Joaquim deixou em Portugal duas irmãs e diversas posses que lhe caberia administrar. Cf. SOUZA, 2008, p. 62-74.

e social em uma estrutura limitada pela nobreza hereditária e pelas famílias mais ricas que controlavam o Estado português¹⁷¹. Nesse contexto, a família Lima da Silva buscava uma melhor inserção nos círculos lusitanos e via no serviço militar uma boa oportunidade para esse fim. Essa foi a principal razão que motivou os irmãos Francisco de Lima da Silva e José Joaquim de Lima da Silva a atravessarem o atlântico para prestar serviços à coroa portuguesa em terras brasileiras. A inserção de Portugal na Guerra dos Sete Anos e as agitações decorrentes deste evento na fronteira sul do império português na América ofereceram boas oportunidades aos Lima da Silva¹⁷².

A mentalidade aristocrática lusitana influenciou de modo significativo as forças armadas portuguesas. Embora a meritocracia e o valor individual de soldados e comandantes não possam ser ignorados quando evidenciados nas batalhas e nas campanhas militares, tais aspectos foram revestidos pela lógica do intercâmbio de benefícios. Nesse sentido, a coroa portuguesa sempre buscou “pagar” e “retribuir” àqueles que promoveram seus interesses políticos, econômicos e militares. Tal sistemática, além de garantir à Coroa Portuguesa maior fidelidade por parte dos envolvidos, também favorecia o reconhecimento do poder estatal central como autoridade legítima. Essa dinâmica era ainda mais importante nas colônias e possessões de além-mar, onde as determinações de Lisboa só podiam ser implementadas por intermédio da força de outros atores políticos. Cultivar a lealdade desses agentes locais era crucial para que a autoridade central fosse respeitada nos quadrantes mais isolados do império português¹⁷³.

Segundo Souza (2008), nas colônias lusitanas, as principais vantagens da aplicação desses princípios baseados em castigos e recompensas eram: incentivar os portugueses que consideravam a possibilidade de servir no ultramar – demonstrando que seus serviços seriam recompensados; e arregimentar, com maior facilidade, oficiais militares para defender as colônias e os territórios lusitanos¹⁷⁴.

¹⁷¹ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001. pp. 32-41.

¹⁷² SOUZA, 2008, pp. 50-62.

¹⁷³ FAORO, op. cit., pp. 222-229; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp: 26-32. Importante notar que tal lógica foi transposta para o âmbito do Império do Brasil, revelando-se por meio das indicações políticas e militares que vinculavam diretamente o poder local ao poder central. Cf. CARVALHO, 2007b, pp. 158-159.

¹⁷⁴ SOUZA, 2008, pp. 72-73.

Nesse contexto e sob esses valores, José Joaquim de Lima da Silva seguiu carreira no Regimento Bragança, unidade que fora transplantada para o Rio de Janeiro sob o nome de 1º Regimento de Infantaria. Apesar de suas aspirações e de suas perspectivas positivas decorrentes da experiência do irmão, sua carreira no Brasil foi lenta. Até o posto de tenente-coronel, o menor tempo que teve de esperar por uma promoção foram sete anos¹⁷⁵. Ao casar-se com Joana Maria da Fonseca Costa, José Joaquim conseguiu aumentar sua inserção na sociedade local, no entanto, a família da esposa não conseguiu contribuir para acelerar sua carreira militar, mesmo sendo composta por membros de certa influência no Rio de Janeiro e em Lisboa. Os interstícios entre suas progressões funcionais permaneceram longos muito provavelmente em decorrência da falta de conflitos nos quais seus serviços pudessem empregados e posteriormente recompensados. Como consequência, o número de unidades militares lusitanas instaladas no Rio de Janeiro permaneceu estático por décadas, diminuindo a possibilidade de abertura de vagas nas patentes superiores por razões outras que não as de idade, aposentadoria e morte¹⁷⁶.

Os esforços e os planos de José Joaquim para ascender socialmente abrangiam seus descendentes. Valendo-se de suas prerrogativas militares, o português conferiu o título de cadete¹⁷⁷ a todos os seus filhos no Regimento de Infantaria onde servia. Seu primogênito, Francisco de Lima da Silva¹⁷⁸, contraiu matrimônio com apenas 16 anos de idade, com Mariana Cândido de Oliveira Bello, então com 18 anos. Considerando a frustração de José Joaquim com o ritmo de suas progressões militares e tendo em vista as boas funções públicas ocupadas pelo sogro de seu filho, Luiz Alves de Freitas Bello, a união com a família Bello pode ter sido uma tentativa de José Joaquim de conseguir outro emprego na burocracia estatal portuguesa¹⁷⁹.

¹⁷⁵ SOUZA, 2008, p. 75.

¹⁷⁶ SOUZA, 2008, pp. 74-84.

¹⁷⁷ De acordo com a legislação portuguesa da época, o título de cadete podia ser concedido a todos os filhos de nobres ou de militares de patente igual ou superior à de sargento-mor. A referida titulação garantia aos interessados o ingresso na carreira militar do exército português. Aos filhos de nobres, exigia-se a apresentação da documentação pertinente e a aprovação da respectiva candidatura por uma comissão composta por militares integrantes da unidade militar em que o postulante desejava ingressar. Aos candidatos filhos de militares, o processo era mais simples, sendo necessária apenas a apresentação do registro de batismo do interessado, comprovando sua filiação a um oficial graduado. Cf. ALENCAR, José. *O marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867, p. 2; e SOUZA, 2008, pp. 54-58.

¹⁷⁸ Nome dado, ao que tudo indica, em homenagem ao irmão mais velho de José Joaquim de Lima da Silva, que regressou a Europa em 1777.

¹⁷⁹ SOUZA, 2008, pp. 85-90.

As uniões com a família Fonseca e, posteriormente, com a família Bello contribuíram para expandir a influência local do avô de Luiz Alves de Lima e Silva. Desde a sua chegada ao Rio de Janeiro, a carreira militar não correspondeu às expectativas de José Joaquim de obter uma ascensão funcional rápida. Assim, outras oportunidades para melhor se inserir na sociedade fluminense da época poderiam surgir por meio das referidas uniões familiares. Nesse período, José Joaquim chegou a formalizar requerimento à Coroa portuguesa para ser nomeado para alguma função burocrática local, cujos proventos fossem melhores que aqueles de seu soldo como Tenente-Coronel, demonstrando assim estar disposto a abandonar a vida das armas¹⁸⁰.

Após a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, a carreira militar do avô de Luiz Aves ganhou maior dinamismo. Dentre as várias medidas adotadas por Dom João, a reorganização das forças armadas portuguesas na América teve grande importância¹⁸¹. O “príncipe regente não se preocupou apenas com a reorganização das tropas existentes no Brasil, mas procurou também criar escolas militares e arsenais para que o exército dependesse o mínimo possível do exterior.”¹⁸² A reestruturação militar proporcionou os meios necessários para que as tropas portuguesas pudessem ocupar a Cisplatina e a Guiana Francesa e colocassem fim à Revolução Pernambucana de 1817. Diante de maiores oportunidades para se distinguir, o avô de Luiz Alves soube aproveitá-las, sendo grandes as conseqüentes mudanças na vida do então tenente-coronel Lima da Silva. Ao final de 1808, José Joaquim já tinha sido promovido e efetivado no posto de Coronel, passando a ocupar a mesma patente que fora de seu irmão mais velho. Em menos de quatro anos, obteve nova promoção, dessa vez sendo alçado a brigadeiro dos Exércitos Reais. Em 1817, recebeu o hábito da Ordem de Cristo e em 1818 foi novamente promovido, galgando ao posto de Marechal-de-Campo do Exército. Nesse mesmo ano, recebeu ainda a mercê de fidalgo cavaleiro da Casa Real¹⁸³.

Em apenas dez anos, as mudanças sociais e profissionais ocorridas na vida de José Joaquim foram significativas. Se entre 1777 e 1808 a conformação social e militar no Rio de Janeiro permaneceu estática, sem grandes agitações ou mudanças, a instalação de uma Família Real europeia em terras brasileiras mudou toda organização

¹⁸⁰ SOUZA, 2008, pp. 84-85.

¹⁸¹ SODRÉ, op. cit., p. 57.

¹⁸² PAULA, op. cit., p. 307.

¹⁸³ SOUZA, 2008, pp. 90-94.

local até então vigente¹⁸⁴. A possibilidade de maior contato com membros da Corte portuguesa e a chance de prestar serviços e de se distinguir em campanhas possibilitaram ao avô de Caxias acelerar sua carreira e auferir distinções e títulos até poucos anos antes inalcançáveis.

Mesmo após ter chegado ao topo da hierarquia militar e ter obtido boa posição entre a fidalguia portuguesa, o avô de Luiz Alves não se descuidou de seus filhos. Para consolidar a nova inserção social da família, o marechal Lima da Silva passou a buscar melhores posições para seus herdeiros. Seu esforço para que eles obtivessem promoções, distinções e honrarias foi bem recompensado. Quando José Joaquim faleceu, em 1821, seu primogênito, Francisco de Lima da Silva, já tinha recebido a comenda de São Bento de Avis e ocupava a patente de Coronel, com o comando do 1º Regimento de Infantaria, posto ocupado no passado pelo próprio José Joaquim. Seu segundo filho, também de nome José Joaquim de Lima da Silva, recebera o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real e era tenente-coronel também no 1º Regimento de Infantaria. Seu terceiro herdeiro, Manoel da Fonseca de Lima da Silva, fora habilitado pela Ordem de Cristo e detinha a patente de capitão no mesmo Regimento que os irmãos. José Joaquim tinha ainda outros dois filhos, João Manoel de Lima da Silva e Luiz Manoel de Lima da Silva, no entanto, em 1821, ano em que o marechal faleceu, ambos ainda eram jovens, contando com 16 e 15 anos respectivamente. Apesar disso, antes de morrer, o pai havia lhes garantido o título de cadete no mesmo regimento dos demais membros da família, proporcionando aos dois a possibilidade de seguirem a carreira das armas na condição de oficiais e sob a orientação dos irmãos mais velhos¹⁸⁵.

Sepultado no convento de Santo Antônio, horaria destinada somente à nobreza local, o marechal que chegara à cidade ainda rapaz havia transformado sua história e a de sua família. O pacto político sobre o qual se mantinha o império português, em vez de criar – como por muito tempo se imaginou – uma sociedade com fronteiras sociais estáticas (ou quase estáticas), mostrava-se bastante permeável ao jogo das relações pessoais de parentesco. Essa boa dose de plasticidade criava um sistema atraente que, por meio de negociações cotidianas, realizadas entre diferentes níveis hierárquicos (por isso, sempre marcadas pela desigualdade), conseguia garantir que princípios e valores aristocráticos entalhassem novas sociedades na América portuguesa. (SOUZA, 2008, p. 95).

¹⁸⁴ Para maiores informações sobre o período Joanino no Brasil, uma das melhores referências continua sendo LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

¹⁸⁵ SOUZA, 2008, pp. 90-94.

Ao final de suas vidas, a maior parte dos filhos de José Joaquim de Lima da Silva demonstrou que a lógica de inserção social aprendida com o pai proporcionou-lhes bons resultados. Francisco de Lima da Silva foi Presidente da Província de Pernambuco durante o combate à Confederação do Equador e, após a abdicação de Dom Pedro I, tornou-se Regente do Império, tanto durante a Regência Trina Provisória quanto durante a Regência Trina Permanente. Foi ainda Senador e recebeu de Dom Pedro II o título de Barão¹⁸⁶ da Barra Grande¹⁸⁷.

José Joaquim de Lima da Silva (o filho, tio de Luiz Alves de Lima e Silva) foi comandante do Batalhão do Imperador, comandante em chefe do Exército Brasileiro na província da Bahia por ocasião das lutas pela independência, deputado pela província do Piauí, presidente do Supremo Tribunal Militar, membro do Conselho de Estado e Secretário de Guerra. Foi condecorado com a Imperial Ordem do Cruzeiro, com o título de Comendador da Imperial Ordem de São Bento de Avis, com a Imperial Ordem da Rosa e com a medalha da Independência. Chegou ao posto de Marechal do Exército e foi agraciado com o título de Visconde de Magé (com grandeza), em 1854¹⁸⁸.

Manuel da Fonseca de Lima e Silva combateu a revolução pernambucana de 1817 e esteve presente nas Guerras de Independência na Bahia em 1823 e na campanha da Cisplatina em 1825. Foi Ministro da Guerra em duas ocasiões, no Gabinete de 16 de julho de 1831 e no Gabinete de 16 de janeiro de 1836. Foi também Ministro do Império em 1837, durante o Gabinete de 19 de setembro. Elegeram-se Deputado pela Província do Rio de Janeiro e tornou-se Presidente da Província de São Paulo. Recebeu a Grã-Cruz da Imperial Ordem de São Bento de Avis, sendo ainda oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro e Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Recebeu também as medalhas da

¹⁸⁶ Diferentemente da nobreza europeia, os títulos nobiliárquicos brasileiros eram pessoais e não hereditários. Esse fato explica, por exemplo, a existência de um Visconde do Rio Branco e de um Barão do Rio Branco, pai e filho com títulos nobiliárquicos distintos. Constitucionalmente, cabia única e exclusivamente ao Imperador conceder tais mercês em retribuição aos relevantes serviços prestados em favor do Império. Criava-se assim, no Brasil, uma nobreza meritória em contraponto à nobreza hereditária europeia. Sobre esse assunto, excelente estudo foi realizado por SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, 1998. Especial atenção ao capítulo 08 *Como ser nobre no Brasil*. pp. 159 – 205.

¹⁸⁷ Como se verá mais a frente, Francisco aceitou a mercê dada pelo jovem monarca, mas nunca a utilizou, já que tal título deveria ter sido ofertado por Pedro I, em remuneração aos serviços prestados por Francisco em Pernambuco, ao debelar a Confederação do Equador.

¹⁸⁸ VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. p. 267.

Guerra da Independência na Bahia e foi nomeado Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial. Foi agraciado com o título de Barão de Suruhy (com grandeza), também em 1854¹⁸⁹.

João Manuel de Lima e Silva teve vida agitada e mais curta que seus irmãos. Dessa forma, não teve tempo de ascender socialmente como eles, embora tenha obtido certo destaque. Frequentou a Real Academia Militar e participou das lutas pela independência na Bahia. Em 1828, foi transferido para o Rio Grande do Sul, onde assumiu o comando do 8º Batalhão de Caçadores de Porto Alegre. Colaborou com o irmão mais velho, Francisco de Lima e Silva, nos acontecimentos que culminaram na abdicação do Imperador Dom Pedro I e, em 1834, foi investigado e absolvido pelo governo central da acusação de tramar o separatismo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tornou-se membro ativo do movimento farroupilha, chegando a assumir o comando militar dos rebeldes e obtendo deles, como consequência, promoção à patente de general. Morreu em 1837, em decorrência dos combates entre as forças do Império e os rebeldes gaúchos¹⁹⁰.

Luís Manuel de Lima e Silva, o filho mais jovem de José Joaquim de Lima e Silva, combateu nas guerras de independência na Bahia, marchou contra os rebeldes de Pernambuco em 1824, auxiliando o irmão mais velho, e participou da campanha na Cisplatina. Contribuiu ainda com seu sobrinho, Luiz Alves de Lima e Silva, na pacificação do Rio Grande do Sul. Foi comandante da Guarda Nacional de Porto Alegre e atingiu a patente de brigadeiro em sua carreira militar. Recebeu as comendas da Imperial Ordem de São Bento de Avis e da Imperial Ordem da Rosa¹⁹¹.

Como se pode notar, tanto o pai quanto os tios de Luiz Alves de Lima e Silva exerceram importantes funções políticas e militares no Império, durante os processos da Independência, Primeiro Reinado, Abdicação, Regência e Segundo Reinado. Apesar disso, quase todas as biografias de Luiz Alves¹⁹² e a historiografia a ele relacionada dão

¹⁸⁹ VASCONCELOS; VASCONCELOS. op. cit., p. 492.

¹⁹⁰ HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002. p. 85.; COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Duque de Caxias*. São Paulo: Editora Três, 2001. p. 62.

¹⁹¹ MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. PPGH, São Leopoldo, RS, 2012.p. 81; SOUZA, 2008, pp. 111; 160; 167; 433. Vale a pena registrar também que Luís Manuel de Lima e Silva é autor de um dos trabalhos mais críticos sobre a participação do Brasil na Guerra da Cisplatina, sendo por isso uma das obras mais interessantes. Considerando que este militar participou diretamente do combate, os relatos têm grande valor histórico. Cf. LIMA E SILVA, Luiz Manoel de. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

¹⁹² Como já mencionado, nesse grupo, destacam-se as obras publicadas no século XX.

pouca atenção aos papéis exercidos por seus tios. Nessas obras, tampouco se encontram referências detalhadas sobre os irmãos de Caxias. Além de Luiz Alves, Francisco de Lima e Silva teve outros quatro filhos que adquiriram algum grau de destaque na história do Império: José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Francisco de Lima e Silva, Carlos Miguel de Lima e Silva e Carlota Guilhermina de Lima e Silva¹⁹³.

José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho casou-se com Maria Balbina da Fonseca Costa, filha do Marquês da Gávea. Seguiu a carreira das armas, assim como o irmão mais velho, e combateu ao seu lado contra os rebeldes liberais de Minas Gerais em 1842. Ao contrário dos demais membros de sua família, retirou-se da carreira militar mais cedo. Foi deputado por Minas Gerais uma vez e pelo Rio de Janeiro em quatro legislaturas. Em sua vida civil, exerceu a presidência do Banco do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Foi membro da junta administrativa da Caixa de Amortização¹⁹⁴ e diretor da Caixa Econômica. Recebeu a Imperial Ordem da Rosa, a Imperial Ordem de Christo, de Villa Viçosa de Portugal, a Imperial Ordem de São Bento de Avis e a Ordem Ernestina, da Casa Ducal da Saxônia. Foi agraciado com o título de Visconde de Tocantins em 1872 e alçado a Conde em 1889¹⁹⁵.

Seus outros dois irmãos mais jovens, Francisco de Lima e Silva e Carlos Miguel de Lima e Silva também ingressaram na carreira militar pelo Regimento de Infantaria em que seu pai e avô serviram. Francisco e Carlos Miguel participaram da repressão às revoltas liberais em São Paulo e em Minas Gerais, em 1842, e seguiram com Caxias, posteriormente, para a campanha gaúcha, com vistas a colaborar no processo de pacificação do Rio Grande do Sul. Coincidentemente, ambos faleceram em decorrência de males adquiridos logo após o fim do combate aos rebeldes farroupilhas. Francisco morreu logo após retornar para o Rio de Janeiro, acometido por uma doença desconhecida, e Carlos Miguel, designado para acompanhar o Imperador e a Imperatriz

¹⁹³Francisco de Lima da Silva foi o primogênito do marechal português José Joaquim de Silva da Lima e teve, ao todo, dez filhos. SOUZA, 2008, p. 552.

¹⁹⁴A Caixa de Amortização foi criada em 1827 e tinha por objetivo administrar a emissão e o pagamento dos títulos públicos do Império. A Caixa de Amortização era comandada por uma Junta Administrativa, cujos membros eram o Ministro da Fazenda, na qualidade de presidente, o inspetor-geral e cinco membros nomeados pelo governo. Com o passar do tempo, suas competências e atuações foram sendo regulamentadas e aprimoradas por uma série de leis e decretos. Em 1967, o órgão foi extinto e suas atribuições, repassadas ao Banco Central. Para maiores informações, cf. < http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/caixa_amortizacao.asp?idpai=HISTORIA >. Acesso em 17 de julho de 2017.

¹⁹⁵VASCONCELOS; VASCONCELOS. op. cit., pp. 509-510.

que estavam em visita à província recém-pacificada, começou a sentir-se mal na cidade de Rio Pardo, falecendo pouco tempo depois¹⁹⁶.

Carlos Miguel ficou também conhecido pelo assassinato do jornalista Clemente José de Oliveira, redator do jornal *Brasil Aflicto*. O periódico era caracterizado por seu editorial crítico à Regência e pela defesa inflamada do regresso de Dom Pedro I. Por essa razão, o jornal não poupava acusações e avaliações negativas às ações de Francisco de Lima e Silva e dos demais regentes. Em 9 de setembro de 1833, no Largo da Carioca, Carlos Miguel avistou Clemente Oliveira, apeou de seu cavalo e o matou à luz do dia, em frente a outras pessoas. A repercussão negativa do caso foi tamanha que Carlos Miguel teve de deixar o Rio de Janeiro, sendo designado para servir como adido militar na Embaixada do Brasil na Bélgica¹⁹⁷.

Por fim, Carlota Guilhermina casou-se com seu próprio tio, Manuel da Fonseca de Lima e Silva, tonando-se assim Baronesa de Suruhy. Obteve ainda o título de Dama Honorária de Companhia da Imperatriz.

Percebe-se, assim, que, em apenas três gerações, os Lima e Silva conseguiram obter ascensão social, prestígio e importantes cargos no Império Português e no Império do Brasil após 1822. Na trajetória da família, o principal fato a se destacar foi a constante e consciente procura de seus membros por melhores posições sociais e políticas, valendo-se para tanto de estratégias que incluíam prestações de serviço à Coroa e o estabelecimento de vínculos familiares, políticos e militares. Como visto, o patriarca José Joaquim de Lima e Silva lutou até o final de sua vida para se destacar e para repassar a seus descendentes as honrarias, os privilégios e os títulos decorrentes do prestígio obtido junto à Corte de Dom João VI. Seu primogênito, Francisco de Lima e Silva, observou os passos e os ensinamentos do pai e conquistou boas posições políticas na administração do Brasil independente. A maior parte da historiografia sobre Luiz Alves de Lima e Silva simplesmente ignora esse arcabouço familiar e atribui à personalidade de Caxias as qualidades e as virtudes esperadas de um oficial moderno das forças armadas, alheio à política e preocupado somente com a carreira das armas.

Além de anacrônicas, tais interpretações buscam descrever Luiz Alves de forma parcial, partindo do pressuposto de que é possível analisar e estudar suas ações militares

¹⁹⁶ SOUZA, 2008, pp. 552.

¹⁹⁷ BRASIL, Relatórios Ministeriais. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros - 1834*, p. 20; BRASIL, Relatórios Ministeriais. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros - 1835*, p. 16; SOUZA, 2008, pp. 252-257.

sem levar em conta sua atuação política. Considerando o quadro familiar exposto e a forte preocupação com ascensão social que perpassava os membros de sua família, não parece razoável crer que Caxias possa ter ignorado os ensinamentos e os exemplos de seu pai, de seus tios e de seu avô, para participar das campanhas e dos combates em que teve parte esperando obter somente distinções e honrarias estritamente relacionadas à carreira militar. O próprio uso ostensivo e contínuo de seus títulos nobiliárquicos aponta em sentido contrário¹⁹⁸.

Não se trata de menosprezar os feitos militares de Caxias ou de duvidar de seu patriotismo. O objetivo é tão somente buscar enquadrar esse ator em seu tempo, no contexto político e social de sua época, tentando captar valores, princípios, anseios e temores que possam ter influenciado sua formação e sua perspectiva em relação à política nacional. Como visto, a preocupação e o desejo de maior ascensão social e política, utilizando-se de serviços militares como meio, estiveram sempre presentes em sua família.

3.3 – A formação de Caxias – estudos e ingresso na carreira militar

A maior parte da historiografia sobre Caxias dá pouca atenção aos seus anos de formação. Nessas obras, sua infância, adolescência e primeiras experiências em combates apresentam relatos mais reduzidos e sucintos, de poucas páginas. Assim, sua família e seu período de aprendizado são duas ausências marcantes nas obras que tratam a vida de Luiz Alves. Considerando o objetivo do presente trabalho de tentar verificar como a atuação de Caxias influenciou e moldou a política externa imperial, faz-se necessário conhecer os valores, as ideias e as perspectivas que possam ter influenciado suas ações. Nesse sentido, suas primeiras participações em expedições militares são tão importantes quanto a influência exercida pelos membros de sua família, já que constituem ocasiões nas quais o jovem oficial pôde aprender com os tios e com os seus superiores a negociar com grupos e com lideranças locais ou dar-lhes efetivo combate, no caso de os termos de entendimento propostos mostrarem-se infrutíferos.

¹⁹⁸ Contraponto interessante ocorre em relação a Manuel Luis Osório, ou, como menos difundido, Marquês do Eral. Osório utilizava-se de seu título nobiliárquico de forma bem menos frequente que Caxias.

Luiz Alves de Lima e Silva nasceu em 25 de agosto de 1803, na fazenda de seu avô materno, Luiz Alves de Freitas Bello, localizada na região que atualmente compreende o município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo local, passou boa parte da infância, e, provavelmente, recebeu suas primeiras lições básicas de escrita e matemática¹⁹⁹.

José de Alencar, ao elaborar perfil biográfico de Luiz Alves de Lima e Silva²⁰⁰, mencionou com naturalidade o fato de Francisco de Lima e Silva ter aproveitado de suas prerrogativas para proporcionar ao seu primeiro filho, então com cinco anos de idade, o título de cadete, assegurando-lhe a oportunidade de seguir a carreira das armas²⁰¹. Tal faculdade, como visto, longe de ser o reconhecimento precoce da vocação inata de Luiz Alves para a carreira militar, como algumas obras laudatórias tratam a questão²⁰², era decorrente de um privilégio previsto na legislação portuguesa da época e automaticamente obtido pelo oficial quando promovido ao posto de sargento-mor.

Após a primeira infância e até o ano de 1817, Caxias frequentou cursos de educação fundamental no Seminário de São Joaquim²⁰³. Em 1818, matriculou-se na Real Academia Militar. A organização de ensino frequentada por Caxias e por outros oficiais no início do século XIX não guarda quase nenhuma semelhança com a Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN –, instituição responsável pelo treinamento e pela formação atual da maior parte da oficialidade brasileira²⁰⁴. Criada em

¹⁹⁹ PEIXOTO, op. cit., pp. 9-11; CARVALHO, 1976, p. 4; SOUZA, 2008, pp. 107-108.

²⁰⁰ Ressalte-se que o trabalho de José de Alencar é muito mais coerente e sóbrio que a obra realizada pelo Padre Pinto de Campos e, por consequência, que os livros de vários autores do século XX, cuja base são a biografia do Padre Campos. Cf. ALENCAR, José. *O marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867.

²⁰¹ ALENCAR, op. cit., p. 2. Tal como José Joaquim de Lima da Silva valeu-se da mesma faculdade para garantir o direito de ingresso na carreira militar a seu primogênito, Francisco de Lima da Silva, e a seus outros herdeiros.

²⁰² Nesse sentido laudatório e romântico, conferir ORICO, 1933;

²⁰³ PEIXOTO, op. cit., p. 11. O seminário São Joaquim forneceu as bases físicas para a instalação posterior do Colégio Pedro II. Para maiores detalhes sobre história desta instituição de ensino Cf. < <http://www.cp2.g12.br/component/content/article/83-cpii/1631-per%C3%ADodo-imperial.html> >. Acesso em 21 de julho de 2017.

²⁰⁴ Como o objetivo da presente seção não é aprofundar e expor as diferenças entre a Real Academia Militar e a Academia Militar das Agulhas Negras, basta mencionar, a título de exemplo, os diferentes regimes adotados por ambas as instituições e a titulação científica formal presente na atualidade. Enquanto a primeira funcionava em regime de externato, de forma muito similar a outras instituições de ensino civis, a AMAN trabalha em regime de internato durante todos os seus quatro anos de formação. Ao final desse período, aos oficiais aprovados é conferido o grau de bacharel em ciências militares. No início do século XIX, nenhum título científico semelhante era entregue àqueles que frequentavam a Real Academia Militar, ficando tal fato apenas registrado em seu histórico. Para maiores detalhes sobre a AMAN, cf. < <http://www.aman.eb.mil.br/institucional/apresentacao-da-aman> >.

1810²⁰⁵, a Real Academia Militar fez parte do já mencionado conjunto de medidas administrativas adotadas pelo Príncipe Regente, com vistas a modernizar o Rio de Janeiro e a fortalecer as forças lusitanas na América, após a chegada da Família Real. A criação da referida instituição tinha por objetivo fornecer aos jovens oficiais do Exército algum grau de formação científica, capacitando-os para melhor desempenhar suas atividades nos campos de batalha²⁰⁶.

A Real Academia oferecia disciplinas relacionadas a matemática, física, mecânica, tática, estratégia, química, arquitetura, história e mineralogia, dentre outras. Seu programa de ensino era estruturado em sete anos e não havia obrigatoriedade de frequentá-los de forma consecutiva. A aprovação em todas as disciplinas ofertadas ao longo dos sete anos era exigência apenas para a formação dos oficiais de Artilharia e de Engenharia. Para as armas de Infantaria e Cavalaria, somente as disciplinas do 1º e do 5º anos eram obrigatórias²⁰⁷.

Apesar da iniciativa e do suporte da coroa portuguesa, entre 1810 e 1820, o número de alunos da Real Academia Militar caiu de forma significativa. Segundo Souza (2008), alguns motivos contribuíram para esse fato. Em primeiro lugar, o Exército não vinculava a progressão na carreira à frequência e à aprovação nos cursos ofertados pela escola militar. Como consequência, quantidade grande de oficiais continuava a ingressar no Exército e a ser promovida sem nunca ter passado pelos bancos daquela instituição. Outros fatores negativos ao funcionamento do estabelecimento eram a falta prolongada de material adequado para as aulas e a carência de professores habilitados para ministrar disciplinas importantes como física e matemática. Uma terceira adversidade, ainda mais grave, era a falta de autoridade dos diretores da Real Academia para punir as transgressões disciplinares que ocorriam na instituição. Os casos de insubordinação e desordem envolvendo alunos e professores eram comuns e, ante a falta da devida correição, a impunidade encorajava a reincidência e a proliferação de atitudes similares tanto por parte de outros estudantes, quanto por parte de membros do corpo docente²⁰⁸.

Caxias ingressou na Real Academia em 1818, cursou as matérias relativas ao 1º e ao 5º anos e foi aprovado em todas elas. Com isso, cumpriu os requisitos de formação

²⁰⁵ MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil*. 1º. Volume. São Paulo: Brasiliense, 1936. p. 536.

²⁰⁶ PAULA, op. cit., p. 307.

²⁰⁷ SOUZA, 2008, pp. 112-114.

²⁰⁸ SOUZA, 2008, pp. 112-122.

exigidos aos oficiais de infantaria. Apesar de não serem obrigatórias, decidiu cursar também as disciplinas do 2º e do 3º ano, dentre as quais se destacam as cadeiras de álgebra, geometria analítica, cálculo diferencial, mecânica e desenho. Do mesmo modo, obteve aprovação plena em todas elas. Em 1822, matriculou-se no 4º ano, mas desistiu e não chegou a cursar suas matérias²⁰⁹.

Algumas conclusões importantes podem ser auferidas desses fatos. Apesar de não serem necessários à sua progressão funcional e à sua formação na arma de Infantaria, os estudos extraordinários revelam uma preocupação do jovem Luiz Alves em obter conhecimentos militares de caráter teórico e científico. Não se sabe se a motivação para tanto era instrumental – angariar um conjunto de informações e conhecimento consideráveis que lhe servissem para aplicação ao longo da carreira – ou advinda de eventual gosto pelos estudos. Seja como for, a decisão e a vontade em obter uma educação formal chama atenção quando se tem em mente as mencionadas dificuldades enfrentadas pela Real Academia para ministrar as aulas aos seus alunos e o pouco prestígio que a instituição desfrutava entre os próprios militares.

Em segundo lugar, percebe-se que, diante das agitações políticas e militares de 1822, o jovem Luiz Alves parece ter preferido tomar parte nos acontecimentos em curso a permanecer na Real Academia. Como já mencionado, é muito provável que os conselhos e os exemplos de seus tios e de seu pai possam ter influenciado Luiz Alves nesse sentido, já que “o caminho percorrido pelos avós, de ambos os lados, para chegar aonde haviam chegado, tinha sido o da prestação de serviços”²¹⁰. Apesar de sua vontade em obter melhor educação, aparentemente, o jovem Lima e Silva deve ter chegado à conclusão de que maiores benefícios poderiam ser obtidos caso ele tomasse parte nas ações que emergiram no contexto da Independência do Brasil.

Como visto no capítulo anterior, a autonomia política do Brasil já existia de fato desde 1808. Após a Revolução Liberal do Porto, o conseqüente retorno de Dom João VI a Portugal e a interpretação das ações das Cortes portuguesas como sendo tentativas de recolonizar o Reino americano, o sentimento nativista ganhou força e a ideia de emancipação fortaleceu-se. A crescente tensão entre o Rio de Janeiro e Lisboa resultou na proclamação da Independência, liderada por Dom Pedro²¹¹. Ato contínuo, o novo

²⁰⁹ CARVALHO, 1976. p. 11; COSTA, op. cit., pp. 48-49; SOUZA, 2008, pp. 114-122.

²¹⁰ SOUZA, 2008, p. 122.

²¹¹ HOLANDA, op. cit., pp. 18-23.

monarca tratou de tomar medidas com vistas a consolidar sua autoridade e a promover a centralização do poder político em torno da nova Corte que nascia na capital fluminense.

Essa unidade, que a vinda da Corte e a elevação do Brasil a reino deixara de cimentar em bases mais sólidas, estará a ponto de esfacelar-se nos dias que imediatamente antecedem e sucedem à proclamação da Independência. Daí por diante irá fazer-se a passo lento, de sorte que só em meados do século pode dizer-se consumada. (HOLANDA, 2007. p. 21)

Para tanto, o Imperador enviou tropas a diversas províncias com o objetivo de expulsar unidades fiéis a Lisboa e garantir a adesão das autoridades locais ao novo regime. Nesse contexto, destacaram-se as operações e os combates ocorridos na Bahia, no Pará, na Cisplatina e em Pernambuco, entre 1822 a 1824²¹².

A participação nesses movimentos proporcionava boas perspectivas aos oficiais do Exército e da Marinha. Os benefícios, as honrarias e as promoções a serem distribuídos como remuneração aos serviços prestados nos campos de batalha eram um forte atrativo. Nesse contexto, a opção do jovem Luiz Alves por não frequentar o seu quinto ano de estudos²¹³ na Real Academia mostra-se plenamente razoável e sensata.

Até outubro de 1822, Luiz Alves de Lima e Silva serviu como ajudante do 2º Batalhão de Caçadores. No ano seguinte, passou a ajudante-de-ordens do comandante do Batalhão do Imperador, José Joaquim de Silva e Lima, seu tio. Criada em janeiro de 1823, por Dom Pedro I, essa nova unidade se propunha a ser um corpo de elite do Exército Imperial. A entrega do comando a um Lima e Silva não deve ter sido por acaso, sendo bem provável que a escolha tenha decorrido do prestígio que a família já usufruía na Corte²¹⁴. Pouco após a sua criação, o Batalhão do Imperador foi enviado à Bahia, com o objetivo de fortalecer as tropas brasileiras que lutavam, sob comando do General francês Labatut, contra as forças lusitanas do General Madeira de Melo.

Além dos desdobramentos militares da campanha, que, como se sabe, resultaram na expulsão de Madeira e contribuíram para a consolidação da Independência do Brasil, os aspectos políticos subjacentes à vitoriosa expedição ao recôncavo baiano são

²¹² HOLANDA, op. cit., pp. 20-26.

²¹³ Que seria o 4º ano da grade curricular da escola.

²¹⁴ CARVALHO, 1976. p. 12-16; PAULA, op. cit., p. 309; PEIXOTO, op. cit., pp. 12-14; SOUZA, 2008, p.126.

importantes e podem explicar o resultado final da empreitada. A inabilidade política de Labatut em relação às lideranças locais baianas e em relação às tropas fornecidas por esses grupos provocou o crescente desgaste do comandante francês, resultando em seu gradual isolamento.

Já fizemos menção da falta de inteligência entre Labatut e a Junta da Cachoeira. Em meados de abril, tentara ainda este general entender-se com a mesma Junta, tratando de conciliar-se e esquecendo-se o passado. Porém, as queixas apareceram de novo, e o periódico “Independente Constitucional” não cessava de atacar o mesmo general e o seu secretário José Maria Cambuci do Vale, que o aconselhava, intrigando-o com a Junta e os oficiais (...) (VARNHAGEN, 2010, p. 344).

Os atritos entre o comandante-em-chefe das forças brasileiras na Bahia e as lideranças civis e militares locais resultaram na deposição do General francês, na sua prisão e no seu envio de volta ao Rio de Janeiro. Francisco Varnhagen (2010) destacou o fato de Labatut ter deixado os serviços que prestava em Nova Granada, ex-colônia espanhola, em situação muito similar, uma vez que lá foi considerado arbitrário por parte da tropa e pela população local, tendo sido também deposto à força e preso pelas forças que comandava²¹⁵. O fato relevante a se destacar do dissídio ocorrido no interior das forças brasileiras na Bahia é a negociação conduzida pelo então coronel José Joaquim de Lima e Silva junto às lideranças civis locais e aos comandantes militares das forças imperiais. A habilidade do coronel Lima e Silva gerou resultado tão positivo que ele mesmo foi encarregado de comandar as forças brasileiras no lugar de Labatut²¹⁶. Na posição de ajudante-de-ordens do Comandante do Batalhão do Imperador, Luiz Alves de Lima e Silva certamente acompanhou todas as negociações e as reuniões que seu tio teve com os líderes locais e com os comandantes das outras brigadas.

Após reorganizar as forças sob seu comando, José Joaquim atacou algumas trincheiras inimigas e espalhou entre a população local proclamações em que se comprometia a anistiar aqueles que se entregassem e a respeitar a ordem e as propriedades particulares. A estratégia produziu bons efeitos e muitos combatentes se entregaram, deixando Madeira em situação difícil. Diante dessa e de outras dificuldades

²¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, *História da Independência do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010. p. 346.

²¹⁶ SOUZA, 2008, pp. 130-132; VARNHAGEN, op. cit., pp. 344-346.

práticas, o General português desistiu da campanha pouco tempo depois e zarpuou com seus soldados de volta para Lisboa²¹⁷.

Para substituir Labatut, Dom Pedro I nomeou o brigadeiro José Manoel de Moraes para o cargo de Comandante de Armas da Bahia. Ao chegar a Salvador, as lideranças civis e militares locais notificaram o brigadeiro de que a sua posse não agradaria a tropa, sendo aconselhável a manutenção do coronel Lima e Silva no referido posto. Diante do quadro inusitado, José Manoel de Moraes não se opôs à situação e retornou à Corte. Estranhamente, poucos dias depois desse fato, tanto José Joaquim quanto os seus subordinados diretos, os integrantes do Batalhão do Imperador, passaram a sofrer hostilidades de forças locais. Ciente de que havia uma disputa política pelo cargo que ocupava e percebendo que não dispunha do suporte local necessário para fazer valer sua autoridade, José Joaquim entregou o posto de comandante das armas da Bahia e retornou ao Rio de Janeiro²¹⁸.

Como consequência dessa expedição, o coronel Lima e Silva foi promovido a brigadeiro e recebeu a Ordem do Cruzeiro. Seu irmão Manoel da Fonseca de Lima e Silva foi efetivado no posto de tenente-coronel do Batalhão do Imperador e condecorado com a Ordem do Cruzeiro. João Manoel de Lima e Silva obteve a patente de tenente e Luiz Alves de Lima e Silva foi promovido a Capitão²¹⁹ e recebeu a Ordem do Cruzeiro, remunerações que decorreram de sua atuação nos campos de batalha, mas que certamente foram favorecidas pelos relatos positivos que o seu tio e comandante fez ao Imperador sobre seu desempenho²²⁰.

Como dito, sendo sua primeira expedição militar e a primeira ocasião em que prestou serviços ao Império, além de seu valor simbólico, esse evento pode ter sido de grande aprendizado a Luiz Alves. A necessidade de negociar com as autoridades locais, o emprego devido da força contra as tropas inimigas e as recompensas decorrentes dos serviços prestados estiveram presentes nos acontecimentos relacionados à campanha contra o General Madeira e, como se verá mais adiante, também foram variáveis importantes nas demais expedições em que Luiz Alves de Lima e Silva tomou parte.

²¹⁷ SOUZA, 2008, pp. 132-133; VARNHAGEN, op. cit., pp. 346-347. Evidentemente, não se pretende elaborar um texto descritivo dos eventos relacionados à campanha contra o General Madeira na Bahia. Nesse sentido, recorreu-se a menções mais resumidas de alguns acontecimentos e resultados e deu-se maior ênfase a outros que contribuem para elucidar os argumentos trabalhados ao longo do presente capítulo. Tal opção metodológica tem como objetivo proporcionar maior clareza à análise em construção.

²¹⁸ SOUZA, 2008, pp. 133-136; VARNHAGEN, op. cit., pp. 348-349

²¹⁹ PEIXOTO, op. cit., p. 15; SOUZA, 2008, p. 137

²²⁰ ALENCAR, op. cit., p. 3; SOUZA, op. cit. p. 221.

Dois outros eventos podem ter propiciado ensinamentos adicionais importantes ao jovem Luiz Alves em função das consequências diretas que exerceram sobre seus familiares e sobre a integridade territorial do Brasil: a participação de seu pai, Francisco de Lima e Silva, no combate à Confederação do Equador, em 1824, e a sua própria atuação na guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1825 e 1828²²¹. Conforme brevemente exposto a seguir, ambos os episódios foram propícios a importantes lições sobre as artes da guerra e da política.

Após a dissolução da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, parte das lideranças políticas de Pernambuco rebelou-se contra o que considerou arbitrariedades de Dom Pedro I, dando início, em julho de 1824, ao movimento de cunho republicano denominado Confederação do Equador²²². Em agosto do mesmo ano, o Imperador atribuiu a Francisco de Lima e Silva o cobiçado comando da expedição destinada a debelar a revolta e promoveu-o a brigadeiro²²³. Após desembarcarem em Maceió e marcharem por terra até Recife, as forças imperiais se uniram às tropas nativas recrutadas por Paes Barreto, líder local que se manteve fiel ao governo do Rio de Janeiro. Surgiu assim o denominado Exército Cooperador da Boa Ordem, com um efetivo de 3.500 homens²²⁴.

As instruções do Imperador para o brigadeiro Lima e Silva eram simples, após debelar a revolta, o comandante deveria instalar uma Comissão Militar para julgar com rigor os envolvidos, aplicando-lhes punições exemplares. Após esses procedimentos, o brigadeiro Lima e Silva deveria ainda entregar o governo da província a José Carlos Mairinck da Silva Ferrão e o comando das armas a José Manoel de Moraes, o mesmo militar que não pôde assumir o referido cargo na Bahia, em função de José Joaquim da Lima e Silva contar com o apoio das tropas e das lideranças baianas²²⁵.

A campanha militar foi vencida de forma relativamente rápida e fácil, graças ao apoio logístico e às informações que Francisco de Lima e Silva obteve junto a Paes Barreto²²⁶. No entanto, por julgar que a pacificação da província só poderia ser consolidada por meio de negociações e eventuais anistias, evitando-se penas duras que

²²¹ Ocasão em que o Império perdeu a província Cisplatina.

²²² QUINTAS, Amaro. *A agitação republicana no nordeste*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 259-260.

²²³ VARNHAGEN, op. cit., p. 382.

²²⁴ SOUZA, 2008, pp. 138-140.

²²⁵ SOUZA, 2008, pp. 143-145.

²²⁶ QUINTAS, op. cit., pp. 267-268.

poderiam prejudicar a imagem do Imperador, o brigadeiro Lima e Silva retardou as providências relacionadas às instruções recebidas, na esperança de convencer Sua Majestade Imperial a realizar uma reforma administrativa que alterasse de maneira profunda os ocupantes de cargos estratégicos em Pernambuco. Insatisfeito com a situação e temendo perder sua nova nomeação para outro Lima e Silva, José Manoel de Moraes enviou diversos relatos para Francisco Gomes da Silva, o “Chalaça”, amigo e secretário particular do Dom Pedro I, com críticas à atuação de Francisco²²⁷.

Francisco de Lima e Silva considerava a negociação política e a anistia das lideranças locais como estratégias eficazes para por fim às agitações da província. No entanto, com os relatos negativos enviados por José Manoel de Moraes e a recalcitrância em efetivar as instruções recebidas da Corte, as ações e omissões do pai de Luiz Alves podem ter sido interpretadas pelo Imperador como insubordinações. Tanto assim que, após seu retorno à corte, Dom Pedro I demonstrou seu descontentamento ao restringir-lhe recompensas e remunerações e ao agraciar comparativamente melhor outros militares envolvidos na campanha. Assim, apesar de ser contemplado com a Ordem do Cruzeiro, Francisco não foi promovido na carreira militar e tampouco recebeu título nobiliárquico²²⁸. Francisco de Paes Barreto, por exemplo, liderança local que proporcionou auxílio a Lima e Silva, foi agraciado na ocasião com os títulos de Visconde (1824) e, pouco depois, Marquês do Recife (1826)²²⁹.

Além da sua experiência na Bahia e da atuação do pai em Pernambuco, o terceiro evento que pode ter marcado a formação do jovem Luiz Alves contou com sua presença direta. É difícil precisar quando se iniciou o vínculo do Brasil ao território que hoje constitui o Uruguai. A efetiva ocupação dessas terras pelas forças portuguesas começou em 1680, ano de fundação da Colônia do Sacramento. O desejo da coroa portuguesa em estender seus domínios até a margem esquerda do Rio da Prata era antigo e, além da posse de um território fértil e estratégico, visava garantir a livre navegação na bacia platina. Esse objetivo era fundamental a Portugal e, posteriormente, ao Império do Brasil, por assegurar acesso à província de Mato Grosso, situada no

²²⁷ SOUZA, 2008, pp. 142-152.

²²⁸ SOUZA, 2008, pp. 147-165. Como já mencionado, o título de Barão da Barra Grande foi concedido por Dom Pedro II. Por saber que tal reconhecimento deveria ter vindo anteriormente, das mãos de Dom Pedro I, Francisco de Lima e Silva recebeu a distinção, mas não fez uso dela. Cf. SOUZA, 2008, pp. 161.

²²⁹ VARNHAGEN, op. cit., p. 382; VASCONCELOS; VASCONCELOS. op. cit., pp. 381-382.

interior do país, o que proporcionaria a garantia da integridade territorial das possessões lusitanas/brasileiras na América²³⁰.

Sob pretexto de por fim às desordens e prejuízos que grupos armados estrangeiros causavam no sul do Brasil, Portugal ocupou o território em questão em 1811 e em 1816. Nessa segunda ocasião, o exército real, sob comando do general Carlos Frederico Lecor, obteve melhores resultados e conseguiu atrair momentaneamente parte da elite local para a causa portuguesa,²³¹ o que se revela, por exemplo, na atribuição da Ordem do Cruzeiro a Fructuoso Rivera e na sua incorporação ao Exército Imperial no posto de brigadeiro. Em 1821, a coroa portuguesa formalizou a anexação do território sob a denominação de Província Cisplatina. Após a proclamação da Independência, em 1822, as forças portuguesas foram expulsas da província e seus dirigentes juraram a constituição do Império em 1824²³².

Já no ano seguinte, financiado por pecuaristas de Buenos Aires, Lavalleja iniciou campanha para separar a Província Cisplatina do Império, agregando-a às Províncias Unidas do Rio da Prata. Diante da declaração das autoridades portenhas de que haviam decidido incorporar aquele território ao seu país e de que usariam de força para mantê-lo sob sua soberania, o Brasil declarou guerra às Províncias Unidas. A campanha foi economicamente prejudicial aos dois países e, após três anos, sob mediação da Inglaterra, chegou-se ao consenso entre as partes para que ambas garantissem ao território em disputa sua independência²³³.

Não há muita documentação ou relatos sobre a participação de Luiz Alves de Lima e Silva na campanha contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. No entanto, sabe-se que o jovem combateu as tropas argentinas ao lado de outros personagens que se tornaram seus amigos ao longo de sua vida e que voltariam a encontrá-lo mais tarde, quando Luiz Alves lutou ao lado deles contra inimigos em comum na região platina. Nesse sentido, pode-se citar, como exemplo, Bento Manuel Ribeiro, Manuel Marques de Sousa e Manuel Luís Osório. De acordo com Carvalho (1976) e Peixoto (1973), Luiz Alves teria se destacado pela bravura em alguns eventos ocorridos durante os combates

²³⁰ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 51.

²³¹ FERREIRA, op. cit., pp. 55-56.

²³² SOUZA, J. A. Soares de. *O Brasil e o Prata até 1828*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 370-371.

²³³ SOUZA, 2007, pp. 373-374.

na Cisplatina²³⁴. Além disso, os mesmos autores, sustentados ainda por Vilhena de Moraes (2003), narram interessante estória envolvendo Luiz Alves e a filha de Dom Miguel Fuerriol com Dona Magdalena Gonzales Luna y Zayas, de nome Ângela Fuerriol. Segundo esses autores, Luiz Alves e Ângela enamoraram-se e o relacionamento de ambos poderia ter-se transformado em noivado não fossem as contingências da carreira que impediram o jovem Capitão de continuar a frequentar a casa do Senhor Fuerriol em Montevidéu²³⁵.

Da campanha na província Cisplatina, é importante ater-se para o fato de que a ocasião propiciou a Luiz Alves oportunidade para interagir com atores que exerceriam destacados papéis políticos e militares ao longo da história do Império. Além disso, percebe-se que o jovem Capitão circulou bem entre as elites locais, frequentando casas de autoridades cisplatinas e chegando a cortejar uma jovem de família relativamente destacada em Montevidéu. Tal comportamento ganha maior destaque em um contexto em que as forças de ocupação brasileiras não foram capazes de penetrar na sociedade local em grau suficiente para angariar suporte majoritário à causa nacional, haja vista a sublevação comandada por Lavalleja.

À luz do que precede, é possível verificar como a formação de Luiz Alves de Lima e Silva fundamentou-se em ensinamentos teóricos e práticos. Se a qualidade das aulas ministradas pela Academia Militar era duvidosa, as lições advindas dos três eventos bélicos mencionados podem ter tido efeitos indeléveis sobre sua formação, na medida em que exerceram impactos diretos sobre o jovem Lima e Silva e sobre a vida dos membros de sua família. A expedição à Bahia constituiu-se em modelo a ser seguido, dado que os objetivos estabelecidos pelo Imperador foram alcançados e a adesão dos grupos regionais ao projeto político de Dom Pedro I foi plenamente garantida por meio de negociações bem sucedidas. A expedição a Pernambuco seria o

²³⁴ CARVALHO, 1976. pp. 22-23; PEIXOTO, op. cit., pp. 18-20. Os relatos sobre a participação de Luiz Alves de Lima e Souza na campanha da Cisplatina são relativizados por SOUZA, 2008, pp. 173-14. Como a autora não conseguiu encontrar documentos e fontes primárias que pudessem atestar a ocorrência dos fatos em questão, ela sugeriu cautela ao assumir como verdade os feitos de Luiz Alves nos três anos em que permaneceu na região platina. No entanto, como a origem dessas narrativas é o livro do padre Pinto de Campos (1958), autor cuja obra passou pela avaliação de Caxias antes de sua publicação, o presente trabalho assumiu como verdadeiros os fatos constantes da referida obra, buscando relativizar o modo como foram apresentados. Assim, houve significativo esforço para tentar neutralizar a rica adjetivação e o modo exagerado por meio do qual os atributos e as ações do biografado foram apresentados.

²³⁵ CARVALHO, 1976. pp. 24-29; MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, pp. 171-172; PEIXOTO, op. cit., p. 19

exemplo de missão apenas em parte exitosa. Apesar de o desígnio traçado pelo monarca ter sido alcançado, a não observância da forma a ser seguida custou caro a Francisco de Lima e Silva, privando-o da devida remuneração pelos serviços prestados. Nesse sentido, percebe-se que não bastava simplesmente garantir a adesão da elite local ao projeto político central se os termos dessa adesão não estivessem de acordo com as determinações do Imperador ou, no futuro, do governo nacional. Por fim, a campanha contra a revolta na Província Cisplatina foi o modelo negativo que deveria ser evitado. Ao participar dessa expedição, Luiz Alves pôde perceber que a manutenção de qualquer Província sob a soberania imperial só era possível caso contasse com o apoio de parcela expressiva de sua elite nativa. O fato de a região cisplatina ser habitada por castelhanos pode ter dificultado ainda mais a necessária penetração social que as autoridades portuguesas e brasileiras tentaram levar a cabo²³⁶, mas a língua e os costumes não parecem ser o motivo determinante para a separação da Província se se atenta para o fato de que suas lideranças tinham projetos políticos concorrentes àquele proposto por Dom Pedro I²³⁷.

Os eventos acima expostos demonstram que a capacidade de mediação entre o poder central e suas determinações, de um lado, e os grupos locais e as suas demandas, de outro, era atributo importante e muito exigido dos responsáveis pela condução dos expedientes nas Províncias do Império. Essa habilidade era fundamental tanto para os despachos relacionados às rotinas do governo regional, quanto para as ações e medidas relacionadas à pacificação de eventuais sublevações. Nessa última hipótese, a capacidade de estabelecer diálogo junto a grupos insurretos era ainda mais importante, uma vez que deveria ocorrer em contexto de beligerância já deflagrada. Essa destreza foi exigida também em outras ocasiões em que Caxias atuou, tal como será apresentado mais a frente.

Com o centro de poder no Rio de Janeiro, o projeto político liderado em um primeiro momento por Dom Pedro I e posteriormente pelos membros do Partido Conservador consolidou-se apenas em meados do século XIX, no auge do segundo reinado, conforme apresentado no capítulo anterior. Até 1850, a adesão à nova ordem foi feita de modo gradual e com certa reticência por parte de algumas Províncias, sendo

²³⁶ OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & filhos, 1894, Vol 1. pp. 139-140.

²³⁷ CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina*. Villa Ballester: Compañía Editora Espasa Calpe, 1997, pp. 157-159; FERREIRA, op. cit., pp. 54-59.

necessário o emprego de força em alguns casos, tal como visto. Nesse contexto, a utilização de políticos e militares capazes de negociar com as forças locais e com o governo central foi fundamental ao processo de consolidação política do Império. Contudo, era preciso garantir que a habilidade apresentada por atores civis e militares de facilitar o diálogo entre as duas esferas de poder não fosse prejudicada com o passar do tempo e isso só foi possível por meio da circulação desses personagens pelas diferentes províncias da nação.

Em parte como consequência da própria estabilidade do sistema político imperial, outras características vieram reforçar os efeitos da educação e da ocupação. A estabilidade permitia a construção de longas carreiras políticas, fazendo com que a elite como um todo pudesse acumular vasta experiência de governo. O Império reviveu a velha prática portuguesa de fazer circular seus administradores por vários postos e regiões. (...).

A circulação geográfica era parte essencial da carreira de magistrados e militares. (...).

Num país geograficamente tão diversificado e tão pouco integrado, onde pressões regionalistas se faziam sentir com frequência, a ampla circulação geográfica da liderança tinha um efeito unificador poderoso. (...). (CARVALHO, 2007b, pp. 121-124).

O governo e as missões de pacificação atribuídas às lideranças civis e militares, certamente proporcionavam ensinamentos importantes aos responsáveis por levar adiante essas funções, aumentando seus conhecimentos sobre as realidades locais do país e melhorando suas capacidades de articulação política com outros atores regionais e centrais. Foi nesse contexto e sob essa dinâmica que Luiz Alves de Lima e Silva desenvolveu suas habilidades políticas conforme se passa a analisar.

3.4 – A perspectiva política de Caxias

Como visto, durante a primeira metade do século XIX, no Império, o bom desempenho da carreira militar exigia dos oficiais o desenvolvimento da capacidade de negociação e de estabelecimento de diálogo entre partes em litígio. Tais atributos tornavam as atividades militares e políticas complementares e indissociáveis na vida desses atores. Sob essa perspectiva, não há como estipular um marco fixo e inicial da carreira política de Luiz Alves de Lima e Silva. No entanto, pode-se indicar de forma

aproximada quando Caxias aderiu aos princípios do Partido Conservador, afastando-se da perspectiva do Partido Liberal de maneira mais explícita.

Em 1832, Luiz Alves foi nomeado comandante da Guarda de Municipais Permanentes na Corte do Rio de Janeiro. Sua principal missão era garantir a ordem nas ruas da capital, coibindo agitações e violências que se proliferaram após a Abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831. O comandante Lima e Silva permaneceu no cargo por sete anos, até sua nomeação, em 1839, para a condução da Força Pacificadora do Norte, cumulativa à Presidência do Maranhão e ao Comando de Armas daquela província. A missão da expedição era debelar a revolta denominada Balaiada²³⁸.

Sendo filho do liberal Francisco de Lima e Silva, é difícil atribuir caráter predominantemente partidário à atuação de Luiz Alves na Corte, entre 1832 e 1839. Sua lealdade familiar em relação a um dos membros da Regência e as especificidades de suas ações e atividades, concentradas fundamentalmente em policiamento e repressão a desordens na capital, limitaram o âmbito de sua atuação. Importante contribuição à historiografia foi dada por Souza (2008), ao demonstrar como a missão atribuída ao então tenente-coronel Lima e Silva, nesses anos, era complexa e envolvia negociações constantes entre grupos sociais distintos, demandando grande capacidade de trânsito entre interlocutores de diferentes matizes socioeconômicas²³⁹.

Esses anos na corte do Rio de Janeiro foram importantes por terem permitido a Luiz Alves desenvolver suas habilidades de negociação perante atores antagônicos, dotados de visões de mundo distintas e com interesses sociais diversos. Assim, sua capacidade de dialogar com diferentes grupos foi aprimorada, com vistas a melhor desempenhar a missão de estabelecer ordem na cidade. Os efeitos políticos das funções exercidas à frente do Corpo de Permanentes não parecem ter determinado a adesão partidária do então tenente-coronel Lima e Silva aos Conservadores. Tanto assim que, nesse período, sua proximidade com o então Ministro da Justiça e mais tarde regente, Diogo Antônio Feijó, poderia indicar certa pendência de Luiz Alves para os grupos que integrariam o Partido Liberal. Tal percepção se reforça ao se ter em mente a natural influência que o comandante do corpo de Permanentes recebia dos membros de sua

²³⁸ CARVALHO, 1976. pp. 61-65; PEIXOTO, op. cit., pp. 30-33; SOUZA, 2008, pp.182-200.

²³⁹ Adriana Barreto de Souza elaborou excelente estudo sobre a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva à frente da Guarda de Municipais Permanentes na corte, entre 1832 e 1839. Com o estudo dessa autora, importante lacuna sobre a vida de Caxias foi preenchida, dado que, nas diversas biografias sobre esse personagem, poucas páginas são dedicadas a esses anos. Para maiores detalhes cf. SOUZA, 2008, pp.177-271.

família, todos muito próximos a grupos liberais. Seu pai, por exemplo, além das medidas adotadas durante sua gestão no Executivo central, ao deixar o cargo de Regente, manteve frequente contato com líderes liberais. Seus tios, por sua vez, ocuparam cargos importantes nos Gabinetes liberais de Francisco de Lima e de Diogo Feijó²⁴⁰.

A adesão de Luiz Alves aos grupos que formaram o Partido Conservador aparenta ter ocorrido anos mais tarde, durante a primeira metade da década de 1840. Entre 1831 e 1837, a política interna elaborada pelos integrantes das duas Regências-Trinas, com destaque para Francisco de Lima e Silva, e, posteriormente, continuada na Regência de Antônio Feijó, foi caracterizada por medidas administrativas e legislativas que visavam a limitar e a restringir a atuação do poder central, dando maior autonomia às províncias do Império. Como já abordado no capítulo anterior, o resultado desse projeto liberal pôde ser verificado a partir de 1835 quando uma série de revoltas e sublevações eclodiu em diferentes partes do país²⁴¹.

Em 1837, Araújo Lima assumiu a Regência após a renúncia de Feijó. A montagem de seu gabinete marcou o início do que a historiografia denominou “regresso conservador”. As principais medidas propostas pelos regressistas buscavam fortalecer o poder central do país e, com isso, garantir os meios necessários para pacificar as diversas províncias em armas²⁴². Além disso, os conservadores também propuseram a reestruturação do Exército, aumentando seu efetivo. Um dos principais agentes desse movimento foi o ex-liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos²⁴³.

Nesse período, entre 1832 e 1839, Luiz Alves atuou na qualidade de comandante do corpo da Guarda de Municipais Permanentes sob a chefia de liberais e de conservadores, conseguindo conquistar a confiança de ambos os grupos²⁴⁴. Por

²⁴⁰ SOUZA, 2008, pp. 281-282.

²⁴¹ CARVALHO, 2007b, pp. 250-256.

²⁴² Como já explicado no capítulo anterior, à época, as principais medidas tomadas com o objetivo de fortalecer o poder central foram a reforma do Código de Processo Criminal e a Lei de Interpretação ao Ato Adicional.

²⁴³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. pp. 103-109; CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana: 1831-1840*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 4, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 69-76.

²⁴⁴ O que se comprovou, de um lado, quando Feijó confiou a Luiz Alves a missão de desbaratar a revolta liderada por Miguel de Frias no Campo da Aclamação; e, por outro lado, quando já sob a chefia “regressista” de Bernardo Pereira de Vasconcelos, o jovem Luiz Alves recebeu a missão de acompanhar o Ministro da Guerra em reconhecimento às operações de pacificação no Rio Grande do Sul, sendo ainda designado para debelar o movimento rebelde da Balaiada no Maranhão. Pelo grau de importância política

demonstrar bom trânsito político com ambos os grupos durante esse período, acredita-se que a adesão do tenente-coronel Lima e Silva aos princípios conservadores tenha ocorrido após sua atuação à frente ao Corpo de Permanentes.

Em 1839, ao chegar ao Maranhão para combater os balaaios, o recém-promovido coronel Luiz Alves foi recebido por membros das duas correntes políticas daquele estado. Tanto bem-te-vis (liberais), quanto cabanos (conservadores) demonstraram grande satisfação pela sua chegada. Como se verá no próximo capítulo, o conagraçamento inicial das duas facções em torno do novo Presidente de Província era decorrente da gravidade da situação local. A rebelião que começara como uma desordem situada em um ponto remoto do Maranhão havia ganhado força e fugira do controle das elites regionais²⁴⁵.

Ao receber a administração do governo das mãos de Manoel Felizardo de Sousa e Melo, o coronel Lima e Silva obteve também grande quantidade de informações e pôde colocar-se a par da dinâmica partidária local. É importante chamar atenção para esse aspecto, já que esse fato será uma constante nas intervenções militares e políticas chefiadas por Luiz Alves entre 1839 e 1845²⁴⁶. Em todas as unidades do Império em que comandou forças, Caxias viu-se obrigado a inserir-se em teia política relativamente estranha a ele, tendo de aprender a lógica subjacente a tais relações de maneira rápida. Para tanto, contou com a ajuda de sua rede de amigos e dos contatos de seus familiares. O desenvolvimento dessa habilidade foi muito importante, considerando o fato de que muitas das decisões mais adequadas ao encerramento das revoltas dependiam da velocidade dessa capacidade de assimilação do contexto político à sua volta.

A análise mais detida da atuação de Luiz Alves no Maranhão é objeto do próximo capítulo, nesta seção, cabe chamar atenção para o fato de que, ao examinar e apreender a dinâmica partidária local, o recém-promovido coronel Lima e Silva percebeu que a revolta que enfrentava no Maranhão era derivada de movimento iniciado pelos bem-te-vis com o objetivo de jogar a população do campo contra seus adversários

inerente aos três episódios, somente oficiais com bom trânsito no governo e detentores da confiança do Ministro da Justiça poderiam ser indicados para tais missões.

²⁴⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001. pp. 72-73; SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943. pp. 49-50.

²⁴⁶ No Maranhão, em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, Luiz Alves de Lima e Silva sempre procurou obter informações a respeito das dinâmicas político-partidárias locais. Posteriormente, nas ações contra Oribe e Rosa, no Uruguai e na Argentina, respectivamente, e contra Solano López, no Paraguai, a busca por dados e por informações também ocorreu, embora a dinâmica política da região do Prata já fosse bem conhecida por ele.

cabanos. A manipulação política dos grupos populares locais gerou efeitos maiores que o inicialmente previsto, escapando do controle dos liberais maranhenses²⁴⁷. Essa constatação de Luiz Alves foi, talvez, um dos primeiros indícios testemunhados de que os conceitos de liberdade e de descentralização de poder defendidos pelos grupos liberais acabavam por prejudicar a manutenção da ordem em função da postura e das ações dos próprios líderes políticos defensores desses valores.

Durante o combate aos balaios, Luiz Alves manteve-se a par dos acontecimentos na corte por meio das correspondências que trocava com o pai e com Honório Hermeto Carneiro Leão. O coronel Lima e Silva também recebia informações de Manoel de Souza Martins, o Visconde da Parnaíba, então presidente da província do Piauí, com quem mantinha estreita coordenação para combater os rebeldes maranhenses que, em suas marchas e manobras, invariavelmente invadiam o território desta província. Vale lembrar que José Joaquim de Lima e Silva, tio de Luiz Alves, era amigo próximo de Manoel de Souza Martins, o que deve ter ajudado muito no relacionamento entre os dois Presidentes de Província. Desse modo, percebe-se que, até o final da década de 1830, o processo de formação de opinião de Luiz Alves continuava a receber tanto influência da corrente liberal quanto da corrente conservadora²⁴⁸.

Entre 1839 e 1840, a declaração de maioria do jovem monarca Dom Pedro II, em 23 de julho de 1840, foi o principal fato político do país. O advento desse acontecimento pôs fim à Regência conservadora de Araújo Lima e o primeiro gabinete do segundo reinado foi formado por lideranças liberais e por alguns personagens próximos ao Imperador, denominados “áulicos” pela historiografia²⁴⁹. Uma das primeiras providências desse gabinete foi a obtenção junto a Dom Pedro II de anistia ampla a todos aqueles que depusessem as armas em qualquer ponto do país. O objetivo era passar a imagem de que um novo tempo se iniciava a partir da maioria do

²⁴⁷ Essa constatação é polêmica, não havendo consenso na historiografia a seu respeito. No entanto, considerando que Gonçalves de Magalhães era secretário particular de Luiz Alves e certamente tinha afinidade de valores e de perspectivas com o coronel Lima e Silva, optou-se por considerar que as percepções e avaliações desse autor eram também compartilhadas por Luiz Alves, já que dificilmente Caxias daria permissão para seu secretário publicar relato de sua atuação no Maranhão se não estivesse de acordo com as informações constantes dessa descrição. Assim sendo, menos importante do que o fato de os liberais terem ou não contribuído para o início da Balaiada é o fato de Luiz Alves acreditar que isso tenha ocorrido. MAGALHÃES, op. cit., pp. 27-28; SOUZA, 2008, pp. 287-288.

²⁴⁸ SOUZA, 2008, pp. 294-295; 347-349.

²⁴⁹ CARVALHO, José Murilo. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a. pp. 44-45; CASTRO, op. cit., pp. 81-83.

monarca.²⁵⁰ Luiz Alves não apoiou a maneira por meio da qual o governo central agiu nesse aspecto. “Ainda que a maioria e a anistia lhe tenham sido muito úteis no combate aos rebeldes, ele discordava da forma como o perdão foi concedido, não distinguindo os homens pelos crimes cometidos”.²⁵¹ Esse seria mais um ponto que contribuiu para afastar o coronel Lima e Silva dos grupos liberais.

Apesar desses fatores, até o final do processo de pacificação do Maranhão, Luiz Alves manteve-se entre as influências liberais e conservadoras, sem aliar-se em definitivo a nenhuma das duas perspectivas. A adesão aos grupos vinculados a Honório Hermeto Carneiro Leão não foi fruto de um impulso, mas sim de um processo lento e gradual para o qual mais de um fator contribuiu. Sob essa concepção, acredita-se que as atitudes dos liberais no início da revolta dos balaios; durante as negociações que levaram ao golpe da maioria de Dom Pedro II; e por ocasião à expedição do decreto de anistia geral e ampla possam ter contribuído de modo significativo para afastar Luiz Alves dos princípios liberais, no entanto, sua cisão com os grupos políticos tradicionalmente vinculados a sua família só se tornou irreversível após as Revoltas Liberais em São Paulo e em Minas Gerais.

Após retornar do Maranhão, o coronel Lima e Silva foi promovido a brigadeiro e recebeu o título de Barão de Caxias, ingressando, assim, a um só tempo, no generalato e na nobiliarquia brasileira. Poucos meses após sua chegada à corte, no Rio de Janeiro, o novo nobre foi nomeado para combater as lideranças liberais paulistas que haviam se rebelado contra o governo central²⁵². A origem desses movimentos insurgentes está na decisão do Imperador de dissolver a câmara recém-eleita para a legislatura de 1842, não permitindo sequer que seus membros tomassem posse²⁵³. Frustrados por não poderem retornar ao poder, as lideranças liberais pegaram em armas, alegando contrariedade em relação às reformas legislativas iniciadas pelo “regresso conservador” e terminadas pelo gabinete composto por elementos “áulicos” e conservadores²⁵⁴.

²⁵⁰ CARVALHO, 2007a, pp. 36-43; CASTRO, op. cit., pp. 81-83.

²⁵¹ SOUZA, 2008, p. 350.

²⁵² CAMPOS, op. cit., pp. 58-62; CARVALHO, 1976, pp. 81-89; PEIXOTO, op. cit., p. 75.

²⁵³ Os deputados eleitos para a Legislatura de 1842 saíram-se vencedores de processo eleitoral que ficou conhecido na história como “eleições do cacete”. O grau de violência aplicado pelas lideranças liberais que organizaram o processo foi de tal monta que não houve como realizar a verificação de poderes dos membros eleitos, gerando a necessidade de se organizar novas eleições. Para maiores detalhes Cf. CASTRO, op. cit., 82-84; MATTOS, op. cit., pp. 103-109.

²⁵⁴ CASTRO, op. cit., pp. 82-84.

À frente de forças do Exército, em São Paulo, o Barão de Caxias teve de combater e prender um de seus antigos chefes, Diogo Antônio Feijó. Em seguida, partiu para Minas onde deu combate e venceu as tropas liberais comandadas por expoentes como Teófilo Otoni. A partir das derrotas em São Paulo e em Minas, os membros do Partido Liberal ficaram conhecidos como “Luzias”, epíteto derivado do nome da cidade mineira de Santa Luzia, local da última batalha entre as tropas do governo e as forças liberais, e ocasião em que o Barão de Caxias submeteu militarmente e em definitivo os rebeldes²⁵⁵. Se da parte dos grupos liberais a aversão a Luiz Alves de Lima e Silva passou a decorrer dos insucessos militares e da alcunha vexatória obtida em função da atuação de Caxias, da parte deste último, é muito provável que a antipatia face ao Partido Liberal decorreu da constatação de que as ações de suas principais lideranças colocavam em risco a ordem interna do Brasil e, em casos mais graves, até mesmo a unidade territorial do Império. Sob a perspectiva de Luiz Alves, que a partir de então demonstrou grande afinidade às diretrizes estipuladas pelas lideranças conservadoras, as contrariedades políticas não poderiam ser resolvidas de armas em mãos. Essa visão é clara na famosa carta de resposta que Caxias escreveu a seu antigo chefe, Diogo Feijó:

(...) As ordens que recebi de S.M. o Imperador são em tudo semelhantes às que me deu o ministro da Justiça em nome da Regência, nos dias 3 e 17 de abril de 1832, isto é, que levasse a ferro e fogo todos os grupos armados que encontrasse, e da mesma maneira que então as cumpri, as cumprirei agora. Não é com as armas na mão, Exmo. Sr., que se dirigem súplicas ao Monarca e nem com elas empunhadas admitirei a menor das condições que V. Exa. propõe na referida carta (...). Destacou-se. (CAXIAS, *apud* PEIXOTO, Paulo Matos. 1973. p. 89)

Ao fazer paralelo entre as ordens recebidas do Imperador e as ordens dadas pelo então ministro de justiça em abril de 1832, cargo então exercido pelo próprio Feijó, Caxias chama atenção de seu ex-chefe para a incoerência das atitudes dos rebeldes liberais. Se, durante o gabinete liberal da Regência Provisória, o recurso às armas era inadmissível, o mesmo deveria valer para o contexto de um gabinete conservador, atuando em conjunto com o poder Moderador, já plenamente ativo. Nesse sentido, a manutenção da ordem, o respeito às instituições e à autoridade do governo legalmente estabelecido e a valorização da unidade territorial do Império parecem ter sido princípios caros a Luiz Alves de Lima e Silva. Suas experiências pregressas podem ter

²⁵⁵ MATTOS, op. cit., pp. 103-109;

contribuído de modo significativo para a valorização desses princípios na medida em que a perda da Cisplatina demonstrou que a desintegração política do Império era uma ameaça real e as agitações no Rio de Janeiro, após a Abdicação de Dom Pedro I, serviram de alerta para a possibilidade de revoltas populares de grande magnitude.

Nesse sentido, a presente pesquisa compartilha da interpretação apresentada por Adriana Barreto de Souza (2008) no que diz respeito à progressão gradual por meio da qual Caxias aderiu ao partido Conservador. Afasta-se da perspectiva daquela autora, no entanto, ao entender que a opção pelos ideais conservadores foi um processo que teve seu final com a pacificação da província de Minas Gerais e não no regresso de Caxias do Maranhão²⁵⁶. Souza (2008) deu grande importância à influência que José Clemente Pereira exerceu sobre Luiz Alves e a presente pesquisa não nega a relevância desse ator, mas, se houvesse a necessidade de se destacar um nome em específico no processo de aproximação de Caxias aos grupos conservadores, Honório Hermeto Carneiro Leão parece ser o de maior proeminência, tanto pelo histórico antigo de correspondências entre ele e Luiz Alves quanto pela atuação política em conjunto que os dois travaram até a morte do Marquês do Paraná, em 1856²⁵⁷. Não por acaso, Caxias foi escolhido para dar continuidade ao Gabinete de Honório Hermeto após o falecimento desse estadista, até a realização de novas eleições, assumindo a presidência do Conselho de Ministros, pela primeira vez, entre 3 de setembro de 1856 e 4 de maio de 1857.

Como visto, a participação dos liberais no início do movimento rebelde balaio, a condução dos trâmites legislativos para a maioria de Dom Pedro II, a anistia ampla dada a todos os insurgentes do país, independentemente de seus crimes, a realização das “eleições do cacete”, com diversos atos de violência, e as revoltas em São Paulo e em Minas revelaram a Caxias que os interesses partidários das lideranças liberais eram capazes de ameaçar a ordem pública e a integridade do país. A incoerência desse grupo residiu no fato de terem exigido respeito e submissão à autoridade do governo central enquanto estavam no poder, mas não se adequaram a esses mesmos princípios quando se encontravam na oposição. Essa incongruência foi percebida por Caxias e contribuiu para seu rompimento com o ideário político dos grupos tradicionalmente vinculados aos membros de sua família.

²⁵⁶ SOUZA, 2008, pp. 345-346.

²⁵⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 5, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 54-75; MORAES, op. cit., 2003. pp. 212-215; HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de história do Império*. NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 56.

Apesar disso, é importante ressaltar que Luiz Alves nunca cortou os canais de comunicação com as lideranças liberais. Como exemplo, pode-se citar a longa amizade que lhe uniu ao General Manuel Luís Osório, uma das maiores figuras liberais do Império. O ofício em comum e a participação conjunta em campanhas certamente devem ter contribuído para que os dois estreitassem seus laços de amizade, mas Caxias sempre foi considerado um conservador firme e moderado, longe das posições intransigentes²⁵⁸.

3.5 – Considerações finais

Para tentar compreender a perspectiva de Luiz Alves de Lima e Silva sobre o país e sobre o contexto político de sua época, é fundamental analisar a sua estrutura familiar. Os valores e os objetivos sociais subjacentes aos Lima e Silva tiveram grande impacto no desenvolvimento do primogênito de Francisco de Lima e Silva. Ascensão e distinção social foram objetivos perseguidos por três gerações da família Lima e Silva. Em menos de cem anos, de 1777 a 1860, seus membros conseguiram estabelecer e fixar o nome da família entre a nobreza da corte imperial. A concessão de títulos nobiliárquicos aos tios, ao pai, a um irmão e ao próprio Caxias, em conjunto com as atribuições político-administrativas assumidas por seus membros demonstraram que Luiz Alves de Lima e Silva pertenceu a uma das famílias mais importantes do Império.

A influência recebida de sua família certamente moldou o entendimento de Luiz Alves no que se refere à maneira de conduzir sua carreira. A prestação de serviços como meio de auferir distinções e promoções foi a lógica por meio da qual seu avô, seu pai, seus tios e ele próprio conseguiram ascender militar e socialmente. Assim sendo, não se questiona o patriotismo de Luiz Alves, no entanto, não se pode reduzir a essa causa a assunção das tarefas e dos comandos militares a ele destinados sob pena de simplificar e fantasiar a atuação desse ator. Longe de ser um fardo desagradável, o comando das missões militares era muito disputado entre os oficiais, justamente em função das promoções, dos prêmios e das mercês posteriormente distribuídas.

²⁵⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Capítulos de história do Império*. NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 62-69.

Os benefícios da participação nas diferentes missões e campanhas militares do Império não eram restritos à carreira militar ou à nobiliarquia nacional. Como visto, ao tomar parte dos combates contra o General Madeira na Bahia, ao observar os desdobramentos da atuação do pai em Pernambuco e ao combater as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata, Luiz Alves pôde aprender a importância das negociações políticas e da consequente habilidade necessária e requerida para intermediar interesses regionais e instruções do poder central que, por vezes, eram conflitantes. Caxias pôde tirar lição de três eventos com três resultados diferentes, sendo o da Bahia bem sucedido, o de Pernambuco relativamente exitoso e o da Cisplatina mal-afortunado. Nessas ocasiões, além de assimilar o valor e a importância de estabelecer diálogo com grupos de interesses diversos, Luiz Alves percebeu que a integridade territorial e a ordem interna do país dependiam dos termos acertados entre as lideranças locais e o poder central. Todos esses ensinamentos colaboraram para desenvolver as habilidades políticas de Caxias, dando-lhe exemplos concretos sobre diferentes formas de atuar em face a rebeliões regionais.

É importante estar atento para o fato de que tais eventos revelam que as carreiras militar e política de muitos estadistas do Império eram indissociáveis, tendo em vista as interposições e os impactos que os resultados das batalhas tinham sobre as resoluções dos gabinetes e vice-versa. Por isso, ao se analisar a vida de Caxias é necessária atenção para não se incorrer em anacronismo, atribuindo a este ator as características de oficiais militares da atualidade, quais sejam, disciplina rigorosa, aversão à política e profissionalismo excludente de outras atividades.

Foi justamente recebendo missões e prestando serviços relevantes ao Império que Caxias progrediu em sua carreira militar, ingressou na nobiliarquia imperial e desenvolveu sua perspectiva e sua habilidade política, aderindo aos princípios e ao projeto de Estado Saquarema dos conservadores. Atuando a frente ao Corpo de Permanentes no Rio de Janeiro, comandando a Divisão Pacificadora do Norte, no Maranhão, e debelando as revoltas liberais em São Paulo e em Minas Gerais, é provável que Luiz Alves de Lima e Silva tenha considerado o programa liberal como pernicioso à ordem interna do Império e como uma ameaça à unidade do país. Como dito, o projeto de nação proposto pelos conservadores, com centro de poder no Rio de Janeiro, só se concretizou em meados da década de 1850. Ao longo das décadas de 1830 e 1840, o risco de fragmentação do Brasil era real e a perda da Cisplatina e a declaração de

independência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul comprovaram isso de modo claro. Apesar de conservador, a habilidade desenvolvida para estabelecer diálogo com diferentes grupos fez que Caxias não se tornasse intransigente.

À luz do que precede, percebe-se que Luiz Alves de Lima e Silva integrava uma das famílias mais influentes do Império e buscou prestar serviços para a coroa, com vistas a se distinguir e a progredir na carreira. Nesse percurso, conseguiu, como consequência, desenvolver importantes habilidades de negociação e de estabelecimento de consensos mínimos entre partes em conflitos, abraçando, a partir de 1842, o projeto de centralização de poder e a agenda partidária conservadora. Posteriormente, será a partir dessa perspectiva que toda atuação desse ator nos campos de batalha e nos gabinetes ocorrerá.

3.6 – Iconografia



Francisco de Lima e Silva. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 357. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3498/1/011391_IMAGE_035.jpg >.



Barão de Suruhy. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 2. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 395. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3546/1/011391_IMAGEM_082.jpg >.

Capítulo 4 – A atuação político-militar de Caxias

Graças à Divina Providência, que se apraz às vezes de dar-nos grandes e terríveis lições, dias serenos volveram ao horizonte desta província, ainda debilitada pelos suores de sangue de seus dias de luto e de angústia – Luiz Alves de Lima e Silva²⁵⁹.

4.1 – Introdução

Após analisar o contexto e o processo de construção política do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX e de examinar as principais características da elite dirigente do país, buscou-se explorar a trajetória de Luiz Alves de Lima e Silva durante seus anos de formação. O objetivo foi inserir esse ator na conjuntura de sua época, demonstrando alguns dos personagens, eventos e valores que o influenciaram nesse período.

Com vistas a apurar a existência de diretrizes e padrões de conduta na atuação de Luiz Alves de Lima e Silva, passa-se a analisar sua participação em dois conflitos importantes da história nacional: o combate aos balaios, no Maranhão, e o confronto com os farrapos no Rio Grande do Sul. Como os resultados dos campos de batalhas e as medidas do Executivo e do Legislativo central influenciavam-se mutuamente, não é possível compreender os feitos militares de Luiz Alves sem assimilar as implicações políticas de seus atos. Nesse sentido, a existência de eventuais padrões de conduta nas ações de Caxias reflete os valores que ele assimilou ao longo de sua formação e fornece as balizas do processo de tomada de decisão desse ator ao longo de sua trajetória política e militar posterior à década de 1830.

As insurreições brasileiras de grande vulto do período regencial alicerçaram-se em reivindicações econômicas, sociais e políticas que não podiam ser respondidas somente por meio do emprego da força. Negociações e intermediação entre o governo central e os atores regionais foram necessárias e Luiz Alves soube conduzi-las com sucesso nos dois casos analisados.

A escolha por examinar a atuação de Caxias no Maranhão e no Rio Grande do Sul ocorreu por razões pragmáticas e estruturais relacionadas à pesquisa. Em primeiro

²⁵⁹ *apud*, MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão. São Paulo: Editora Siciliano, 2001. p. 130.

lugar, há quantidade significativa de historiografia e de material disponível sobre os dois eventos, o que facilita o acesso a informações e a dados. Como segundo aspecto, a singularidade de cada um dos dois conflitos²⁶⁰ criou oportunidade para analisar a atuação de Caxias em conjunturas diferentes, nas quais ele teve de lidar com causas distintas. Em terceiro lugar, a ação de Luiz Alves no sul do país desenvolveu-se contra um movimento político-militar cujas implicações extravasaram as fronteiras do Brasil, inserindo a atuação do então Barão de Caxias na teia política platina.

Como já mencionado anteriormente, a presente tese parte do pressuposto de que não há duas figuras de Luiz Alves de Lima e Silva paralelas e dissociadas, uma militar e outra política. Há apenas um único ator dotado de uma carreira política intimamente interligada a uma carreira militar e cuja atuação voltou-se para questões e problemas nacionais que tinham implicações abrangentes com aspectos político-militares. Como se buscará demonstrar, os desafios e as adversidades enfrentados por Luiz Alves exigiram-lhe significativa capacidade de análise, de negociação e de intermediação entre atores com interesses antagônicos. O domínio dessas habilidades foi fundamental para Caxias encontrar e propor um desfecho aceitável aos envolvidos nas rebeliões. Nesse sentido, os padrões de conduta auferidos nos dois episódios em questão poderão contribuir para melhor compreensão das diretrizes de suas ações públicas após a década de 1840.

4.2 – Dividir e pacificar, Caxias no Maranhão

Quando o coronel Luiz Alves de Lima e Silva chegou a São Luís, no Maranhão, em 4 de fevereiro de 1840, tinha 36 anos de idade e, até então, havia permanecido por nove anos, no Rio de Janeiro, atuando no Corpo Municipal Permanente da Corte²⁶¹.

²⁶⁰ Peculiaridades em relação a atores envolvidos, configuração geográfica, tipo de tropa empregada, negociações realizadas e desafios apresentados ao governo central.

²⁶¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001. pp. 72-73; CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976. pp. 297-298. A convite de Caxias, Domingos José Gonçalves de Magalhães o acompanhou durante suas missões no Maranhão e no Rio Grande do Sul, na qualidade de secretário. A *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão* constitui documento de grande importância na medida em que foi produzido por assessor próximo ao Coronel Luiz Alves e que esteve presente nos locais em que os eventos descritos ocorreram. Considerando a proximidade entre os dois e a função de secretário desempenhada por Gonçalves de Magalhães, o lançamento posterior do manuscrito reflète a visão do autor sobre a rebelião maranhense e ajuda a iluminar a perspectiva que Caxias partilhava da rebelião e de si mesmo, já que eventual discordância entre ambos poderia ter dado ensejo a desmentidos por parte de Luiz Alves ou a um rompimento entre ele e o autor, fatos esses que nunca ocorreram. Por esse razão, as informações e as

Nesse período, sua principal função era reprimir agitações e movimentos armados na capital do Império, zelando pela manutenção da ordem pública. Durante esses anos, na Corte, Luiz Alves teve de lidar com autoridades civis, oficiais das forças armadas de alta patente, oficiais de baixa patente, praças, conscritos, comerciantes, pessoas sem ocupação, negros alforriados, escravos e todos os demais membros da sociedade carioca daquele tempo²⁶². A experiência rendeu-lhe capacidade para atuar e negociar com pessoas de classes sociais distintas cujos valores e perspectivas eram variados. Essa habilidade foi fundamental para sua atuação no Maranhão, na medida em que o ajudou a melhor compreender o contexto sócio-político em que se inseria, dando-lhe capacidade de diálogo com os agentes envolvidos na rebelião.

Em 1838, a província do Maranhão contava com uma população de cerca de 217.000 pessoas e sua economia, baseada na mão-de-obra escrava, concentrava-se na produção de cana-de-açúcar, algodão e arroz²⁶³. Segundo Gonçalves de Magalhães (2001), o tratamento dispensado pelos grandes proprietários de terra a seus escravos era severo e a província estava polarizada entre os correligionários conservadores (cabanos) e os liberais (bem-te-vis). Esse contexto foi agravado com a progressiva radicalização das disputas políticas travadas entre os dois grupos²⁶⁴.

A maior parte dos autores considera o dia 13 de dezembro de 1838 como início da Balaiada²⁶⁵. O movimento começou na pequena vila de Manga, quando um camponês mestiço, chamado Raimundo Gomes, invadiu a cadeia local, libertou seu irmão e outros presos e saiu da cidade com grande quantidade de pessoas e armamento roubado²⁶⁶. Nessa ocasião, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo era o Presidente da Província. Em 3 de maio de 1839, Manuel Felizardo de Sousa e Melo²⁶⁷

opiniões contidas na referida *Memória* serviram de base para parte das conclusões sobre a atuação de Caxias na Balaiada.

²⁶² SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 182-183.

²⁶³ MAGALHÃES, op. cit., p. 20.

²⁶⁴ MAGALHÃES, op. cit., pp. 19-25.

²⁶⁵ A participação de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, produtor local de balaios e conhecido localmente pelo epíteto de “Balaio”, deu o nome de “Balaiada” ao movimento insurrecional do Maranhão.

²⁶⁶ REIS, Arthur César Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. p. 186. MAGALHÃES, op. cit., pp. 27-28; PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nume tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973. p.46.

²⁶⁷ Manoel Felizardo foi político e militar. Nasceu em Campo Grande, Rio de Janeiro em 1805, estudou em Coimbra, Portugal, formando-se em Matemática. Foi Presidente das Províncias do Ceará, Maranhão, Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Exerceu os cargos de Ministro da Marinha e da Guerra, sendo ainda Ministro da Agricultura no Gabinete liderado por Caxias, entre 1861 e 1862. Membro do Partido

tomou posse da chefia do Executivo maranhense e escreveu à Corte dando crédito às informações passadas por seu antecessor, ao afirmar que a Província encontrava-se em paz. No entanto, em pouco tempo, compreendeu que a informação transmitida ao Rio de Janeiro não era verdadeira e viu-se obrigado a tomar providências para dar combate às desordens causadas pelos rebeldes nas cidades do interior maranhense²⁶⁸.

Nesse contexto, tanto os rebeldes quanto as tropas do governo cometiam violências e as filhas de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, artesão conhecido pela produção de balaios, foram violentadas por um oficial das forças legalistas. Pela desonra, “Balaio” jurou vingança, levantou diversos homens contra o governo e se uniu a Raimundo Gomes²⁶⁹. A quantidade significativa de escravos aquilombados nas regiões do vale do rio Itapecuru e nas proximidades da Barra de Tutóia e de Preá, na parte leste da Província, foi elemento adicional que agravou o contexto da região, principalmente quando os escravos aquilombados passaram a atuar sob a liderança de indivíduo denominado “Negro Come”, articulando-se com as forças de Raimundo Gomes e de Balaio²⁷⁰.

Apesar da atuação das tropas legalistas, o movimento rebelde gradualmente ganhou outras adesões de mestiços e escravos. As vitórias contra as tropas do governo e a tomada de diversas cidades por parte dos revoltosos abalaram a confiança dos habitantes de São Luís e encorajaram os insurgentes a prosseguir em suas ações. A queda da cidade de Caxias, então segunda maior da província, e o temor de uma invasão à capital deixaram o governo de Manoel Felizardo em difícil condição²⁷¹.

Após capturarem a cidade de Caxias, as forças rebeladas organizaram uma deputação composta por João Fernandes de Moraes, Hermenegildo da Costa Nunes, João da Cruz, Feliciano José Martins e o padre Raimundo de Almeida Sampaio, figuras de destaque na política da região e líderes do partido Bem-te-vi²⁷². Enviados à capital da província, os representantes demandaram de Manoel Felizardo a revogação da lei dos prefeitos²⁷³ e da lei que organizara a Guarda Nacional; a anistia aos rebeldes; a

Conservador e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Felizardo estabeleceu grande amizade com Luiz Alves de Lima e Silva. Faleceu em 1866.

²⁶⁸ MAGALHÃES, op. cit., pp. 29-33; REIS, op. cit., pp. 186-187.

²⁶⁹ MAGALHÃES, op. cit., pp. 32-33; PEIXOTO, op. cit., p. 47; REIS, op. cit., p. 188.

²⁷⁰ MAGALHÃES, op. cit., pp. 35-36; PEIXOTO, op. cit., p. 48; REIS, op. cit., p. 188.

²⁷¹ MAGALHÃES, op. cit., pp. 36-37; PEIXOTO, op. cit., pp. 48-51; REIS, op. cit., p. 188.

²⁷² SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. São Luís: Instituto Geia, 2008. p. 240.

²⁷³ *Lei dos Prefeitos* é o nome dado ao conjunto de normas muito similares aprovadas em algumas províncias do Império como reação espontânea desses governos regionais à aprovação do Código de

incorporação dos oficiais rebelados às forças legais, preservando os postos que ocupavam nas fileiras revoltosas; a expulsão dos portugueses da província; o pagamento de 80 contos de réis para fazer frente às despesas com os soldos dos rebelados²⁷⁴.

As exigências não foram atendidas e divergências entre Balaio e Lívio Lopes Castelo Branco e Silva²⁷⁵, um dos líderes liberais locais, levaram a rebelião a um nível de radicalização significativo. Assim, quase toda parte oriental do Maranhão passou ao controle dos grupos revolucionários, como se pode notar pelas ações militares expostas pelo mapa 1. Por sua bem-sucedida atuação no Pará, o governo central nomeou como comandante-em-chefe de suas forças em operações no Maranhão o então coronel Francisco Sérgio de Oliveira. Apesar das altas expectativas em torno desse militar, sua atuação contribuiu de modo limitado no combate aos rebeldes e, em pouco tempo, Francisco Sérgio desentendeu-se com Manoel Felizardo. A desesperança de ambos foi tamanha que a manifestaram nas correspondências trocadas entre si, deixando claras as suas respectivas incapacidades em lidar com a crescente revolta²⁷⁶.

As más notícias chegaram ao Rio de Janeiro e, diante do preocupante contexto, o governo central nomeou o coronel Luiz Alves de Lima e Silva para a Presidência da Província e, cumulativamente, para o cargo de Comandante de Armas. Como os grupos rebeldes costumavam evadir-se para o Piauí e para o Ceará quando acossados, Luiz Alves recebeu autorização para adentrar em tais territórios e obteve ainda o comando de todas as forças legais que viessem a atuar nessas províncias²⁷⁷.

Ao tomar posse dos dois cargos, Luiz Alves de Lima e Silva fez um de seus pronunciamentos mais destacados pela historiografia, anunciando a estratégia que utilizaria para a condução política do combate aos rebeldes: a neutralidade.

Processo Criminal de 1832, o qual fortaleceu as lideranças de vilas e cidades, como visto no capítulo 2. Essa iniciativa legislativa começou pela província de São Paulo e foi emulada por Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Alagoas, Ceará e Sergipe. Esse conjunto de leis análogas criou a figura dos prefeitos, autoridades que tinham exercício nas vilas e cidades do interior das províncias e que deveriam exercer controle sobre as atividades policiais locais. Como esses prefeitos eram nomeados diretamente pelos presidentes de província, esse conjunto de normas fortaleceu os governos provinciais em detrimento das lideranças municipais. Percebe-se, desse modo, a razão pela qual os correligionários liberais, favoráveis a descentralização do poder, foram contrários ao referido instrumento. Cf. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. pp. 218-220.

²⁷⁴ MAGALHÃES, op. cit., pp. 39-42; PEIXOTO, op. cit., pp. 51-52; REIS, op. cit., p. 188; SERRA, 2008. pp. 241-247.

²⁷⁵ Até seu desentendimento com Balaio, Lívio Lopes, líder político bem-te-vi, serviu como ligação entre membros da elite liberal do Maranhão e os líderes de origem popular da rebelião.

²⁷⁶ MAGALHÃES, op. cit., pp. 43-70; PEIXOTO, op. cit., pp. 52-53; REIS, op. cit., p. 188.

²⁷⁷ MAGALHÃES, op. cit., pp. 71-71.

Maranhenses! Nomeado presidente e comandante das armas desta província, por carta imperial de 12 de dezembro de 1839, eu venho partilhar das vossas fadigas, e concorrer, quanto em mim couber, para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império.

(...)

Maranhenses! **Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam.** (...). Destacou-se. (CAXIAS, *apud* PEIXOTO, 1973, pp. 55-56.)

Antes de atuar nos campos de batalha, Luiz Alves de Lima e Silva deu atenção à administração da província, reorganizando o funcionamento dos órgãos, saldando dívidas junto a fornecedores do governo, pagando soldos atrasados das forças legais, expurgando elementos perniciosos das tropas, reestabelecendo, na medida do possível, as condições mínimas para o comércio regional e salvaguardando a segurança pública da capital²⁷⁸.

No aspecto militar, Luiz Alves reorganizou as forças sob seu comando, subdividindo-as em três colunas, as quais receberam a função de atuar em diferentes áreas da província. Sob o comando do Coronel Sérgio de Oliveira, a primeira coluna encarregou-se da região entre Caxias e Pastos Bons. A cargo do Tenente-Coronel José Tomás Henriques, a segunda coluna ficou responsável pela área entre Vargem Grande e Brejo. A terceira coluna atuou entre Icatu e Muritiba, subordinando-se ao Tenente-Coronel Luís Antônio Favila²⁷⁹.

Apesar da escassez de recursos, o coronel Luiz Alves obteve vitórias e, aos poucos, os rebeldes abandonaram as armas. Balaio morreu em um dos combates e Francisco Ferreira Pedrosa, chefe de um grupo de 1.700 revolucionários, pediu para depor suas armas às autoridades. O coronel Lima e Silva aceitou, mas sob a condição de Francisco Pedrosa dar combate ao grupo comandado pelo Negro Cosme, antes de depor as armas. Dessa forma, Luiz Alves jogou os rebeldes uns contra os outros e obteve excelentes resultados²⁸⁰.

O advento da maioria de Dom Pedro II e a autorização de anistia para os rebelados que depusessem as armas contribuíram para o término do movimento armado no Maranhão. No dia 19 de janeiro de 1841, Luiz Alves de Lima e Silva anunciou o fim

²⁷⁸ PEIXOTO, *op. cit.*, p. 57.

²⁷⁹ A disposição das colunas no território maranhense pode ser melhor notada no Mapa 1. MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 77; REIS, *op. cit.*, p. 189.

²⁸⁰ PEIXOTO, *op. cit.*, p. 63-70; REIS, *op. cit.*, p. 190.

da rebelião e declarou a província pacificada. A 18 de julho de 1841, o coronel Lima e Silva foi agraciado com o título de Barão e promovido a brigadeiro. O Imperador permitiu-lhe ainda escolher o nome pelo qual ingressaria na nobiliarquia brasileira e, pelo simbolismo da cidade e por toda ação desempenhada ao longo da campanha em terras maranhenses, Luiz Alves optou por “Caxias”²⁸¹.

A maior parte da historiografia sobre a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva no combate à Balaiada enfatiza suas ações militares²⁸². O fim da revolta no Maranhão não foi fruto apenas da inteligência militar de Caxias e de seu desempenho nos campos de batalha. Como as ações do coronel Lima e Silva exerciam influência sobre a dinâmica militar e política do país, o estudo de apenas um desses dois aspectos inviabiliza a adequada compreensão do contexto nacional e regional do período. O sucesso de Luiz Alves de Lima e Silva em pacificar o Maranhão adveio do emprego de abordagem diferente daquelas utilizadas por seus dois antecessores na Presidência da Província, assim como decorreu também de uma melhor posição relativa no que se refere às suas funções oficiais.

O primeiro aspecto importante para se compreender as razões do êxito de Caxias fundamenta-se na extensão da autoridade com a qual foi investido. A nomeação, cumulativa, para os cargos de Presidente de Província e de Comandante de Armas forneceu maior flexibilidade civil e militar à sua administração, garantindo-lhe o comando de todo o aparato burocrático local e de todas as forças legalistas da província - as tropas da Guarda Nacional²⁸³ e as tropas do Exército Brasileiro²⁸⁴. A concentração das duas funções em uma só pessoa ajudou no combate à rebelião, ao permitir melhor coordenação entre as duas forças armadas e ao submeter as autoridades locais a um só dirigente.

Como visto no capítulo anterior, não há indícios de que Caxias tenha aderido ao Partido Conservador antes ou durante sua presença no Maranhão. Entre 1839 e 1841, seus laços familiares, suas amizades e seus vínculos com expoentes dos dois grupos políticos nacionais não permitem concluir que ele já tivesse optado por um dos partidos nesse período. Como o relato feito por Gonçalves de Magalhães em sua *Memória*

²⁸¹ PEIXOTO, op. cit., p. 75. SOUZA, op. cit., p. 335.

²⁸² Exceções louváveis constituem as obras de Astolfo Serra: *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*; e a recente obra de Adriana Barreto de Souza: *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*.

²⁸³ A função de chefia da Guarda Nacional cabia ao Presidente de Província.

²⁸⁴ A função de chefia das tropas do Exército Brasileiro cabia ao Comandante de Armas da província.

histórica não deixa dúvidas sobre a participação de correligionários bem-te-vis, liberais, no fomento e na eclosão da Balaiada²⁸⁵, é muito provável que o combate a essa rebelião tenha contribuído para que Luiz Alves cerrasse fileira com os conservadores em momento posterior²⁸⁶. A comitiva rebelde que se apresentou ao então Presidente Manoel Felizardo e expôs-lhe as condições para a deposição das armas foi composta por políticos liberais. Os documentos apresentados pela deputação, naquela ocasião, registraram referências claras ao partido Bem-te-vi²⁸⁷.

Quando Luiz Alves fez seu primeiro pronunciamento à população maranhense e afirmou querer ignorar os nomes dos partidos existentes entre os habitantes locais, já tinha conhecimento de que lideranças bem-te-vis contribuíram para a eclosão da Balaiada. Ainda no Rio de Janeiro, Caxias procurou obter informações junto a seu amigo Manoel Felizardo e recebeu dele cartas com dados sobre a rebelião e com relatos sobre a situação na Província²⁸⁸. Ao chegar ao Maranhão, Luiz Alves pôde constatar que o movimento rebelde estava fora de controle e que tanto os liberais bem-te-vis quanto os conservadores cabanos desejavam a paz. Naquele contexto, acusar e responsabilizar os correligionários liberais pela desordem então vigente de nada serviria à empreitada legalista. Pelo contrário, indispor-se com os bem-te-vis poderia dificultar a pacificação da região, na medida em que esses elementos passariam a temer represálias e punições por parte de Caxias. Por consequência, teriam incentivos para continuar a instigar os rebeldes em sua luta contra o governo.

Portar-se com neutralidade em relação aos grupos políticos locais foi o segundo fator que auxiliou Caxias a obter melhores resultados nos esforços de pacificação. A despeito de já ter formado juízo negativo sobre os liberais, o pragmatismo demonstrado pelo coronel Lima e Silva contribuiu para sua inserção na teia política local, em condições favoráveis a seus interesses. A memória das intrigas políticas envolvendo seu tio na Bahia²⁸⁹ pode ter contribuído para que Caxias optasse pela estratégia de neutralidade. Longe de demonstrar aversão à política, como diversos biógrafos afirmam, sua atitude sinalizou uma arguta sensibilidade nesse campo, reconhecida inclusive por

²⁸⁵ MAGALHÃES, op. cit., p. 27; 32; 40.

²⁸⁶ Como visto no capítulo anterior, assume-se que a adesão de Caxias ao Partido Conservador tenha ocorrido ao final das Revoltas Liberais de Minas Gerais e de São Paulo, em 1842, quando a indisposição de líderes liberais para com Luiz Alves de Lima e Silva tornou-se inequívoca.

²⁸⁷ SERRA, 2008. pp. 241-247.

²⁸⁸ SOUZA, op. cit., p. 293.

²⁸⁹ Conferir capítulo 3.

seu secretário: “nisto mesmo mostrou ele que compreendia a boa política, tão bem como a ciência da guerra”²⁹⁰.

O acionamento da rede de contatos da família constituiu o terceiro aspecto relevante para o sucesso de Caxias no norte. Do Rio de Janeiro, Francisco de Lima e Silva e José Joaquim de Lima e Silva escreveram para um amigo em comum, o Barão da Parnaíba, informando-o sobre a nomeação de Luiz Alves para a Presidência do Maranhão e apresentando boas recomendações a seu respeito. À época, o Barão da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins, era o Presidente da Província do Piauí e foi o destinatário das referidas missivas²⁹¹. Pela sua condição de ex-Regente, o pai de Caxias era conhecido em todo o país. Além disso, sua atuação em Pernambuco, em 1824, contribuiu para torná-lo nome familiar na região nordestina. José Joaquim, por sua vez, foi instrutor de milícias no Piauí, em 1814, tendo vivido na província por três anos. As boas relações que cultivou na região proporcionaram-lhe uma eleição a deputado em 1834, e quatro reeleições para as legislaturas seguintes, até 1843, todas como representante do Piauí²⁹².

Como os rebeldes também se movimentavam pelos territórios do Ceará e do Piauí, embora de forma menos intensa que pelo interior do Maranhão²⁹³, a coordenação entre Luiz Alves e Manuel de Sousa Martins foi importante para a repressão da Balaiada. Uma relação iniciada por amigos em comum certamente ajudou a estabelecer confiança e estima mútuas, além de propiciar melhores condições para um bom entendimento recíproco. A satisfação do Barão da Parnaíba com o desempenho do coronel Lima e Silva ficou evidenciada na correspondência trocada entre ambos:

A Providência deparou a V. Exa. para salvar as relíquias de um povo inocente: preste-me os socorros que puder, e conte com os que estão à minha disposição; e estas duas províncias infestadas escaparão à tormenta e embates da fortuna. Ouvi dizer que V. Exa. virá até Caxias e entrará no teatro de guerra, e tal notícia me foi grata, porque conheço quanto a legalidade lucrará com tal medida, e conseqüentemente o crédito de V. Exa. (PARNAÍBA, *apud* MAGALHÃES, 2001. pp. 69-70²⁹⁴.)

²⁹⁰ MAGALHÃES, op. cit., p. 75.

²⁹¹ SOUZA, op. cit., 294-295; VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. p. 339.

²⁹² SOUZA, op. cit., 295.

²⁹³ MAGALHÃES, op. cit., p. 84.

²⁹⁴ Parnaíba a Luiz Alves de Lima e Silva, Carta. In: MAGALHÃES, 2001. pp. 69-70.

Diferentemente de Manoel Felizardo, Luiz Alves de Lima e Silva optou por fazer constantes incursões ao interior da província rebelada, com vistas a tentar reanimar a população e o comércio das vilas e das cidades. Caxias comunicou o uso dessa estratégia ao então ministro da guerra, demonstrando ter consciência da importância de sua presença nessas áreas conflagradas²⁹⁵. Seu comparecimento e permanência no interior maranhense, no entanto, foram restringidos por questões administrativas que demandaram sua atenção e sua presença na capital. Sua primeira incursão fora de São Luiz ocorreu um mês depois de sua posse. Durante os primeiros trinta dias de governo, o coronel Lima e Silva dedicou-se a reorganizar a estrutura burocrática da província e as forças sob seu comando, dando ênfase à administração militar e civil do Maranhão²⁹⁶.

Nesse sentido, o quarto fator a contribuir para o êxito de Caxias foi a implementação de uma reforma administrativa conjunta de caráter civil e militar, em tempo relativamente curto. Para debelar os rebeldes, Luiz Alves percebeu que seu governo não poderia se ater ao aparato civil-burocrático isoladamente da estrutura militar disponível. A gestão conjunta de ambas as esferas foi fundamental para seu sucesso.

Ao perceber que o apoio da população do interior, incluindo o suporte de comerciantes e de fazendeiros, dependia do estabelecimento de condições mínimas de segurança pública que viabilizassem a retomada das atividades produtivas na região, Caxias determinou o patrulhamento, a fortificação de posições e a realização de obras ao longo dos principais rios do leste maranhense. Ao mesmo tempo, fez gestões junto à Assembleia Legislativa da província e obteve a aprovação de leis específicas que autorizaram a limpeza de canais e de parcela importante da rede hídrica local, fornecendo meios adequados ao escoamento da produção regional²⁹⁷. Desse modo, Luiz Alves reabriu as vias fluviais às atividades mercantis e militares, fato que lhe proporcionou vantagens econômicas consideráveis e maior capacidade para realizar o deslocamento das tropas legalistas pelo interior da província²⁹⁸.

²⁹⁵ SOUZA, op. cit., 306.

²⁹⁶ SOUZA, op. cit., 297.

²⁹⁷ Lei provincial nº. 87 de 5 de junho de 1840 e Lei provincial nº. 91 de 7 de julho de 1840. Para maiores detalhes, cf. SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943. pp. 90-91.

²⁹⁸ SERRA, 1943. pp. 85-93; SOUZA, op. cit., p. 298.

Como já afirmado, abusos contra o patrimônio da população local e contra a integridade física das pessoas também foram cometidos por elementos legalistas. Por essa razão, o estabelecimento de forte controle sobre as tropas do governo foi necessário para garantir seu adequado comportamento em relação aos civis. Assim, o apoio da população às ações de Caxias dependeu do efetivo domínio das tropas sob seu comando, algo difícil de ser efetivado em contexto marcado pela escassez de recursos orçamentários e pela consequente impossibilidade de efetivar o pagamento regular dos soldados. Em muitos casos, as tropas do governo ficavam meses sem receber, gerando um quadro de insatisfação generalizada²⁹⁹. Sem o pagamento periódico dos salários, os comandantes não podiam exigir o nível de disciplina desejável de seus subordinados e, nesse aspecto, negociações foram fundamentais para o estabelecimento de um limite aceitável para a flexibilização das condutas dos praças³⁰⁰.

A falta de verbas exerceu pressão para o estabelecimento de uma melhor gestão dos recursos disponíveis³⁰¹. Por essa razão, o coronel Lima e Silva impôs maiores controles aos processos de pagamentos dos soldos, de compras governamentais e de requisições de materiais junto aos fazendeiros e comerciantes da região. A possibilidade de responsabilização individual por malfeitos ou pela malversação de recursos financeiros e materiais contribuiu para a redução significativa de desperdícios e de pagamentos indevidos³⁰². Além disso, o estabelecimento desses controles melhorou o relacionamento entre as autoridades públicas e a população local na proporção em que maior respeito pelas propriedades privadas passou a ser notado³⁰³.

O quinto fator a auxiliar Luiz Alves de Lima e Silva em sua campanha no Maranhão foi sua estratégia de indispor os rebeldes entre si. Para tanto, o futuro Barão de Caxias adotou três linhas de conduta: encetou negociações com os líderes da revolta para tentar estabelecer os termos de suas rendições; aliciou chefes rebeldes com vistas a empregá-los nos esforços de pacificação; e infiltrou elementos nas forças insurgentes com o objetivo de coletar informações, espalhar boatos e produzir discórdias.

²⁹⁹ MAGALHÃES, op. cit., pp. 87-88; 97-99; SOUZA, op. cit., p. 303.

³⁰⁰ SOUZA, op. cit., p.304.

³⁰¹ É importante recordar que, desde 1835, a guerra contra os Farrapos drenava a maior parte dos recursos do Império. Como consequência, as demais províncias não podiam ser atendidas plenamente no que se refere às necessidades de materiais e de recursos financeiros.

³⁰² MAGALHÃES, op. cit., pp. 75-78.

³⁰³ MAGALHÃES, op. cit., p. 75-78.

Como mencionado, as consequências das reformas administrativas propiciaram maior apoio da população às forças legalistas e isso contribuiu para as vitórias das tropas pacificadoras. Por conseguinte, grupos rebeldes passaram a abandonar suas fileiras e a procurar as autoridades civis da província para negociar suas capitulações. Luiz Alves de Lima e Silva mostrou-se aberto ao diálogo, desde que os rebeldes, primeiramente, depusessem suas armas e apresentassem condições razoáveis para um acordo. Embora as negociações para a rendição de Raimundo Gomes não tenham prosperado³⁰⁴, um acordo com o chefe rebelde Francisco Pedrosa foi possível, como já mencionado. Após Pedrosa enviar emissários garantindo seu interesse em depor armas, Caxias respondeu-lhe que aceitaria a rendição proposta e concederia a ele e a todos os 1.700 homens sob seu comando anistia, desde que, antes, Pedrosa e seu grupo dessem combate aos negros³⁰⁵ chefiados por Cosme e aos demais rebeldes ainda em armas.

Pedrosa aceitou os termos exigidos e passou a perseguir, com êxito, tanto os grupos liderados por Cosme, quanto aqueles liderados por Raimundo Gomes. Com isso, Luiz Alves indispôs os líderes da revolta entre si e obteve significativo sucesso. Além de os nativos terem excelentes conhecimentos da região eram também habituados ao terreno. Essas vantagens foram percebidas pelo coronel Lima e Silva, que, de modo complementar, empregou os rebeldes arrependidos que se apresentavam às autoridades e solicitavam anistia por seus crimes³⁰⁶.

Nas negociações com as lideranças insurretas, Luiz Alves de Lima e Silva não hesitou em utilizar pagamentos e subornos para estimulá-los a abandonar a revolta e a desmobilizar suas forças. Do mesmo modo, remunerou indivíduos para que se infiltrassem nas forças dos balaios, colhessem informações sensíveis, espalhassem boatos e dados imprecisos e estimulassem discórdias.

Como desejasse o presidente haver os escravos sem grande mortandade, por ser isto mais conforme com os interesses dos senhores, tratou por meio de emissários introduzir entre eles a cizânia, e não poucos voluntariamente se entregaram; (...). (MAGALHÃES, 2001, p. 103).

³⁰⁴ MAGALHÃES, op. cit., p. 102; REIS, op. cit., p. 190; SOUZA, op. cit., p.315-316.

³⁰⁵ Os negros sob comando de Cosme eram compostos por escravos fugidos e por alforriados, além de alguns mestiços em situação idêntica.

³⁰⁶ MAGALHÃES, op. cit., p. 103; 117; REIS, op. cit., p. 190; SOUZA, op. cit., p. 314; 318-319.

A prática de criar intrigas e desconfianças entre os adversários foi desenvolvida e empregada por Luiz Alves de Lima e Silva quando atuava, junto com Eusébio de Queiroz, no Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte Imperial, garantindo a manutenção da ordem pública no Rio de Janeiro. Tanto naquela oportunidade quanto no Maranhão, tal tática rendeu-lhe bons resultados³⁰⁷. As denominadas “despesas secretas” sustentaram as negociações com os chefes rebeldes e custearam o emprego de emissários infiltrados. Ao acelerar o desfecho do movimento rebelde, esses pagamentos reduziram o tempo de combate contra a Balaiada e, como consequência, geraram uma economia de recursos ao tesouro nacional:

Essas negociações lhe permitiram, pela primeira vez, fazer uma previsão do tempo que levaria para concluir a “pacificação” e, quanto menos tempo durassem as lutas, menores seriam as baixas e as despesas. Mas a negociação, do modo como foi feita, também reforçou incrivelmente as fileiras legais e, o que é melhor, com mestiços da região. (SOUZA, 2008, p. 319)

Por fim, o decreto de anistia decorrente da declaração de maioria de Pedro II foi outro fator a contribuir para o término da Balaiada. Apesar de não constituir uma estratégia de ação elaborada ou planejada por Luiz Alves de Lima e Silva, o modo pelo qual o Presidente da Província apresentou esse documento e utilizou as prerrogativas ali estabelecidas foi importante para garantir a aplicação efetiva do indulto imperial, evitando que grupos rebeldes se aproveitassem da boa-fé do governo para cometer mais crimes antes de serem perdoados.

Por todos os abusos que a população civil da cidade de Caxias havia sofrido, a aplicação direta, geral e irrestrita da anistia oferecida pelo governo central poderia ser considerada ofensiva pela população daquela localidade. Para evitar sentimentos de injustiça e de revolta nos diversos povoados do interior maranhense, foi necessária a atuação prévia do presidente da província,³⁰⁸ apresentando a notícia da subida ao trono do Imperador como um fato que marcava um novo tempo na vida nacional. As disputas partidárias deveriam ceder lugar ao apoio unânime ao governo central e à figura do jovem Pedro II³⁰⁹. Assim, as comemorações decorrentes da maioria foram estimuladas nas diversas cidades do Maranhão. Somente após os festejos, o coronel

³⁰⁷ SOUZA, op. cit., pp. 316-318.

³⁰⁸ MAGALHÃES, op. cit., p. 113; SOUZA, op. cit., p. 327.

³⁰⁹ SOUZA, op. cit., p. 322.

Lima e Silva começou a divulgar a possibilidade de obter o perdão por meio do decreto imperial de anistia. Para tanto, Caxias determinou que a obtenção do indulto fosse condicionada à apresentação do interessado a um comandante de coluna ou, alternativamente, que ele se unisse às forças de Francisco Pedrosa, fortalecendo, dessa maneira, as ações desse grupo contra os mestiços e os escravos que ainda lutavam contra o governo³¹⁰.

A Balaiada revelou a Luiz Alves e a seu secretário, Gonçalves de Magalhães, o fosso social então existente entre a elite do Maranhão e o restante da população. Ao instigar o povo contra as autoridades conservadoras cabanas, que governavam naquele momento, os correligionários liberais bem-te-vis não imaginavam perder o controle sobre os rebeldes. O desentendimento entre Raimundo Gomes e os líderes liberais aproximou os mestiços sob comando de Raimundo aos grupos de escravos aquilombados. A junção entre homens livres pobres e escravos passou a ameaçar toda a estrutura social, econômica e política então vigente no Maranhão e no Império. Como visto, a população do Brasil subdividia-se em três grupos: uma pequena elite instruída e responsável pela condução da política e da economia agrário-exportadora fundada na mão-de-obra escrava; um conjunto considerável de indivíduos livres dentre os quais se incluíam mascates, pequenos comerciantes, traficantes de escravos, mestiços e negros alforriados; e a grande massa de escravos.

Durante o Império, o medo de uma revolta violenta de cativos perpassou a sociedade brasileira, principalmente depois da revolta e da Independência violentas ocorridas no Haiti³¹¹. Esse temor coletivo ficou conhecido por “haitianismo”³¹² e influenciou a política nacional, principalmente no que diz respeito ao incentivo estatal à imigração de mão-de-obra europeia para as lavouras brasileiras. No Maranhão, a proporção de escravos em relação ao restante da população livre era elevada e acima da média nacional. Assim, a ameaça representada pela união de mestiços, negros alforriados e escravos era significativa e a elite local tinha ciência disso. Também por essa razão, os liberais bem-te-vis da província apoiaram Caxias e deram-lhe suporte

³¹⁰ MAGALHÃES, op. cit., p. 117; SOUZA, op. cit., p. 329.

³¹¹ A Independência do Haiti ocorreu de modo violento, após grande rebelião de escravos contra a ordem socioeconômica imposta pela França. Entre 1791 e 1804 ocorreram várias batalhas e o território ocidental da ilha foi invadido por forças espanholas e cercado por forças inglesas. A França chegou a retomar o controle sobre sua ex-colônia, mas, com a tentativa de reestabelecer a escravidão, perdeu em definitivo a posse sobre a ilha.

³¹² CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. pp. 293-295.

para a adoção de medidas necessárias ao reestabelecimento da ordem. Tanto conservadores quanto liberais perceberam que a utilização dos contingentes de indivíduos pobres e de escravos como massa de manobra poderia causar elevados prejuízos econômicos às suas atividades ou, até mesmo, uma desestruturação social de grandes proporções.

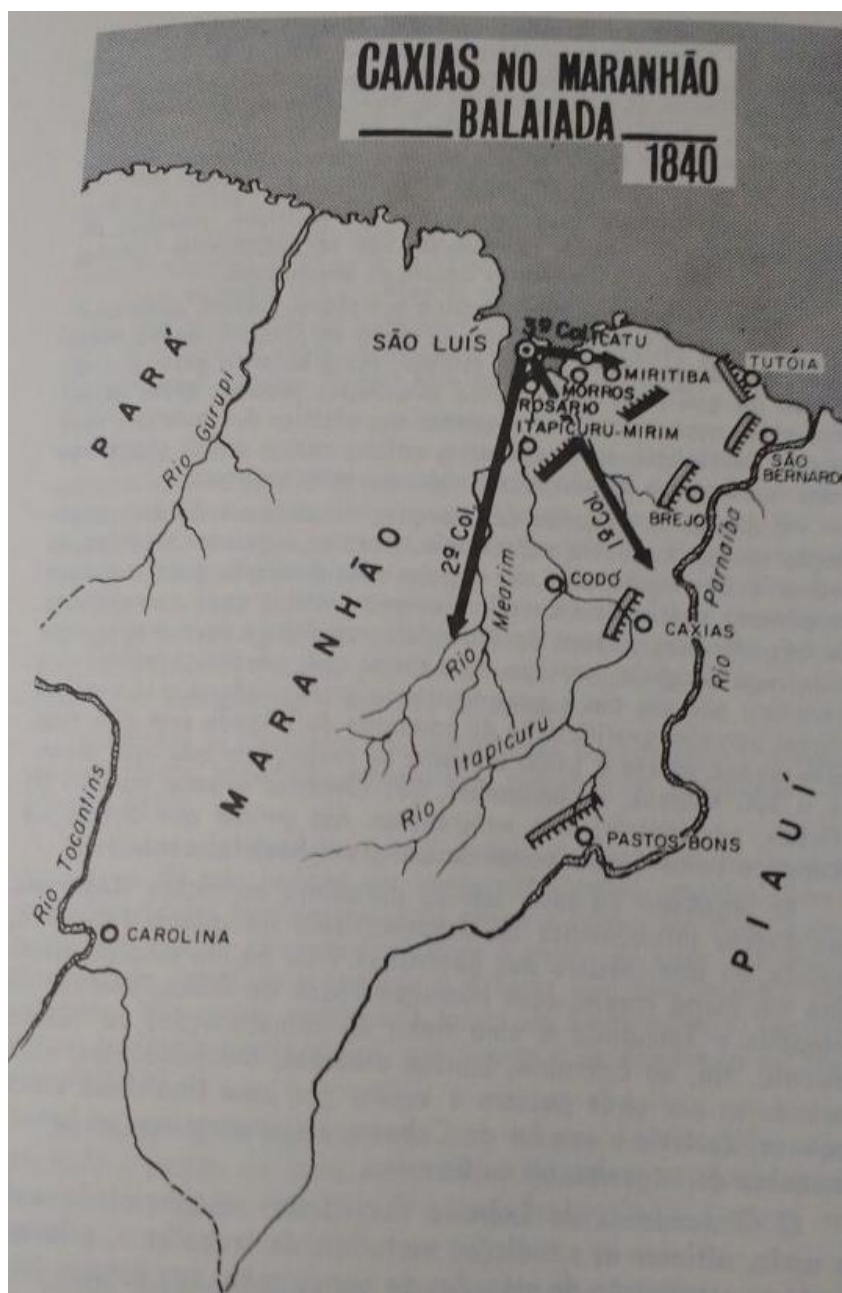
Para desfazer essa união entre os dois grupos mais numerosos da população brasileira à época, foi necessário dialogar com os membros da elite maranhense e com os líderes rebeldes. Baseando-se em suas experiências adquiridas durante o tempo em que chefiou o Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, o coronel Lima e Silva conseguiu transitar por mundos sociais distintos e ajustar as expectativas de atores diversos às necessidades impostas pelo governo central, criando uma equação capaz de estabelecer e de manter a ordem no contexto regional do Maranhão.

Ao longo da Balaiada, Luiz Alves de Lima e Silva demonstrou significativa capacidade de articulação política para intermediar os interesses e as demandas dos grupos envolvidos na rebelião. Sua habilidade para conduzir o processo de pacificação da província foi exposta antes mesmo de sua chegada, por meio de sua nomeação cumulativa para os cargos de Presidente de Província e de Comandante de Armas. A unificação das duas funções na mesma pessoa gerou vantagens importantes para a melhor articulação entre ações político-administrativas e bélicas. Além disso, a manutenção de uma postura pública de neutralidade em relação aos conservadores cabanos e aos liberais bem-te-vis proporcionou a Caxias maior capacidade de inserção na sociedade maranhense, sem que partido algum lhe fizesse oposição. O acionamento da rede pessoal de contatos da família e a busca por ampliação de sua própria teia de relacionamentos pessoais melhoraram a articulação entre as províncias do Maranhão, Piauí, Ceará e Pernambuco no combate aos rebeldes.

Todas essas ações demonstram que Luiz Alves de Lima e Silva era dotado de grande habilidade política, tendo atuado de forma bem sucedida em suas negociações com líderes regionais e com rebeldes. Seu desembaraço também foi evidenciado pelas estratégias adotadas para dividir, indispor as forças insurgentes e fazê-las combater entre si. O uso de agentes infiltrados, o pagamento de subornos e o aliciamento de lideranças rebeldes atestam que muito além das manobras bélicas nos campos de batalha, Luiz Alves de Lima e Silva dominava bem os instrumentos políticos de que dispunha e sabia atuar nos bastidores.

Com vistas a averiguar se Luiz Alves de Lima e Silva utilizou alguns desses mesmos padrões de conduta em outros contextos de negociações políticas e militares em que esteve presente, passa-se à análise da atuação desse personagem no combate ao movimento farroupilha. Por ter sido a mais complexa e duradoura dentre as insurreições da primeira metade do século XIX no Império, as orientações e as estratégias que fundamentaram o comportamento de Caxias durante esta rebelião poderão ajudar a compreender parte das diretrizes que balizaram a política externa nacional durante o processo de inserção do Império no Cone Sul.

MAPA 1



4.3 – Mais político que militar, Caxias e os Farrapos

A Revolução Farroupilha foi o movimento rebelde mais complexo e de maiores proporções contra o qual o Império teve de lutar. Apesar das motivações e das causas específicas, essa revolta também emergiu no contexto político posterior à aprovação do Código de Processo Criminal de 1832 e do Ato Adicional à Constituição Imperial de 1834, instrumentos normativos que, como visto³¹³, enfraqueceram a capacidade de atuação do governo central sobre as províncias, propiciando o surgimento de levantes armados regionais. Como consequência, as disputas pelo controle dos fortalecidos instrumentos de governo das províncias acirraram rivalidades e geraram conflitos que saíram do controle das elites e/ou provocaram profundas divisões entre as classes dominantes locais, como ocorrido durante a Farroupilha, por exemplo.

A rebelião gaúcha uniu, de um lado, líderes rebeldes como Bento Gonçalves, Antônio Neto e Vicente da Fontoura, todos pertencentes à elite local, proprietários de terras e comerciantes de carnes e derivados da pecuária. Em oposição a esse grupo, apoiaram-se figuras de grande influência na política da região, como Manuel Marques de Sousa, Francisco Pedro de Abreu, João da Silva Tavares e Manuel Luís Osório, todos esses também eram membros das classes dominantes do Rio Grande do Sul.

A colonização da porção meridional do território brasileiro, inicialmente denominado São Pedro do Rio Grande do Sul, ocorreu de modo único em relação ao restante do Império. Com o objetivo de ocupar e alargar seus domínios, Portugal incentivou a imigração de açorianos para a região, facilitando-lhes o acesso a terras. Com o passar do tempo, a preponderância do Estado lusitano cedeu gradativamente espaço ao poderio de famílias e de figuras políticas regionais que produziam gado e comercializavam produtos derivados da pecuária. Segundo Fernando Henrique Cardoso (2007), na região sul do Brasil, a ordem patrimonial estatal portuguesa foi lentamente substituída pela dominação exercida por famílias locais que acumularam fortunas e cujos líderes patriarcais estabeleceram laços interpessoais de lealdade com seus subordinados, o que lhes propiciou a capacidade de formar verdadeiras milícias privadas³¹⁴, característica útil para um território de fronteira com castelhanos.

³¹³ Conferir capítulo 2.

³¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Rio Grande do Sul e Santa Catarina*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 560-563.

Em 1830, a estrutura econômica da província do Rio Grande do Sul continuava a basear-se na pecuária, cuja produção de charque, couro e derivados abastecia as províncias do sudeste brasileiro que faziam uso intensivo de mão-de-obra escrava, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar dos insistentes pedidos dos produtores gaúchos, o governo central manteve baixas as alíquotas de importação dos charques argentinos e uruguaios. Como os grandes produtores rurais do sudeste tinham de alimentar uma quantidade significativa de escravos, o acesso ao charque platino mais barato era importante para diminuir os custos e aumentar a lucratividade de suas atividades. Assim, as pressões gaúchas sobre o governo central eram neutralizadas pelos interesses econômicos dos latifúndios escravocratas. Somado a esse quadro, havia ainda a taxaço dos produtos rio-grandenses nos portos nacionais, medida que desestimulava suas exportações e retirava-lhes as condições mínimas para competir com os produtos dos concorrentes platinos³¹⁵.

A insatisfaço dos proprietários do sul face à política do governo central cresceu progressivamente até que, durante o governo provincial de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, o descontentamento transformou-se em revolta armada. Alegando que o então presidente não tinha condições de governar, por incitar confrontos políticos, Bento Gonçalves invadiu Porto Alegre, obrigando Fernandes Braga a fugir. Em seguida, a Assembleia da província escreveu memorial ao Regente Antônio Feijó, justificando suas ações, assegurando o caráter ordeiro do movimento e solicitando a indicação de um novo Presidente para o Rio Grande do Sul³¹⁶.

Em resposta, a Regência nomeou José de Araújo Ribeiro para o cargo de Presidente da Província. Parentes, Bento Manuel Ribeiro prometeu-lhe o suporte necessário para o exercício de suas funções a frente do Executivo. Vindo do Rio de Janeiro, ao chegar a Porto Alegre, Araújo Riberio tentou tomar posse na capital gaúcha, mas foi impedido por elementos mais radicais do Legislativo local³¹⁷. O presidente nomeado decidiu então estabelecer seu governo na cidade de Rio Grande e tomou posse

³¹⁵ BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: panorama político*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 232; CARDOSO, op. cit., p. 569; IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 159; SILVA, Bento Gonçalves da. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes*. Piratini: s/e, 1838.

³¹⁶ PEIXOTO, op. cit., pp. 114-115; WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: Sulina, 1980. pp. 21; 24.

³¹⁷ LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. pp. 28-32; SOUZA, op. cit., p.428.

na Câmara Municipal daquele local. No dia 15 de junho de 1836, as forças do Império retomaram o controle da cidade de Porto Alegre, que, apesar de ter sofrido vários cercos, não voltou mais ao poder dos rebelados até o final da revolta farrapa³¹⁸.

Iniciaram-se, assim, os combates que caracterizaram a insurreição Farroupilha. Em setembro de 1836, Antônio de Sousa Neto venceu João da Silva Tavares no combate do Seival e, em seguida, proclamou a independência da província que passaria a se chamar, para os revoltosos, República Rio-Grandense. Diante desse gesto, diversas Câmaras Municipais de cidades do interior aderiram ao ideal republicano farrapo. Como Porto Alegre estava ocupada pelas forças legais, os rebeldes decidiram fixar sua capital em Piratini³¹⁹.

Em outubro do mesmo ano, Bento Gonçalves decidiu atravessar o rio Jacuí pela Ilha do Fanfa, buscando unir-se às forças de Neto. Sabendo desses planos, Bento Manuel Ribeiro atuou em coordenação com as forças do almirante John Grenfell, conseguindo derrotar e prender Bento Gonçalves e grande parte da oficialidade farrapa, enviando-os, em seguida, para o Rio de Janeiro³²⁰. Na ausência de Bento Gonçalves, os farrapos entregaram a Gomes Jardim o comando dos assuntos civis e a Antônio Neto a chefia das ações militares. Por razões incertas, a Regência substituiu Araújo por Antero José Ferreira de Brito na Presidência da província. Em pouco tempo, o novo chefe do executivo rio-grandense desentendeu-se com Bento Manuel, que, sentindo-se desprestigiado no novo governo, decidiu prender Brito, entregá-lo aos farrapos e aderir à causa revolucionária³²¹.

Em 1838, em Rio Pardo, os rebeldes infligiram grande perda às forças imperiais, dando ensejo ao manifesto de Bento Gonçalves de 29 de agosto³²². Os combates, as batalhas e as constantes mudanças imperiais nos cargos de Presidente da Província e de Comandante de Armas sucederam-se sem que ocorresse uma definição para o conflito. Enquanto as forças imperiais dominavam toda extensão do litoral gaúcho, as cidades de

³¹⁸ PEIXOTO, op. cit., pp. 116-117; SPALDING, Walter. *A epopeia Farroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963. pp. 104-110; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 21-22; 24-25.

³¹⁹ PEIXOTO, op. cit., p. 117; WIEDERSPAHN, op. cit., p. 22.

³²⁰ PEIXOTO, op. cit., pp. 117; SPALDING, op. cit., pp. 109-114. Alguns autores como Wiederspahn afirmam ter havido naquele local acordo para pôr fim ao movimento Farrapo. Derrotados, os rebeldes seriam liberados para voltarem a suas casas desde que Bento Gonçalves acabasse com a revolução. Quando Araújo Ribeiro chegou ao local e soube dos termos propostos por Bento Manuel, não concordou com o compromisso firmado e ordenou a prisão de todos. Para maiores detalhes, conferir SPALDING, op. cit., p. 111-112; WIEDERSPAHN, op. cit., p. 29.

³²¹ PEIXOTO, op. cit., pp. 116-117; SPALDING, op. cit., pp. 118-119; WIEDERSPAHN, op. cit., p.29.

³²² SILVA, op. cit., 1-9.

Porto Alegre, Rio Grande e seus respectivos acessos fluviais, os rebeldes controlavam o interior do estado, em especial a região da campanha gaúcha³²³. Em julho de 1839, os farrapos conseguiram invadir Laguna, em Santa Catarina, e proclamaram a República Juliana, que teve duração efêmera, já que as tropas legalistas retomaram a cidade catarinense em novembro do mesmo ano³²⁴.

Com a maioria de Dom Pedro II, o primeiro Gabinete sob seu reinado promulgou decreto de anistia àqueles que abandonassem as armas. Bento Manuel retirou-se então do conflito, usufruindo da anistia oferecida e voltando a combater somente quando chamado pelo então Barão de Caxias³²⁵. Não há consenso na bibliografia sobre as razões que levaram esse líder gaúcho a abandonar as lutas naquele momento, no entanto, seus desentendimentos com a oficialidade farrapa eram frequentes e remontavam ao início do movimento em 1835.

Em novembro de 1842, Luiz Alves de Lima e Silva tomou posse dos cargos de Presidente de Província e de Comandante de Armas do Rio Grande do Sul³²⁶. Diante do contexto da revolta, suas primeiras providências foram chamar Bento Manuel para combater junto às forças imperiais e obter cavalos para as tropas legalistas. Para alcançar o segundo objetivo, reuniu toda cavalaria disponível em apenas um local e comprou animais das fazendas uruguaias e argentinas limítrofes ao Rio Grande do Sul, tentando, a um só tempo, equipar suas forças e dificultar o acesso rebelde a montarias, recurso essencial para guerra nos pampas³²⁷.

Como os farrapos apresentavam-se para o combate apenas quando em vantagem numérica ou tática, impunham às forças legalistas uma guerra de movimento e não uma guerra tradicional. Quando acossados, os rebeldes cruzavam a fronteira do Uruguai e, sob a proteção de Frutuoso Rivera, recobravam suas forças, rearmavam-se e retornavam ao território brasileiro, surpreendendo as forças imperiais. Diante da fluidez e da grande mobilidade rebelde, Caxias dividiu suas forças em duas colunas, permanecendo com o comando de uma e entregando a chefia da segunda a Bento Manuel³²⁸.

³²³ PEIXOTO, op. cit., pp. 119-120; SPALDING, op. cit., pp. 122-123.

³²⁴ PEIXOTO, op. cit., pp. 120-121; SPALDING, op. cit., pp. 133-135;

³²⁵ PEIXOTO, op. cit., pp. 121-122; SPALDING, op. cit., pp. 144-148; SOUZA, op. cit., pp. 429-433; WIEDERSPAHN, op. cit., p. 36.

³²⁶ WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 48-49.

³²⁷ PEIXOTO, op. cit., pp. 125-130; SPALDING, op. cit., pp. 144-148; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 49-51.

³²⁸ PEIXOTO, op. cit., pp. 136-137; WIEDERSPAHN, op. cit., p. 24.

Com a nova organização, as forças imperiais passaram a angariar vitórias. Os rebeldes começaram a se acusar mutuamente pelos fracassos militares e uma série de desentendimentos enfraqueceu seu projeto republicano³²⁹. Paralelamente à campanha militar, Caxias manteve abertas negociações para se alcançar a paz³³⁰. Após a vitória imperial na batalha em Porongos, ocasião em que as já enfraquecidas forças farrapas foram amplamente derrotadas³³¹, a imposição da causa rebelde pela força tornou-se inviável. No entanto, apesar da grande vantagem militar obtida, o Barão de Caxias manteve os termos e as condições anteriormente negociados junto aos rebeldes e o tratado de Ponche Verde foi assinado, colocando fim ao movimento insurgente³³².

Diversamente dos livros e das descrições laudatórias sobre a atuação de Caxias no Maranhão – as quais costumam enfatizar seus atributos militares e ignorar quase por completo suas habilidades políticas –, as obras sobre a insurreição farrapa reconhecem as habilidades negociadoras de Luiz Alves de Lima e Silva. Como a pacificação do Rio Grande do Sul foi feita por meio de um documento final, cujas cláusulas foram objeto de negociações, é impossível negar tal característica a Caxias, por maior que seja o desejo de alguns autores de ressaltar-lhe apenas os atributos militares.

Assim como no Maranhão, em São Paulo e em Minas Gerais, o sucesso de Caxias na pacificação do Rio Grande do Sul não foi resultado apenas de sua destreza militar. Sua habilidade para negociar e para intermediar interesses diversos e antagônicos revelou-se ao longo de sua atuação no território gaúcho. Novamente, o que diferenciou Luiz Alves de Lima e Silva das demais autoridades que tentaram pacificar a província do sul foi sua abordagem política e militar diversa daquelas até então apresentadas por seus antecessores.

Como demonstrado por Castro (2007b), a nomeação de Luiz Alves de Lima e Silva para a missão no Rio Grande do Sul foi precedida por disputas políticas na Corte. Aureliano Coutinho³³³ e seu irmão, Saturnino Coutinho, então presidente do Rio Grande

³²⁹ SPALDING, op. cit., pp. 151-152.

³³⁰ SPALDING, op. cit., pp. 156-158.

³³¹ SPALDING, op. cit., pp. 155-156.

³³² PEIXOTO, op. cit., pp. 138-151; SPALDING, op. cit., pp. 160-161.

³³³ Visconde de Sepetiba, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho formou-se em Ciências Jurídicas em Coimbra, exerceu o cargo de Juiz de Fora em Ouro Preto e foi Presidente das Províncias de São Paulo (1831) e Rio de Janeiro (1844). Foi ainda Senador e Ministro do Império, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, sendo responsável pelas tratativas do casamento de Dom Pedro II. Exerceu significativa influência sobre o jovem Imperador no início de seu reinado, sendo uma das principais figuras denominadas “áulicas” pela historiografia. Para maiores informações, cf. VASCONCELOS, Barão de;

do Sul, opuseram-se a Clemente Pereira e aos demais membros do segundo Gabinete pós-maioridade. Naquele contexto, a proposição ao Imperador do nome de Caxias – muito prestigiado por ter debelado revoltas em três províncias do Império – foi o único modo encontrado por Clemente Pereira para retirar Saturnino da presidência do Rio Grande do Sul. Para não medir forças com Luiz Alves de Lima e Silva perante Dom Pedro II, Aureliano aceitou o afastamento do irmão³³⁴. Em concordância com as diretrizes advogadas pelos conservadores e tendo ciência da importância estratégica de se controlar simultaneamente o governo civil e as forças militares dispostas na província, Caxias foi nomeado cumulativamente para os cargos de Presidente de Província e de Comandante de Armas, tendo esse aspecto proporcionado maior eficiência administrativa e militar a suas ações³³⁵, tal como ocorrera no Maranhão.

Distintamente do sucedido na província do norte, o uso da rede de contatos da família Lima e Silva no Rio Grande do Sul não foi de grande valia para Luiz Alves. Como João Manuel de Lima e Silva era um dos líderes rebeldes, a família Lima e Silva estava vinculada aos farroupilhas. Caxias não chegou a combater seu próprio tio, já que João Manuel foi morto em agosto de 1837³³⁶, cinco anos antes de Luiz Alves assumir o comando das forças imperiais. A carência de contatos e a insipiente penetração na sociedade local foram mitigadas por Caxias por meio de sua aproximação a Manuel Marques de Sousa, Manuel Luís Osório e Bento Manuel Ribeiro. Ao longo das batalhas e das negociações nos pampas, a rede de contatos de Luiz Alves expandiu-se de modo considerável, permitindo-lhe angariar o respeito e a amizade de diferentes líderes políticos e militares da região, inclusive de elementos farroupilhas, como David Canabarro, Bento Gonçalves e Vicente da Fontoura, alguns dos quais combateram ao seu lado, posteriormente, durante a Guerra contra Oribe e Rosas³³⁷.

A postura de neutralidade política utilizada por Luiz Alves de Lima e Silva no Maranhão tampouco lhe foi útil no Rio Grande do Sul. Como o movimento farrapo representou uma cisão interna à elite da província e chegou a propor a secessão de parte

VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. p. 473.

³³⁴ CASTRO, Paulo Pereira de. *Política e administração de 1840 a 1848*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 4, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. pp. 585-587.

³³⁵ CASTRO, op. cit., pp. 585-587.

³³⁶ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 23. Para maiores informações sobre João Manuel de Lima e Silva, conferir capítulo 3.

³³⁷ SOUZA, op. cit., pp. 406-407; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 118-119.

do território nacional, tornou-se inviável construir ou manter uma imagem de isenção política entre as forças que se opunham. A postura mais próxima desse posicionamento foi a manutenção de abertura para negociações com os rebeldes e a capacidade de articular concessões de ambas as partes – assim, Caxias combateu militarmente os farrapos, mas, ao mesmo tempo, intermediou as negociações entre eles e o Império. Nesse sentido, sua atuação foi bem-sucedida, tendo sido reconhecida inclusive nas correspondências trocadas entre os líderes farroupilhas³³⁸.

(...) e por fim temos uma paz, que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do barão: desse homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses, que não podendo fazer-nos publicamente por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que dirigiram, nos fez o que já não podíamos esperar, salvando assim em grande parte nossa dignidade (...). (GONÇALVES, Bento. *apud* WIEDERSPAHN, 1980, p. 110)³³⁹.

Enfatizar a necessidade de união entre os rebeldes e o Império face às ambições de Juan Manuel de Rosas foi outro recurso utilizado por Luiz Alves diante da impossibilidade de manter-se neutro. Como Rosas era um inimigo estrangeiro em comum, que ameaçava os interesses do Brasil e de todos os produtores rio-grandenses de carne e derivados, chamar a atenção para o iminente perigo que ele representava poderia ajudar a reconciliar os rebeldes com o Império. Desde a sua segunda assunção no governo de Buenos Aires, em 1835, Rosas apresentou ambições expansionistas que se conformaram no objetivo de reconstruir o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, projeto político que ameaçava as existências do Uruguai, do Paraguai e as integridades territoriais da Bolívia e do Império do Brasil³⁴⁰. A indicação da existência dessa ameaça e o uso desse argumento no momento mais propício foram importantes para a

³³⁸ WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 119-120.

³³⁹ Bento Gonçalves a Dionísio Amaro da Silveira, Carta. in: WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 109-110.

³⁴⁰ O protesto do Ministro Plenipotenciário da Argentina no Rio de Janeiro, Tomás Guido, face ao reconhecimento da independência do Paraguai pelo Império, em 1844, evidenciou o projeto expansionista de Rosas e foi objeto de consulta ao Conselho de Estado em 1845. Conferir BRASIL, *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Brasília: Câmara dos Deputados e Ministério das Relações Exteriores, 1978. Volume I, pp. 340-341. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995. pp. 81-94; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. pp. 24-38; 145-147.

reconstrução da união entre as lideranças farrapas e o Império e, conseqüentemente, para o sucesso da missão de Caxias³⁴¹.

A manutenção dos termos negociados com os rebeldes, a despeito dos resultados finais de campanha, foi outra estratégia de negociação bem-sucedida utilizada por Caxias, no âmbito das últimas tratativas para a pacificação da província. Como mencionado, em 14 de novembro de 1844, as forças farrapas foram surpreendidas pelo destacamento do coronel Francisco de Abreu e completamente vencidas na região de Porongos. Os espólios de guerra foram significativos e, após esta derrota, os rebeldes perderam as condições mínimas necessárias para tentar concretizar a secessão do Rio Grande do Sul por meio das armas. Caxias poderia impor novas condições aos farroupilhas para a pacificação da província, valendo-se de sua posição de força recentemente ampliada, mas preferiu não agir desse modo³⁴².

Na prática, o resultado de Porongos garantiu o fim da Farroupilha. As decisões posteriores definiram a maneira por meio da qual a pacificação ocorreu. Naquele contexto, havia duas possibilidades ao governo central: prosseguir com os combates por mais um ou dois anos; ou tentar concluir as negociações em curso. A primeira via deixaria maiores ressentimentos nos vencidos, os quais poderiam tentar insurgir-se uma vez mais, no futuro. A segunda linha de ação era mais econômica, rápida e eficaz, já que seria uma decisão negociada entre as partes e capaz de minimizar os efeitos futuros do ideal separatista farrapo. Como os líderes farroupilhas reassumiriam seu lugar “na grande família brasileira”³⁴³, por vontade própria e com o objetivo de combater um inimigo estrangeiro em comum, irmanados com as forças do Império, a altivez farrapa não seria abalada perante a população civil do Rio Grande do Sul e do restante do país³⁴⁴.

Assim como fizera no Rio de Janeiro e no Maranhão, Caxias recorreu a espias e a contrainformações no Rio Grande do Sul, para disseminar desconfiança, desentendimentos e incompatibilizar os rebeldes entre si³⁴⁵. A história em torno da batalha de Porongos revela esse aspecto na medida em que gerou desunião entre os líderes farrapos e atribuiu a David Canabarro uma imagem de traidor. A derrota de

³⁴¹ WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 57-59; 102-103.

³⁴² PEIXOTO, op. cit., pp. 158-159; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 67-70.

³⁴³ Termos muito utilizados à época.

³⁴⁴ PEIXOTO, op. cit., pp. 166-167; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 56-57; 102-103.

³⁴⁵ SOUZA, op. cit., pp. 481-484.

Canabarro para Francisco de Abreu naquela batalha era surpreendente porque o general rebelde nunca havia sido derrotado pelo chefe legalista até então. Pouco após Porongos, cópias de uma carta atribuída a Caxias e endereçada ao Coronel Francisco de Abreu começaram a circular entre os farrapos. Segundo o teor do documento, Luiz Alves de Lima e Silva havia acertado com David Canabarro o resultado daquele combate com o objetivo de acelerar as negociações de paz:

(...) Não se descuide de mandar bombear o lugar do acampamento de dia, devendo ficar bem certo de que ele há de passar a noite nesse mesmo acampamento. (...) Não receie a infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um ministro de seu general-em-chefe para entregar o cartuchame sobre pretexto de desconfiarem dela. Se Canabarro ou Lucas forem prisioneiros deve dar-lhes escápula de maneira que ninguém possa nem levemente desconfiar, nem mesmo os outros que eles pedem, que não sejam presos, pois V. S. bem deve conhecer a gravidade deste secreto negócio, que nos levará em poucos dias ao fim da revolta desta Província (...). (CAXIAS³⁴⁶, *apud* WIEDERSPAHN, 1980. pp. 78-79).

Os primeiros autores que escreveram sobre o movimento Farroupilha partiram do pressuposto que o ofício em questão era verdadeiro e que David Canabarro traíra a causa farrapa em conluio com Caxias. No início do século XX, com a publicação de novos testemunhos, outros autores revisitaram o episódio. Segundo esses relatos, alguns ex-combatentes teriam testemunhado o Coronel Francisco de Abreu afirmar ter forjado a carta em questão, dias após a batalha em Porongos, e ter submetido seu teor à avaliação de Luiz Alves de Lima e Silva. Aprovado o conteúdo, Caxias teria então pedido ao seu secretário que reescrevesse o ofício para, depois, apor sua assinatura na missiva. Com isso, pela caligrafia, a carta passara a ser idêntica a todas as demais ordens até então emitidas pelo comandante-em-chefe das forças imperiais. Segundo essa linha de interpretação, o procedimento de Francisco de Abreu e de Luiz Alves de Lima e Silva ambicionava desmoralizar Canabarro perante os farrapos, disseminando discórdia nas fileiras rebeldes para acelerar o fim do movimento insurrecional³⁴⁷.

Apesar de ainda hoje não se saber a real motivação subjacente à elaboração da carta – se seria autêntica e decorrente de um conluio entre Canabarro e Caxias ou se

³⁴⁶ A atribuição desses trechos a Caxias não é matéria pacífica na historiografia. A discussão sobre o episódio de Porongos inclui o debate sobre a verdadeira autoria dessa carta e sobre a eventual existência de um conluio entre Canabarro e Luiz Alves de Lima e Silva. Como a presente tese parte do pressuposto de que Caxias não escreveu a carta, mas a assinou após tomar conhecimento de seu teor, corroborando assim o seu conteúdo, optou-se por manter a autoria a Caxias.

³⁴⁷ WIEDERSPAHN, *op. cit.*, pp. 70-73.

seria originada de uma artimanha proposta por Francisco Pedro de Abreu e chancelada por Caxias –, há três fatores em seu conteúdo que chamam atenção e reforçam a possibilidade de o documento ser parte de um esquema de Caxias e Francisco de Abreu. Em primeiro lugar, a carta descreve em detalhes como as forças rebeldes estariam posicionadas no terreno; quais unidades farrapas estariam sem munição; e quais líderes revolucionários deveriam conseguir fugir; tudo condizente com o ocorrido. O problema está justamente nesse aspecto, o documento foi concordante em demasia com o que se passou, sendo, portanto, mais consentâneo a uma descrição que a uma prescrição. Em segundo lugar, consta da carta o pedido para que se poupasse os rebeldes brancos e aqueles de origem indígena, já que o Império poderia precisar desses combatentes no futuro. O uso desse argumento, naquele contexto, pode ter sido algo inserido para fazer Caxias ser bem-visto pelas tropas farrapas, no entanto, pouco se atentou para o fato de o pedido em si ser pouco exequível. Em um combate noturno e caracterizado por cargas de cavalaria, não há como selecionar quem será ou não poupado durante a refrega. Isso só seria possível em relação a prisioneiros, algo que não foi explicitado no documento³⁴⁸. Por fim, e motivo mais relevante, esse tipo de procedimento era ação bem condizente com as estratégias utilizadas por Luiz Alves de Lima e Silva para espalhar discórdia e desunião entre seus inimigos. Deste modo, compartilha-se do entendimento de que o documento em análise teria sido forjado pelo coronel Francisco de Abreu com o beneplácito do comandante-em-chefe das forças imperiais³⁴⁹.

Tal como no Maranhão, o uso de suborno foi instrumento empregado por Caxias no Rio Grande do Sul, tendo sido, ainda, estimulado pelo governo central. No entanto, contrariamente ao ocorrido na província do norte, Luiz Alves de Lima e Silva não

³⁴⁸ Alguns autores, como Juremir Machado da Silva (2010), por exemplo, e alguns movimentos sociais basearam-se na batalha de Porongos para denunciar Caxias e Canabarro como racistas e culpados pelo massacre de diversos lanceiros negros durante a referida batalha. Como a presente tese parte do pressuposto de que não houve conluio entre Caxias e Canabarro, as acusações desses atores deixam de fazer sentido. Vale lembrar também que tanto Caxias quanto Canabarro atuaram ativamente para a manutenção do artigo 7º do Convênio de Ponche Verde, item que garantiu a liberdade para os escravos que combateram juntamente com os farrapos. Para maiores detalhes sobre essa discussão, conferir SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

³⁴⁹ As melhores discussões sobre a evolução historiográfica a respeito desse episódio foram encontradas em SILVA, 2010; SOUZA, 2008. pp. 512-527 e WIEDERSPAHN, 1980. pp. 69-79. Destaque para esse último autor que cotejou os principais argumentos dos diversos autores que estudaram a questão. SPALDING, op. cit., pp. 155-156 apenas resumiu o debate, remetendo a discussão a outra obra de sua autoria. Todos os estudiosos, com a exceção de Juremir Machado da Silva, consideram que a carta foi forjada após a batalha em Porongos e que Canabarro não traiu seus companheiros.

deixou registros nominais dos rebeldes que receberam dinheiro para abandonar a luta contra o Império³⁵⁰. A historiografia farroupilha conta com muitos autores gaúchos que contribuíram com pesquisas importantes sobre o movimento, como Walter Spalding, por exemplo. No entanto, pretendendo valorizar as características regionais da população do Rio Grande do Sul, muitos desses pesquisadores selecionaram eventos ou reproduziram falas, afirmações e acontecimentos que não puderam ter suas existências comprovadas por meio de fontes documentais. Duas passagens destacam-se nesse sentido: a primeira refere-se a uma suposta resposta de Canabarro a Juan Manuel de Rosas na qual teria dito ao argentino que “o primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais”³⁵¹. A segunda passagem tem autoria atribuída a Manuel Marques de Sousa e teria sido proferida em resposta à oferta de dinheiro feita a Vicente da Fontoura por Alves Branco, durante as negociações de paz na Corte no Rio de Janeiro. Natural do Rio Grande do Sul, Marques de Sousa teria dito que “meus patrícios não se vendem, senhor”³⁵². Ambas as falas demonstram altivez por parte dos rebeldes gaúchos e reforçam seus laços nacionalistas, dois sentimentos que foram revigorados propositadamente por ocasião da pacificação da província. Considerando que, em seu esforço para por fim à rebelião, Caxias foi autorizado por Clemente Pereira a utilizar-se de subornos e de pagamentos aos farroupilhas e tendo em vista o fato de não haver nenhum documento relatando as passagens acima transcritas, é provável que esses episódios tenham sido criados posteriormente à pacificação com o objetivo de fortalecer o brio e o nacionalismo brasileiro dos rebeldes gaúchos, mantendo e consolidando seus vínculos com o Império.

Para aumentar a eficiência de suas ações frente ao governo do Rio Grande do Sul, Luiz Alves promoveu mudanças e melhorias na administração civil e militar da Província. A exemplo do ocorrido no Maranhão, os cortes de gastos e a melhor alocação dos recursos deram resultados em pouco tempo. Nessa tarefa, Caxias contou novamente com o apoio de seu amigo e escritor Gonçalves de Magalhães. As batalhas realizadas nas coxilhas demandaram maior presença de Luiz Alves de Lima e Silva no interior da província em comparação ao ocorrido no Maranhão³⁵³. Por essa razão, a colaboração de Gonçalves de Magalhães na gestão civil do Rio Grande do Sul adquiriu maior

³⁵⁰ SOUZA, op. cit., pp. 412-413.

³⁵¹ CANABARRO, David. *apud* SPALDING, op. cit., p.157.

³⁵² SOUSA, Manuel Marques de. *apud* WIEDERSPAHN, op. cit., pp.85-86.

³⁵³ SOUZA, op. cit., p. 452.

importância e contribuiu de maneira significativa para o sucesso de Caxias. A atuação do poeta brasileiro foi de tal relevância que ele chegou a despachar em nome do Presidente da Província e trocou correspondências com o próprio Ministro da Guerra³⁵⁴.

O reestabelecimento dos fluxos de negócios da região foi medida importante para estimular a retomada das atividades econômicas. Além do estímulo financeiro decorrente dessa medida, com impactos diretos nas receitas do governo provincial, o reaquecimento da economia induziu deserções nas linhas rebeldes em favor da retomada de ocupações e ofícios vinculados ao comércio³⁵⁵. Os efeitos da melhora da economia puderam ser sentidos no interior do Rio Grande do Sul e produziram efeitos significativos sobre a população juntamente com a divulgação de informes e notas legalistas a respeito do que se passava na província. Para acabar com o monopólio farrapo da informação e construir imagem mais positiva do governo legalista, Caxias solicitou à Corte uma imprensa portátil para implementar uma guerra de propaganda contra os rebeldes. Clemente Pereira atendeu a sua solicitação, enviando-lhe ainda recursos financeiros e bélicos para a campanha³⁵⁶.

Na administração militar, Caxias reexaminou os gastos vinculados às tropas e acabou com significativa quantidade de pagamentos indevidos. Para esse fim, contou com a ajuda de seu colega de juventude Miguel de Frias. Major do Exército Imperial, Frias fugira para os Estados Unidos após antagonizar Caxias em 1832, no contexto das agitações posteriores à Abdicação de Dom Pedro I, tendo regressado ao Brasil, depois de alguns anos³⁵⁷. Convidado por Caxias para participar da expedição ao sul, Miguel de Frias retomou a carreira militar e assumiu o posto de quartel-mestre-general³⁵⁸. “Cabia a ele executar o corte de despesas recomendado pelo ministério. Em pouco tempo, descobriu *muitas espertezas* nas obras militares da região, além de ter identificado irregularidades no pagamento de oficiais. Tudo isso favorecia a imagem do barão (...)”³⁵⁹,

³⁵⁴ SOUZA, op. cit., pp. 413-418.

³⁵⁵ PEIXOTO, op. cit., p. 127.

³⁵⁶ SOUZA, op. cit., p. 418.

³⁵⁷ Para maiores informações sobre esse episódio, cf. MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. pp. 33-50.

³⁵⁸ PEIXOTO, op. cit., p. 126-127; SOUZA, 423-425.

³⁵⁹ MORAES, op. cit., p. 37; SOUZA, op. cit., p. 424.

Autores de obras laudatórias afirmam que Luiz Alves de Lima e Silva chegou a Porto Alegre com plena autonomia para atuar³⁶⁰. No entanto, os Presidentes de Província que lhe antecederam foram encarregados pelo governo central de negociar com os farrapos, tendo recebido orientações a respeito dos termos exigidos em um eventual futuro acordo de paz. O mesmo ocorreu em relação a Luiz Alves antes de partir para o Rio Grande do Sul. As instruções dadas por Clemente Pereira autorizaram Caxias a conceder anistia aos rebeldes que abandonassem as lutas e facultaram-lhe o uso de suborno para conseguir a defecção de lideranças do movimento. Em relação aos escravos que combateram junto aos republicanos, a única garantia dada pelo Império era de que eles não precisariam servir novamente sob o julgo de seus antigos senhores, se assim o desejassem³⁶¹. Clemente Pereira também orientou Luiz Alves a conduzir suas operações de modo a não afetar a política externa imperial para a região platina, a qual, naquele momento, era de neutralidade em relação aos eventos em curso no Uruguai e nas Províncias Unidas do Rio da Prata³⁶².

A atuação política do Barão de Caxias fica evidente ao se cotejar o teor das instruções reservadas que recebeu do governo central com os artigos finais do Convênio de Ponche Verde. Com a colaboração de Manuel Marques de Sousa, Luiz Alves analisou o contexto político e militar da região e decidiu adaptar o conteúdo das instruções recebidas da Corte, extrapolando o que lhe fora autorizado pelo governo central em alguns pontos e dando origem aos itens que fizeram parte do texto final do Convênio, conforme exposto a seguir³⁶³.

³⁶⁰ Dentre os autores laudatórios, pode-se citar CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do grande cidadão brasileiro: Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 78; COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Duque de Caxias*. São Paulo: Editora Três, 2001. p. 121; TINOCO, Brigido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956. pp. 77-79.

³⁶¹ SOUZA, op. cit., pp. 408-411; WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 12-18.

³⁶² SOUZA, op. cit., pp. 409-410; WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 49. Em 1843, a neutralidade do Império na região platina esteve ameaçada pela proposta feita pelo representante argentino no Rio de Janeiro, Tomás Guido, no sentido de firmar-se uma aliança entre a Confederação Argentina e o Império com vistas a expulsar Fructuoso Rivera e seus aliados do Uruguai e do sul do território brasileiro. Naquela ocasião, Rosas encontrava-se pressionado pelas intervenções inglesa e francesa em Buenos Aires e procurou apoio político no Brasil. Apesar de o acordo ter sido assinado por Dom Pedro II, o líder argentino não ratificou o compromisso por ele mesmo proposto já que, pouco tempo depois das tratativas bilaterais, as potências europeias desautorizaram as ações de seus representantes em Buenos Aires, fortalecendo assim o líder argentino. Como resultado, a aliança proposta com o Império perdeu importância para Rosas. Para maiores detalhes, cf. SOUZA, op. cit., pp. 467-471; WIEDERSPAHN, op.cit. 53.

³⁶³ SOUZA, op. cit., pp. 507-508; WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 16. Há uma série de documentos relacionados à pacificação final do Rio Grande do Sul cuja autenticidade é questionável. Na historiografia, as negociações finais para a assinatura do Convênio de Ponche Verde são tão polêmicas

De acordo com o teor dos artigos 3º e 8º das *instruções reservadas*, somente os oficiais do Império que aderiram ao movimento rebelde e posteriormente obtiveram anistia poderiam voltar às fileiras do Exército nacional, ocupando seus antigos postos. No entanto, o artigo 8º do Convênio estabeleceu que “oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos”³⁶⁴. Esse ponto pode ser exemplo da habilidade negociadora de Caxias já que, por intermédio de sua atuação, farrapos e governo central cederam em seus objetivos: de um lado, os comandantes farroupilhas desejavam inicialmente ser incorporados ao Exército Imperial em suas graduações de Brigadeiros juntamente com seus oficiais subordinados³⁶⁵, e, do outro lado, o governo central desejava excluir todos os oficiais rebeldes das fileiras de suas forças armadas. Nesse sentido, o artigo em questão representaria um compromisso entre as duas partes.

O artigo 5º das *instruções reservadas* estabeleceu que “escravos que fizeram parte das forças rebeldes (...) serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo Imperial, que lhes dará conveniente destino”³⁶⁶. No entanto, o texto do Convênio trouxe em seu artigo 7º que “Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou que nelas existam”³⁶⁷. Nesse aspecto, há um distanciamento significativo entre aquilo que a Corte determinou e o que Caxias pactuou com os rebeldes. Para atender aos dois lados, antes de remeter ao Rio de Janeiro cerca de 200 cativos, Caxias valeu-se do aviso de 19 de novembro de 1838, de Bernardo Pereira de Vasconcellos, e conseguiu liberdade para os negros que participaram do movimento farrapo. De acordo com o documento elaborado por Vasconcellos, os cativos das fileiras farrapas que se apresentassem às autoridades

quanto as dúvidas existentes sobre o episódio de Porongos. Como o objetivo deste capítulo não é aprofundar-se no movimento Farroupilha, mas tão somente apontar e analisar as habilidades negociadoras de Luiz Alves de Lima e Silva, optou-se por utilizar como apoio à pesquisa e às análises realizadas os documentos apresentados por WIEDERSPHAN (1980) às páginas 9 a 16 de seu livro. Nesse trecho, o referido autor apresenta quatro documentos: as condições aceitas pelas lideranças rio-grandenses para pacificação, as quais foram impressas e circularam pelo interior da província, à época; os artigos do que seria o Convênio de Ponche Verde, documento assinado pelo Barão de Caxias; uma relação curta, com apenas 4 cláusulas, das concessões feitas aos rebeldes farroupilhas e que talvez tenha circulado na Corte; o texto das *instruções reservadas* dadas ao Barão de Caxias pelo governo central. Dessa forma, as análises apresentadas a seguir basearam-se nos quatro documentos mencionados e reproduzidos no Anexo 1 desta tese.

³⁶⁴ BRASIL, Convênio de Ponche Verde. *apud* WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 11.

³⁶⁵ WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 89-90.

³⁶⁶ BRASIL, Instruções ao Barão de Caxias. *apud* WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 13.

³⁶⁷ BRASIL, Convênio de Ponche Verde. *apud* WIEDERSPHAN, op. cit., pp. 11.

imperiais seriam reconhecidos livres³⁶⁸. Desse modo, Caxias cumpria o determinado pelas *instruções reservadas* ao mesmo tempo em que garantia o que fora pactuado com os farrapos³⁶⁹.

Como último exemplo de distanciamento entre o que fora determinado pela Corte imperial e aquilo que fora acertado com os rebeldes, pode-se contrastar o artigo 7º das *instruções reservadas* com a cláusula 4º do Convênio de Ponche Verde. O documento emitido pela Corte dispôs que:

7º - O General-em-Chefe não deferirá a petição de reconhecimento da dívida contraída pelos rebeldes, quando, porém, apareçam estorvos à terminação da guerra por embaraços pecuniários da parte dos rebeldes, o mesmo General-em-Chefe é autorizado, para remover esses embaraços, a dispender, das quantias destinadas às despesas gerais da Guerra, até a quantia de trezentos contos de réis. Esta disposição só terá lugar depois da Anistia, e de depostas as Armas rebeldes, e finalmente quando o General-em-Chefe, em sua discricção, entender que há suficiente garantia para que seja eficaz o emprego da medida. O General-em-Chefe que dirigirá esta operação velará que ela seja concluída de modo que não possa haver reclamação alguma para o futuro. (BRASIL, Instruções ao Barão de Caxias. *apud* WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 13).

Já o texto do Convênio determinou que “fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresente, em um prazo preventório”³⁷⁰. A historiografia não esclarece a maneira por meio da qual Caxias conseguiu realizar o pagamento da dívida dos rebeldes, uma vez que se estimam os valores desses débitos como superiores aos trezentos contos de réis autorizados pela coroa. Sabe-se, no entanto, que os passivos farrapilhas foram pagos³⁷¹.

O distanciamento entre as *instruções reservadas* e os dispositivos do Convênio de Ponche Verde demonstra que Caxias foi significativamente além daquilo que lhe fora autorizado, havendo a possibilidade de tal procedimento ter sido consentido pelo governo central por outro meio que não o escrito. A escolha de Manuel Marques de Sousa para acompanhar a comitiva farrapa que foi ao Rio de Janeiro apresentar as condições para a deposição das armas não foi gratuita³⁷². O futuro Conde de Porto Alegre era um dos militares de maior confiança de Luiz Alves de Lima e Silva e

³⁶⁸ SOUZA, op. cit., 523; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 16-17.

³⁶⁹ WIEDERSPAHN, op. cit., p. 112.

³⁷⁰ BRASIL, Convênio de Ponche Verde. *apud* WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 11.

³⁷¹ SOUZA, op. cit., pp. 530-531; WIEDERSPAHN, op. cit., p. 110-111.

³⁷² SOUZA, op. cit., pp. 500-504.

certamente encarregou-se de transmitir aos ministros do governo central a avaliação de Caxias a respeito de tudo que se passava na província. Assim sendo, em seu retorno ao Rio Grande do Sul, é bem provável que Marques de Sousa tenha também levado a Luiz Alves instruções orais do Rio de Janeiro que lhe deram maior flexibilidade para negociar os ajustes finais do acordo de paz com os farrapos³⁷³.

As razões que levaram a Corte a aceitar os termos propostos pelos farrapos podem ter fundamento no contexto político da região platina. Como visto, a ameaça representada por Juan de Rosas foi evidenciada por Luiz Alves como fator capaz de regenerar a união dos farroupilhas com o Império e teve grande aceitação entre as lideranças rebeldes por ser motivação que daria um fim digno ao movimento. A apresentação de um inimigo comum e a “necessidade” de somar forças contra esse antagonista eram razões suficientes para justificar perante os subordinados farrapos a celebração de paz com o Império - inimigo contra o qual se combatia há quase dez anos. Parte considerável das tropas rebeldes era composta por empregados e agregados dos líderes farroupilhas. Tais pessoas vinculavam-se aos seus chefes por laços familiares de lealdade que atravessavam gerações. Após nove anos de combates, muitos desses empregados e companheiros perderam entes queridos em decorrência das batalhas contra o Império. Assim sendo, a deposição das armas sem uma razão suficientemente forte poderia ser ofensiva a esses combatentes. A apresentação de Rosas como perigo iminente também resolvia esse problema. Manuel Marques de Sousa pode ter apresentado esse mesmo fundamento às autoridades imperiais no Rio de Janeiro, já que a construção da narrativa de um inimigo comum, capaz de instar os dois lados que se combatiam a cerrar fileiras, não era desprovida de fundamento, tal como as guerras contra Oribe e Rosas comprovaram poucos anos depois, em 1851 e 1852.

A conjuntura platina também propiciava o prosseguimento das batalhas por razões econômicas. Ainda que não fossem inimigos dos farrapos, os líderes uruguaios e argentinos tinham interesse na continuidade da guerra civil no território rio-grandense por duas razões: a produção saladeira gaúcha estava sendo prejudicada e isso representava menos concorrência aos produtos argentinos e uruguaios; e as atividades bélicas no território brasileiro geravam lucros significativos decorrentes das vendas de montarias e de recursos materiais para as duas partes em conflito.

³⁷³ SOUZA, op. cit., pp. 509-511.

Inserido naquele contexto, Caxias percebeu a existência de uma rede de alianças entre os diversos caudilhos platinos que transpassava os limites das fronteiras nacionais³⁷⁴. Para se pacificar a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, era necessário retirar os líderes farrapos dessa intrincada teia, atraindo-os para a zona de influência do Império. Assim, a pacificação por meio do oferecimento de termos honrosos aos rebeldes seria benéfica ao país duplamente: em primeiro lugar, por cortar as alianças entre os farrapos e as forças de Fructuoso Rivera e de Madariaga³⁷⁵; em segundo lugar por incutir neles e em seus subordinados o sentimento de pertencimento ao Império e, até mesmo, de gratidão pelo estabelecimento de um acordo de paz digno e honroso. A apresentação desse arrazoado à Corte pode ter contribuído para que Caxias obtivesse flexibilidade nos termos que iria acertar com os farrapos.

Por fim, tal como fez no Maranhão, Caxias também instrumentalizou de modo político o Decreto Imperial de Anistia no Rio Grande do Sul. Enquanto na província do norte, Luiz Alves apresentou o documento que garantia a anistia aos rebeldes apenas depois de acalmar os ânimos da população local com celebrações e homenagens à declaração de maioria do Imperador, no sul, o exato teor dos termos do decreto nunca foi divulgado. A presente tese partilha da versão historiográfica segundo a qual Caxias optou por nunca divulgar o exato teor do decreto imperial, tendo apresentado seu conteúdo somente a David Canabarro e a Vicente da Fontoura. As razões para esse procedimento podem estar fundamentadas nos possíveis termos utilizados pelo Imperador para conceder a anistia, os quais, provavelmente, seriam considerados

³⁷⁴ A existência dessa rede pôde ser comprovada por Luiz Alves de Lima e Silva durante as negociações realizadas com os rebeldes e a insistência deles em apresentar a proposta do estabelecimento de vínculos federativos entre Rio Grande do Sul, Uruguai, Corrientes, Entre Rios e o Império. FERREIRA, op. cit., pp. 60-63; WIEDERSPAHN, op. cit., 56. Para maiores informações sobre algumas das correntes de pensamento e ideias políticas farroupilhas, cf. PADOIN, Maria Medianeira; PEREIRA, Alessandro de Almeida. *Os conceitos de República na Revolução Farroupilha (1835-1845) no contexto do processo de construção dos Estados nacionais e da nação na região fronteira platina*. In: NOVALES, Ana Frega. et al. orgs. *História Regiões e Fronteiras*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012. pp. 149-163.

³⁷⁵ CARDOSO, op. cit., p. 575; SOUZA, op. cit., p. 460-471; 487-489. Para uma visão mais ampla das relações políticas existentes na região platina, a partir da perspectiva de Entre Rios, conferir SAMPERE, Antonio Cuyas y. *Apuntes históricos sobre la provincia de Entre Rios en la República Argentina*. Mataró, Espanha: Establecimiento tipográfico de Feliciano Horta, 1889. pp. 105-112. Este autor foi responsável por negociar com o Império e com os colorados do Uruguai o Convênio de auxílio recíproco contra Juan de Rosas em nome de Justo Urquiza. Seu livro traz ainda o texto do referido convênio às páginas 325 a 330. Para a compreensão da inserção de Corrientes na rede econômica formada por essa província argentina, o Rio Grande do Sul, o Paraguai e o Uruguai, conferir CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Mexico – Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1991. pp. 87-89.

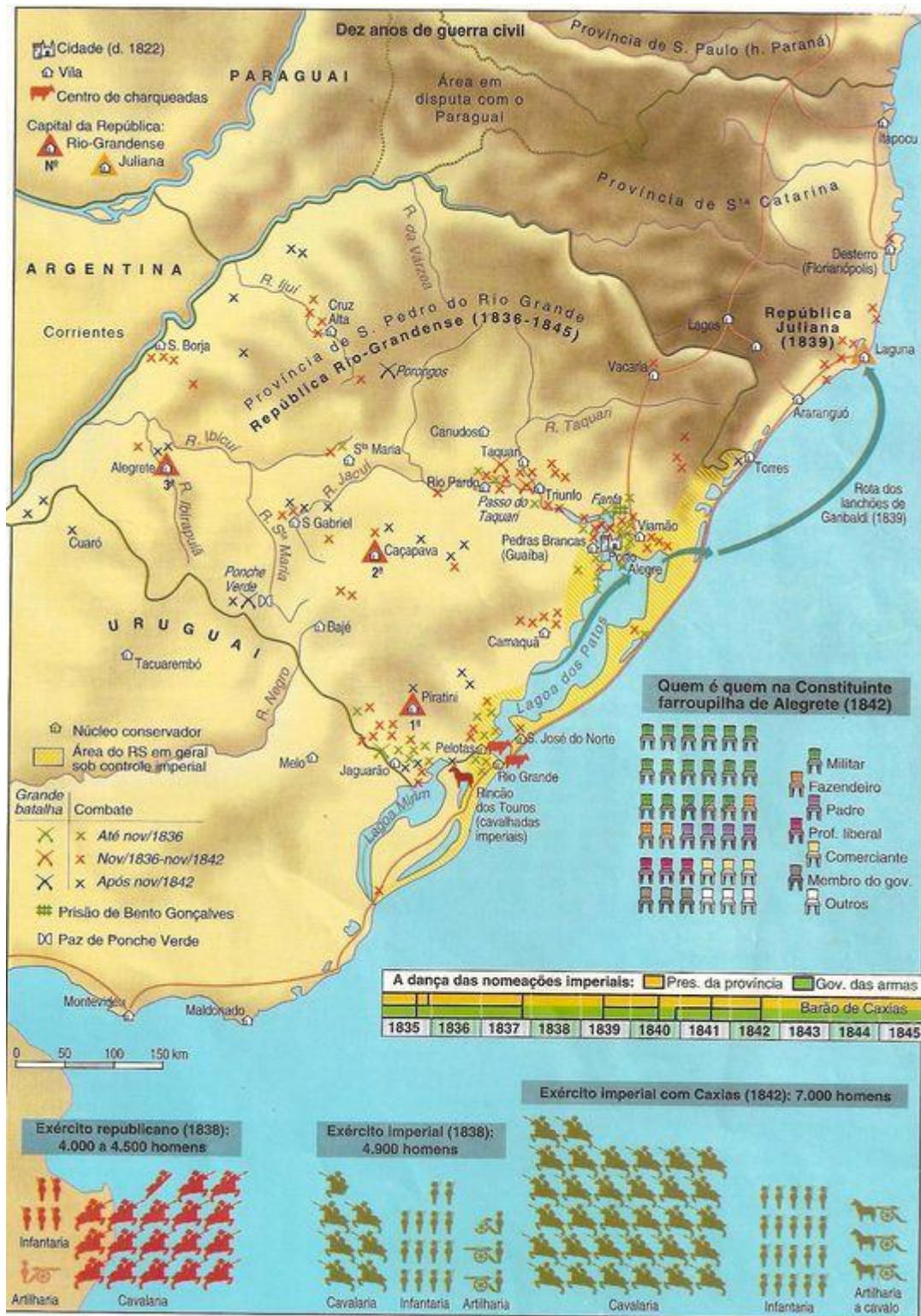
ofensivos pelos farrapos e prejudicariam o processo final de negociação entre os rebeldes e o Brasil³⁷⁶, conforme se pode verificar abaixo:

Recorrendo à minha imperial clemência aqueles de meus súditos que, iludidos e desvairados, têm sustentado na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma causa atentatória da Constituição Política do Estado, dos decretos de minha Imperial Coroa firmados na mesma Constituição e reprovado pela nação inteira; que leal e valorosamente se tem empenhado em debelá-la; e não sendo compatível com os sentimentos do meu coração o negar-lhes a paternal proteção a que os ditos meus súditos se acolhem arrependidos: Hei por bem conceder a todos, e a cada um deles, plena e absoluta anistia, para que nem judicialmente, nem por outra qualquer maneira, possam ser perseguidos ou de alguma sorte inquietados pelos atos que houverem praticado até a publicação deste decreto nas diversas povoações da referida Província. (BRASIL, 1844 *apud* WIEDERSPAHN, p. 123)³⁷⁷.

³⁷⁶ SOUZA, op. cit., 506-512; WIEDERSPAHN, op. cit., pp. 120-123. Tanto o texto das *instruções reservadas*, quanto o texto do Decreto Imperial de Anistia de 18 de dezembro de 1844 desapareceram após as negociações de paz entre os farrapos e o Império, sem que os rebeldes tivessem conhecimento do teor de ambos os documentos. Somente décadas mais tarde, o conteúdo de ambos foi revelado por meio de ações judiciais propostas pelo ex-farroupilha Domingos José de Almeida. Segundo Wiederspahn (1980), cópias dos dois documentos foram encontradas nos arquivos de José de Almeida. Os principais autores que chamam atenção para esse importante fato e discutem a questão são SILVA (2010), SOUZA (2008) e WIEDERSPAHN (1980). Diferentemente dos outros dois, Silva (2010) argumenta que o Decreto Imperial de 18/12/1844 foi enviado por Caxias à Câmara Municipal de Pelotas em abril de 1845, para conhecimento, e que seu teor tornou-se público após esse fato. Novamente, como o objetivo da presente Tese não é aprofundar nas polêmicas historiográficas atinentes ao movimento farroupilha, optou-se por apontar essa relevante discrepância entre os autores, mas compartilhar da versão adotada por SOUZA (2008) e WIEDERSPAHN (1980), segundo a qual o documento de Dom Pedro II não foi divulgado.

³⁷⁷ Esse seria o texto do Decreto Imperial de 1844.

MAPA 2



Fonte: ZIGOTTO, Giovanni. *Estudo crítico da história do Rio Grande do Sul. Parte 13.*

4.4 – Considerações finais

Após analisar a atuação de Caxias em dois contextos distintos, nos quais combateu movimentos de características diferentes e cujos líderes pertenciam a camadas sociais diversas, pôde-se notar certa semelhança nas medidas adotadas para debelar as duas insurreições. Em primeiro lugar, sabendo da importância de aliar o comando político ao controle militar das tropas legalistas da província, Luiz Alves de Lima e Silva logrou ser nomeado cumulativamente para os cargos de Presidente da Província e de Comandante de Armas nas duas oportunidades. Como visto, a concentração de poder político e militar nas mãos de um único nome evitava desentendimentos entre duas autoridades e conferia maior eficácia às medidas civis e militares necessárias à pacificação.

Com a unidade de comando, Caxias implementou mudanças significativas nas burocracias civil e militar do Maranhão e do Rio Grande do Sul. Em coordenação com a assembleia legislativa da província do norte e com o suporte administrativo de Gonçalves de Magalhães na província do sul, Luiz Alves reordenou as finanças dos dois governos, executou obras e racionalizou gastos, conseguindo canalizar mais recursos financeiros e materiais para as ações de combate aos rebeldes.

Enquanto no Maranhão Caxias valeu-se de uma rede de contatos favorável e previamente montada por seu tio e por seu pai, no Rio Grande do Sul a rede estabelecida por sua família estava comprometida com o movimento rebelde. Assim, sua falta de penetração social foi compensada por meio da aproximação com oficiais legalistas, como Bento Manuel, Manuel Marques de Sousa e Manuel Luís Osório. Posteriormente, sua rede ampliou-se, abarcando também lideranças que participaram do movimento farroupilha, como Bento Gonçalves, David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura.

A estratégia de construir uma imagem de agente neutro foi utilizada nas duas províncias pacificadas. No Maranhão, a execução dessa figuração foi mais eficaz pelo fato de Luiz Alves ter combatido rebeldes que não faziam parte da elite local. No Rio Grande do Sul esse estratagema teve de ser adaptado. Como os farrapos eram parte da elite e propuseram a separação do Império, Caxias era um agente do Brasil e não poderia parecer completamente neutro na avaliação dos dois lados em combate. Desse

modo, Luiz Alves manteve-se sempre disposto a negociar com os rebeldes, chamou a atenção deles para a existência de um agente externo ameaçador, que poderia prejudicar os interesses do Império e dos farrapos, e absteve-se de tirar proveito de sua vantagem militar durante as negociações finais para o Convênio de Ponche Verde.

A criação de intrigas entre os líderes rebeldes, o uso de espias e a disseminação de contrainformações foi outro fato comum nas duas campanhas. Tanto no Maranhão quanto no Rio Grande do Sul, Luiz Alves aliciou revoltosos, como Francisco Pedrosa e Bento Manuel, por exemplo, subornou e indisps lideranças rebeldes entre si utilizando dos meios de que dispunha e chegando até a forjar documentos para esse fim.

Os usos dos Decretos de anistia também tiveram importância para o processo de pacificação das duas províncias. No Maranhão, antes de publicar o Decreto Imperial, foi necessário serenar os ânimos por meio de festas em homenagem ao Imperador. No Rio Grande do Sul, em decorrência dos termos utilizados, foi necessário fazer referência ao Decreto de anistia, mas sem divulgar seu teor. Como o conteúdo poderia ser considerado insultante pelos farroupilhas, Caxias mostrou o documento somente a David Canabarro e a Vicente da Fontoura.

A adoção de procedimentos similares nas duas missões pacificadoras revela que Luiz Alves de Lima e Silva não era apenas um militar dedicado e capaz de manobrar com eficiência suas tropas nos campos de batalha. Ao se destacar esse conjunto de ações e procedimentos, obtém-se uma melhor compreensão a respeito do modo de agir de Caxias e uma maior capacidade para enquadrar e dimensionar suas atuações militares e políticas. Ao contrário do que quantidade significativa de seus biógrafos afirmou, a política não andava a reboque de seus feitos de campanha. Os dois âmbitos eram confluentes em diversos aspectos, não constituindo arenas estanques de atuação. Luiz Alves buscava planejar e adotar diversas medidas que pudessem fornecer-lhe vantagens para atingir os objetivos que tinha em mente. Tais medidas poderiam ser uma reforma administrativa, a limpeza de rios e canais ou a tomada, por meio do uso da força, de uma cidade estratégica que se encontrava nas mãos de rebelados. Assim, ações civis, administrativas, políticas e militares faziam parte de um rol de possibilidades e eram adotadas conforme a necessidade de cada situação e contexto.

Subjacente à atuação militar de Caxias sempre houve objetivos políticos: pacificar províncias; contribuir para a implementação do projeto de Estado Saquarema; obter promoções na carreira ou titulações nobiliárquicas; firmar o nome da família entre

a nobreza da corte; e adentrar o mundo político exercendo influência nos destinos do país são alguns exemplos. O desejo de muitos autores de louvar os feitos militares de Luiz Alves de Lima e Silva por meio de obras laudatórias – por admiração sincera ou para contribuir com um projeto institucional específico – desvirtua o peso de suas ações políticas e ignora importante aspecto de sua personalidade. Longe de ser um fardo, a política estava presente em suas relações cotidianas e nos cálculos que fazia para tomar decisões. Tanto assim que Caxias elegeu-se deputado pelo Maranhão, ao final de sua missão naquela província. Após a pacificação do Rio Grande do Sul, o Imperador ordenou a realização de eleições gerais na província e Luiz Alves não perdeu a oportunidade de concorrer a uma cadeira no Senado, tendo obtido sucesso nesse propósito graças a sua popularidade e à atuação de correligionários como Manuel Luís Osório, por exemplo, militar amigo a quem o já Conde de Caxias solicitou apoio.

A investidura de Luiz Alves de Lima e Silva no mandato vitalício de Senador garantiu sua entrada no círculo restrito da alta política Imperial, permitindo-lhe participar dos debates no parlamento nacional e influir nas principais decisões do país. Tendo estabelecido ampla rede de contatos e de amizades no Rio Grande do Sul, o Conde de Caxias deixou a província em 1846, depois de ter sido reconduzido pelos farrapos à Presidência daquela unidade, nos termos do artigo 1º do Convênio de Ponche Verde³⁷⁸. Em remuneração aos serviços prestados, obteve ainda promoção na carreira militar e ascensão nobiliárquica.

Munido dos subsídios e das informações que angariou durante o tempo que passou no Rio Grande do Sul, Luiz Alves de Lima e Silva retornou ao Rio de Janeiro, ciente da configuração política na região platina, marcada pela rede complexa de alianças políticas cujos vínculos transpunham os limites das fronteiras dos Estados nacionais. À parte, até aquele momento, sem se aliar a nenhum dos grupos, o Império manteve neutralidade em sua política externa para o Prata até 1851, quando Caxias foi novamente nomeado para a Presidência do Rio Grande do Sul e comandou as forças

³⁷⁸ SPALDING, op. cit., pp. 161-165. A indicação pelos ex-farrapos do nome de Caxias para a Presidência do Rio Grande do Sul garantiu a eles o cumprimento dos termos dispostos no Convênio de Ponche Verde. Ainda que Luiz Alves de Lima e Silva tenha deixado excelente impressão junto às lideranças farroupilhas, principalmente pelo modo como conduziu as negociações finais da pacificação, a indicação de seu nome para continuar a frente do governo local foi a maneira encontrada pelos republicanos de não impor um nome hostil aos gaúchos que se mantiveram fieis ao Império e garantir, ao mesmo tempo, a execução dos termos acordados com governo central. Na maioria das biografias sobre Caxias lançadas no século XX, os autores atribuem tal fato a um sentimento de gratidão dos rebeldes em relação a Luiz Alves de Lima e Silva o que pode até ter existido, mas não parece ser o motivo principal para sua recondução à chefia do executivo provincial.

imperiais nas guerras contra Oribe e Rosas. Além de auxiliar o Império a por fim ao regime autoritário de Rosas, os conhecimentos sobre a política platina do então Conde de Caxias também contribuíram para basear as ações do país na guerra contra Solano López, anos mais tarde.

Pacificado o território nacional e centralizado o poder político no Rio de Janeiro, a primeira contribuição de Luiz Alves de Lima e Silva à política externa do país foi eliminar óbices e constrangimentos domésticos que afetavam negativamente a capacidade de atuação internacional do Império. Resolvidas as questões internas, o país passou a contar com maior disponibilidade de recursos financeiros e materiais internos, os quais poderiam ser canalizados para a política externa quando o contexto mais oportuno ou necessário surgisse. Nesse sentido, após a pacificação doméstica do Império, Caxias passou a auxiliar a identificar e a eliminar os fatores externos que poderiam ameaçar a integridade do país. Para tanto, atuou nos campos de batalha e nos principais centros de decisão política: o parlamento nacional e o executivo do governo central. Sua atuação nesses âmbitos tiveram repercussões e influências diretas na política externa do Império, como se passa a averiguar.

4.5 – Iconografia



Manoel Felizardo de Souza e Mello. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 419. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3520/1/011391_IMAGEM_040.jpg >.



Bento Manuel Ribeiro. Disponível em <
<http://dvr18151823.blogspot.com/2018/09/exercito-do-brasil-bento-manuel-ribeiro.html>
>. Acesso em 1º de outubro de 2018.

Capítulo 5 - A política externa do Império para o Prata e o segundo Gabinete Caxias (1861-1862)

Tendo o governador de Buenos Aires formalmente declarado a intenção de fazer guerra ao Brasil, contraí com a República Oriental, e com os Estados de Entre Rios e Corrientes uma nova aliança, em virtude da qual lhes prestei auxílios, a fim de, destruído o poder pessoal do mesmo governador, e constituída e organizada a Confederação Argentina, cultivar com esta aquelas relações políticas e de boa vizinhança que tanto convêm a ambos os países (...). – Dom Pedro II³⁷⁹.

5.1 – Introdução

Até o final da década de 1840, no âmbito doméstico, Luiz Alves de Lima e Silva colaborou para o estabelecimento dos fundamentos do programa de Estado do Partido Conservador, lutando para eliminar todo tipo de ameaça interna à consolidação dessa ordem. Como consequência, o Brasil conseguiu unificar sua elite dirigente em torno de diretrizes sócio-políticas básicas antes dos demais países platinos. A partir de 1850, o Império obteve condições de concentrar maiores recursos de poder na defesa de seus interesses externos e no enfrentamento de eventuais ameaças internacionais. Como visto, Caxias foi ator fundamental nesse processo de consolidação da autoridade do governo central e de concentração de poder no Rio de Janeiro o que propiciou, em um segundo momento, a liberação e a canalização de recursos bélicos e financeiros para a política externa.

Os efeitos do processo de consolidação do Estado imperial repercutiram na região platina em pouco tempo. Após contribuir para a eliminação das ameaças domésticas, Luiz Alves passou a atuar contra as ameaças externas ao projeto Saquarema. Para se compreender sua atuação nesse segundo momento, torna-se necessário analisar a configuração política dos Estados da bacia do Prata e a distribuição de poder relativa entre eles no período de 1840 a 1860. Como visto no capítulo 1, as variáveis independentes que condicionaram a atuação externa do Império e dos demais países da região são compostas pela distribuição relativa de poder entre cada um desses atores. Ao se analisar a configuração regional da capacidade econômica, política e bélica das nações platinas, poder-se-á melhor compreender as razões que levaram o

³⁷⁹ *apud*, BRASIL. *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. pp. 283-284.

Brasil a abandonar uma política externa caracterizada pela neutralidade para adotar uma posição internacional de forte intervenção no Rio da Prata.

Em seguida, buscar-se-á entender como Luiz Alves de Lima e Silva conduziu o governo central e a política externa do Império durante o período em que foi Presidente do Conselho de Ministros pela segunda vez, entre 2 de março de 1861 e 24 de maio de 1862. Como visto, ao longo do século XX, o processo de construção da imagem de Caxias buscou reforçar seus atributos militares e ocultar sua atuação política. Tanto no Gabinete de 2 de março de 1861, quanto no Gabinete de 25 de junho de 1875, parcela da historiografia nacional minimizou a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva a frente do Executivo central, atribuindo a seus governos nomenclaturas compostas, remetendo assim a existência de uma suposta gestão compartilhada. No primeiro caso, alguns estudos denominam sua administração como “Gabinete Caxias-Rio Branco”. No segundo caso, há referências ao “Gabinete Caxias-Cotegipe”. Como algumas das justificativas para essas nomenclaturas apresentam argumentos que replicam a visão laudatória das obras já mencionadas anteriormente, cujos autores conferem a Luiz Alves de Lima e Silva desinteresse por assuntos relacionados à política, o presente trabalho considerou essas explicações insatisfatórias³⁸⁰. Dessa forma, não se partilha da perspectiva de que, após tomar para si a pasta da Guerra, Caxias teria delegado todos os demais assuntos – inclusive os de articulação política – para a coordenação de outra pessoa, nos casos em análise, a José Maria da Silva Paranhos entre 1861 e 1862 e a João

³⁸⁰ VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T.A. Queiroz, editor, 1991. pp. 214-215 é exemplo de estudo que imputa a Caxias falta de interesse por assuntos políticos. Como se trata de uma biografia sobre José Maria da Silva Paranhos, o interesse em valorizar a atuação desse estadista durante o segundo Gabinete Caxias é compreensível, embora seja questionável. A própria biografia do Visconde do Rio Branco escrita por seu filho, o Barão do Rio Branco, retratou Paranhos como “líder parlamentar” subordinado ao Presidente do Conselho de Ministros de então. Para maiores detalhes, conferir: RIO BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940, pp. 79-93. A biografia de Nabuco de Araújo escrita por seu filho, Joaquim Nabuco, também minimiza a liderança de Caxias na função de Presidente de Conselho de Ministros. Vale ressaltar, no entanto, que Nabuco de Araújo já figurava em campo político oposto ao de Caxias em 1862 e que, quando Joaquim Nabuco elaborou a biografia do pai, há grande chance de ele ter consultado o livro do Padre Joaquim Pinto de Campos, cuja primeira publicação ocorreu em 1878, para extrair dali informações sobre Luiz Alves de Lima e Silva. A capacidade de articulação política de Caxias, no entanto, era bem conhecida pelo Imperador Dom Pedro II e por seu genro, Conde d’Eu, conforme relatado pelo príncipe consorte a seu pai, por meio de carta. Quando da visita do Imperador a Uruguaiana, o soberano temia que Caxias retornasse à corte antes de si e desestabilizasse por meio de articulações políticas o Gabinete Progressista então no poder, tendo em vista o estado de desorganização do exército brasileiro com que se deparou o então Marquês. Para maiores informações sobre esse episódio, conferir MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. pp. 111-112.

Maurício Wanderley entre 1875 e 1878³⁸¹. Apesar de esses dois políticos conservadores serem grandes amigos de Luiz Alves, tal procedimento significaria a abstenção por parte de Caxias do exercício da Presidência do Conselho de Ministros o que não parece ser razoável, dado o poder discricionário do Imperador para escolher outro nome interessado na função inerente a esse cargo.

Como se verá, Luiz Alves buscou estabelecer amplas bases políticas de conciliação na condução de seus Gabinetes. Isso não quer dizer, no entanto, que, nessas ocasiões, tenha renunciado à direção política do governo ou tenha recusado a realizar a coordenação administrativa dos ministros. Como todo chefe de governo, Caxias escolheu seus colaboradores de acordo com a confiança que lhes atribuía. Os nomes selecionados partilhavam de uma base comum de princípios que norteavam o programa de governo apresentado e cujas ações deveriam ser submetidas ao crivo de Luiz Alves e de Dom Pedro II. Por isso, pode-se afirmar que a política externa imperial foi executada sob a supervisão e com o beneplácito de Caxias nos períodos entre 2 de março de 1861 e 24 de maio de 1862 e, depois, entre 25 de junho de 1875 e 5 de janeiro de 1878³⁸².

5.2 – A mudança da política externa do Império para o Prata

A distribuição de poder entre os países da região platina passou por diferentes configurações e equilíbrios ao longo dos anos. Durante o período colonial, Portugal e Espanha disputaram o controle de acesso à foz do rio da Prata; o domínio sobre a navegação dos rios que compõem a bacia platina; e a posse da região em torno dos afluentes desse sistema hidrográfico. Para a Espanha, tratava-se de defender o comércio e o transporte de metais preciosos extraídos do Alto Peru, para Lisboa, a expansão rumo

³⁸¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império. NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, pp. 74-75;

³⁸² Entre 14 de junho de 1855 e 4 de maio de 1857, Caxias desempenhou a função de Ministro da Guerra do Gabinete da Conciliação, chefiado pelo Marquês do Paraná. No próximo capítulo, seu desempenho a frente da referida pasta será brevemente considerado para fins de melhor compreensão do contexto anterior à guerra contra Solano López. Já as funções de Presidente do Conselho de Ministros desempenhadas por Luiz Alves entre 3 de setembro de 1856 e 4 de maio de 1857 não serão profundamente analisadas na presente Tese. Como se sabe, após a morte inesperada de Honório Hermeto Carneiro Leão, vitimado por febre amarela, o Gabinete da Conciliação passou a ser conduzido por Luiz Alves de Lima e Silva, a pedido de Dom Pedro II, até a realização das eleições para a nova legislatura. Assim, não se trata de um governo planejado por Luiz Alves e executado segundo suas diretrizes, embora Caxias tivesse muita afinidade com as concepções do Marquês do Paraná e, talvez por isso, tenha sido escolhido pelo Imperador para conduzir o governo central durante esse breve interregno. HOLANDA, 2010, pp. 54-57.

à bacia platina significava a possibilidade de auferir algum lucro com o contrabando de bens, ouro e prata originários do território espanhol, além de garantir acesso a parte de suas possessões no Mato Grosso, por meio da livre navegação nos rios daquela região. A fundação da Colônia do Sacramento em 1680, defronte a Buenos Aires, foi ação geopolítica motivada por tais objetivos³⁸³.

Entre 1750 e 1801, o equilíbrio na região pendeu favoravelmente a Espanha. Após o Tratado de Madri (1750), o Tratado de Santo Idelfonso (1777) foi extremamente desfavorável às pretensões portuguesas na bacia platina, enquanto o Tratado de Badajoz (1801) melhorou um pouco a posição lusitana na região de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ao longo desse período, verificou-se contínua e relevante infiltração de luso-brasileiros na direção sul e leste das margens do rio Uruguai, ameaçando o domínio espanhol sobre aqueles territórios. Após a chegada da família real portuguesa, a região denominada Banda Oriental foi incorporada às possessões lusitanas sob o nome de Província Cisplatina e o equilíbrio naquela área passou a pender favoravelmente a Portugal³⁸⁴.

Com a emancipação do Brasil, a posição militar do Império na Cisplatina fragilizou-se, já que as tropas que se mantiveram fiéis a Lisboa foram expulsas da Província. Ademais, as guerras de independência e as insurreições em diversas partes do país dificultaram a concentração de forças em um único ponto. Após três anos de guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 27 de agosto de 1828, Dom Pedro I concedeu independência à Província Cisplatina, nos termos da cláusula primeira da Convenção Preliminar de Paz celebrada com os argentinos, “para que possa constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer Nação debaixo da forma de governo que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades e recursos”³⁸⁵.

Entre 1808 e 1850, o Brasil atravessou período de grande agitação interna, como visto no capítulo 2. Diversos projetos políticos competiram entre si até a sobreposição do programa Saquarema sobre os demais. Por meio de debates no Parlamento e do uso da força, os conservadores compeliram as lideranças políticas do país a aceitar a

³⁸³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995. pp. 43-52.

³⁸⁴ BANDEIRA, op. cit., pp. 53-63.

³⁸⁵ BRASIL, *apud* SILVA, Luiz Manoel de Lima e. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956. p. 230. O texto completo do referido Convênio encontra-se às páginas 229-237 da referida obra.

prevalência das diretrizes básicas de suas concepções de Estado³⁸⁶, levando a elite nacional da época a convergir para um consenso mínimo, capaz de gerar governabilidade ao país. Como resultado, em 1850, o Brasil encontrava-se territorialmente unificado, sob um governo central forte e dotado de uma ordem doméstica condizente com os interesses econômicos e sociais dos grandes agentes agrário-exportadores, que faziam uso intensivo de mão-de-obra escrava. A pacificação interna e o funcionamento das instituições políticas propiciaram ao Império as condições necessárias para defender seus interesses no âmbito externo.

O contexto político-social prevalecente nas Províncias Unidas argentinas era bem diverso. Quando criado, em 1776, o Vice-Reino do Rio da Prata era composto pelos territórios que hoje pertencem a Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e algumas parcelas do Brasil. Após o início do processo de independência, Buenos Aires tentou manter sob seu controle todo esse território. Como as tropas enviadas ao Alto Peru e ao Paraguai foram vencidas pelas lideranças locais daquelas regiões, o intento de manter unido o antigo Vice-Reino não obteve sucesso³⁸⁷. Assim, por volta de 1820, a área que hoje perfaz a Argentina era um conjunto de províncias autônomas que debatiam entre si sobre o modelo de Estado e o sistema de governo mais adequados para o país. Um dos principais fatores a dificultar o estabelecimento de um consenso entre as lideranças argentinas era a existência de conflitos de interesses entre Buenos Aires e as demais províncias, com destaque para as costeiras aos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, como era o caso de Entre Rios, Corrientes e Santa Fé³⁸⁸. As desavenças entre federalistas e unitários, que se prolongaram por boa parte do século XIX, fundamentaram-se sobre a destinação das rendas alfandegárias do porto de Buenos Aires e sobre a implementação de programas e ideologias políticas concorrentes, havendo percepções distintas sobre os modelos de federalismo, unitarismo e confederalismo entre as lideranças do país³⁸⁹. Apesar de Juan Manoel de Rosas ter imposto sua hegemonia sobre o conjunto das províncias, esse caudilho pouco contribuiu para estabelecer um marco formal sobre o

³⁸⁶ Para maiores detalhes sobre o processo de consolidação do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX, bem como sobre as características do projeto político Saquarema, conferir o capítulo 2.

³⁸⁷ CERVO, Amado Luiz, A *dimensão regional e internacional da independência*. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp. 82-87; 101-104; FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006. pp. 24-31.

³⁸⁸ FERREIRA, op. cit., pp. 32-33.

³⁸⁹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la nación argentina*. Villa Ballester: Compañía Editora Espasa Calpe, 1997. pp. 231-246.

qual se estabelecesse uma unidade nacional para o Estado argentino³⁹⁰. Por essa razão, entre 1831 e 1853, as Províncias Unidas do Rio da Prata permaneceram ligadas umas às outras por laços confederativos, já que não havia consenso político capaz de estipular os vínculos formais mais adequados para a união das diversas unidades daquela nação³⁹¹.

Tal como ocorrido no Brasil e na Confederação argentina, o contexto político do Uruguai foi significativamente conturbado durante a primeira metade do século XIX. Como visto, o território que compreendia a Banda Oriental foi incorporado ao Império português e, em seguida, ao Império do Brasil. A partir de 1828, depois de sua independência, o Uruguai passou a enfrentar disputas internas pelo poder. Rivera e Lavalleja lutavam entre si pelo controle do novo Estado e, para atingir seus objetivos, contavam com uma rede de alianças regionais que transcendiam as fronteiras dos países da região³⁹².

El fenómeno observado por Paz y por Sarmiento en la República Argentina es, en gran parte, extensivo al Uruguay. En las dos bandas del Plata, el hecho esencial es el mismo, aunque revista formas y aspectos diferentes.

Este estado social del país es lo que determina: por una parte los bandos tradicionales de blancos y colorados; por otra, el antagonismo de caudillos y de doctores. Esta doble oposición es lo que mueve toda la historia del país de 1830 en adelante. (FELDE, 1919, p.141.)

Gradualmente, as disputas políticas intensificaram-se no Uruguai, levando Rivera a declarar guerra contra Rosas, ato que deu início ao que a historiografia denominou “Guerra Grande”. Iniciados em 1839, os conflitos armados envolveram lideranças das Províncias argentinas de Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios e Santa Fé,

³⁹⁰ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, *Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX*. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp. 177-178; FERREIRA, op. cit., p. 36.

³⁹¹ FERREIRA, op. cit., pp. 34-35.

³⁹² BANDEIRA, op. cit., pp. 82-83. Enquanto Rivera cerrou fileiras com lideranças anti-Rosas, como Lavalle e outras figuras de Corrientes e Entre Rios, Oribe e Lavalleja associaram-se ao ditador argentino. Como já mencionado no capítulo anterior, as lideranças sul-rio-grandenses também se vincularam aos polos desta rede de alianças. Enquanto Bento Manoel era próximo de Rivera, Bento Gonçalves uniu-se a Oribe em um primeiro momento. Posteriormente, com o desenvolvimento da revolta farrapa, Bento Gonçalves e David Canabarro passaram a negociar com Rivera. Essa proximidade só foi quebrada quando Caxias deixou claro aos rebeldes que não admitiria qualquer tipo de negociação que envolvesse Rivera ou outras lideranças que não fossem brasileiras. Cf. Capítulo 4 e FERREIRA, op. cit., p. 61.

além dos caudilhos uruguaios, terminando apenas em 1851, após a intervenção brasileira no território da antiga província Cisplatina³⁹³.

De modo diverso aos acontecimentos verificados no Brasil, na Argentina e no Uruguai, a consolidação do Estado paraguaio não envolveu disputas entre grupos rivais no âmbito doméstico. Desde o início do processo político de independência do Vice-Reino do Rio da Prata, Assunção buscou manter sua autonomia em relação a Buenos Aires. Depois do fracasso da missão armada enviada pelos portenhos com o objetivo de submeter os paraguaios, em maio de 1811, José Gaspar Francia buscou isolar a região controlada por si, mantendo neutralidade em relação aos conflitos que envolviam seus vizinhos. Em 1844, o Brasil reconheceu a independência do Paraguai, por meio da missão conduzida por Pimenta Bueno, ato que gerou forte protesto do governo de Buenos Aires³⁹⁴. Assim, a consolidação doméstica do Estado paraguaio não se caracterizou por grandes perturbações³⁹⁵. Os motivos que causaram o conflito militar entre Assunção e seus vizinhos, na década de 1860, foram as demarcações das fronteiras internacionais e as negociações relacionadas à navegação dos rios que adentram o território paraguaio.

Assim, percebe-se que, durante o processo de formação e consolidação dos novos Estados e de suas instituições, a existência de diversos projetos políticos defendidos por grupos rivais causaram agitações e conflitos armados no âmbito doméstico desses países. Enquanto no Brasil tais disputas chegaram ao fim em 1850, na Argentina e no Uruguai os conflitos se prolongaram pela segunda metade do século XIX, intercalando-se com períodos curtos de relativa estabilidade interna. Consequentemente, o Império passou a desenvolver-se de forma mais célere que seus vizinhos, obtendo condições políticas e militares para promover e defender seus interesses no âmbito regional. Como a política doméstica brasileira caracterizava-se pela alternância de poder entre os partidos Conservador e Liberal e como a ordem interna estava assegurada por um governo central forte, os membros da elite do país

³⁹³ LYNCH, John. *As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*, volume III. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 2009. pp. 672- 673.

³⁹⁴ SOARES DE SOUZA, José Antônio. *O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 5, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 154-155.; TEIXEIRA SOARES, Alvaro. *A diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda, 1955. p. 104.

³⁹⁵ LYNCH, op. cit., pp. 680-682; CERVO, 1998. pp. 106-109.

passaram a ter uma visão de superioridade em relação às ainda conturbadas repúblicas hispânicas³⁹⁶:

(...) Império do Brasil, onde o Estado unitário, sob a monarquia constitucional, preservava a paz interna, a ordem social, a estabilidade do regime político, a segurança da propriedade e a liberdade de negócios, fatores essenciais à expansão do capitalismo, que significava civilização, de acordo com o código ideológico da época. A consciência da superioridade do desenvolvimento do Brasil, como Estado, em relação aos demais países da Bacia do Prata, ainda sob o comando do “elemento gaúcho”, sinônimo de bárbaro, para Domingo Sarmiento, era comum aos políticos do Segundo reinado (...). (BANDEIRA, 1995, p. 160).

Com o Estado monárquico consolidado e com a ordem doméstica garantida, dois fatores levaram o governo central a manter, por mais algum tempo, a política de neutralidade em relação às questões envolvendo o Uruguai e a Confederação das províncias argentinas: a necessidade de tempo para planejar e preparar uma intervenção na região; e a adoção de medidas capazes de neutralizar possíveis reações contrárias das potências europeias. Desde a independência dos países sul-americanos, a Grã-Bretanha atuou no continente negociando acordos de comércio em troca do reconhecimento da soberania dos novos Estados³⁹⁷ e oferecendo seus bons ofícios para intermediar conflitos³⁹⁸. A França também se fez presente na América do Sul, mas de forma mais irregular e tardia que os britânicos³⁹⁹.

Durante a década de 1840, os principais pontos de tensão entre Brasil e Grã-Bretanha basearam-se no tráfico negreiro e na decisão brasileira de não renovar os acordos comerciais que conferiram aos britânicos taxas alfandegárias especialmente baixas e garantiam-lhes a cláusula de nação mais favorecida⁴⁰⁰. Como necessitava

³⁹⁶ ALENCAR, José de. *O marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867. p. 14; CERVO Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 59; FERREIRA, op. cit., pp. 86-87.

³⁹⁷ Como foi o caso do reconhecimento da Independência do Brasil por parte de Londres.

³⁹⁸ Tal como ocorreu em 1828, por ocasião da Guerra que opôs o Brasil e a Confederação das províncias argentinas, dando origem ao Uruguai.

³⁹⁹ A França atuou contra a Argentina, em 1838. Naquela oportunidade, a esquadra francesa bloqueou o porto de Buenos Aires e deu suporte às forças de Rivera no Uruguai. O fortalecimento dos colorados orientais foi um dos fatores que contribuiu para o início da “Guerra Grande”. Os efeitos negativos sobre o comércio regional, somados aos protestos ingleses, levaram a França a reconsiderar sua atuação. Em 1840, o Barão de Mackau celebrou com Rosas convenção que pôs fim ao conflito entre os dois países, o que representou uma vitória diplomática do ditador argentino. FERREIRA, op. cit. pp. 95-117.

⁴⁰⁰ A cláusula de “nação mais favorecida” significa que a tarifa mais baixa aplicada ou concedida a qualquer tempo e a qualquer país passa automaticamente a vigorar para a nação que tiver um acordo com a referida cláusula. Em outras palavras, trata-se de uma garantia de que os exportadores de um país não

umentar suas receitas públicas, o governo central brasileiro elevou as taxas de importação sobre todos os produtos estrangeiros em 1844, implementando o que ficou conhecido como “Tarifas Alves Branco”. Essa nova política fiscal gerou significativa insatisfação em Londres⁴⁰¹.

A crise com o Reino Unido instalou-se quando o Brasil, após aplicar as Tarifas Alves Branco, decidiu ainda revogar o tratado luso-britânico de 1817 que permitia à marinha da rainha Vitória realizar apreensões e inspeções em navios suspeitos de tráfico de escravos⁴⁰². Em resposta, o parlamento daquele país aprovou o *Bill Aberdeen*, medida que autorizou unilateralmente os navios da esquadra britânica a tratar como piratas embarcações suspeitas de tráfico de escravos, podendo ainda enviar a tripulação capturada para julgamentos em tribunais do Reino Unido⁴⁰³. Desde 1831, o tráfico de escravos para o Brasil era proibido, conforme legislação nacional, mas amplamente praticado com a conivência das autoridades locais e central⁴⁰⁴. Sabendo da grande necessidade brasileira de mão-de-obra escrava e tendo em conta a vigência de tratado comercial favorável a seus interesses, a Grã-Bretanha tolerou o comércio de cativos no Atlântico sul, até 1845, apesar de nunca ter deixado de pressionar o governo do Rio de Janeiro no sentido de suprimir tal prática mercantil. Com a implementação das Tarifas Alves Branco, a Grã-Bretanha pode ter utilizado a repressão ao tráfico como instrumento de pressão para obrigar o Brasil a negociar novo tratado comercial⁴⁰⁵.

A despeito dos objetivos britânicos, o Império não cedeu no que se refere às tarifas, optando por adotar medidas concretas para combater o tráfico de escravos. Assim, em 1850, o parlamento brasileiro aprovou nova lei contrária ao comércio de cativos e a implementou de forma eficaz, conseguindo reduzir substancialmente a entrada de africanos no território nacional. Motivações de ordem moral e pragmática

pagarão tarifas superiores àquelas pagas pela nação que usufrui da menor tarifa. Para maiores detalhes, conferir KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional – Teoria e Política*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001. pp. 248-253.

⁴⁰¹ BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. *O Brasil da independência a meados do século XIX*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Volume III. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 2009. pp. 745- 749.; LUZ, Nícia Vilela. *As tentativas de industrialização no Brasil*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 6, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 46.

⁴⁰² BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. op. cit., pp. 755-757.

⁴⁰³ BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. op. cit., pp. 749-757.; CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 110; FERREIRA, op. cit., pp 108-109.

⁴⁰⁴ CHALHOUB, op. cit., pp. 46-108.

⁴⁰⁵ Sabe-se que razões de ordem moral também estiveram subjacentes à repressão ao tráfico negreiro, no entanto, não há como negar a existência de motivações instrumentais na aprovação do *Bill Aberdeen*. Para maiores informações, cf. BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. op. cit., pp. 756-762.

levaram o Brasil a combater o tráfico negreiro, com destaque para a percepção de que a Grã-Bretanha continuaria a reprimir as atividades dos navios brasileiros caso nada fosse feito, o que poderia gerar atritos mais graves entre os dois países. Assim, anular ou reduzir ao máximo as tensões com aquela potência tornou-se condição necessária para que o Império pudesse concentrar e canalizar suas forças para a região platina com o objetivo de frustrar os planos de Rosas e Oribe⁴⁰⁶.

Como visto, antes do fim do movimento farrapo no Rio Grande do Sul, o Império já concebia Rosas como uma ameaça. Tanto assim que, em 1844, o Brasil enviou Miguel Calmon du Pin e Almeida, então Visconde de Abrantes⁴⁰⁷, à Europa, com o objetivo de sondar os governos de Londres e Paris sobre a possibilidade de intervenção conjunta contra o ditador argentino. A missão Abrantes foi um fracasso. Além de o Império não obter apoio das duas potências, o governo argentino soube do teor do que fora proposto pelo enviado brasileiro⁴⁰⁸.

Por outro lado, não se sabe até que ponto a missão Abrantes influenciou os governos das potências europeias, já que, pouco tempo depois, Grã-Bretanha e França decidiram intervir contra Rosas, sem a participação do Brasil. Ambas as potências desejavam estabelecer acordos comerciais vantajosos com Buenos Aires, de modo a obter baixas tarifas para seus produtos e impor a livre navegação nos rios da bacia do Prata, premissa que propiciava o acesso aos mercados consumidores do interior da Confederação, principalmente aqueles de Santa Fé, Corrientes e Entre Rios⁴⁰⁹.

A segunda atuação europeia contra Buenos Aires uniu França e Grã-Bretanha em 1845 e, apesar dos esforços conjuntos, não produziu os efeitos desejados. No texto do convênio de paz celebrado com Rosas, os britânicos se dispuseram a devolver aos argentinos a ilha de Martim Garcia, os barcos portenhos apresados e a reconhecer o rio Paraná como via fluvial interna da Confederação, o que passou a ameaçar seriamente o acesso de navios brasileiro às regiões oeste de Mato Grosso e de São Paulo⁴¹⁰.

⁴⁰⁶ CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. p. 303.

⁴⁰⁷ Em 2 de dezembro de 1854, Miguel Calmon du Pin e Almeida foi alçado a Marquês de Abrantes. Cf. VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. pp. 26-27.

⁴⁰⁸ DORATIOTO, 1998. p. 183; FERREIRA, op. cit., pp. 105-107.

⁴⁰⁹ DORATIOTO, 1998. pp. 177-184; LYNCH, John. op. cit., pp.631-637; 657-660.

⁴¹⁰ FERREIRA, op. cit., pp. 95-105; TEIXEIRA SOARES, op. cit., pp. 95-104. Vale lembrar que o território que atualmente compreende o Estado do Paraná pertenceu à Província de São Paulo até 1853.

Além disso, o fracasso das duas intervenções europeias contra Rosas fortaleceu seu poder no âmbito doméstico e conferiu-lhe prestígio internacional, aumentando as preocupações brasileiras em relação à preservação das soberanias de Uruguai e Paraguai. Com a neutralização das ações de França e Grã-Bretanha, o ditador argentino obteve melhores condições para concretizar o projeto de reconstrução do Vice-Reino do Rio da Prata. A incorporação completa por parte da Argentina dos territórios controlados pelos governos de Assunção e Montevidéu poderia gerar os fundamentos necessários para a concretização futura de reivindicações portenhas em desfavor do Brasil sobre a observância dos limites estabelecidos pelo Tratado de Santo Idelfonso, o que ameaçaria a integridade do Império. Diante desse cenário, o Brasil foi impelido a atuar na região, abandonando sua política de neutralidade.

As ações de Oribe em relação aos brasileiros que viviam no Uruguai também estimularam a atuação do Império. Além da prática de arbitrariedades contra propriedades brasileiras situadas em território oriental, Oribe impôs restrições à movimentação de gado na fronteira com o Rio Grande do Sul, o que prejudicou significativamente os interesses econômicos dos produtores brasileiros. Francisco Pedro Buarque de Abreu, o Barão de Jacuí – o mesmo Coronel que impusera a decisiva derrota de Porongos aos Farrapos –, foi um dos estancieiros mais lesados pelas ações do governo oriental blanco, já que parte de seu gado foi confiscada e suas terras localizadas na República Oriental foram desapropriadas. Em resposta a esses prejuízos, o ex-oficial do Exército imperial passou a arregimentar forças para realizar incursões no território uruguaio, com vistas a capturar rebanhos e a defender os estancieiros brasileiros. Suas ações passaram à historiografia com o nome de as “Califórnia de Chico Pedro” em alusão à corrida ao ouro que então acontecia nos Estados Unidos⁴¹¹.

A atuação das lideranças sul-rio-grandenses no território uruguaio passou a ser objeto de reclamações do ministro plenipotenciário da Argentina no Rio de Janeiro, Tomás Guido. Gradualmente, os governos dos dois países distanciaram-se, renunciando os conflitos que ocorreram mais tarde.

A década de 1840 foi marcada por gradual afastamento dos governos da Confederação e do Brasil, pautado por diversos “incidentes” como a não-ratificação do tratado de 1843 por Rosas; a retirada da legação brasileira de

⁴¹¹ BANDEIRA, op. cit., pp. 101-105; DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 89-94; FERREIRA, op. cit., pp. 88-95.

Buenos Aires motivada pelo não-reconhecimento por Sinimbu do bloqueio ao porto de Montevideú; o reconhecimento da independência do Paraguai pelo Brasil; as reclamações argentinas sobre as reuniões na fronteira e as “califórnicas” como as promovidas pelo Barão de Jacuí... Essa tensão crescente entre os dois países, agravada pela cada vez mais forte suspeita brasileira em relação à ambição rosista de reconstruir o Vice-Reinado do Rio da Prata, tornaram progressivamente mais presente, nas arenas de debate político, a ideia de uma intervenção militar e diplomática na Argentina e no Uruguai, ou mesmo de uma guerra contra a Argentina (FERREIRA, 2006, pp. 116-117).

Ao longo da década de 1840, o Brasil conseguiu pacificar todas as suas províncias e consolidou seu regime monárquico constitucional. O fortalecimento do governo central permitiu que o país resolvesse temas delicados como o tráfico de escravos, a lei de terras e a aprovação do código comercial, por exemplo. A eliminação de relevantes constrangimentos internos aliada a uma conjuntura externa favorável garantiram condições adequadas ao país para a adoção de uma política intervencionista no Cone Sul, em substituição à postura de neutralidade até então em vigor. Os principais objetivos do Império eram impedir a reconstrução do Vice-Reino do Rio da Prata; estabelecer os limites fronteiriços com os vizinhos platinos, conforme a efetiva ocupação luso-brasileira dos territórios meridionais do Império, para afastar de vez as demarcações do Tratado de Santo Idelfonso, consagrando o princípio do *uti possidetis*⁴¹²; e garantir a livre navegação dos rios da bacia do Prata que forneciam acesso a Mato Grosso e a outras porções do território nacional.

Após impelir, no âmbito doméstico, a adoção dos princípios básicos do projeto de Estado do Partido Conservador⁴¹³, o Império passou a utilizar a política externa como meio de assegurar e/ou impor a prevalência de contexto regional favorável à

⁴¹² O princípio de Direito Internacional do *uti possidetis* pode ser definido como “possuirá tal como possuías”. Em outras palavras, trata-se de reconhecer o direito à posse daquele sujeito que já tinha sob sua jurisdição ou sob seu controle o território pretendido. O *uti possidetis iuris* baseia-se no reconhecimento do direito a partir do momento da independência dos Estados ou a partir dos títulos de posse relativos à área em disputa. Na diplomacia brasileira e, por consequência, nas negociações que envolveram o Brasil e seus vizinhos, o princípio do *uti possidetis* baseou-se na situação *de facto* existente por ocasião das conversações bilaterais, ou seja, no controle efetivo exercido sobre o território em disputa. Assim, o Brasil sempre defendeu que cada parte deveria permanecer com os territórios que, no momento das negociações, estivessem de fato sob controle e posse de seus respectivos nacionais. Não havendo ocupação ou registros de ocupação, as negociações deveriam basear-se então nos títulos portugueses e espanhóis. De forma resumida, assas seriam as principais diferenças entre os princípios do *uti possidetis iuris* e do *uti possidetis de facto*. Para maiores detalhes sobre o *uti possidetis*, conferir SHAW, Malcolm N. *International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. pp. 446-451.

⁴¹³ Como visto no capítulo 2, os princípios básicos do projeto de Estado Saquarema eram: a manutenção e o fortalecimento do sistema político baseado em uma monarquia constitucional parlamentarista; a instituição de um governo central forte; a manutenção da integridade territorial do país; a prevalência do poder civil sobre o militar; a conservação de uma economia baseada na unidade de produção agrário-exportadora latifundiária com uso intensivo de mão-de-obra escrava.

concretização do projeto Saquarema, principalmente no que se refere à delimitação das fronteiras do território brasileiro e ao estabelecimento da livre navegação dos rios da bacia do Prata. Nesse segundo momento do processo de consolidação do Estado imperial, Caxias desempenhou papel de destaque no combate a ameaças internacionais, identificando os riscos inerentes ao contexto regional e executando as diretrizes externas do país. Para tanto, Luiz Alves valeu-se de seu mandato de senador, de suas atuações como Presidente do Conselho de Ministros, e das vezes em que foi investido na condição de comandante-em-chefe de tropas imperiais, quando, por meio da força, impôs os desígnios do interesse nacional sobre a região platina.

Como já mencionado, a ação militar de Caxias é indissociável de sua atuação política e o sucesso de suas manobras nos campos de batalha relaciona-se diretamente com o suporte político e logístico que lhe era fornecido. Sua atuação contra Oribe e Rosas demonstrou, uma vez mais, esse aspecto, já que o Gabinete que lhe encarregou de organizar e comandar as tropas brasileiras no Uruguai e na Argentina foi composto por vários de seus amigos e conhecidos, o que contribuiu para seu sucesso.

Em 1848, o então Visconde de Monte Alegre⁴¹⁴ substituiu o então Visconde de Olinda⁴¹⁵ na Presidência do Conselho de Ministros. Com essa mudança, Paulino José Soares de Sousa passou a chefiar a pasta dos Negócios Estrangeiros, permanecendo neste cargo entre 1849 e 1853. A estabilidade do Gabinete, a longa permanência de Paulino José nessa função, o fim das agitações internas provocadas pelos levantes regionais e a conseqüente maior disponibilidade de recursos econômicos e bélicos forneceram condições ideais ao governo central para planejar e executar uma intervenção no Cone Sul⁴¹⁶. Baseada nesses fatores, a diplomacia imperial pôde assumir uma posição mais assertiva face ao plenipotenciário argentino no Rio de Janeiro.

As reclamações apresentadas por Tomás Guido versavam sobre o não reconhecimento dos bloqueios navais impostos por Buenos Aires a Montevideu em 1843 e em 1845; a Missão Abrantes; a concessão de passaportes a Rivera; a alegada proteção das autoridades brasileiras ao General argentino José Maria Paz; o

⁴¹⁴ Em 2 de dezembro de 1854, José da Costa Carvalho foi alçado a Marquês de Monte Alegre. Cf. VASCONCELOS e VASCONCELOS, op. cit., pp. 291-292.

⁴¹⁵ Em 2 de dezembro de 1854, Pedro de Araújo Lima foi alçado a Marquês de Olinda. Cf. VASCONCELOS e VASCONCELOS, op. cit., pp. 318.

⁴¹⁶ BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. op. cit., pp. 762-763; IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848-1866*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 21-25; FERREIRA, op. cit., pp. 140-141.

reconhecimento solene por parte do Brasil da independência do Paraguai; a neutralidade do governo brasileiro em relação à ocupação paraguaia do que hoje constitui o território da província argentina de Misiones; e a negativa imperial de tomar medidas concretas para acabar com as invasões ao território uruguaio conduzidas por lideranças locais, como o Barão de Jacuí. Todos esses problemas e reclamações vinham se acumulando desde 1843. Como o governo central tentava manter-se neutro em relação às questões platinas, a pasta dos negócios estrangeiros esforçava-se para tentar apaziguar a situação, fornecendo as explicações solicitadas por Guido⁴¹⁷.

Paulino José Soares de Sousa passou a abordar de outra maneira esses problemas. Em resposta aos recorrentes protestos e aos novos pedidos de explicações da Legação Argentina, Paulino José mudou o tom até então vigente e rebateu todas as queixas apresentadas por Guido, deixando transparecer irritação e sendo irônico em relação aos argumentos apresentados por Buenos Aires. Por meio de sua resposta, o governo imperial deixou claro que não reconhecia Oribe como o autêntico presidente do Uruguai e que Tomás Guido não tinha legitimidade para pedir esclarecimentos acerca de questões envolvendo a fronteira brasileira e uruguaia. Diante da nova postura do Império, o representante argentino pediu seus passaportes para deixar o país, sendo atendido em 1º de outubro de 1850. Romperam-se assim as relações diplomáticas entre os dois Estados⁴¹⁸.

Como dito, após o fim da intervenção anglo-francesa, Rosas fortaleceu-se política e militarmente. Considerando a atuação de Tomás Guido no Rio de Janeiro, é plausível supor que o diplomata argentino tenha recebido instruções de Buenos Aires no sentido de manter pendentes e sem solução as queixas e as reclamações contra o Brasil, até que as forças da Confederação conseguissem tomar Montevideú e Assunção. Após a queda dos dois governos, Rosas poderia concentrar todas as suas forças contra o Império, tendo ainda como justificativa uma pretensa necessidade de recorrer às armas, face ao insucesso das tentativas de negociações encetadas por Guido junto ao governo brasileiro.

Por essa razão, a manutenção da resistência da cidade de Montevideú ao prolongado cerco imposto pelas forças de Oribe e Rosas tornara-se fundamental para

⁴¹⁷ DORATIOTO, 1998. p. 188; FERREIRA, op. cit., pp. 145-157; SOARES DE SOUZA, op. cit., pp. 156-157.

⁴¹⁸ DORATIOTO, 1998. p. 188; FERREIRA, op. cit., pp. 145-157; SOARES DE SOUZA, op. cit., pp. 156-157.

frustrar os planos do ditador argentino. Para tanto, Paulino José Soares de Sousa negociou junto ao Barão de Mauá empréstimos para o governo uruguaio de Andrés Lamas, com vistas a suplementar os valores que Montevideu recebia de auxílio do governo francês. Como a França estava em negociações com Rosas, após o fracasso de sua segunda intervenção, passou a retirar de forma gradual os subsídios mensais que concedia às forças legalistas de Montevideu, deixando o exército uruguaio na capital em difíceis condições. Somente a atuação do Brasil poderia reverter o enfraquecimento da resistência oriental e garantir que a capital uruguaia não caísse sob domínio de Oribe⁴¹⁹.

Paralelamente, o governo do Império passou a buscar alianças com lideranças argentinas dissidentes e adotou providências com vistas a elevar o número de suas tropas. Agindo de forma estratégica, o governo central começou a deslocar parcela significativa de suas forças para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

El gobierno Brasileiro aumentaba su escuadra de vapores, reclutaba en Alemania soldados para artilleria e infanteria, reforzaba las fronteras de Rio Grande y Matogrosso en el Sud, formando em Cuyabá, capital de esta última provincia, crecidos depósitos de toda classe de pertrechos de guerra; en fin, mi prevision estaba próxima a realizarse, la hoguera estaba formada, faltando solo la chispa para producir el incendio. (SAMPERE, 1889, p. 148).

Logo após o rompimento de relações com Buenos Aires, o representante brasileiro em Montevideu, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, passou a sondar Antonio Cuyas y Sampere, amigo do chefe da província de Entre Rios, general Justo José Urquiza, sobre a viabilidade de uma aliança contra Rosas. Toda negociação foi feita com cautela já que, até 1849, Urquiza havia contribuído para o fortalecimento do poder de Rosas. No entanto, com o desenvolvimento financeiro da província de Entre Rios e o conseqüente enriquecimento auferido por Urquiza, seus vínculos de dependência política e econômica com o ditador argentino perderam força⁴²⁰.

Os fundamentos da aliança proposta pelo Brasil aos governos do Uruguai e de Entre Rios eram o rompimento público entre Urquiza e Rosas; a inadmissibilidade de qualquer tipo de influência europeia sobre a evolução das questões platinas; a retirada das tropas argentinas do território uruguaio; e a manutenção e o respeito às

⁴¹⁹ FERREIRA, op. cit., pp. 158-162; SAMPERE, Antonio Cuyas y. *Apuntes históricos sobre la provincia de Entre Rios en la República Argentina*. Mataró, Espanha: Establecimiento tipográfico de Feliciano Horta, 1889. pp. 153-154; SOARES DE SOUZA, op. cit., p. 157.

⁴²⁰ FERREIRA, op. cit., pp. 163-167; SAMPERE, op. cit., pp. 147-156.

independências de Uruguai, Paraguai e da Confederação das províncias argentinas. O governo do Rio de Janeiro desejava deixar claro que sua incompatibilidade era tão somente com Oribe e Rosas, não havendo nenhum tipo de problema em relação aos países vizinhos ou às suas instituições. Além disso, o representante brasileiro deixou patente que o governo do Império iria atuar na região com ou sem a coadjuvação de Justo Urquiza. Dessa maneira, a 29 de maio de 1851, em Montevideu, um convênio de cooperação mútua⁴²¹ foi assinado, vinculando Brasil, Uruguai e Entre Rios. A Província de Corrientes aderiu ao pacto pouco tempo depois. Apesar de ter sido convidado por várias vezes, o governo paraguaio não tomou parte das ações contra Oribe e Rosas⁴²².

No âmbito doméstico, Paulino José Soares de Sousa não foi menos previdente e atuou junto aos demais parlamentares para canalizar os recursos necessários às providências relativas ao enfrentamento externo que estava por vir. Em 1850, o ministro dos estrangeiros havia tentado enviar Luiz Alves de Lima e Silva para a província do Rio Grande do Sul. No entanto, segundo consta da correspondência do então futuro Visconde do Uruguai, Caxias não teria aceito a nomeação naquele momento, receando desgastes políticos para sua imagem⁴²³. O Conde de Caxias comprometeu-se, no entanto, a dirigir-se para o teatro de guerra tão logo as hostilidades eclodissem. Como Paulino José pôde atestar posteriormente, a avaliação política de Luiz Alves estava correta. Em 1851, não podendo mais aguardar o desenlace das questões no Prata, Paulino José indicou Caxias para os cargos de Presidente do Rio Grande do Sul e de Comandante de Armas, cumulativamente, devendo as referidas nomeações serem aprovadas pelo Senado.

Os senadores compreenderam que a submissão do nome de Luiz Alves de Lima e Silva para o Rio Grande do Sul praticamente tornava inevitável uma guerra contra Oribe e Rosas. Por isso, deram início a intenso debate parlamentar sobre a conveniência de uma intervenção brasileira na região. Graças à atuação de Honório Hermeto Carneiro Leão e de Paulino José Soares de Sousa, prevaleceu a tese segundo a qual uma ação brasileira na região era necessária para resguardar a segurança nacional e também por razões humanitárias. Aos poucos, o Senador Francisco Jê Acaiba de Montezuma isolou-

⁴²¹ Como já mencionado, o texto integral do Convênio encontra-se às páginas de 325 a 330 da obra de Antonio Cuyás y Sampere, um dos signatários do referido documento. Cf. *Apuntes históricos sobre la provincia de Entre Rios en la República Argentina*. Mataró, Espanha: Establecimiento tipográfico de Feliciano Horta, 1889.

⁴²² FERREIRA, op. cit., pp. 168-169; 171-177; SAMPERE, op. cit., pp. 157-194; SOARES DE SOUZA, op. cit., p. 158-159.

⁴²³ FERREIRA, op. cit., p. 157.

se em posição contrária à guerra⁴²⁴. Considerando os debates havidos no parlamento, a proposição do nome de Caxias em momento anterior poderia ter desgastado não apenas sua imagem, como também ter prejudicado o desenvolvimento da política externa do Gabinete de Monte Alegre.

Em suas instruções a Caxias, Paulino José Soares de Sousa deixou claro que, oficialmente, a luta do Brasil era contra Oribe. Luiz Alves deveria empregar as forças brasileiras para acabar com o sítio imposto a Montevidéu e expulsar do território oriental Oribe e as tropas que lhe davam apoio. Do Ministro da Guerra, Manoel Felizardo, Luiz Alves recebeu instruções no sentido de empregar todos os meios suasórios disponíveis para provocar defecções nas fileiras de Oribe, estando autorizado, inclusive, a proceder com eventuais incorporações às forças brasileiras de tropas desse caudilho⁴²⁵. Como visto, Luiz Alves de Lima e Silva e Manoel Felizardo eram amigos próximos. Ao ser designado para debelar a Balaiada, Caxias recebeu de Felizardo importantes informações sobre a situação política e militar do Maranhão⁴²⁶. Conhecendo as táticas e os meios empregados por Caxias, o então Ministro da Guerra autorizou-o a lançar mão daquelas mesmas estratégias para atingir os objetivos estratégicos do Império no Uruguai.

A rede de contatos de Luiz Alves de Lima e Silva no Rio Grande do Sul foi de grande valia para o desempenho de sua missão. Assim que chegou à província gaúcha, Caxias acionou Manoel Luis Osório e encarregou-o de estabelecer contato com Urquiza e com o Eugenio Garzón, chefe militar uruguaio, para dar início aos entendimentos relativos às manobras conjuntas do Exército Aliado. Durante a campanha, Osório foi elo importante entre o comandante-em-chefe das forças brasileiras e Urquiza⁴²⁷. Pouco após a sua chegada, Caxias percebeu que as tropas brasileiras ainda não haviam sido reorganizadas, encontrando-se dispersas pela província, contrariamente às instruções dadas por Manoel Felizardo a Pedro Ferreira de Oliveira. Por essa razão, Luiz Alves teve de tomar uma série de medidas de reestruturação das forças imperiais e contou com a ajuda de Osório para tanto⁴²⁸.

⁴²⁴ CERVO, 1981, pp. 58-62.

⁴²⁵ FERREIRA, op. cit., 179-180.

⁴²⁶ Para maiores detalhes, conferir capítulo 4.

⁴²⁷ OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & filhos, 1894, Vol 1, pp. 495-508.

⁴²⁸ OSORIO, op. cit., 503-508.

O referido problema logístico tomou tempo das forças brasileiras, atrasando sua entrada no Uruguai. Somente em 4 de setembro de 1851, as tropas imperiais conseguiram adentrar o território oriental, organizadas em 4 divisões: a primeira sob comando de Bento Manoel Ribeiro, a segunda comandada por João Frederico Caldwell, a terceira sob ordens de José Fernandes dos Santos Pereira e a quarta comandada por David Canabarro. Osório havia acertado com Urquiza que os dois exércitos unir-se-iam próximos ao Rio Negro, centro do território uruguaio⁴²⁹. Depois de esperar por algumas semanas e aproveitando-se do atraso das tropas brasileiras, Urquiza marchou apenas com suas forças sobre Montevideu e acertou a capitulação de Oribe sem consulta prévia aos demais aliados, auferindo para si maior capital político pela vitória⁴³⁰.

Ainda que representasse um triunfo relativamente fácil para o Brasil, sem combates e sem perdas de homens, materiais ou armas, o final da campanha no Uruguai não agradou ao governo do Rio de Janeiro. O modo como Urquiza atuou levantou suspeitas e demonstrou que, caso não melhorasse sua coordenação militar e diplomática com os demais aliados, o Brasil poderia perder o controle sobre os eventos no Prata. Uma maior autonomia de Urquiza poderia significar a impossibilidade de resolver as questões que haviam motivado a intervenção brasileira, quais sejam: a livre navegação dos rios da bacia do Prata; a autorização para os produtores brasileiros estabelecidos no território oriental circular com seus produtos e rebanhos pela fronteira dos dois países; a garantia de que um governo amigável ao Império tomaria posse em Montevideu; e a delimitação da fronteira com o Estado oriental.

Por essa razão, em 12 de outubro de 1851, Brasil e Uruguai assinaram uma série de acordos sobre limites, navegação de rios, empréstimos financeiros aos orientais, livre entrada de gado no Rio Grande do Sul e apoio recíproco às independências dos dois países. As negociações ocorreram no Rio de Janeiro. Honório Hermeto Carneiro Leão e Limpo de Abreu representaram o Brasil, enquanto Andrés Lamas atuou pelo Uruguai. Esse sistema de tratados, extremamente benéfico aos interesses do Império, estabeleceu condições adequadas para a prevalência do projeto de Estado Saquarema. Era necessário, no entanto, garantir sua ratificação pelo governo Uruguaio que seria eleito após a queda de Oribe, além de tentar replicá-lo com as novas autoridades da

⁴²⁹ OSORIO, op. cit., pp. 505-506; PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nume tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973. p. 195.

⁴³⁰ OSORIO, op. cit., pp. 507-508; PEIXOTO, op. cit., pp. 201-208.

Confederação das províncias argentinas, após a queda de Rosas, e, se possível, também com o Paraguai⁴³¹.

Nesse contexto, o governo central decidiu enviar um ministro plenipotenciário a Montevideu para tratar dessas questões diplomáticas. A escolha recaiu sobre Honório Hermeto Carneiro Leão, que levou consigo, na qualidade de secretário, José Maria da Silva Paranhos⁴³². De acordo com Vilhena de Moraes (2003), a designação de Honório Hermeto para a referida missão teria sido fruto da indicação de Caxias⁴³³, o que, contudo, não pôde ser comprovado. A motivação real aparenta ter sido outra de caráter mais pragmática. Como Honório Hermeto Carneiro Leão fora o responsável pela negociação dos tratados com Andrés Lamas no Rio de Janeiro, tornou-se a pessoa ideal para defender a ratificação dos mesmos tratados em Montevideu e para garantir que, se possível, os interesses do Império fossem atendidos nas negociações com os argentinos, por meio de condições similares às celebradas com os uruguaios.

A amizade de Luiz Alves de Lima e Silva com Honório Hermeto Carneiro Leão era antiga⁴³⁴. Como visto⁴³⁵, Carneiro Leão fora uma das pessoas com quem Caxias manteve correspondência durante o combate à Balaiada. Além disso, o futuro Marquês do Paraná foi possivelmente um dos estadistas responsáveis por persuadir Luiz Alves sobre a adequação dos princípios e das diretrizes do Partido Conservador para proporcionar ao Brasil um Estado íntegro, forte e regido por uma estável ordem interna. Os dois amigos trabalharam juntos durante as décadas de 1830 e 1840, para impor a ordem Saquarema no âmbito doméstico do Império. O início do decênio de 1850 testemunhou ambos unindo esforços novamente para impor, no contexto regional do Prata, as diretrizes conservadoras que os animavam.

O Gabinete presidido por Monte Alegre representou contexto político extremamente favorável a Caxias. Luiz Alves encontrava-se atuando no meio de amigos e essa conjuntura facilitou o cumprimento de sua missão no Cone Sul. O Presidente do Conselho de Ministro era amigo de seu pai e havia trabalhado com Caxias em 1842, por ocasião do combate à revolta liberal em São Paulo. À época, Luiz Alves atuou como Comandante de Armas, enquanto Monte Alegre exerceu a Presidência daquela

⁴³¹ FERREIRA, op. cit., 186-193.

⁴³² RIO BRANCO, Barão do. O Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro: A Noite, 1940. p. 37.

⁴³³ MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 83.

⁴³⁴ MORAES, op. cit., p. 40.

⁴³⁵ Conferir capítulo 3.

província. O Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, atuara com Caxias, durante a década de 1830, no Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte Imperial, no Rio de Janeiro. Naquela ocasião, ambos uniram esforços para garantir a manutenção da ordem pública na capital do país, que sofria com as agitações posteriores à abdicação de Dom Pedro I. O Ministro da Guerra, Manoel Felizardo, também era amigo antigo de Luiz Alves conforme já mencionado. À frente dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa defendeu, no parlamento, o nome de Caxias para a missão contra Oribe. Na pasta da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraá, completava o Gabinete que reuniu os expoentes conservadores da época, incluindo a “trindade saquarema”, nas palavras do professor Ilmar de Mattos⁴³⁶. A missão ao Prata incumbida a Honório Hermeto Carneiro Leão e a José Maria da Silva Paranhos, demonstrou a importância que o gabinete conservador dava aos eventos daquele contexto.

A rede de contatos e de amizades de Caxias não se restringiu aos membros do governo central. Como mencionado, toda a teia de relacionamentos que Luiz Alves estabeleceu com as lideranças do Rio Grande do Sul foi acionada de modo a propiciar melhores condições para o desempenho de suas atividades. Os nomes indicados para a chefia das 4 divisões do exército imperial, acima mencionados, comprovam isso.

Quando Caxias “pacificou” a província do Rio Grande do Sul, deixou montada uma rede político-militar que seria acionada em outros momentos, de guerra ou eleições. A relação estabelecida com David Canabarro é um bom exemplo dessa estratégia. O líder Farroupilha, em 1851, empunharia armas contra Oribe; em 1852, contra Rosas; e, na década de 1860, voltou pegar em armas para defender os interesses do Império, lutando dessa vez contra o Paraguai. (SOUZA, 2008, p. 406)

Em 1851, a pacificação do Rio Grande do Sul havia ocorrido há apenas seis anos e Luiz Alves deixara a Presidência daquela província há apenas cinco. Naquele contexto, sua indicação para o cargo de Presidente de Província ocorrera por indicação dos próprios Farrapos, os quais queriam ver cumpridos os termos da Convenção de Ponche Verde⁴³⁷. Assim, considerando a rede deixada por Caxias no Rio Grande do Sul e tendo em vista o pequeno lapso temporal entre sua partida para a Corte e seu regresso,

⁴³⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

⁴³⁷ Para maiores detalhes, conferir capítulo 4.

todo o jogo de interesses e ambições existentes entre as lideranças do Uruguai, Buenos Aires, Entre Rios, Corrientes e Santa Fé eram de conhecimento de Luiz Alves de Lima Silva. Todas as informações sobre as atividades políticas da região, incluindo rivalidades, alianças e aspirações, chegaram a Caxias por via direta – como foi o caso quando recebeu Rivera durante a campanha contra aos farrapos –, ou por meio dos relatos feitos por seus amigos, Bento Manoel, Bento Gonçalves, David Canabarro, Manoel Luis Osório, Francisco Pedro Buarque de Abreu e Manuel Marques de Sousa, figuras importantes no Rio Grande do Sul, dotados de informações privilegiadas sobre a política platina.

Conhecendo bem a dinâmica política regional e tendo o suporte do governo para desempenhar suas funções, Caxias contribuiu para o sucesso do Exército Aliado no Uruguai e na Argentina. Após a queda de Oribe, em 21 de novembro de 1851, em Montevideú, outro Convênio entre o Império, Uruguai, Entre Rios e Corrientes foi celebrado com o objetivo de “libertar o povo argentino da opressão que suporta sob a dominação tirânica de Dom Manuel de Rosas (...)”⁴³⁸. Pelos termos do acordo, para essa segunda fase, o Brasil contribuiria com três mil homens de infantaria, um regimento de cavalaria e duas baterias de artilharia, perfazendo um total geral de quatro mil homens. As forças imperiais deveriam permanecer sob o comando de um chefe militar brasileiro, o qual, por sua vez, agiria conforme as ordens do general Urquiza. O restante do exército imperial e a esquadra brasileira deveriam permanecer estacionados no Uruguai, prontos para prestar assistência ou suprir qualquer necessidade de reforço às tropas que marchariam para o território da Confederação argentina. O Império se comprometeu a fornecer ainda armas, munições e empréstimo mensal de 100.000 patações a Entre Rios e Corrientes⁴³⁹.

Caxias permaneceu na Colônia do Sacramento de sobreaviso para eventual necessidade de desembarcar suas forças em Buenos Aires. Designou Osório para chefiar o regimento de cavalaria que acompanhou Urquiza e indicou Manuel Marques de Sousa para atuar como comandante-em-chefe das forças brasileiras que lutaram no território argentino⁴⁴⁰. No dia 3 de fevereiro, na região de Monte Caseros, as forças de Rosas

⁴³⁸ BRASIL, *apud* FERREIRA, op. cit., p.194.

⁴³⁹ FERREIRA, op. cit., p.194; PEIXOTO, op. cit., p. 207.

⁴⁴⁰ A indicação de Manuel Marques de Sousa foi objeto de discussão entre Luiz Alves de Lima e Silva e Honório Hermeto Carneiro Leão. Enquanto este último desejava a nomeação de Frederico Caldwell ou de Miguel de Frias para a chefia das forças brasileiras na Argentina, Caxias impôs o nome de Manuel Marques. As cartas transcritas por Vilhena de Moraes deixam claro que havia grande amizade entre os

foram derrotadas pelo Exército Aliado. Cada um dos dois exércitos era composto por cerca de 25.000 homens. Ao perceber que a derrota era inevitável, Rosas fugiu e, no dia 4 de fevereiro, deixou a Argentina em um navio britânico com destino ao exílio no Reino Unido⁴⁴¹. O país escolhido por Rosas para residir após sua queda demonstrou que Paulino José Soares de Sousa tinha razão em se precaver em relação à atuação da Grã-Bretanha na região.

Terminou assim, de forma bem-sucedida, a atuação militar do Império na bacia do Prata. Pacificada a região, ainda que momentaneamente, a queda de Oribe e de Rosas representou o fim de grave ameaça à integridade territorial do Brasil. A eliminação de ambos os líderes constituiu tarefa que França e Grã-Bretanha não foram capazes de executar. Agindo com habilidade no âmbito diplomático e de forma resoluta na esfera militar, o Império conseguiu impor sua vontade aos demais países platinos e afastou o perigo representado pela possibilidade de recriação de um Estado centralizado em Buenos Aires que se outorgasse como sucessor do Vice Reino do Rio da Prata e, enquanto tal, exigisse respeito às fronteiras daquela ex-colônia espanhola.

Em 1850, apesar de o Brasil ter consolidado seu modelo de Estado por meio do projeto Saquarema, ainda não se sabiam quais seriam os projetos vitoriosos nos demais países da região. A eliminação das soberanias de Uruguai e Paraguai, por meio da absorção desses países à Confederação das províncias argentinas, fortaleceria sobremaneira o governo de Buenos Aires que passaria a negociar a questão de limites com o Brasil em uma posição de força. Por isso, na região platina, era necessário tentar impor a prevalência dos projetos de Estado mais condizentes com os interesses do Brasil e que não ameaçassem nenhuma das diretrizes da ordem Saquarema.

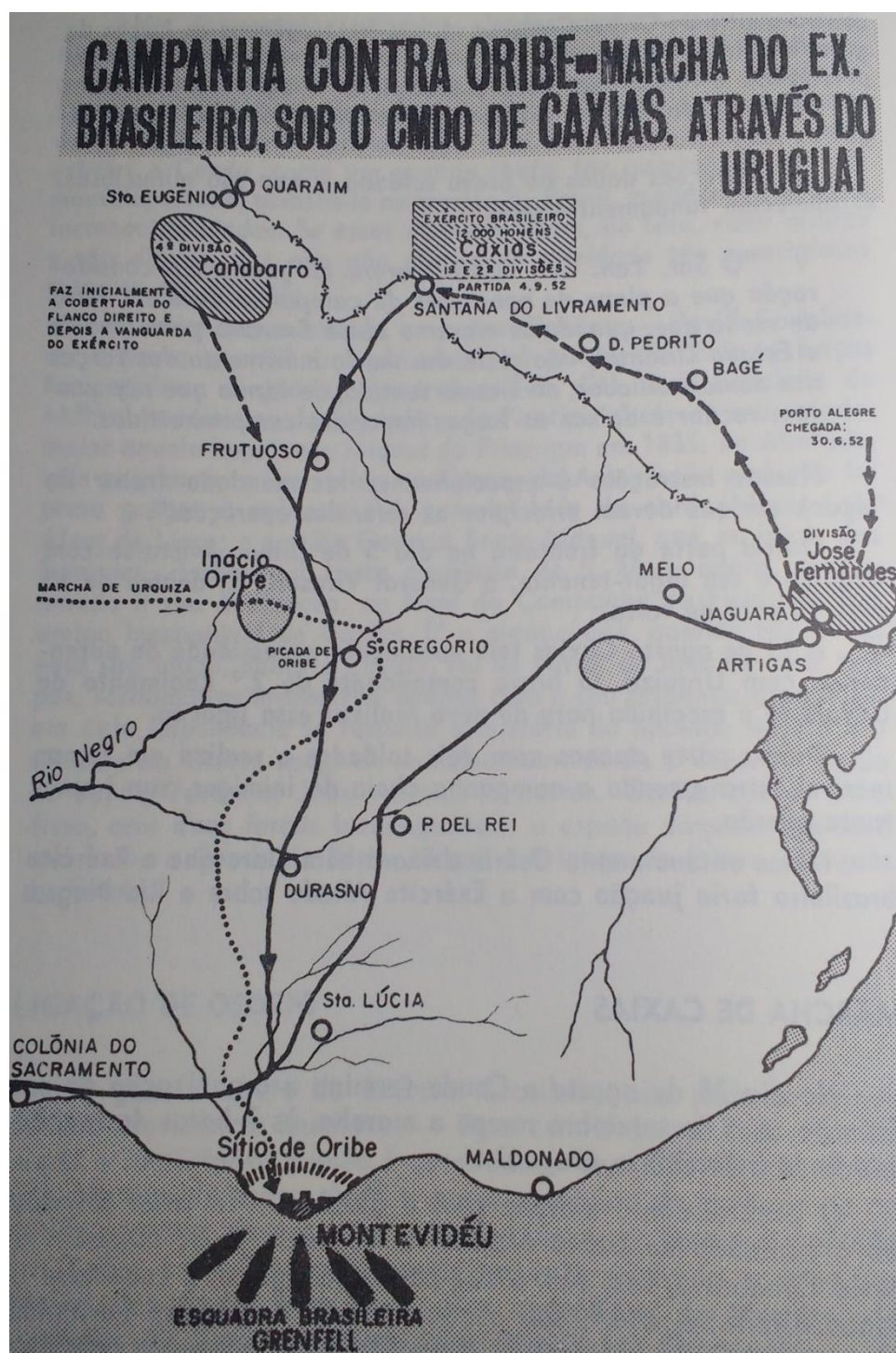
Toda obra político-militar realizada pelas lideranças conservadoras, em especial por Luiz Alves de Lima e Silva, no âmbito doméstico, poderia ser seriamente comprometida caso Rosas alcançasse seus objetivos geopolíticos. A mudança de postura na atuação externa do Império decorre desse diagnóstico. Debeladas as ameaças domésticas, cumpria assegurar que nenhum fator exógeno atrapalharia o projeto de Estado Saquarema. Nessa nova fase de construção e de imposição regional da ordem conservadora, Luiz Alves de Lima e Silva teve importância significativa uma vez mais.

dois líderes conservadores e que a última palavra na questão coube a Luiz Alves de Lima e Silva. Para maiores detalhes, cf. MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. pp. 83-100.

⁴⁴¹ PEIXOTO, op. cit., p. 219.

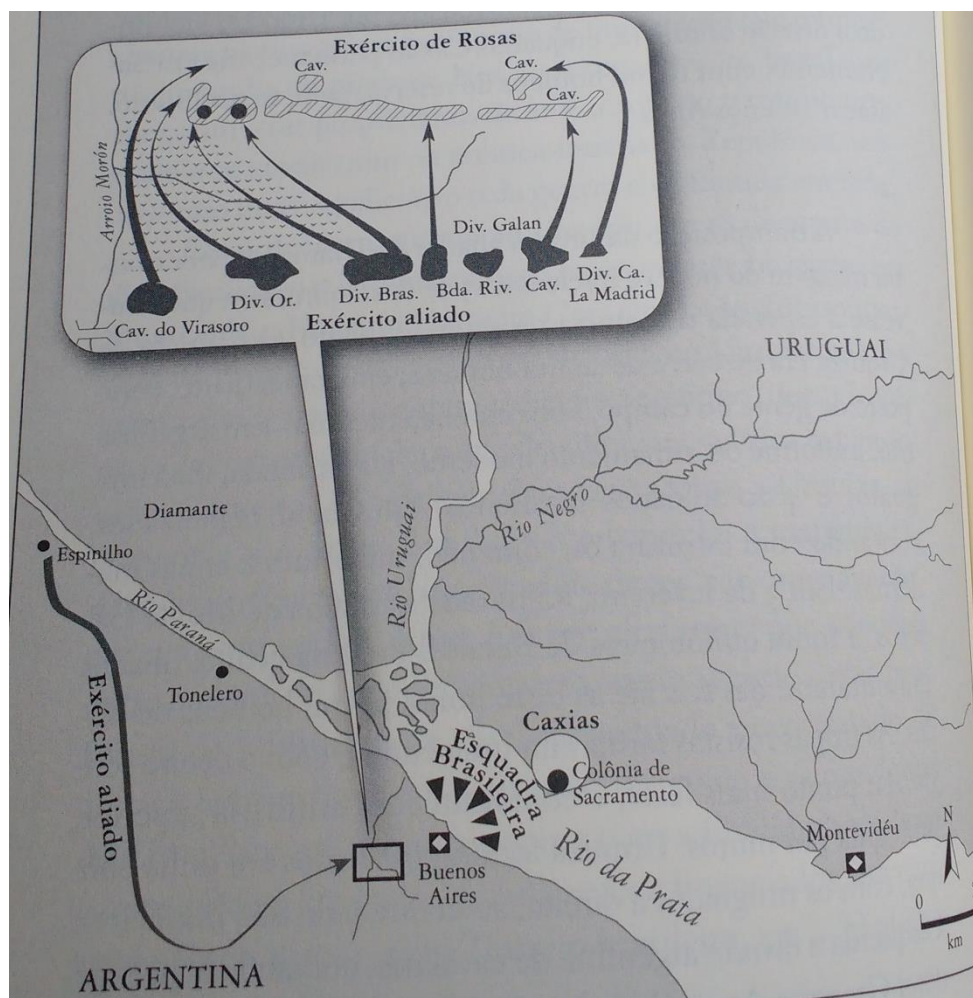
Sob esse mesmo paradigma de atuação internacional, caracterizado pela defesa dos princípios conservadores que pautavam a ordem doméstica brasileira, Caxias foi convidado pelo Imperador, dez anos mais tarde, a ocupar a Presidência do Conselho de Ministros. Nesta condição, Luiz Alves passou a ter a faculdade de estipular as diretrizes básicas de todas as pastas do Executivo central do Império, como será visto a seguir.

MAPA 3



Fonte: CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976. p. 186.

MAPA 4



Fonte: DORATIOTO, Francisco. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 100.

5.3 – O Segundo Gabinete Caxias e a sua política externa - 1861 e 1862

Antes de analisar o segundo Gabinete chefiado por Luiz Alves de Lima e Silva, entre 2 de março de 1861 e 24 de maio de 1862, é importante destacar as autoridades e as instituições do Império responsáveis pela condução da política externa nacional. Parte-se do pressuposto de que, assim como os demais políticos de sua época, Luiz Alves de Lima e Silva não tinha condições de formular e conduzir a atuação externa do país de forma isolada ou autônoma. Como visto nos capítulos anteriores, Caxias cresceu e formou-se em um contexto social específico, no qual grupos dirigentes

compartilhavam valores e ideias que influenciavam e limitavam o escopo dos debates em voga. Assim, sua contribuição insere-se em uma conjuntura mais ampla na qual diversos atores e instituições desempenharam papéis importantes. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender as motivações e os impactos das ações de Caxias sobre a atuação externa do Império, sem perder de vista as restrições e as condicionalidades impostas pelo contexto doméstico e internacional em que o país se inseria à época.

Nesse sentido, passa-se a analisar as autoridades e as instituições dotadas de competência para planejar e conduzir a política externa do Império. De acordo com o artigo 102 da Constituição de 1824, as atribuições do Executivo eram: nomear e remover comandantes das forças de terra, e mar; nomear Embaixadores e demais agentes diplomáticos e comerciais; dirigir negociações políticas com as nações estrangeiras; realizar tratados de alianças ofensivas e defensivas, de subsídio e de comércio com outros países e, depois, os levar ao conhecimento da Assembleia Geral quando o interesse e a segurança do Estado permitissem. Caso os Tratados concluídos em tempo de paz envolvessem cessão, ou troca de territórios ou de possessões a que o Império tivesse direito, tais instrumentos não seriam ratificados sem a aprovação da Assembleia Geral; competia ainda ao Executivo declarar a guerra e fazer a paz, dando conhecimento à Assembleia das comunicações que fossem compatíveis com os interesses e a segurança do Estado; conceder Cartas de Naturalização na forma da Lei; prover tudo que fosse concernente á segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição⁴⁴².

Como visto, a chefia do Poder Executivo era atribuição do Imperador que “o exercita pelos seus Ministros de Estado⁴⁴³”. Após a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, a coordenação do governo ficou sob a responsabilidade de uma autoridade indicada pelo Imperador. É importante ressaltar, no entanto, que o monarca continuava a exercer a chefia do Executivo nacional, provendo as balizas gerais para o governo e fiscalizando a atuação dos Gabinetes que se sucediam. Na prática, cabia aos Presidentes do Conselho escolher os titulares de cada pasta de acordo com a confiança

⁴⁴² BRASIL, Constituição de 1824. Artigo 102, incisos V a X e XV.

⁴⁴³ BRASIL, Constituição de 1824. Artigo 102, caput.

que atribuíam aos diferentes candidatos e em consonância com as diretrizes indicadas pelo Imperador⁴⁴⁴.

Subsidiariamente, o Parlamento brasileiro⁴⁴⁵ e o Conselho de Estado contribuíam para o planejamento e para a execução da política externa imperial. Enquanto o Parlamento elaborava as leis, fiscalizava a atuação dos ministros de Estado e servia de “caixa de ressonância”⁴⁴⁶ aos debates e à maturação das linhas de conduta da política externa⁴⁴⁷, o Conselho de Estado revestia-se de caráter consultivo. A terceira versão dessa instituição prevista pela carta de 1824 era composta por 12 membros ordinários com mandatos vitalícios e por até 12 membros extraordinários. Em 1842, o decreto de número 124 subdividiu o Conselho de Estado em 4 sessões⁴⁴⁸: Negócios do Império; Negócios da Justiça e dos Estrangeiros; Negócios da Fazenda; Negócios da Guerra e da Marinha. O Imperador podia solicitar o parecer do Conselho de Estado sobre todo e qualquer assunto que desejasse. Além disso, o artigo 142 da Constituição estabeleceu que o Conselho deveria ser ouvido em relação a todas as questões consideradas graves e em medidas gerais relacionadas à Administração Pública; deveria ser arguido ainda principalmente sobre declaração de guerra, ajustes de paz, negociações com nações estrangeiras, assim como em todas as ocasiões em que o Imperador se propusesse a exercer quaisquer atribuições próprias do Poder Moderador, indicadas no Art. 101 da Constituição, com exceção do inciso VI⁴⁴⁹. Dada a importância dessa instituição para a condução dos assuntos mais sensíveis do país, Dom Pedro II escolhia com rigor seus membros, geralmente selecionando homens com vasta experiência na Administração do Estado e na representação política⁴⁵⁰.

Desse modo, a condução da política externa do Império era balizada pelas discussões e pelos debates ocorridos no âmbito do Parlamento e do Conselho de Estado,

⁴⁴⁴ O Imperador costumava conceder muita autonomia aos Presidentes do Conselho de Ministros para que escolhessem os titulares dos ministérios. Em algumas ocasiões, Dom Pedro II aconselhou a indicação de um ou outro nome para compor um Gabinete. Durante seu reinado, não consta que o Imperador tenha imposto nome algum aos Presidentes que formaram os governos.

⁴⁴⁵ A obra de referência para compreensão da influência que o Parlamento brasileiro exerceu sobre a política externa imperial é o livro do professor Amado Cervo: CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

⁴⁴⁶ Nas palavras do professor Amado Cervo (1981).

⁴⁴⁷ CERVO, 1981. pp. 13-17.

⁴⁴⁸ Em atenção ao disposto no art. 8º da Lei 234, de 23 de novembro de 1841, o governo publicou o Decreto 124, em 5 de fevereiro de 1842. Para maiores informações, conferir: BRASIL. Conselho de Estado. *Consultas das Seção dos Negócios Estrangeiros*. Introdução e notas de REZEK, José Francisco. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. pp. 39; 45. O texto da Lei 234/1841 está disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM234.htm >. Acesso em 1º/11/2018.

⁴⁴⁹ BRASIL, Constituição de 1824. Artigo 142.

⁴⁵⁰ CARVALHO, 2007b. pp. 357-359.

não sendo fruto de voluntarismos individuais de estadistas ou de lideranças específicas, nem mesmo do Imperador que, como visto, devia ouvir o Conselho de Estado sobre temas sensíveis concernentes a paz e a guerra. Embora o parecer desse órgão não vinculasse as decisões finais de Dom Pedro II e do governo, suas avaliações tinham grande importância política. A ingerência de dois órgãos colegiados sobre a política externa brasileira certamente contribuiu para que as diretrizes estabelecidas pelo projeto de Estado Saquarema tivessem grande influência na determinação do que era ou não aceitável durante as negociações internacionais e no que se refere às relações com os demais países, em especial com os vizinhos platinos.

Desta forma, após o grupo Saquarema impor a preeminência de seu projeto político sobre os demais, é muito possível que toda matéria ou questão internacional considerada uma ameaça à execução ou à consolidação do referido projeto fosse avaliada como inaceitável, devendo ser prontamente combatida tão logo o Império tivesse condições para tanto. Por conseguinte, toda aspiração estrangeira que ameaçasse os limites das fronteiras nacionais; ou que impedisse a livre navegação dos rios platinos que proviam acesso a porções do território brasileiro; ou que causasse abusos e arbitrariedades contra súditos nacionais deveria ser combatida por meio de uma política externa enérgica como a que vigorou entre 1850 e 1870 para a região do Prata.

Durante esse período, o Imperador chamou Luiz Alves de Lima e Silva para ocupar a Presidência do Conselho de Ministros pela segunda vez, devendo escolher os nomes de sua confiança para compor o governo. Na Fala do Trono de 3 de maio de 1861, o Imperador dedicou considerável parte de seu discurso às relações internacionais. Como de praxe, destacou a manutenção da paz e o desejo de continuar a pautar a política externa imperial sobre as bases do Direito das Gentes e dos “interesses recíprocos”. Frisou também as duas convenções consulares celebradas com França e Suíça e o tratado de limites e de navegação fluvial firmado com a Venezuela⁴⁵¹. Dom Pedro II salientou ainda a necessidade de melhorias no sistema administrativo das províncias, chamou atenção para a desatualização das legislações atinentes às Forças Armadas, principalmente a que tratava das promoções na Marinha, e apresentou preocupação em relação à situação fiscal das receitas públicas⁴⁵².

⁴⁵¹ BRASIL. *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. pp. 337-338.

⁴⁵² BRASIL. *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. pp. 337-338.

É interessante notar como a estrutura da Fala do Trono de 1861 espelhou, talvez de forma involuntária, os desafios políticos até então enfrentados e superados pelos defensores do projeto Saquarema. Logo nas primeiras linhas, o monarca destacou a manutenção da ordem doméstica. Em seguida, enfatizou a manutenção da paz externa, subordinada à defesa dos interesses nacionais. Ato contínuo, ressaltou a assinatura de tratado de limites com a Venezuela⁴⁵³. O ordenamento dessas preocupações foi condizente com o avanço das medidas adotadas para a imposição da concepção de Estado dos conservadores. Depois de conquistarem e assegurarem a pacificação no âmbito doméstico, os Saquaremas passaram a envidar esforços para estabelecer os limites do imenso território imperial, baseando-se no princípio do *uti possidetis de facto*. O objetivo da utilização desse princípio do Direito Internacional era garantir a manutenção dos territórios efetivamente ocupados pelas populações luso-brasileiras em detrimento do direito presuntivo das repúblicas hispânicas sobre essas áreas.

Os choques entre os Estados da bacia do Rio da Prata ocorreram pela incompatibilidade existente entre seus distintos projetos nacionais, cujas pretensões antagônicas ameaçavam os objetivos estipulados pelos grupos dirigentes de cada país. Por isso, a definição dos principais marcos fronteiriços da região só pôde ser estabelecida por meio da força e, ao final do processo, refletiu a imposição dos interesses brasileiros. A demarcação das fronteiras do Império, militarmente quando necessário, constituiu o último estágio da consolidação do projeto de Estado Saquarema.

No início da década de 1860, o Gabinete de Luiz Alves de Lima e Silva encontrou contexto econômico caracterizado por expressiva volatilidade de preços. A bem-sucedida repressão ao tráfico negreiro incentivou a migração de grande quantidade de capital alocada nessas transações para outras atividades comerciais. Como os bancos tinham autorização para emitir papel-moeda sem necessidade de estocar numeroso lastro metálico, excessivo volume de cédulas passou a circular na economia, exercendo

⁴⁵³ Na parte final da Fala do Trono de 1861, Dom Pedro II versou sobre temas domésticos, dando ênfase à necessidade de modernizar a administração das províncias, problema muito debatido à época, como comprovaram as obras de Tavares Bastos, favoráveis à descentralização político-administrativa, e de Paulino José Soares de Sousa, favoráveis à centralização político-administrativa. Por envolver o grau de autonomia que deveria ser atribuído às províncias brasileiras, os debates no parlamento nacional prosseguiram até meados de 1889, quando o Visconde de Ouro Preto tentou instituir, sem sucesso, o federalismo no Império, durante o curto período em que esteve à frente da Presidência do Conselho de Ministros. Somente após o golpe de Estado que impôs o regime republicano ao país, o federalismo passou a vigorar. Para maiores detalhes, cf. IGLESIAS, Francisco. Vida política, 1848-1868. . In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 104-105; e CARVALHO, José Murilo. Dom Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a. pp. 204-206.

forte pressão inflacionária. Os Gabinetes que precederam Caxias realizaram algumas reformas com vistas a restringir a quantidade de papel-moeda em circulação, por meio do aumento da porção de lastro metálico necessário a novas emissões. Tais medidas contracionistas provocaram a insatisfação de comerciantes e de grupos financistas da época⁴⁵⁴.

Além da crise financeira, Caxias deparou-se também com conjuntura política delicada. Durante o Gabinete da Conciliação, Honório Hermeto Carneiro Leão conseguiu aprovar nova lei eleitoral denominada “Lei dos Círculos”, que instituiu o voto distrital e fortaleceu as lideranças locais, propiciando maior diversidade de representação na Câmara dos Deputados. Em 1860, a referida lei sofreu alteração e os distritos passaram a eleger os três deputados mais votados em suas jurisdições ao invés de apenas um⁴⁵⁵. Como resultado, nas eleições para a 11ª Legislatura (1861-1863), liberais históricos, como Teófilo Otoni, por exemplo, conseguiram retornar ao Parlamento imperial, dando nova composição à Câmara⁴⁵⁶. No âmbito do Partido Conservador, o grupo eleito apresentou sinais preocupantes de cisão, o que dificultou o estabelecimento de uma maioria capaz de fornecer governabilidade ao futuro Gabinete.

Para formar o ministério seguinte, chama d. Pedro a São Cristóvão o marquês de Caxias, que, embora conservador firme, passava por moderado e era bem quisto da outra parcialidade. (...)

Ao apelar para Caxias, o imperador teria considerado que agora, muito mais do que em 1858, quando chamou, sem resultado, Eusébio de Queiroz e Uruguai, não se podia cogitar nos Saquaremas intransigentes. (HOLANDA, 2010, p. 69.)

A habilidade de estabelecer diálogo com seus adversários era destreza valiosa na vida política do Brasil e o Imperador reconhecia que Luiz Alves de Lima e Silva a possuía. Pelos nomes escolhidos para fazer parte de seu governo, o objetivo do Gabinete Caxias pareceu ser o de proporcionar união aos membros do Partido Conservador e, se possível, cooptar os liberais menos radicais com vistas a auferir estabilidade para o governo. Assim, além da presidência do Conselho de Ministros, Caxias assumiu a pasta da Guerra e compôs seu Gabinete com José Maria da Silva Paranhos na pasta da Fazenda; Francisco de Paula Negreiros de Saião Lobato na pasta da Justiça; Joaquim

⁴⁵⁴ IGLESIAS, op. cit., pp. 93-100.

⁴⁵⁵ IGLESIAS, op. cit., pp. 98-99; CARVALHO, 2007b, pp. 397-400.

⁴⁵⁶ HOLANDA, 2010, pp. 73-74.

José Ignácio na pasta da Marinha; e, a partir de 21 de abril, com Manoel Felizardo de Sousa e Melo na pasta da Agricultura; José Antônio Saraiva na pasta do Império; e Antônio Coelho de Sá e Albuquerque na pasta dos Negócios Estrangeiros⁴⁵⁷.

A estruturação do segundo Gabinete Caxias com os integrantes mencionados evidencia esforço em envolver, no governo, representantes de todos os grupos que compunham o Partido Conservador. Paranhos fazia parte dos ex-liberais que passaram para o lado dos Saquaremas por intermédio de Paraná. Caxias e Felizardo pertenciam ao grupo dos conservadores moderados; Saião Lobato era exemplo de conservador radical; enquanto Saraiva e Sá e Albuquerque faziam parte da ala do Partido Conservador que era mais próxima às posições dos liberais moderados. Com a Câmara composta por maioria conservadora, Caxias demonstrou-se otimista em relação ao início de sua gestão, apesar dos conselhos amigos de João Maurício Wanderley no sentido de se precaver em relação a Saraiva⁴⁵⁸. Sobre a postura de Caxias, Sérgio Buarque de Holanda destacou que:

O perigo de tamanha mansuetude e nesse ponto **mostrava-se bom político – ou bom militar?** – estava em que, na ausência de um inimigo poderoso a enfrentar, e que os disciplinasse na defensiva, acabariam por desunir-se os conservadores, deixando o flanco aberto a incursões do inimigo. Pouco tempo duraria, porém o sossego em que se havia embalado o marquês, confiando, mas desconfiando sempre, nos caminhos de saída daquela mornidão. (HOLANDA, 2010, pp. 78-79.) Destacou-se.

Após três meses de efetivo exercício, Saraiva e Sá e Albuquerque pediram exoneração, confirmando os prognósticos de João Maurício Wanderley e evidenciando para o parlamento que o Gabinete Caxias se encontrava fracionado, em razão da existência de incompatibilidades entre seus integrantes. É muito provável que as posições de Saião Lobato tenham desagradado a Saraiva e a Sá e Albuquerque, pois, segundo o ex-titular da pasta do Império, sua saída, assim como a do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, fora motivada pela falta de confiança entre os ministros no que diz respeito às linhas gerais da política do governo⁴⁵⁹.

⁴⁵⁷ Caxias a Paranhos. Carta de 19 de abril de 1861. AHI, Lata 317, Maço 4; IGLESIAS, op. cit., p. 101; RIO BRANCO, op. cit., pp. 86-87.

⁴⁵⁸ HOLANDA, 2010, pp. 76-77.

⁴⁵⁹ IGLESIAS, op. cit., pp. 102-104; HOLANDA, 2010, pp. 79-81.

A saída do governo de José Antônio Saraiva e de Antônio Coelho de Sá e Albuquerque foi objeto de grande debate no parlamento e gerou desgastes para o Gabinete. Caxias demonstrou sua insatisfação com a situação em carta pessoal escrita a Paranhos, em 20 de junho de 1861:

Vejo o que me diz a respeito das esquisitices desses senhores, que não querem governar o país, quando para isso são convidados, porque querem antes governar o Governo. Enganam-se redondamente comigo, pois não estou disposto a servir-lhes de pau de cabeleira. (...). Deus nos dê paciência para sofrer tantos loucos. (CAXIAS, 1861).⁴⁶⁰

Após uma semana, Luiz Alves voltou a escrever a Paranhos, afirmando não saber “o que querem estes senhores” e que não estava “disposto a aturá-los mais.”⁴⁶¹ A impaciência e a irritação de Caxias em relação a Saraiva e a Sá e Albuquerque, no entanto, não parecem ter sido notadas pelos liberais ou pelos conservadores dissidentes, uma vez que Luiz Alves foi poupado nos ataques que o governo recebeu dos dois grupos mencionados, ao contrário do que ocorreu com Paranhos e Saião Lobato. O futuro Visconde do Rio Branco foi alvo de críticas emitidas por liberais e por Saquaremas tradicionais como Itaboraí, por exemplo. Já Saião Lobato sofreu com censuras oriundas dos liberais e dos conservadores dissidentes que, nesse contexto, tinham Saraiva e Sá e Albuquerque como seus representantes⁴⁶². Tal aspecto reforça a avaliação de que Luiz Alves de Lima e Silva conseguia manter abertos os canais de diálogo com seus adversários, mas, por outro lado, também destaca o fato de que tal habilidade não foi suficiente para o então Marquês de Caxias alcançar os fins pretendidos por ele naquele contexto.

A crise do segundo Gabinete Caxias deu ensejo à elaboração de documento por parte de Dom Pedro II, sob o título de “Apontamentos dados por Sua Majestade O Imperador ao Presidente do Conselho de Ministros, sobre a marcha administrativa e política do atual Gabinete, antes e depois da modificação⁴⁶³”. Por meio do referido opúsculo, Dom Pedro II, na qualidade de Chefe dos Poderes Moderador e Executivo, reforçou sua confiança no Gabinete Caxias e enfatizou os aspectos administrativos que

⁴⁶⁰ Caxias a Paranhos, Carta de 20 de junho de 1861. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁴⁶¹ Caxias a Paranhos, Carta de 27 de junho de 1861. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁴⁶² HOLANDA, 2010, pp. 82-83.

⁴⁶³ O texto integral do referido documento encontra-se no Anexo II.

considerava mais relevantes para o contexto, com vistas a ajustar as diretrizes do governo⁴⁶⁴.

No lugar dos dois membros que solicitaram exoneração, Luiz Alves de Lima e Silva escolheu José Ildefonso de Sousa Ramos, para a pasta do Império, e Benvenuto Augusto Magalhães Taques, para a pasta dos Estrangeiros. Apesar de optar por dois outros políticos conservadores moderados, após a recomposição ministerial, a dinâmica política na Câmara dos deputados passou a favorecer à aproximação entre liberais menos radicais e parcelas de conservadores dissidentes, como Saraiva, Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis e Vasconcelos, dando bases para a incipiente configuração de articulação parlamentar denominada “Liga Progressista”. Aos poucos, o parlamento imperial testemunhou a formação de coalizção política no sentido contrário àquele pretendido por Luiz Alves de Lima e Silva⁴⁶⁵.

Assim sendo, durante o período em que esteve pela segunda vez à frente da Presidência do Conselho de Ministros, Caxias teve de governar com uma Câmara dotada de maioria conservadora, mas fragmentada pelas crescentes divergências entre os Saquaremas. Como resultado, a oposição a seu Gabinete fortaleceu-se. Apesar dessas adversidades, Luiz Alves manifestou a João Maurício Wanderley e a Osório sua intenção em permanecer no cargo e afirmou-lhes que só deixaria o governo caso fosse derrotado constitucionalmente⁴⁶⁶. Com o objetivo de reaver base parlamentar que lhe proporcionasse razoável governabilidade, Caxias sugeriu a Dom Pedro II a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições, mas o Imperador não anuiu com essa proposição. Assim, o Monarca só se posicionou de forma definitiva em relação às emergentes desinteligências existentes entre o legislativo e o Gabinete quando um conflito entre os dois poderes o obrigou.

Apesar de a eclosão de uma crise não ter sido surpreendente naquele contexto, o nome do principal articulador do movimento chamou atenção.

Nesse discurso, Zacarias já emprega pela primeira vez a palavra “emperrados” com referência aos ministros, o que causou surpresa, porque pouco tempo antes se mostrava ele vivamente contrário à oposição liberal, e fiel às ideias que o Gabinete Caxias procurava representar. (HOLANDA, 2010, p. 86).

⁴⁶⁴ AHI, Lata 317, Maço 4. Para maiores detalhes, conferir Anexo II.

⁴⁶⁵ HOLANDA, 2010, pp. 81-86; VIEIRA, op. cit., p. 215.

⁴⁶⁶ HOLANDA, 2010, pp. 84-85.

Quando o texto de resposta à Fala do Trono⁴⁶⁷ passou a ser debatido na Câmara, em 1862, Zacarias de Góis e Vasconcelos apresentou emenda, cujo texto passou a ser debatido. Percebendo que o governo carecia momentaneamente de maioria no plenário, Zacarias pediu o encerramento das discussões para proceder à votação de sua propositura. Como os representantes do Gabinete não notaram que muitos deputados da base não se encontravam no recinto naquele momento, o governo acabou derrotado pela diferença de apenas um voto. Ante a situação, o Imperador preferiu não dissolver a Câmara, mas mudar a Presidência do Conselho de Ministros e, com ele, os titulares das pastas ministeriais. Segundo alguns historiadores, essa ocasião teria sido a primeira vez que um governo regular do Império fora derrubado por meio de moção de desconfiança⁴⁶⁸.

Seguindo a lógica política dos sistemas parlamentares de governo, Dom Pedro II convocou o líder da oposição responsável pela derrota do Gabinete Caxias para formar um novo governo. Assim, Zacarias de Góis e Vasconcelos compôs novo ministério com o apoio de Saraiva e de Sá e Albuquerque. Quatro dias após a formação deste novo Gabinete, no entanto, tornou-se evidente que a base de sustentação de Zacarias não dispunha de maioria na Câmara e que a aprovação da moção de desconfiança que derrubara Caxias decorrera da ausência momentânea de alguns parlamentares no plenário. Dessa forma, o Gabinete Zacarias nasceu fadado a terminar da mesma maneira que o seu antecessor. Quatro dias após assumir a Presidência do Conselho de Ministros, uma moção de desconfiança derrotou o ministério recém-formado por seis votos⁴⁶⁹.

Novamente, Dom Pedro II não anuiu à dissolução da Câmara e usou da praxe política imperial de solicitar ao Presidente do Conselho que deixava o cargo a indicação de um nome para chefiar o próximo governo. Zacarias indicou Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, que, chamado a São Cristóvão, pediu dispensa da incumbência oferecida pelo Imperador e recomendou-lhe o Marquês de Olinda para seu

⁴⁶⁷ Também conhecido pelo nome de “projeto de voto de graças”.

⁴⁶⁸ IGLESIAS, op. cit., p. 107; HOLANDA, 2010, p. 86. O dicionário Houaiss define “moção”, em sua quinta acepção, como “proposição feita por algum participante em uma assembleia, para que seja avaliada e votada, que pode ser relativa a qualquer incidente que surja nessa assembleia ou fora dela”. Assim, uma “moção de desconfiança” é toda aquela proposição específica que tenha por objetivo questionar o programa do governo; ou versar sobre assunto de interesse nacional; ou mesmo aquela proposição genérica que demonstre que o governo não mais tem condições parlamentares para executar seu programa.

⁴⁶⁹ IGLESIAS, op. cit., p. 107-110.

lugar. Segundo Limpo de Abreu, o contexto da época demandava um Presidente do Conselho que não estivesse ligado às últimas disputas políticas e que usufruísse de imagem de neutralidade, Olinda seria quem melhor se enquadrava nesse perfil. Em resposta a Limpo de Abreu, o Imperador sugeriu o nome de Caxias, evidenciando, uma vez mais, que sua imagem a respeito de Luiz Alves baseava-se na habilidade deste último em dialogar e estabelecer consenso entre grupos antagônicos. Abaeté argumentou que a convocação de Caxias, naquele momento, poderia parecer fazer parte de manobra cujo objetivo era a desmoralização da incipiente formação da “Liga Progressista”, argumento que convenceu o monarca a convocar Pedro de Araújo Lima ao Palácio de São Cristóvão⁴⁷⁰.

Importantes conclusões podem ser auferidas da dinâmica política analisada. A “Lei dos Círculos” introduziu o voto distrital no país e conseguiu propiciar maior representatividade para as minorias na Câmara. Apesar das dificuldades decorrentes do fortalecimento da oposição liberal e da desagregação da coesão do Partido Conservador, Luiz Alves de Lima e Silva deixou evidente sua vontade de continuar a governar, tal como se pode atestar pela correspondência que manteve à época com Paranhos⁴⁷¹. Quando Caxias foi chamado por Dom Pedro II para formar seu terceiro Gabinete, na década de 1870, sua postura em relação ao exercício do cargo foi bem diferente, como será visto mais adiante, no capítulo 7.

Além de Luiz Alves de Lima e Silva ter deixado o governo contrariamente a sua vontade, em 1862, há fortes indícios em sua correspondência do período de que ele não perdeu a articulação política elaborada por Zacarias de Góis e Vasconcelos⁴⁷². Assim, o envolvimento desses dois personagens em uma das maiores crises parlamentares que o Império testemunhou, poucos anos mais tarde, em 1868, não parece ser fruto do acaso ou acontecimento inesperado.

Embora o segundo Gabinete Caxias possa ser interpretado como uma derrota política de Luiz Alves – já que o então Marquês não restabeleceu a união entre os membros do Partido Conservador, nem evitou a coalização entre os seus correligionários dissidentes e os liberais moderados – seu insucesso foi temporário. Caxias esteve envolvido no contexto político que propiciou o surgimento da “Liga

⁴⁷⁰ HOLANDA, 2010, p. 87-94.

⁴⁷¹ AHI, Lata 317, Maço 4.

⁴⁷² AHI, Lata 317, Maço 4.

Progressista”, mas também participou diretamente dos acontecimentos que derrubaram o Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos em 1868 e que colocaram fim à coalização que dava suporte ao “Partido Progressista”. Assim, passados seis anos do final de seu Gabinete, Luiz Alves conseguiu novamente polarizar os liberais e deu nova coesão aos Saquaremas, cumprindo, ainda que tardiamente, aquilo a que se propôs em 1861.

Apesar ter permanecido por um ano e dois meses a frente da Presidência do Conselho de Ministros, a administração de Caxias lidou com questões importantes em política externa. À época, o serviço diplomático brasileiro era composto por 20 legações, preenchidas com 7 enviados extraordinários e ministros plenipotenciários, 5 ministros residentes e 8 encarregados de negócios. Para ajudar essas autoridades, 30 funcionários subalternos residiam no exterior, dos quais 11 eram secretários e 19, adidos de 1ª classe⁴⁷³. O corpo diplomático estrangeiro residente no Rio de Janeiro era constituído por 5 ministros de primeira classe, 3 ministros de segunda classe e 2 encarregados de negócios⁴⁷⁴.

O projeto de Estado Saquarema continuou a balizar as diretrizes internacionais do Império, conforme o esforço em demarcar as fronteiras nacionais atestou. O propósito de defender o território nacional contra aspirações estrangeiras também foi refletido na preocupação demonstrada por Luiz Alves em ocupar os espaços vazios do Brasil:

Em um país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente baldo de população civilizada; em outros, apenas habitados por selvagens; limítrofe, além disso, com estados com idênticas senão menos lisonjeiras condições, o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma medida política de reconhecida necessidade.

Promovendo o desenvolvimento da população em lugares ermos, e procurando atrair ao grêmio do cristianismo e da civilização milhares de homens que vivem no seio da barbaria e da mais profunda ignorância, os quais infelizmente ainda abundam em nossas virgens florestas, **as colônias militares a um tempo servem também de garantia contra injustas pretensões de absorção de território, e de poderoso auxílio ao cultivo das relações de boa inteligência com as nações vizinhas**; ao passo que igualmente contribuem para o progresso da indústria e do comércio com as mesmas nações. (CAXIAS, 1862, p. 28)⁴⁷⁵. Destacou-se.

⁴⁷³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 2.

⁴⁷⁴ BRASIL, op. cit., p. 6.

⁴⁷⁵ In BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 28.

A preocupação em preencher as regiões do país com grandes vazios demográficos esteve presente também nos apontamentos de agosto de 1861, elaborados por Dom Pedro II, principalmente no que se refere ao vale do Rio Amazonas⁴⁷⁶. A política defendida por Luiz Alves de Lima e Silva, em 1861, como meio para assegurar a posse do território nacional e manter a integridade do Império só pôde se concretizar no século XX, quando o Brasil conseguiu transferir parcela expressiva de suas forças militares da região sul para a região norte. O projeto “Calha Norte” demonstra bem esse processo tardio de efetiva ocupação de alguns pontos dos limites setentrionais do país, por meio do estabelecimento de unidades militares na região⁴⁷⁷.

Entre 1861 e 1862, o Império promoveu várias missões diplomáticas para viabilizar negociações relativas a demarcação de suas fronteiras. Francisco Varnhagen foi enviado à Venezuela para negociar acordo de navegação fluvial e promover a demarcação dos limites entre os dois países. Como o governo venezuelano adiou as reuniões para tais entendimentos, o Brasil deslocou seu historiador para o Equador⁴⁷⁸. Após assinar convenção, fixando a linha divisória entre o Império e a República do Peru, em 1851, o governo brasileiro tentou proceder à demarcação e ao reconhecimento dos limites entre os dois Estados, em 1861, designando comissão para esse fim. Como o representante peruano que participaria dos trabalhos conjuntos teve de se ausentar logo no início da empreitada, a comissão binacional teve de ser suspensa⁴⁷⁹.

Ainda nesse mesmo período, o Visconde do Uruguai esteve envolvido em outra iniciativa diplomática cujo objetivo também era estabelecer os limites do Império. Para tentar definir a fronteira nacional com a Guiana Francesa, o governo central designou Paulino José Soares de Sousa para negociar a questão de limites com o plenipotenciário francês. O Brasil defendia o rio Oiapoque, que desemboca no cabo de Orange, como divisa entre as posses dos dois países. Para chegar a um acordo, o representante brasileiro recebeu autorização para oferecer linhas divisórias mais ao sul do rio Oiapoque, tendo como oferta mais vantajosa à França o rio Calçoene, situado a cerca de

⁴⁷⁶ Conferir Anexo II.

⁴⁷⁷ Maiores informações sobre o projeto “Calha Norte” podem ser encontradas na página eletrônica do Ministério da Defesa < <https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte> >. Acesso em 25 de junho de 2018.

⁴⁷⁸ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. pp. 3; 74-80.

⁴⁷⁹ BRASIL, op. cit., pp. 25-26.

180 quilômetros mais ao sul. Apesar dessa flexibilidade, nenhuma proposta apresentada pelo Visconde do Uruguai foi aceita pela França⁴⁸⁰, para felicidade do Brasil, que, em 1900, após arbitramento do Presidente da Suíça, logrou ter o rio Oiapoque reconhecido como divisa entre os territórios dos dois países⁴⁸¹.

O Império também fez gestões junto ao Paraguai, com vistas a demarcar a fronteira entre os dois Estados. Como a convenção celebrada entre ambas as partes, em 1856, estipulou 6 de abril de 1862 como prazo final para a nomeação dos respectivos plenipotenciários que tratariam da questão de seus limites, o Brasil deu plenos poderes a seu agente diplomático em Assunção, Antônio Pedro de Carvalho Borges, para prosseguir com as negociações⁴⁸². No entanto, como esse diplomata partiu da capital paraguaia para o Rio de Janeiro sem a devida autorização do governo central, ele foi exonerado de suas funções, prejudicando assim os entendimentos bilaterais sobre o tema. As tensões entre Brasil e Paraguai já se encontravam elevadas em 1861:

Os estabelecimentos brasileiros nas cabeceiras dos rios Dourados e Miranda, os quais constituíam o *uti possidetis* do Império em terrenos que lhe não podem ser contestados, não foram compreendidos no pensamento que ditou a convenção de 1856.

Entretanto uma partida paraguaia de 60 ou 70 homens foi até aquelas colônias, sob comando de um tenente que pretendeu duvidar do nosso direito a essa ocupação.

Segundo as informações que teve o governo imperial, o fato não passou de uma simples exploração. (BRASIL, 1862. p. 9)⁴⁸³.

O Império tinha motivos concretos para se preocupar com tais incursões militares do Paraguai, uma vez que, como visto, na década de 1840, tropas de Assunção ocuparam militarmente a região da atual província argentina de Misiones, compreendida entre os rios Uruguai e Paraná, alegando que aquele território fazia parte do Paraguai⁴⁸⁴. Nem os protestos de Buenos Aires foram suficientes para demover Antonio López dessa ação. Com a morte desse ditador, em 1862, e a ascensão de seu

⁴⁸⁰ BRASIL, op. cit., pp. 27-28.

⁴⁸¹ Para maiores detalhes a respeito da questão de limites que opôs Brasil e França, conferir RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco III: Questões de limites Guiana Francesa primeira memória*. Brasília: FUNAG, 2012, e RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco IV: Questões de limites Guiana Francesa segunda memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

⁴⁸² BRASIL, op. cit., p. 5 do Anexo 2.

⁴⁸³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 9.

⁴⁸⁴ FERREIRA, op. cit., p. 151.

filho Francisco Solano López ao poder, as relações entre o Brasil e o Paraguai deterioraram-se rapidamente.

Os trabalhos de demarcação da fronteira brasileira com a República Oriental do Uruguai continuaram a ocorrer sob as diretrizes estabelecidas pelo tratado de limites de 12 de outubro de 1851. Assim, durante o ano de 1861, foram acrescentados dois novos marcos intermediários aos 53 marcos grandes e 41 marcos intermediários já estabelecidos. Os trabalhos prosseguiram, algumas vezes, sem a presença de um delegado oriental, fato que causava protestos por parte dessa República. No entanto, como o governo imperial se dispunha a submeter o trabalho realizado à verificação de comissário uruguaio, essas desavenças não tomaram maior vulto⁴⁸⁵. Durante os anos de 1861 e 1862, as relações entre Brasil e Uruguai sofreram processo de gradual desgaste, tal como ocorria em relação ao Paraguai, culminando no ultimato brasileiro entregue a Aguirre, em 1864, que levou à intervenção militar imperial nesse Estado⁴⁸⁶. As principais causas dos conflitos entre os dois países decorriam do tratamento dispensado pelas autoridades locais e por parte da população oriental aos brasileiros residentes no território uruguaio, tal como registrado no relatório dos Negócios Estrangeiros referente a 1861:

As violências e vexames que sofrem os súditos do Império, estabelecidos ou residentes nos departamentos da república Oriental próximos da fronteira brasileira, tem despertado a mais séria atenção do governo imperial e exigem as mais enérgicas providências da autoridade superior, como não cessão de reclamar os agentes do Império, a bem dos direitos e legítimos interesses dos nossos nacionais. (BRASIL, 1862. p. 8).⁴⁸⁷

Considerando as denúncias de maus tratos e humilhações contra os brasileiros, o Império apresentou queixas às autoridades uruguaias que, por sua vez, expediram circulares a seus comandantes regionais, solicitando maior fiscalização contra o cometimento de crimes. O governo uruguaio chegou a demitir algumas autoridades regionais dos departamentos de Maldonado, Canelones e Salto, em decorrência dos protestos imperiais. No entanto, com o aumento da quantidade de brasileiros residindo no território oriental, as violências e os crimes envolvendo súditos do Império

⁴⁸⁵ BRASIL, op. cit., pp. 25-26.

⁴⁸⁶ BANDEIRA, op. cit., pp. 157-180.

⁴⁸⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 8.

continuaram a aumentar. As perseguições contra os brasileiros materializavam-se por meio de assassinatos, espoliações, prisões arbitrárias e todo tipo de vexação pública. Em muitos casos, os problemas relacionavam-se a questões vinculadas à posse de terra⁴⁸⁸.

Os casos mais graves envolvendo nacionais do Brasil residentes no Uruguai aconteceram no departamento de Taquarembó. O governo central no Rio de Janeiro chegou a enviar o cônsul-geral Melchior Carneiro de Mendonça Franco para o referido departamento, com vistas a verificar *in loco* toda a situação envolvendo os brasileiros. Por ocasião de sua missão, Mendonça Franco pôde comprovar a veracidade das denúncias, registrando-as em relatório de 30 de março de 1862.

Deplora entretanto o governo imperial ver confirmadas no relatório do cônsul-geral do Império, as queixas dos súditos brasileiros por causa dos atentados de que se têm sido vítimas, os quais, segundo as averiguações a que se procedeu tem sido cometidos de modo injustificável até pelas próprias autoridades da república, com violação de suas leis. (BRASIL, 1862. p. 38).⁴⁸⁹

Mais do que a complacência, o envolvimento direto de autoridades orientais nas agressões a nacionais e aos símbolos do Império pôde ser comprovada por meio de acontecimento inusitado, ocorrido também em Taquarembó. Em 16 de novembro de 1861, o uruguaio José do Couto roubou o escudo das armas imperiais da frente da casa do vice-cônsul brasileiro naquele departamento. Ante os protestos da legação brasileira, o ministro das relações exteriores oriental comunicou à missão diplomática imperial que o governo da República dera instruções expressas ao chefe político de Taquarembó, Tristán Azambuja, no sentido de repreender severamente José do Couto e aplicar-lhe pena correccional de seis a oito dias de prisão. No dia 6 de janeiro de 1862, o senhor Azambuja informou ao vice-cônsul brasileiro que o autor do roubo do escudo imperial havia sido preso. No entanto, nesse mesmo dia, José do Couto apareceu a cavalo, em frente à casa da autoridade brasileira, “levando de rastos pela rua o escudo das armas imperiais, por ele anteriormente arrebatado, e, apeando-se, passou a injuriar e ameaçar com uma faca o mesmo vice-cônsul”⁴⁹⁰. A razão pela qual nada havia sido feito contra o referido agressor advinha do fato de Tristán de Azambuja ser seu cunhado. Levado a

⁴⁸⁸ BRASIL, op. cit., pp. 36-42.

⁴⁸⁹BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 38.

⁴⁹⁰ BRASIL, op. cit., p. 43.

juízo, José do Couto foi absolvido, a despeito de todo o ocorrido e dos diversos depoimentos em seu desfavor prestados por diferentes testemunhas. Ante os protestos imperiais em relação à esdruxula situação, o réu foi submetido a novo processo judicial e seu cunhado, Tristán de Azambuja, demitido da chefia do departamento de Taquembó por meio de Decreto de 12 de junho de 1862⁴⁹¹.

Outro grande problema que reapareceu nas relações bilaterais entre Brasil e Uruguai adveio da decisão de Montevideu de reestabelecer imposto sobre a exportação de gado em pé para o território sul-rio-grandense. A insatisfação que tal medida gerou, pôde ser percebida nos anos seguintes, quando as tensões entre as autoridades uruguaias e os estancieiros brasileiros que eram também proprietários de terras orientais elevaram-se. Tendo o governo imperial ciência das consequências negativas dessa ação, advertiu às autoridades uruguaias sobre os problemas que potencialmente poderiam reaparecer:

O gado exportado da República para o Império ficou sujeito a um direito de 4%. (...).

Ferindo o novo regulamento importantes interesses de muitos súditos do Império na República e na província limítrofe, sobre este assunto fez a legação imperial várias observações ao respectivo ministro das relações exteriores, solicitando que se reconsiderasse o regulamento, e, em todo caso, se recomendasse às competentes autoridades toda a moderação em sua execução, tendo em conta a repugnância com que sempre são acolhidas medidas dessa natureza. (BRASIL, 1862. p. 15).⁴⁹²

Assim, pelo relatório elaborado por Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, em 1862, já era possível vislumbrar os primeiros desgastes políticos em relação aos governos de Assunção e de Montevideu e antever certa coordenação política entre os dois países, principalmente em função de suas posturas mais distantes para com o Império. O relacionamento com a Confederação Argentina não apresentou grandes mudanças desde a positiva aproximação estabelecida na década de 1850, por ocasião da intervenção conjunta contra Oribe e Rosas. Em 1857, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, conseguira negociar com sucesso, junto ao governo de Buenos Aires, uma convenção fluvial, um tratado de extradição de criminosos e devolução de

⁴⁹¹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 42-43; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863. p. 42.

⁴⁹² BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 15.

escravos fugidos e um tratado de limites que reconhecia as linhas atuais de nossas fronteiras com aquele país, sem deixar dúvidas sobre qual era o rio Peperi-Guaçu⁴⁹³. Como se sabe, essa linha foi contestada anos mais tarde e a questão de Palmas foi decidida favoravelmente ao Brasil, graças à atuação de Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco⁴⁹⁴.

As relações do Império com os Estados Unidos e com as potências europeias testemunharam período de grande agitação política no início da década de 1860. Com o ataque das forças Confederadas ao Forte Sumter, em 12 e 13 de abril de 1861, iniciou-se a Guerra de Secessão naquele país. Visto que o ministro plenipotenciário norte-americano no Rio de Janeiro, Richard Kidder Meade, declarou fidelidade aos Estados Confederados, o governo de Washington encerrou sua missão e enviou James Watson Webb para substituí-lo⁴⁹⁵. O principal objetivo do diplomata norte-americano no Brasil foi conseguir a neutralidade do Império face à Guerra Civil, evitar, a qualquer custo, o reconhecimento da independência dos Estados Confederados da América e bloquear diplomaticamente a prestação de qualquer tipo de ajuda material ou financeira aos sulistas⁴⁹⁶. Nesse sentido, a missão de James Webb foi bem sucedida, uma vez que o Império manteve-se neutro durante todo período que perdurou o conflito nos Estados Unidos e não auxiliou as forças confederadas⁴⁹⁷.

Em 1861, o Império do Brasil tomou atitude diplomática de grande relevância simbólica para com a Itália, ao reconhecer o surgimento desse novo Estado. Em março de 1861, Vitor Emanuel II unificou a península italiana e se proclamou soberano do

⁴⁹³ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial.- Discurso na Câmara dos Deputados em 11 de julho de 1862*. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. pp. 218-223.

⁴⁹⁴ Para maiores detalhes sobre a Questão de Palmas, conferir RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco I: Questões de limites República Argentina*. Brasília: FUNAG, 2012.

⁴⁹⁵ BRASIL, op. cit., p. 6; WRIGHT, John D. *História da Guerra Civil Americana*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2008. pp. 34-38.

⁴⁹⁶ ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Department of State - *Message of the President of the United States to the two houses of Congress at the commencement of the third session of the thirty-seventh congress - Papers relating to the foreign relations of the United States*. 1862. pp. 697-728.

⁴⁹⁷ BRASIL, op. cit., p. 11-13. A legação norte-americana protestou algumas vezes em decorrência da permissão que navios sulistas receberam para atracar em portos brasileiros e reabastecerem-se com água, alimentos e carvão. Em resposta, o Brasil esclareceu que tais autorizações não se estendem a materiais bélicos e que a autorização de fundear para o reabastecimento de viveres e de material para propulsão era providência prevista pelo Direito Internacional e não feria a postura de neutralidade adotada pelo Império. A chancelaria brasileira indicou ainda que a atitude imperial era similar inclusive àquela de outros países como Inglaterra e França. Para maiores detalhes, conferir BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. Anexo 1. pp. 1-40.

novo Reino da Itália. A atitude brasileira de reconhecer o novo país, no mesmo ano de sua fundação, teve grande relevância pelo fato de a Imperatriz Teresa Cristina pertencer à um ramo da casa real dos Bourbon que, até então, governava o Reino das Duas Sicílias. Com a ajuda de Garibaldi e de Cavour, Vitor Emanuel II depôs o último soberano daquela monarquia, Francisco II, e anexou o país ao Reino da Itália. Dessa maneira, a atitude do Brasil evidenciou o pragmatismo político de Dom Pedro II, que não permitiu que os laços da família imperial com o soberano deposto em Nápoles prevalecessem sobre as razões de Estado. Como consequência, o governo imperial encerrou as funções de seus agentes diplomáticos e consulares no Reino das Duas Sicílias e estabeleceu negociações para a assinatura de convenção consular com o Reino da Itália⁴⁹⁸.

O Gabinete Caxias também acompanhou e registrou o início dos acontecimentos que opuseram Brasil e Grã-Bretanha no que ficou conhecido na historiografia como “Questão Christie”. Em 3 de julho de 1861, o governo imperial foi informado sobre o naufrágio do navio britânico “Prince of Wales” nas costas do Rio Grande do Sul. O cônsul britânico que visitara o local do sinistro insinuou que a falta de diligências por parte das autoridades brasileiras da província decorria do interesse em acobertar o fato de que marujos ingleses haviam sido assassinados para que a carga do navio fosse roubada. Em 25 de outubro de 1861, o plenipotenciário britânico no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, pediu investigações e punição para os culpados pelos crimes. O governo central solicitou às autoridades provinciais sul-rio-grandenses prioridade às investigações e instruiu a esses agentes a utilização de todos os meios que julgassem necessários para o esclarecimento da questão e a consequente punição dos envolvidos⁴⁹⁹. De posse de informações parciais, Benvenuto Taques registrou em seu relatório anual que:

(...) se pela correspondência até agora recebida da presidência do Rio Grande do Sul há razão para crer que foram com efeito roubados alguns objetos salvados do naufrágio, parece que felizmente carecem de fundamento as suspeitas dos assassinios cometidos por ocasião do mesmo naufrágio. (BRASIL, 1862, p. 57).⁵⁰⁰

⁴⁹⁸ BRASIL, op. cit., pp. 8; 33-34.

⁴⁹⁹ BRASIL, op. cit., pp. 56-57.

⁵⁰⁰ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862. p. 57.

Como se sabe, nos meses seguintes, as tensões entre Rio de Janeiro e Londres escalaram em decorrência das exigências descabidas do plenipotenciário inglês e da ocorrência da prisão de dois marujos britânicos bêbados que se envolveram em uma briga de rua na Corte. A crise diplomática entre os dois países acarretou o rompimento de suas relações políticas, as quais só foram restabelecidas em Uruguaiana, em 1865, quando o representante da Rainha Vitória apresentou pedido formal de desculpas a Dom Pedro II⁵⁰¹. Pelo exposto, percebe-se que os anos de 1861 e 1862 foram caracterizados por importantes acontecimentos internacionais como a Guerra Civil dos Estados Unidos, a unificação italiana e o início dos eventos envolvendo a “Questão Christie”.

No âmbito da política externa, a continuidade do esforço imperial em demarcar as fronteiras nacionais, defendendo sempre o *uti possidetis de facto* como princípio balizador das negociações, caracterizou o período em que Luiz Alves de Lima e Silva esteve à frente da Presidência do Gabinete de Ministros pela segunda vez. Tal postura era condizente com as diretrizes estabelecidas pelo projeto de Estado Saquarema, o qual, desde 1851, passou a conduzir a defesa dos interesses do país no âmbito regional.

O último grande desafio internacional ao projeto Saquaremas ameaçou as instituições políticas imperiais e a integridade territorial do país. Como o projeto de Estado proposto por Francisco Solano López estabeleceu objetivos antagônicos às pretensões brasileiras relacionadas às questões de limites e aos direitos de navegação nos rios da bacia do Prata que davam acesso às províncias de Mato Grosso, São Paulo e Paraná, o conflito bélico entre os dois países foi o modo por meio do qual o ditador paraguaio quis resolver tais divergências. Como se verá nos próximos capítulos, a participação de Luiz Alves de Lima e Silva foi fundamental para a prevalência dos interesses brasileiros e para a garantia da primazia do projeto de Estado Saquarema sobre as aspirações de López.

5.4 – Considerações finais

Pelo exposto até o momento, foi possível perceber um processo gradual de ampliação do escopo de predomínio do projeto de Estado Saquarema. Depois de obter

⁵⁰¹ Para maiores informações sobre a “Questão Christie”, conferir GRAHAM, Richard, *Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: "A Questão Christie"*. Revista de Historia da USP v. 24 n. 49 e n. 50, pp. 117-138; 379-402, 1962.

vitória regional sobre os demais programas políticos existentes na Corte e na província do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1830 e 1840, o programa defendido pelo Partido Conservador impôs sua hegemonia a todo país, por meio da eliminação dos levantes e das revoltas provinciais estimuladas por correntes ideológicas dissidentes. Assegurada a coesão nacional em torno de princípios básicos de governo, os Saquaremas passaram a lutar para garantir as bases de sustentação desses mesmos preceitos no âmbito regional da América do Sul, atuando para suprimir toda e qualquer ameaça à consolidação do Estado brasileiro.

Para tanto, o Brasil deveria demarcar suas fronteiras, de modo a garantir a manutenção da “herança” deixada pelo Império português na América e reduzir o risco de futuros conflitos com seus vizinhos por questões de limites. Como a distribuição relativa de poder no Cone Sul, entre 1850 e 1870, favoreceu o Império, a realização desse objetivo de política externa tornou-se factível. Nesse período, Argentina e Uruguai encontravam-se enfraquecidos em decorrência de disputas domésticas violentas, advindas das diversas tentativas de imposição de projetos nacionais rivais. De modo distinto, o Brasil já se encontrava livre de conflitos armados no seu âmbito interno e, por essa razão, pôde deslocar recursos bélicos e logísticos para o Rio Grande do Sul para derrotar Oribe e Rosas com o apoio de lideranças dissidentes do Uruguai e da Argentina.

Destruído o projeto nacional de Rosas, cujo principal objetivo era a reconstrução do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, o Império do Brasil conseguiu negociar com o Uruguai a demarcação dos limites entre os dois países, afastando definitivamente o perigo de reivindicação das divisas estabelecidas pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, cujos termos cederam à Espanha quase metade do território do atual estado do Rio Grande do Sul. Nessa mesma oportunidade, entre 1851 e 1852, o governo central tentou ainda negociar tratados de limites similares com a Confederação Argentina e com o Paraguai, mas não obteve sucesso.

Assim, até 1862, a política externa do Império teve condições políticas e materiais para impor seus interesses econômicos e geopolíticos sobre os demais países platinos, como os acordos sobre comércio, empréstimos e livre navegação fluvial atestaram. A definição dos limites internacionais com o Paraguai, no entanto, não pôde ser concretizada naquele contexto. Ao mesmo tempo, as negociações para a demarcação de limites com os vizinhos ao norte prosseguiram com relativo sucesso em alguns casos.

Pela maneira por meio da qual a diplomacia brasileira negociou suas fronteiras, é possível notar que não havia um interesse expansionista por parte do Império. O objetivo da elite dirigente da época foi garantir a posse de todos os territórios sob efetiva ocupação de brasileiros, existindo até mesmo certa flexibilidade nos termos dos entendimentos estabelecidos com autoridades estrangeiras. As negociações encetadas pelo Visconde do Uruguai com o plenipotenciário Francês, por exemplo, referentes às questões lindeiras com a Guiana Francesa, demonstrou que o governo brasileiro estava disposto inclusive a abrir mão de parte de suas legítimas possessões em troca da pacífica demarcação definitiva de seu território.

Nos dois momentos analisados, a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva mostrou-se importante. Na intervenção contra Oribe e Rosas, Caxias liderou as tropas brasileiras e foi essencial na interlocução das autoridades uruguaias locais com Honório Hermeto Carneiro Leão, durante a missão desse estadista em Montevideú. Posteriormente, quando assumiu a Presidência do Conselho de Ministros, pela segunda vez, Caxias deu continuidade ao esforço de demarcação de limites do país e sugeriu a ocupação dos vazios demográficos existentes ao longo das fronteiras nacionais como meio de garantir a posse dos territórios pertencentes ao país e, ao mesmo tempo, estabelecer boas relações com os Estados vizinhos.

O maior desafio à integridade geográfica e política do Estado brasileiro, no entanto, ocorreu ainda na década de 1860. Nessa ocasião, Caxias teve participação importante no esforço nacional de defesa contra a agressão paraguaia. A iniciativa de López refletiu suas ambições territoriais e fez parte de um empreendimento político maior, que ameaçava a consecução do próprio projeto Saquarema. Como as pretensões de Assunção recaíam sobre significativas porções territoriais do Brasil e cerceavam o acesso fluvial a outras vastas áreas do Império, não havia maneira de se compatibilizar os interesses antagônicos dos dirigentes brasileiros, de um lado, àqueles do ditador paraguaio, de outro. A possibilidade de um conflito entre as duas nações aumentou de maneira significativa e a sua eclosão fez parte do processo de formação dos Estados da bacia do Prata.

5.5 – Iconografia



Visconde do Uruguai. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 47. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3506/1/011391_IMAGEM_005.jpg >.



Marquês do Paraná. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 19. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3528/1/011391_IMAGE_001.jpg >.

Capítulo 6 – Paraguai - o último desafio ao Projeto de Estado Saquarema

Mas, tendo desaparecido de cena o ditador Rosas, o governo do Paraguai, que se mostrava íntimo amigo do Brasil, cuja confiança para conosco chegara ao ponto de dar carta branca ao ministro que o governo imperial nomeasse para representar-nos em Buenos Aires, dada uma suposta intervenção do Império com a França e a Inglaterra, o governo do Paraguai, então, deixou-se possuir de prevenções contra o Brasil; receou que, ufanos com os resultados que havíamos alcançado nas margens do Prata, nos tornássemos ambiciosos e quiséssemos substituir o ditador Rosas em seus desígnios contra a República do Paraguai! – Visconde do Rio Branco⁵⁰².

6.1 – Introdução

Ao auxiliar a eliminar significativos constrangimentos domésticos à consecução do projeto Saquarema, Caxias contribuiu para fomentar contexto propício à intervenção brasileira na região do Prata. Como resultado, liderou as tropas imperiais que derrubaram Oribe e Rosas e intermediou as conversações entre Honório Hermeto Carneiro Leão e as lideranças Uruguaias em 1851. Poucos anos depois, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, Luiz Alves deu continuidade ao esforço nacional de demarcação de fronteiras e conduziu a política externa imperial sem grandes dificuldades.

Desde 1850, o Brasil exercia hegemonia regional no Cone Sul. Após superar as ameaças apresentadas pelo projeto nacional de Rosas e Oribe, o Império enfrentou o maior desafio que se apresentou às concepções de Estado do grupo Saquarema. Os planos de Francisco Solano López Carrillo prescreviam a formação de um “Paraguai Grande”, capaz de fazer frente à Confederação Argentina e ao Império. Assim, de aliado natural contra a Argentina, o Paraguai passou à condição de inimigo inoportuno contra o qual o Brasil se viu obrigado a lutar, contando ainda com o auxílio de um aliado indesejado. Segundo a avaliação de López, para negociar em pé de igualdade com seus dois maiores vizinhos, o governo de Assunção deveria fortalecer o exército e a marinha, ampliar o poderio dos fortes paraguaios, como Humaitá, e buscar aproximação política

⁵⁰² RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial.- Discurso na Câmara dos Deputados em 11 de julho de 1862*. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 209.

com os governos de Uruguai, Corrientes e Entre Rios. Luiz Alves de Lima e Silva foi protagonista nas ações que o Império adotou para resistir às agressões paraguaias e vencer o exército de López. No entanto, tal como ocorrido nos eventos já analisados, a atuação de Caxias não se restringiu à esfera militar, produzindo repercussões importantes sobre os acontecimentos domésticos do país e sobre a política externa do imperial.

Após a captura do navio Marquês de Olinda e da invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias, o Gabinete Progressista responsável pelo governo central de então tentou contar com o apoio de Caxias para as operações de guerra contra López. Em um primeiro momento, Luiz Alves aceitou colaborar com o então titular da pasta da Guerra, Beaurepaire-Rohan, no entanto, como o Presidente do Conselho de Ministros à época, Francisco José Furtado, não aceitou nomear Caxias, cumulativamente, para as funções de comandante-em-chefe das forças imperiais e de Presidente do Rio Grande do Sul, alegando razões de ordem partidária para denegar esse último cargo, Luiz Alves declinou do comando das forças brasileiras. Tendo ciência da rivalidade entre liberais e conservadores, Caxias procurou precaver-se contra eventuais perseguições e boicotes motivados por razões político-partidárias. A obtenção do controle político da província do Rio Grande do Sul poderia evitar-lhe muitos problemas nesse sentido, além de fornecer-lhe a gerência sobre os efetivos da potente Guarda Nacional daquela província.

Antes de Luiz Alves de Lima e Silva assumir o comando das tropas brasileiras, as forças aliadas conseguiram vencer o exército paraguaio no Rio Grande do Sul e em Corrientes, forçando López a recuar com seus homens para seu território. Apesar das vitórias iniciais, a derrota aliada em Curupaiti causou desânimo no comando da Tríplice Aliança e nos soldados dos três países. Além da desorganização das forças imperiais, que pôde ser testemunhada pelo Imperador em Uruguaiana, a derrota em Curupaiti levou Dom Pedro II a insistir na nomeação de Caxias para o comando das forças armadas brasileiras. O Gabinete então no poder era presidido por Zacarias de Gois e Vasconcelos e, apesar das desavenças existentes entre o Presidente do Conselho de Ministros e Luiz Alves de Lima e Silva, em finais de 1866, o governo central convidou e Caxias aceitou a função de liderar as tropas imperiais no Paraguai.

As disputas partidárias entre liberais e conservadores estiveram subjacentes às questões relativas à Guerra do Paraguai e a designação do comandante-em-chefe das forças imperiais contra López foi matéria diretamente afetada pelas rivalidades

decorrentes desses embates. A reticência de Caxias em assumir um cargo de comando relevante sob a chefia de desafetos políticos é explicada, assim, por meio do contexto das disputas parlamentares daquele período. Ao testemunhar as injustiças cometidas contra José Maria da Silva Paranhos, a despeito do sucesso obtido por esse diplomata em sua missão ao Uruguai, Luiz Alves de Lima e Silva procurou precaver-se para não ser vítima de perseguições similares, motivadas por razões de cunho político-partidárias.

6.2 – Paraguai – de aliado natural a ameaça ao projeto Saquarema

Após Buenos Aires romper seus laços políticos com Madri, os dirigentes portenhos tentaram manter unido o vasto território que compreendia o antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Para tanto, o governo instalado em Buenos Aires enviou expedições militares ao Alto Peru e ao Paraguai, com vistas a submeter aqueles *cabildos*. Com a derrota das forças buenairenses, a unidade da antiga possessão espanhola desintegrou-se⁵⁰³. No entanto, durante os anos de José Gaspar Rodríguez de Francia e, posteriormente, ao longo dos dez primeiros anos sob Carlos Antônio López, o receio de ser subjugado pelo governo sediado em Buenos Aires permaneceu como importante fator explicativo do comportamento político dos líderes paraguaios.

O medo de uma incorporação forçada à Confederação Argentina levou Francia a manter seu país fechado. Obviamente, o isolamento do Paraguai nunca foi completo, já que o governo de Assunção precisava suprir suas necessidades básicas em relação a armas, metalurgia, têxteis e alimentos. Por isso, fluxos reduzidos e irregulares de comércio internacional ocorreram, mas de forma intermitente e sem densidade. Nesse período, a correspondência com o exterior foi completamente suspensa e as relações diplomáticas do país praticamente não existiram. Como consequência, o Paraguai permaneceu neutro diante dos conflitos e disputas regionais envolvendo seus vizinhos⁵⁰⁴.

Após a morte de Francia, em 1840, Carlos López iniciou processo de abertura do país, revogando restrições ao comércio exterior e buscando maiores contatos

⁵⁰³ CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp. 87-91. Para maiores informações sobre o processo de formação do Estado Argentino, conferir o capítulo 2.

⁵⁰⁴ YEGROS, Ricardo Scavone. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013. pp. 35-39.

diplomáticos com seus vizinhos. Em 1842, as principais lideranças paraguaias convocaram um amplo Congresso e assinaram a “Ata da Independência” do país⁵⁰⁵. Carlos Antonio López tomou posse do cargo de Presidente da República e passou a buscar o reconhecimento da soberania paraguaia. Naquele contexto, o principal objetivo externo do Império do Brasil era impedir que Rosas reconstituísse o Vice-Reinado do Rio da Prata, por isso a manutenção das independências do Uruguai e do Paraguai era essencial. Como visto, no Brasil, a década de 1840 foi caracterizada por levantes armados internos que restringiram a capacidade de atuação externa do Império. No entanto, mesmo sem poder dar respaldo militar a suas ações diplomáticas, o governo central do Rio de Janeiro enviou a Assunção, em 1844, José Antônio Pimenta Bueno com o objetivo de reconhecer solenemente a independência paraguaia e celebrar um tratado de comércio e livre navegação com aquele Estado⁵⁰⁶.

Entre 1844 e 1850, Brasil e Paraguai procuraram estreitar suas relações e apoiarem-se mutuamente para confrontar as ambições de Rosas. Em março de 1850, a Legislatura de Buenos Aires concedeu autorização ao ditador portenho para proceder à reincorporação à Confederação Argentina da dita “província do Paraguai” e deu-lhe ainda anuência para se valer dos meios que julgasse necessários para a consecução de tal fim⁵⁰⁷. Em resposta, o Império firmou um tratado de aliança defensiva com o Paraguai, em 25 de dezembro de 1850, com o objetivo de dissuadir qualquer ação do ditador argentino contra Assunção. Como Rosas também havia fechado o rio Paraná à navegação das embarcações de bandeiras brasileira e paraguaia, o documento assinado por ambos os países trouxe ainda uma cláusula por meio da qual as partes se comprometiam a garantir a livre-navegação no rio Paraná até sua desembocadura no rio da Prata⁵⁰⁸.

As ambições de Rosas contribuíram para que Brasil e Paraguai se tornassem aliados naturais. A queda do ditador argentino poderia ter intensificado o estreitamento

⁵⁰⁵ DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 24-26; YEGROS, op. cit., p. 48.

⁵⁰⁶ TEIXEIRA SOARES, Alvaro. *A diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda, 1955. p. 104. Para maiores informações sobre a Missão Pimenta Bueno, conferir RAMOS, R. Antônio. *O reconhecimento da Independência do Paraguai pelo Brasil*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 228, 1955.

⁵⁰⁷ YEGROS, op. cit., p. 55.

⁵⁰⁸ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial.- Discurso na Câmara dos Deputados em 11 de julho de 1862*. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. pp. 205-207; YEGROS, op. cit., p. 44.

dos laços de amizade entre os dois países por demonstrar que a união entre as duas nações produzia frutos benéficos aos interesses de Assunção e do Rio de Janeiro, contribuindo assim para a configuração de contexto regional favorável a ambos os governos. No entanto, contrariamente ao profícuo desenvolvimento das relações bilaterais verificado até então, os vínculos entre o Paraguai e o Império passaram por progressiva deterioração a partir de 1852. Com Rosas fora do poder, o principal objetivo externo de Assunção passou a ser a demarcação de suas fronteiras internacionais. Sabendo do interesse do Brasil em manter aberta a navegação do Alto Paraguai e conhecendo ainda a importância que essa via fluvial tinha para a comunicação entre o Mato Grosso e o restante do Império, Carlos López vinculou as negociações sobre limites às tratativas referentes à livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. Com essa manobra, o dirigente paraguaio procurava criar contexto em que desfrutasse de posição vantajosa para então forçar o Brasil a negociar as questões de limites pendentes. Acreditava o segundo ditador paraguaio que, interrompidas as comunicações com Mato Grosso, o Império se inclinaria a aceitar os termos propostos por Assunção, para obter de modo célere o reestabelecimento do contato com suas cidades localizadas naquela província.

A manobra de Carlos López pode parecer natural aos interesses paraguaios, já que seria “suicida admitir a completa abertura da via fluvial, facilitando assim a ocupação do território em disputa e, eventualmente, o fortalecimento da capacidade bélica da província vizinha”⁵⁰⁹, no entanto, como Assunção contestava parcela do território brasileiro, o Império não poderia esperar os desdobramentos das negociações dessa questão para continuar acessando uma de suas províncias. O paraguaio Yegros (2013) demonstrou entender bem qual era o real interesse do Brasil em manter a navegação do Paraguai aberta quando afirmou que:

A habilitação do acesso fluvial até ali representava para o governo imperial um objetivo prioritário dentro do desafio maior de exercer o controle e o domínio efetivo sobre a totalidade de seu extenso território e de suas fronteiras ou, em outras palavras, de consolidar a unidade e a integridade territorial do Estado brasileiro. (YEGROS, 2013, p. 61).

⁵⁰⁹ YEGROS, op. cit., p. 61.

Como visto, a consolidação da unidade e da integridade territorial do Estado brasileiro era um dos objetivos mais caros aos estadistas Saquaremas. A navegação pelo Alto Paraguai era de grande importância ao Brasil não somente porque garantia ao país acesso ao Mato Grosso e mantinha aberto o principal canal de comunicação dessa província com o restante do Império, mas, também, porque era, principalmente, a condição de possibilidade para a efetiva implementação do projeto Saquarema de Estado naquela região. O acesso e a comunicação com Mato Grosso não eram fins em si mesmos, mas, meios para se forjar a unidade do país. Para garantir a unidade do território lusitano na América, após 1822, os dirigentes do Império sujeitaram todas as províncias brasileiras ao governo central no Rio de Janeiro. A criação desses laços de subordinação foi feita de maneira conjunta ao estabelecimento da abertura de canais de comunicação direta entre a capital nacional e as principais cidades de cada província. Como a via terrestre era precária e retardava significativamente as comunicações entre a Corte e as cidades do Mato Grosso, o uso exclusivo dessa conexão fragilizaria a manutenção da efetiva jurisdição Imperial sobre aquela região. Assim, abrir mão da via fluvial significava conviver com ameaças reais à integridade do país, algo que não se adequava aos princípios e às diretrizes políticas Saquaremas. Como os dirigentes do Império empenhavam-se para concretizar o projeto de Estado do Partido Conservador, não podiam transigir em relação ao direito à livre-navegação brasileira no rio Paraguai.

O governo da Assunção, dominado pelas impressões a que aludi, não quis separar a questão fluvial da questão de limites e, nesta questão, pretendeu o que nunca pretendia. (...) O governo paraguaio não se prestou a uma negociação amigável. Na questão de limites, não queria as estipulações do tratado de 1º. de janeiro de 1777, que ele nos havia oferecido em 1844; não pretendia mais a linha divisória que o seu representante nesta corte havia proposto em 1846; não aceitava a linha divisória que lhe propusemos e que, desde então, temos sustentado – a linha de Iguatemi, serra de Maracaju e Apa. (RIO BRANCO, 2005, pp. 210-211)⁵¹⁰.

Em 1852, a Confederação Argentina reconheceu a independência paraguaia. No ano seguinte, talvez encorajado por essa conquista diplomática, López expulsou o encarregado de negócios brasileiro de Assunção, Felipe José Pereira Leal, por não aceitar os termos relativos à questão de limites propostos pelo Império por seu

⁵¹⁰ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial. Discurso na Câmara dos Deputados, em 11 de julho de 1862.* FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

intermédio⁵¹¹. Em resposta, em 1855, o governo do Rio de Janeiro enviou a Assunção uma força naval para exigir a reparação daquele ato. À frente de esquadra composta de 20 navios, 130 canhões e cerca de 2.000 homens, o Almirante Pedro Ferreira de Oliveira foi nomeado plenipotenciário brasileiro e recebeu a incumbência de firmar um tratado sobre navegação, comércio e limites com o governo paraguaio que atendesse aos interesses do Império e que respeitasse o direito brasileiro à livre navegação dos rios Paraguai e Paraná⁵¹².

Melhor militar que negociador, Ferreira de Oliveira firmou tratados de navegação e comércio com o Paraguai, aceitando cláusula que vinculava o início da validade desses acordos ao deslinde da questão de limites entre os dois países o que, na prática, significava a vitória da estratégia de Carlos López. Coube a José Maria da Silva Paranhos informar ao governo paraguaio que as convenções celebradas pelo Almirante brasileiro não poderiam ser ratificadas pelo Imperador⁵¹³.

Naquela ocasião, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, ocupava a Presidência do Conselho de Ministros. O dirigente mineiro era líder do denominado “Gabinete da Conciliação”, cujas articulações parlamentares caracterizaram-se pela tentativa de harmonizar e superar a rivalidade histórica entre liberais e conservadores, formando maioria na Câmara capaz de propiciar boa governabilidade à Administração central. A composição do Gabinete tinha o próprio Paraná como titular da pasta da Fazenda; Couto Ferraz na pasta do Império; Nabuco de Araújo na pasta da Justiça; Limpo de Abreu na pasta dos Estrangeiros; Pedro Bellegarde na pasta da Guerra; José Maria da Silva Paranhos na pasta da Marinha. Em 14 de junho de 1855, três mudanças importantes na composição ministerial do governo ocorreram: o Marquês de Caxias assumiu a pasta da Guerra; Paranhos passou à pasta dos Estrangeiros; e José Maurício Wanderley passou a chefiar a Marinha⁵¹⁴.

Poucos dias depois dessas alterações, em julho de 1855, Paranhos comunicou formalmente a Caxias e a Wanderley, por meio de ofícios confidenciais, a necessidade de se preparar as forças terrestres e navais do Império para eventuais ações militares

⁵¹¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, p. 126; RIO BRANCO, op. cit., pp. 210-211.

⁵¹² BANDEIRA, op. cit., pp.127-128; RIO BRANCO, op. cit., pp. 211-212; TEIXEIRA SOARES, op. cit., pp. 169-177.

⁵¹³ RIO BRANCO, op. cit., p. 213.

⁵¹⁴ IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 54-67.

contra o Paraguai. Como Assunção resistia a reconhecer o direito do Brasil à livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, o governo central havia decidido utilizar de força, caso necessário, para garantir o livre acesso à província de Mato Grosso.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência a cópia inclusa de uma comunicação confidencial reservadíssima que nesta mesma data dirijo a Sua Excelência o Senhor Ministro da Marinha.

Como Vossa Excelência verá, essa comunicação contém o pensamento do Gabinete de Sua Majestade o Imperador relativamente às questões pendentes entre o Império e a República do Paraguai.

Se o governo dessa República não vier prontamente a um acordo pacífico, pelo menos sobre nosso direito ao livre trânsito pelas águas do Rio Paraguai, será forçoso que usemos deste direito a despeito de qualquer resistência que ele tente opor-nos, fazendo subir alguns vasos de guerra até a fronteira de Mato Grosso.

Em qualquer hipótese, e especialmente nessa de uma desinteligência entre os dois Governos, porque o do Paraguai persista em negar-nos o livre exercício do direito que temos em virtude do artigo 3º do tratado de 25 de dezembro de 1850, é de mister prover por terra a segurança e defesa do território do Império na parte confinante com a dita República.

Cabe a Vossa Excelência dotar a presidência da província de Mato Grosso com os recursos militares, e dar-lhe todas as ordens e instruções necessárias para esse fim. (PARANHOS, 1855).⁵¹⁵

Assim, ao longo de 1855 e 1856, mesmo mantendo abertas as negociações com López, o Império não deixou de adotar medidas para eventual conflito com Assunção. Luiz Alves de Lima e Silva teve acesso a essas negociações na condição de membro do governo, acompanhou-as de perto e chegou a ordenar as providências acautelatórias em relação ao Paraguai, em cumprimento às instruções recebidas de seu amigo Paranhos.

Como se sabe, o conflito entre os dois países só se rompeu depois de mais alguns anos. Atendendo a demanda do Império, Carlos López enviou José Berges ao Rio de Janeiro, para dar continuidade às negociações entre as duas nações. Em abril de 1856, o plenipotenciário paraguaio celebrou com Paranhos novo tratado de Amizade, Comércio e Navegação, por meio do qual os dois países estipularam o período de 6 anos para dar início aos trabalhos conjuntos de demarcação de seus limites, e concordaram com a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. O tratado Berges-Paranhos garantiu ainda a ambas as partes o direito de adotar regulamentos e procedimentos para prover suas respectivas seguranças⁵¹⁶.

⁵¹⁵ Paranhos a Caxias, Ofício de julho de 1855. Rio de Janeiro. AHI Lata 327, Maço 1.

⁵¹⁶ BANDEIRA, op. cit., pp.130-131; RIO BRANCO, op. cit., pp. 212-216; YEGROS, op. cit., p. 62.

Fiando-se nesse dispositivo regulatório, o governo paraguaio passou então a impor todo tipo de dificuldades à navegação das embarcações brasileiras no rio Paraguai, exigindo dos barcos imperiais a ancoragem e a vistoria em diversos portos paraguaios, além de outras formalidades que estorvavam a passagem dessas naus⁵¹⁷. Nas palavras do futuro Visconde do Rio Branco, um “dos mais hábeis escritores de Buenos Aires, depois de ler os nossos documentos, disse que os regulamentos paraguaios eram tais, que só os passarinhos poderiam chegar a Mato Grosso”⁵¹⁸.

O governo central do Brasil entendia que os regulamentos paraguaios eram incompatíveis com as disposições dos tratados de 1856 e, portanto, enviou a Assunção José Maria do Amaral com a missão de pedir a revogação dessas normativas. O insucesso das conversas desembocou na interrupção abrupta das negociações entre as partes e na iminência de um conflito armado entre os dois países. Esforçando-se, uma vez mais, para evitar uma guerra, o Império designou José Maria da Silva Paranhos para negociar com Carlos López. A estratégia de Paranhos para essa missão foi diversa daquelas utilizadas pelos plenipotenciários brasileiros anteriores. Procurando obter maior respaldo para os termos que apresentaria ao Paraguai, o agente brasileiro negociou previamente com a Argentina algumas diretrizes sobre a livre-navegação dos rios Paraná e Paraguai, as quais desejava transformar em bases comuns para todos os ribeirinhos da região. Ao final de suas gestões, Paranhos conseguiu firmar com a Confederação Argentina convenções de comércio, navegação, limites e empréstimos financeiros⁵¹⁹.

De posse desses acordos, Paranhos chegou a Assunção em fevereiro de 1858 e teve sucesso em sua missão, ao alcançar bases comuns de entendimento com Carlos López sobre a livre-navegação do rio Paraguai. O resultado foi a celebração da convenção de 12 de fevereiro de 1858 com o governo de Assunção⁵²⁰. Após a assinatura deste instrumento, boa parte dos atritos envolvendo Brasil e Paraguai foi neutralizada. Os efeitos positivos da convenção de 1858 só foram suspensos quando, nos meses finais de 1864, Solano López decidiu capturar o vapor brasileiro Marquês de Olinda e declarar guerra ao Brasil, dando início à invasão de Mato Grosso.

⁵¹⁷ YEGROS, op. cit., p. 63.

⁵¹⁸ RIO BRANCO, op. cit., p.217. Paranhos a Nicolas Vasques, Ofício sem data. AHI Lata 327, Maço 2. Pelo teor deste Ofício de Paranhos, as disposições dos regulamentos paraguaios de fato tornavam a livre navegação no rio Paraguai muito custosa e prescreviam medidas vexatórias às embarcações brasileiras.

⁵¹⁹ DORATIOTO, op. cit., pp. 33-34; RIO BRANCO, op. cit., pp.218-219; YEGROS, op. cit., pp. 63-64.

⁵²⁰ BANDEIRA, op. cit., p. 131; RIO BRANCO, op. cit., pp.222-225; TEIXEIRA SOARES, op. cit., pp. 187-190; YEGROS, op. cit., pp. 64-65.

À luz do que precede, percebe-se que, em pouco mais de seis anos, entre 1852 e 1858, as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai deterioraram-se de tal maneira que muitos dirigentes do Império acreditavam que a guerra contra Assunção era inevitável. Apesar disso, José Maria da Silva Paranhos, um dos maiores conhecedores das questões platinas da época e um dos principais responsáveis pelas negociações realizadas com o Paraguai, não acreditava que Assunção procuraria resolver suas pendências e litígios com o Brasil por meio de ações nos campos de batalhas:

O Paraguai não pode provocar uma guerra conosco; não está isto nos seus interesses, **não pode desconhecer a desigualdade de recursos que há entre um e outro país**. Vigiem as nossas fronteiras, impeçamos que o governo paraguaio – se o tem em vista, o que não presumo – possa estabelecer posses além da linha que se tem demonstrado ser a verdadeira divisa entre os dois países. Mas daí a dizer-se que devemos resolver a questão de limites pela força, sem que a isto sejamos levados pelo governo paraguaio, vai grande diferença. (RIO BRANCO, 2005, pp. 233-234). Destacou-se.

Assim, como bom realista, Paranhos esforçava-se para a manutenção da paz com o Paraguai e ordenava, ao mesmo tempo, a adoção de medidas militares preventivas com o fim de dissuadir ou, eventualmente, resistir a agressões cometidas pelo país vizinho. O principal antagonista do Império na região platina sempre fora a Confederação Argentina e uma guerra contra o Paraguai não se coadunava aos interesses geopolíticos do Brasil. Eventual enfrentamento armado entre Assunção e o Rio de Janeiro não traria nenhuma vantagem econômica ou política ao Império. Ao contrário, tal conflito seria prejudicial aos interesses brasileiros na medida em que enfraqueceria o país face à Confederação Argentina. Além disso, todas as controvérsias territoriais existentes com o Paraguai poderiam ser resolvidas por meios pacíficos, bastando lançar mão de negociações bilaterais ou de arbitramento internacional, tal como ocorreu em relação a diversas outras pendências e questões de limites que envolveram o Brasil e outros de seus vizinhos.

Como será visto, a agressão paraguaia forçou uma aproximação do Rio de Janeiro com Buenos Aires, isolou o ditador Solano López e deu início ao maior conflito bélico da história sul-americana. A guerra contra o Paraguai não teve o condão de eliminar as disputas partidárias no parlamento imperial. Claro que o surgimento de um inimigo externo comum gerou consenso sobre a necessidade de dar-lhe efetivo combate e exigir as reparações pelas ofensas que o país sofrera. No entanto, interesses pessoais e

de grupos rivais concorreram entre si para influenciar as medidas e as decisões relativas ao esforço de guerra. Embora não se possa afirmar com certeza que tais competições tenham retardado o fim dos conflitos, não há dúvidas de que exerceram grande influência sobre os desdobramentos da campanha aliada no Paraguai, tal como se passa a analisar.

6.3 – A política doméstica imperial e a indicação de Caxias para o comando das forças brasileiras

No final da década de 1850 e no início do decênio de 1860, Gabriel Pereira, Bernardo Berro e Atanasio Aguirre se sucederam na presidência do Uruguai. Exponentes partidários *blancos*, Berro e Aguirre deram início a ferrenha perseguição contra lideranças coloradas. A radicalização da oposição entre as duas facções gradualmente se agravou até se transformar em conflito armado. Após evento denominado “massacre de Quinteros”, Venâncio Flores levantou-se contra os governos *blancos*, dando início a nova guerra civil no território oriental⁵²¹.

Tal como ocorrido anteriormente, os combates no Uruguai afetaram interesses de outros países. Dotada de terreno fértil e propício à criação de gado, a República Oriental contava com cerca de 40.000 brasileiros residentes, no início de 1860⁵²², cujas propriedades eram dedicadas à pecuária em sua maioria. Como visto no capítulo 5, os abusos contra brasileiros tornaram-se comuns ao longo da primeira metade da década de 1860, principalmente no departamento uruguaio de Taquarembó. As violências contra propriedades e contra a integridade física dos súditos do Império passaram a ser promovidas por pessoas vinculadas a autoridades orientais locais sob o beneplácito das lideranças políticas *blancas* dos departamentos do país⁵²³.

Os efeitos desses atos não tardaram a repercutir no Parlamento Imperial. Diversos deputados e senadores, não apenas do Rio Grande do Sul, passaram a

⁵²¹ BANDEIRA, op. cit., pp. 164-167; MENEZES, Alfredo da Mota. *A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2013. pp. 13-48; TEIXEIRA SOARES, op. cit., pp. 222-224;

⁵²² MENEZES, op. cit., p. 52.

⁵²³ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862; BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863.

pressionar os Gabinetes que se sucederam entre 1860 e 1864 no sentido de adoção de providências face à situação dos brasileiros em território uruguaio. Por meio dos discursos proferidos no legislativo nacional, percebe-se que os parlamentares exigiam uma atuação mais enérgica do Brasil em relação ao governo oriental, de modo a obrigar as autoridades uruguaias a garantir as propriedades e as vidas dos súditos do Império⁵²⁴. Como os debates do legislativo brasileiro eram públicos, o teor das discussões ali realizadas era divulgado pelos jornais do Rio de Janeiro e de Montevideú, o que causava impactos negativos sobre as relações bilaterais dos dois países⁵²⁵.

Sofrendo pressão do Império e percebendo que o governo argentino de Bartolomé Mitre fornecia apoio aos *colorados*, liderados por Venâncio Flores, Aguirre passou a se aproximar de Solano López. Sob a perspectiva do governo de Montevideú, uma aliança com o Paraguai constituiria alternativa capaz de fornecer os meios necessários para resistir às ameaças representadas pela Argentina e pelo Brasil. Para o governo paraguaio, a cooperação diplomática com o Uruguai proporcionaria boa ocasião para López se projetar na região⁵²⁶, além de lhe propiciar melhores condições para empreender uma inserção internacional paraguaia mais assertiva na bacia do Prata⁵²⁷.

A aliança política entre os governos de López e de Aguirre se concretizou sem que Brasil e Argentina considerassem esse fato como elemento capaz de alterar suas respectivas atuações na região. Assim, Buenos Aires continuou a declarar formalmente sua neutralidade em relação aos eventos domésticos no Uruguai, mas prosseguiu, ao mesmo tempo, fornecendo armas e suporte logístico às forças de Flores. O Império, por sua vez, continuou a exercer pressão sobre o governo Aguirre para obter reparações e esclarecimentos sobre as razões pelas quais o governo uruguaio não cumpria suas obrigações financeiras face aos agentes brasileiros, mas o fazia em relação a franceses e ingleses; além disso, o Rio de Janeiro questionava Montevideú sobre os motivos pelos

⁵²⁴ Na perspectiva dos gaúchos, a situação era tão grave que o general Antônio de Sousa Netto, ex-farroupilha, foi ao Rio de Janeiro para levar relatório que descrevia os abusos aos quais os brasileiros estavam submetidos no território oriental. CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. pp. 98-100; DORATIOTO, op. cit., p. 51; MENEZES, op. cit., pp. 51-78.

⁵²⁵ MENEZES, op. cit., p. 83.

⁵²⁶ Vale lembrar que Solano López já havia atuado como mediador durante a crise que envolveu a província de Buenos Aires e o restante da Confederação, a qual terminou com a reintegração dessa unidade portenha ao restante da Argentina.

⁵²⁷ BANDEIRA, op. cit., pp. 167-172; MENEZES, op. cit., pp. 13- 48; TEIXEIRA SOARES, op. cit., pp. 234-243;

quais os responsáveis pelos abusos contra brasileiros residentes naquele país não eram punidos. A pressão exercida pelos parlamentares imperiais resultou na decisão do governo central de enviar uma missão especial à região platina para exigir as devidas satisfações da administração *blanca*⁵²⁸.

As reclamações proferidas por gaúchos, deputados provinciais, deputados nacionais e senadores contra o governo central tinham fundamento. Considerando o contexto político brasileiro do início da década de 1860, não havia razões de Estado ou motivações estratégicas que justificassem uma intervenção política ou militar no Uruguai. Os dirigentes brasileiros já haviam obtido excelentes acordos comerciais, financeiros, de navegação e de limites com aquela República em 1851. As fronteiras entre os dois países estavam estabelecidas e os trabalhos de demarcação sobre o terreno progrediam sem grandes problemas. Ademais, no âmbito externo, o Brasil enfrentava grave crise política com a Grã-Bretanha, cujo ápice foi o rompimento diplomático entre as duas nações. Eventual atuação imperial na praça de Montevideú poderia gerar protestos britânicos e agravar as já deterioradas relações com aquela potência.

Além desses motivos, eventual intervenção no Uruguai não traria nenhum benefício ao projeto de Estado Saquarema que, como visto, encontrava-se na fase de demarcação de limites do território nacional. Assim, as pressões exercidas pelo parlamento nacional e o desejo do governo central progressista de dar resposta à opinião pública brasileira, já insatisfeita com a reação que o Gabinete tivera em relação à Inglaterra⁵²⁹, foram os elementos que levaram o Império a optar por uma intervenção no território oriental.

Assim, José Antônio Saraiva⁵³⁰ e Aureliano Tavares Bastos, este na condição de secretário, foram designados para a missão diplomática junto ao governo de Montevideú⁵³¹. Segundo José Maria da Silva Paranhos:

⁵²⁸ BANDEIRA, op. cit., pp. 166-178; MENEZES, op. cit., pp. 51-78; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial. Discurso no Senado, em 5 de junho de 1865*. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. pp. 299-307; TEIXEIRA SOARES, op. cit., pp. 226-240;

⁵²⁹ A opinião pública brasileira tomava conhecimento do que se passava no Uruguai por meio da divulgação nos jornais da época dos debates entre os representantes da nação, como mencionado.

⁵³⁰ Como visto no capítulo anterior, José Antônio Saraiva foi Ministro do Império durante o segundo Gabinete Caxias. Pouco tempo depois de assumir o cargo, decidiu deixar o governo juntamente com Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, provocando crise na Administração conduzida por Luiz Alves de Lima e Silva. Juntamente com Zacarias de Góis e Vasconcelos, Saraiva foi um dos principais responsáveis pela articulação e formação da Liga Progressista.

⁵³¹ MENEZES, op. cit., p. 68.

A missão do sr. conselheiro Saraiva teve por objeto obter satisfações de agravos recebidos pelo Império em várias épocas, a partir de 1852, nas pessoas e propriedades de súditos brasileiros residentes no Estado Oriental. O sr. conselheiro Saraiva devia exigir reparação daquelas ofensas e segurança para o futuro e, se nossas reclamações não fossem atendidas, devia apresentar o seu *ultimatum* e cominar o emprego de represálias. (RIO BRANCO, 2005, p. 307).

Assim que chegaram ao Uruguai, Saraiva e Tavares Bastos perceberam que as demandas brasileiras poderiam ser atendidas com maior celeridade caso a República Oriental fosse pacificada. Foi-lhes possível constatar ainda que tanto a Argentina quanto a Grã-Bretanha tinham interesses na pacificação do território uruguaio. Assim, Saraiva coordenou-se com Rufino de Elizalde, chanceler argentino, e Edward Thornton, plenipotenciário britânico em Buenos Aires, com vistas a negociar um acordo de paz entre Aguirre e Venâncio Flores. Em decorrência da inflexibilidade dos membros do Partido *Blanco* que controlavam o governo uruguaio, não foi possível estabelecer entendimento entre os dois líderes orientais⁵³².

A intransigência do governo de Aguirre levou Saraiva a transmitir ao Presidente uruguaio o *ultimatum* do Império⁵³³. Em resposta, a chancelaria oriental classificou o documento brasileiro como indigno de permanecer nos arquivos uruguaio e devolveu-o ao plenipotenciário brasileiro. Tendo chegado a Montevideu em maio de 1864, Saraiva retornou para o Rio de Janeiro em setembro do mesmo ano sendo mal sucedido em sua missão⁵³⁴. Consequentemente, as forças comandadas por Tamandaré passaram às ações de represália contra o Uruguai com o objetivo de obter as reparações devidas⁵³⁵.

Ante o fracasso da Missão Saraiva e em resposta às críticas de lideranças conservadoras a respeito da condução da política externa dos Gabinetes progressistas liberais de Zacarias de Gois e Vasconcelos e, depois, de Francisco José Furtado, o governo central decidiu enviar a Montevideu nova missão diplomática. Dessa vez, a escolha recaiu sobre um estadista com experiência nas questões platinas e que, apesar de pertencer ao Partido Conservador, aceitou servir a um gabinete da Liga progressista.

⁵³² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. pp. 493-508; MENEZES, op. cit., pp. 103-117; RIO BRANCO, op. cit., pp. 307-309.

⁵³³ NABUCO, op. cit., pp. 503-508.

⁵³⁴ Para maiores informações sobre a Missão Saraiva, conferir MENEZES, op. cit., pp. 81-130.

⁵³⁵ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *A Missão Paranhos ao Rio da Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2010. pp. 69-75; RIO BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940. pp. 103-104.

Assim, José Maria da Silva Paranhos foi nomeado plenipotenciário brasileiro para o Rio da Prata em 18 de novembro de 1864 e partiu poucos dias depois para a região⁵³⁶.

O contexto em que Paranhos atuou era complexo. O início das represálias por parte de Tamandaré causou o rompimento das relações diplomáticas entre Uruguai e Brasil; a Argentina insistia em permanecer neutra em relação aos fatos no território oriental, embora reconhecesse o direito brasileiro sobre as reparações pretendidas; o Paraguai havia apreendido o vapor brasileiro Marquês de Olinda e o governador designado para a província de Mato Grosso que nele viajava, no dia 11 de novembro, dando início à guerra entre os dois países; o corpo diplomático estrangeiro em Montevideú demonstrava clara má vontade em relação às ações do Império⁵³⁷.

Quais foram as instruções que recebi do governo imperial? Creio que elas continham a única política possível no ponto a que tínhamos chegado.

O pensamento cardinal dessas instruções era obter a aliança do governo argentino, ou a intervenção coletiva dos dois governos, tomando-se por base o elemento oriental representado pelo general Flores; se essa aliança não fosse possível, em todo caso, a aliança com o general Flores, para pacificar a república e resolver as questões pendentes. Segundo o pensamento do governo imperial, no estado em que se achavam as coisas, atenta a malevolência que já mostrava o governo de Montevideú, a garantia mais satisfatória para os interesses brasileiros seria que de nossa intervenção resultasse ficar na presidência da república o nosso aliado, o general Flores. (RIO BRANCO, 2005. pp. 318-319).

Atuando em coordenação com as forças navais e terrestres imperiais, Paranhos conseguiu assinar acordo com as autoridades uruguaias em 20 de fevereiro de 1865. Por meio do referido instrumento, o Império evitou usar de violência para tomar Montevideú, poupando, assim, muitas vidas; retirou os *blancos* do poder; estabeleceu Flores na Presidência da República Oriental; garantiu o reconhecimento das dívidas brasileiras; obteve a satisfação pelos agravos cometidos pelo governo Aguirre; separou o Uruguai de sua aliança com o Paraguai e o transformou em aliado na guerra contra Solano López⁵³⁸. Apesar do sucesso obtido, José Maria da Silva Paranhos foi demitido de suas funções enquanto ainda se encontrava na região platina, tendo seu ato de dispensa sido publicado na imprensa nacional e estrangeira.

⁵³⁶ RIO BRANCO, 1940. pp. 104-105.

⁵³⁷ RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial. Discurso no Senado, em 5 de junho de 1865.* FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 318.

⁵³⁸ NABUCO, op. cit., pp. 508-511; RIO BRANCO, op. cit., p. 391.

A questão subjacente à exoneração de Paranhos estava relacionada à crescente rivalidade entre os políticos da Liga Progressista e do Partido Conservador, cujos membros Saquaremas formavam a oposição daquele contexto. Como mencionado no capítulo anterior, as articulações parlamentares que deram origem à Liga Progressista se formaram durante o segundo Gabinete Caxias e alijaram os conservadores moderados e históricos das administrações que se seguiram. Antônio Saraiva e Zacarias de Gois e Vasconcelos constituem exemplos de políticos conservadores que passaram para o campo liberal e que reforçaram o grupo que formou o denominado Partido Progressista. O antagonismo entre Conservadores e “Ligueiros⁵³⁹” ficou ainda mais evidenciado por ocasião das duas missões diplomáticas realizadas no Rio da Prata. Apesar de não ter obtido sucesso em sua missão, Saraiva recebeu tratamento mais complacente por parte do governo central. De modo diverso, mesmo tendo obtido êxito no desempenho de suas funções como plenipotenciário, José Maria da Silva Paranhos foi demitido pelo Gabinete progressista de Francisco José Furtado, cuja administração publicou ainda sua exoneração no diário oficial e notificou as autoridades estrangeiras platinas sobre o fato por meio de circular.

Além de sinalizar involuntariamente aos governos uruguaio e argentino insatisfação em relação ao acordo de 20 de fevereiro, a ação do governo central de demitir Paranhos causou estranheza ao corpo diplomático sediado em Buenos Aires, Montevideu e Rio de Janeiro. A influência da Liga Progressista sobre o parlamento imperial obrigou ainda o futuro Visconde do Rio Branco a defender a sua atuação e as negociações realizadas no Rio da Prata, que redundaram na assinatura do convênio em questão, durante sessão no Senado. Assim, em 5 de junho de 1865, José Maria da Silva Paranhos proferiu longo discurso perante o Senado, por meio do qual fez exposição completa e minuciosa sobre o contexto platino da época e o modo por meio do qual conduziu as negociações junto às autoridades uruguaias⁵⁴⁰.

Não fosse pelo fato de o Império encontrar-se em estado de beligerância contra os governos de Aguirre e López, as rivalidades políticas existentes entre os dois grupos políticos brasileiros seriam ações típicas de qualquer sistema de governo livre. No

⁵³⁹ Os políticos que apoiaram o surgimento da Liga Progressista e o dito Partido Progressista passaram a ser conhecidos como “ligueiros”.

⁵⁴⁰ DORATIOTO, op. cit., pp. 77-79; RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial. Discurso no Senado, em 5 de junho de 1865*. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. pp. 299-406.

entanto, o contexto de guerra iniciado no final de 1864 transformou tais antagonismos e perseguições parlamentares em questões graves, com o potencial de prejudicar o desempenho do Brasil na guerra e de ameaçar toda construção política realizada até aquele momento no âmbito do projeto de Estado Saquarema.

Em sua correspondência com Paranhos, Luiz Alves de Lima e Silva registrou sua indignação a respeito do que ocorrera com seu amigo, após a assinatura do convênio de 20 de fevereiro de 1865. Além de descontentamento, Caxias demonstrou preocupação e receio de que situações como a vivida por Paranhos viessem a ocorrer com ele próprio:

Recebi a sua carta de 24 do passado mês, na qual me dá a agradável notícia de estar feita a paz com o Estado Oriental, sem ser preciso disparar um só tiro contra Montevidéu, e a contento de todos. Esta notícia foi aqui recebida com salvas das fortalezas, músicas e luminárias em toda a cidade, inclusivamente nos Paços Imperiais; e no dia seguinte apareceu, com espanto geral, a sua demissão! Tratei de indagar a razão de tão contraditório procedimento, e então se me disse que Vossa Excelência não tinha feito tudo quanto se esperava da sua habilidade. Que a salva à bandeira não devia ser mandada dar por Flores, e sim por Villalba, etc. etc. e outras frioleiras que tais. Eu respondi até com inconveniência, do que não estou arrependido. Lembrei que a Saraiva (que se me tinha dito que havia excedido às instruções que tinha recebido) com o que nos levou uma guerra para a qual não estávamos preparados, se lhe tinha oferecido, logo que aqui chegou, uma Pasta, e depois uma presidência de Província, que ele recusou e que a Vossa Excelência em paga de nos poupar muitas vidas, e talvez alguma vergonha, se lhe dava, antes de ouvir, uma demissão redonda. Que em minha opinião, Vossa Excelência tinha feito um grande serviço, e que, se tinha errado, era só em ter aceitado uma comissão tão espinhosa, não deixando no Governo um só amigo. Respondeu-se me que um, decerto, tinha que era a pessoa com quem eu falava que muito o estimava! Respondi que o fato da sua demissão em continente me fazia vacilar sobre o que se me dizia. **E que eu vendo as barbas do meu vizinho arder, punha as minhas de molho, e que estava decidido a não me expor a uma desfeita semelhante** etc. etc. Depois disso, soube que uma dúzia de gritadores não julgaram que no convênio tivesse havido o verdadeiro desagravo às ofensas feitas à bandeira da Nação; e então vi logo que se queria lisonjear essa canalha, e mesmo porem-se à frente dela. (...) Trate, meu amigo, de se preparar para uma justificação plena, mas tenha resignação para sofrer esta tamanha ingratidão, mas não se aflija, (...). Já saberá que saiu do Ministério [da Guerra] o [Beaurepaire-]Rohan, e que entrou o grande [Visconde de] Camamú, o qual chamou logo para o seu gabinete o ladrão e borracho, Cunha Mattos. E tudo isto feito em muito segredo, e sem se me dizer uma palavra; **quando se me tinha pedido que fizesse o sacrificio de aceitar o comando do Exército e presidência da Província do Rio Grande do Sul, aonde se me dizia que só eu poderia ser capaz de galvanizar o nosso Exército e organizar um de 50.000 homens para ir com ele ao Paraguai!!!** Estou já até desconfiado de que todos, todos estão doídos. O que se tem passado a este respeito, não se pode e nem deve escrever, e só à vista lhe contarei; apesar de que tenho tudo escrito para me não esquecer. Dizem por aqui que o seu amigo Abaeté é quem o vai substituir. Este galego tem pecados para pagar, antes de morrer. Ele fez coro com a canalha, e dizia à toda a gente com quem falou, mesmo antes de ler o

convênio, que Vossa Excelência havia fazer mais que algum pastel! Deus permita que seja verdadeira a nomeação dele, para apreciarmos a boa empada que nos dará em resultado de seus trabalhos diplomáticos. (CAXIAS, 1865.)⁵⁴¹. Destacou-se.

Antes de 1865, Luiz Alves de Lima e Silva teve o desgosto de testemunhar o nascimento da Liga Progressista, em prejuízo da integridade ministerial de seu próprio Gabinete, em 1862, e demonstrou frustração e insatisfação ao ter de deixar a Presidência do Conselho de Ministros⁵⁴², em função de manobra parlamentar liderada por Zacarias de Gois e Vasconcelos. Sendo um dos principais generais do Império, Caxias sabia que, em algum momento, seu nome seria ventilado para uma comissão militar relacionada às operações contra López. Ao analisar o contexto político daquele período e atestar o tipo de tratamento que os progressistas dispensaram a Paranhos, um conservador que aceitara servi-los, era natural que Luiz Alves receasse atuar sob a chefia de um Gabinete “ligueiro”. Ademais, considerando as dificuldades inerentes às operações de guerra, Caxias sabia que rivalidades políticas poderiam dar margem a ações com o objetivo de estorvar e dificultar seu desempenho nos campos de batalha. Não por acaso, Paranhos denunciou no Senado as desinteligências existentes entre o Presidente do Rio Grande do Sul e o comandante das forças imperiais no Uruguai, cujos atritos eram motivados por questões político-partidárias. Considerando o grave contexto de beligerância no qual o Império estava inserido, Paranhos concitou os senadores a demonstrar maior união frente a inimigo externo comum⁵⁴³.

Em 1865, aos 62 anos de idade, Luiz Alves de Lima e Silva já havia conseguido concretizar os principais desejos compartilhados por ele, seu pai e seu avô. O nome de sua família era conhecido e respeitado em todo o Império e estava bem estabelecido na nobiliarquia brasileira. Francisco de Lima e Silva fora regente do país e, assim como os tios paternos de Caxias, recebeu diversas condecorações e honrarias por seus feitos. Luiz Alves de Lima e Silva foi graduado como marechal-do-exército no final de 1864, atingindo assim a mais alta patente da força terrestre brasileira. Como visto, anos antes, fora eleito deputado pelo Maranhão e Senador pelo Rio Grande do Sul. Por duas vezes, assumiu a função de Ministro da Guerra e ocupou a Presidência do Conselho de Ministros. Frequentava o Paço de São Cristóvão e era próximo ao Imperador Dom

⁵⁴¹ Caxias a Paranhos, Carta de 6 de março de 1865. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁵⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 87-94; 97-108;

⁵⁴³ RIO BRANCO, op. cit., pp. 305-306.

Pedro II, de quem havia sido instrutor de esgrima durante a juventude do monarca. Luiz Alves havia recebido também comendas da Ordem do Cruzeiro do Sul; da Ordem de São Bento de Avis; e da Imperial Ordem da Rosa, além de ter sido nomeado veador das princesas imperiais. Condecorado com diversas medalhas militares por seus feitos, o então Marquês de Caxias desfrutava da maior titulação nobiliárquica até então dispensada pelo Imperador, uma vez que, até 1865, ninguém portava o título de “Duque”⁵⁴⁴.

Conforme demonstrou por meio de carta enviada a sua esposa, Ana Luísa de Loreto Viana, em 1867, quando já se encontrava no Paraguai, Luiz Alves de Lima e Silva tinha ciência de seu sucesso e da boa inserção de sua família na corte imperial:

Tenho consciência de que não estraguei o que V. herdou de seus pais e tudo lhe tenho entregado fielmente, tudo quanto tenho ganho com o suor do meu rosto, e o perigo da minha vida. **Estamos colocados no primeiro plano de nossa sociedade, causando inveja aos seus e meus parentes. Que mais se pode desejar?** Se eu morrer amanhã, lhe deixo um nome que não lhe há de fazer vergonha e creio que os credores não hão de a incomodar porque não os tenho. (CAXIAS, 1867, *apud* MORAES, 2003, p. 201)⁵⁴⁵. Destacou-se.

Destacar a posição de Caxias na sociedade imperial do início da década de 1860 é importante para melhor compreender suas ações imediatamente antes, durante e após a Guerra do Paraguai. As atitudes de Luiz Alves de Lima e Silva ao longo das décadas de 1860 e 1870, quando cotejadas àquelas das décadas de 1840 e 1850, revelam maior autonomia e segurança em relação às autoridades imperiais com quem atuou. Com o passar dos anos, percebe-se também certa impaciência de Luiz Alves em relação às articulações políticas inerentes às disputas por poder e influência no governo central. Essa mudança de postura não significou insubordinação, mas era razoável para um ator que havia chegado ao topo das pirâmides social e nobiliárquica do Império, que já havia ocupado as mais altas funções políticas do país, e que havia sido promovido à mais alta patente do Exército.

⁵⁴⁴ CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976. pp. 297-300; SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 567-571; VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. pp. 126-128.

⁵⁴⁵ Caxias a Ana Luisa de Loreto Viana, Carta sem data. *apud* MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 201.

Nesse contexto, a postura crítica e severa de Luiz Alves face ao governo central contrasta significativamente com aquela do início dos anos de 1840, quando o jovem Coronel, em pouco mais de cinco anos, assumiu quatro importantes comissões e debelou rebeliões em quatro províncias do Império. Parte de uma correspondência enviada por Luiz Alves ao então Ministro da Guerra, Conde de Lages, em maio de 1839, evidencia seu esforço em agradar o governo central: “Não sei se a minha marcha administrativa ou miliar terá agradado ao Governo e particularmente V.Exa., porém tenho a consolação de que aqui faço tudo quanto posso para evitar os desperdícios e ultimar a guerra e, se erro, não é de certo por vontade”⁵⁴⁶. A idade, as ascensões conquistadas por Caxias nos âmbitos social, nobiliárquico, político e militar, juntamente com as desilusões causadas por alguns de seus desafetos na elite imperial contribuíram para a gradual mudança de sua postura face ao governo central, ocasionando processo, em certa medida natural, que traduzia em uma maior preocupação em se resguardar.

Assim, Luiz Alves de Lima e Silva vivenciava conjuntura em que eventual assunção de novas comissões oficiais poderia causar mais prejuízos a sua imagem do que lhe trazer benefícios, considerando o contexto político dominado pelos governos progressistas então vigentes e o fato de não lhe ser mais possível obter promoções em sua carreira militar ou assumir cargos políticos de maior relevância e envergadura do que aqueles de que já fora titular⁵⁴⁷. Obviamente não se compartilha da ideia propagada pela historiografia laudatória de Caxias, já mencionadas anteriormente, de que seu nacionalismo e altruísmo foram os fatores responsáveis pela aceitação das funções e das comissões governamentais exercidas por ele. Como também já aludido, os principais objetivos pessoais dos integrantes da Família Lima e Silva baseavam-se na obtenção de progressão social e nobiliárquica e promoções e distinções públicas por meio do desempenho bem sucedido de comissões governamentais⁵⁴⁸. No entanto, é inegável que essas motivações particulares passam a ter menor peso quando se tem em perspectiva o patamar já alcançado por Caxias em 1865. Ainda que a busca por prestígio pessoal possa ser algo insaciável a certos indivíduos, é muito plausível que outras motivações

⁵⁴⁶ Luiz Alves de Lima e Silva ao Conde de Lages, Carta de 17 de maio de 1839. *apud* MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 53.

⁵⁴⁷ A única exceção de peso nesse sentido seria o cargo de membro do Conselho de Estado do Império, para o qual Caxias foi nomeado e assumiu suas funções apenas em 1870, muito provavelmente em remuneração às suas ações no Paraguai. Seja como for, no início de 1865, Caxias já era um nome consagrado no panorama político nacional.

⁵⁴⁸ Para maiores detalhes, conferir Capítulo 3.

tenham contribuído para que Luiz Alves de Lima e Silva aceitasse o comando das forças brasileiras na Guerra contra Solano Lopéz. Como se verá ao analisar-se sua correspondência, um desses fatores foi a confiança e a dedicação que Caxias devotava ao projeto de Estado Saquarema.

Com a progressiva deterioração das relações com o Paraguai e o Uruguai e talvez já vislumbrando o que estava por acontecer na região platina, Dom Pedro II solicitou a Caxias, no início de 1863, que não participasse de qualquer atividade política, para poder contar com sua atuação, na eventualidade de qualquer tipo de emergência⁵⁴⁹. O Imperador solicitou ainda a opinião de Manoel Felizardo, Pedro Bellegarde e de Luiz Alves sobre as maneiras mais adequadas para se aumentar o efetivo do Exército e prover a defesa do território nacional⁵⁵⁰.

Depois da eclosão do conflito contra Lopéz, o então Ministro da Guerra, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, Visconde de Beaurepaire, solicitou a Caxias um plano para a organização do Exército e outro para a condução da campanha das forças brasileiras. Ambos os documentos foram logo elaborados por Luiz Alves de Lima e Silva e entregues em 20 de janeiro de 1865⁵⁵¹. Poucos dias depois, Caxias passou a auxiliar o Visconde de Beaurepaire, realizando inspeções a arsenais e a casas de armas para obter panorama das necessidades relacionadas a material bélico e poder programar assim eventuais compras na Europa. Ao ser informado sobre a decisão do governo central de nomeá-lo comandante-em-chefe das forças brasileiras, Caxias aceitou a decisão, mas ponderou ao ministro Beaurepaire que as atividades de guerra demandavam grande coordenação entre as forças do Exército e aquelas da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Por essa razão, seria muito importante sua nomeação para a presidência daquela província:

V. Ex. sabe que a força principal do Rio Grande é a guarda nacional, sujeita pela lei ao presidente da província, e, pois, indo eu organizar o exército ali, tinha de lançar mão dela, e não o posso fazer sem concessão do presidente. Daí podem surgir embaraços que sobremaneira dificultem, senão impossibilitem a organização que me cumpre fazer. (CAXIAS, 1870, Livro 2, p. 96)⁵⁵².

⁵⁴⁹ Caxias a Paranhos, Carta de 16 de janeiro de 1863. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁵⁵⁰ Caxias a Paranhos, Carta de 16 de janeiro de 1863. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁵⁵¹ DORATIOTO, op. cit., pp. 117-118; CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2.

⁵⁵² CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. p. 96.

Ao solicitar nomeação conjunta para os cargos de comandante-em-chefe das forças do Exército e Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Luiz Alves de Lima e Silva tentava se precaver contra as dificuldades de fundo político que poderiam trazer sérios prejuízos à sua atuação e, conseqüentemente, à campanha das tropas imperiais. Como denunciado no Senado por Paranhos, em relação ao que se passou no Uruguai, os temores de Caxias tinham fundamento e demonstram que ele conhecia bem o quadro político existente na Corte e no Rio Grande do Sul, província em que sua rede de contatos e de amigos era extensa. A disputa política pelos contratos de fornecimento de víveres às tropas e a perspectiva de enriquecimento à custa do tesouro nacional impediam a formação de um esforço conjunto entre as principais lideranças políticas da província gaúcha, acarretando, assim, conseqüências extremamente negativas para o desempenho das forças brasileiras⁵⁵³. Por essa razão, quanto mais unificado e coeso fossem os comandos das armas e da presidência daquela província, melhor seriam os resultados na Guerra contra López.

O Visconde de Beaurepaire concordou com a argumentação de Luiz Alves e solicitou ambas as nomeações ao Gabinete de Francisco José Furtado. Pouco depois, em resposta a Caxias, afirmou que:

Sr. marquês, o que assentamos ontem não pode ter lugar; não sou mais ministro. (...) Propus aos meus colegas, continuou o Sr. Rohan, a nomeação de V. Ex. nos termos em que havíamos acordado; todos foram unânimes em que V. Ex. fosse nomeado comandante em chefe, **mas não presidente da província, porque esta última nomeação iria prejudicar a política do partido.** (CAXIAS, 1870, Livro 2, p. 96)⁵⁵⁴. Destacou-se.

Além de ter custado o cargo de Ministro da Guerra ao Visconde de Beaurepaire, a preocupação com o bom andamento da política do Partido Progressista liberal impediu que Caxias fosse nomeado cumulativamente para a presidência da Província do Rio Grande do Sul e para o comando-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai. Depois de substituir Beaurepaire pelo Visconde de Camamú, na pasta da Guerra, o então Presidente do Conselho de Ministros, Francisco José Furtado, visitou Caxias e o

⁵⁵³DORATIOTO, op. cit., pp. 178-179; NABUCO, op. cit., pp. 533-534.

⁵⁵⁴ CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. p. 96.

convidou para assumir o cargo de comandante-em-chefe das tropas imperiais, mas Luiz Alves recusou o encargo alegando problemas de saúde e as más relações existentes entre ele e Camamú⁵⁵⁵.

Enquanto a nomeação de Caxias para o comando das tropas brasileiras era discutida na corte do Rio de Janeiro, o liberal Francisco Octaviano de Almeida fora nomeado para o lugar de Paranhos na missão diplomática do Império na região do Prata. O principal objetivo do novo enviado brasileiro era conseguir que o governo da Confederação Argentina não criasse problemas para a atuação do Império contra Solano López⁵⁵⁶. No entanto, a invasão paraguaia da província argentina de Corrientes levou os dois países à guerra. A precipitação dos acontecimentos impediu que o representante brasileiro recebesse tempestivamente instruções do Rio de Janeiro para negociar com a Argentina e com o Uruguai a assinatura de um tratado de aliança defensiva contra López. Assim, em 1º de maio de 1865, Rufino Elizalde, Octaviano de Almeida e Carlos de Castro assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o governo de Solano López, cujos termos foram duramente criticados posteriormente pelo Conselho de Estado do Império e também por Caxias⁵⁵⁷.

Em 12 de maio de 1865, o Marquês de Olinda constituiu novo Gabinete e nomeou Ângelo Muniz da Silva Ferraz para o Ministério da Guerra. Após a invasão paraguaia do território do Rio Grande do Sul, o Imperador decidiu se deslocar até Uruguaiana, fazendo-se acompanhar pelo Marquês de Caxias. Apesar de contrariado com a situação, Luiz Alves viajou com Pedro II e testemunhou a desorganização e o despreparo das tropas brasileiras. Sua irritação ficou evidenciada tanto para Ferraz, que também acompanhava a comitiva imperial, quanto para o próprio Imperador⁵⁵⁸. A viagem de Dom Pedro II a Uruguaiana contribuiu para melhorar o aspecto psicológico das tropas brasileiras e proporcionou ocasião para que o plenipotenciário britânico acreditado em Buenos Aires, Edward Thornton, apresentasse desculpas formais ao governo brasileiro e solicitasse o reatamento das relações diplomáticas entre os dois

⁵⁵⁵ CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. pp. 96-97.

⁵⁵⁶ DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 157.

⁵⁵⁷ Caxias a Paranhos, Carta de 13 de janeiro de 1870. AHI, Lata 317, Maço 4; DORATIOTO, op. cit., pp. 137; 157-158; 162-164.

⁵⁵⁸ PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nune tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973. pp. 325-341.

países, em nome da Rainha Vitória, no que foi atendido por Dom Pedro II⁵⁵⁹. Ao normalizar as relações com a maior potência da época, o Imperador reduziu as chances de um agravamento de tensões entre os dois Estados, cujos efeitos poderiam prejudicar sobremaneira a atuação do Brasil contra o Paraguai.

Depois de vencer as tropas paraguaias em Jataí, província de Corrientes, e de expulsar os guaranis do Rio Grande do Sul, os exércitos aliados adentraram o território paraguaio e venceram as batalhas em Paso da Pátria, Estero Bellaco, Tuiuti e Curuzu. Nessas batalhas, as tropas brasileiras foram chefiadas pelo então marechal-de-campo Manuel Luis Osório⁵⁶⁰. O diálogo entre os comandantes aliados não era bom, mas as vitórias que iam obtendo ajudavam a melhorar a comunicação entre si. Com a dura derrota em Curupaiti, a situação no comando da Aliança deteriorou-se. Pertencente ao sistema defensivo da fortaleza de Humaitá, a posição paraguaia de Curupaiti era guardada por cerca de 2.500 soldados. Após o combate, estima-se que as tropas aliadas apresentaram baixas⁵⁶¹ da ordem de 4.000 a 9.000 homens, sendo metade desse efetivo composto por soldados brasileiros e a outra metade, por argentinos. Os paraguaios teriam perdido menos de 100 homens entre mortos e feridos⁵⁶². A crise gerada pelo grave revés levou Zacarias de Góis e Vasconcelos, novo Presidente do Conselho de Ministros⁵⁶³, a nomear João Lustosa da Cunha Paranaguá, o Marquês de Paranaguá, para a pasta da Guerra no lugar de Ferraz. Além disso, Zacarias resolveu demitir da presidência da província do Rio Grande do Sul Antônio Augusto Pereira da Cunha, rival político de Osório e de Caxias⁵⁶⁴.

Nesse novo contexto, Zacarias de Góis e Vasconcelos convidou Luiz Alves para o comando-em-chefe das tropas brasileiras. Apesar de a chefia do Ministério da Guerra e da província de São Pedro do Rio Grande do Sul terem sido alteradas e nomes mais amigáveis a Caxias terem sido nomeados para esses cargos, é importante ter em mente que, ao aceitar a comissão, Luiz Alves passou a atuar sob o comando do principal responsável pela queda de seu Gabinete em 1862. Assim, era natural que houvesse certo

⁵⁵⁹ DORATIOTO, op. cit., p. 187-188; NABUCO, op. cit., pp. 561-568.

⁵⁶⁰ DORATIOTO, op. cit., pp. 180-181; PEIXOTO, op. cit., pp. 342-351.

⁵⁶¹ As “baixas” em uma guerra representam o número de pessoas sem condições de participar ativamente das operações bélicas em razão de morte, doenças ou ferimentos, ainda que temporários.

⁵⁶² DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 165-166.

⁵⁶³ Em substituição ao Gabinete do Marquês de Olinda, Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu, uma vez mais, a Presidência do Conselho de Ministros em 3 de agosto de 1866.

⁵⁶⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 166.

grau de desconforto e desconfiança entre ambos. Não por acaso, a única condição imposta por Luiz Alves de Lima e Silva para assumir a tarefa de reestruturar o exército e comandar as tropas imperiais foi a de ter a plena confiança do governo⁵⁶⁵.

Outro fator que contribuiu para que Caxias aceitasse o comando das forças brasileiras no Paraguai foi o testemunho que Paranhos lhe dera sobre a incapacidade de Tamandaré para prosseguir atuando no teatro das operações de guerra. Amigos íntimos, Paranhos instou Luiz Alves a aceitar a comissão – apesar do dessabor que obtivera servindo os progressistas – por considerar a guerra contra López questão suprapartidária⁵⁶⁶. Logo nos primeiros meses de atividade no Paraguai, Caxias atestou por si próprio a precária situação de Tamandaré e do exército brasileiro⁵⁶⁷.

6.4 – Considerações finais

Ao eliminar as ameaças representadas por Oribe e Rosas, o Império conseguiu vitória importante para a consolidação de seus objetivos externos. Após assinar tratados de comércio, limites e navegação com o Uruguai, o Brasil tentou fazer o mesmo com o Paraguai para assim transformar essas duas repúblicas em uma espécie de cordão de isolamento face à Confederação Argentina. A manutenção das independências uruguaia e paraguaia impossibilitava a reconstrução do Vice-Reinado do Rio da Prata e assegurava ao Rio de Janeiro as condições necessárias para negociar os limites meridionais do país com duas nações menores e, portanto, teoricamente, mais fáceis de serem persuadidas a basear as tratativas bilaterais sobre o princípio do *uti possidetis de facto*.

Ao longo de processo de inserção internacional, cuja progressão ocorria de modo favorável aos interesses do Império, o que se verificou, porém, foi a emergência inesperada de outro projeto de Estado concorrente e antagônico às pretensões Saquaremas. Carlos López tinha ciência da necessidade de abrir o Paraguai para o comércio exterior e obter o reconhecimento internacional de sua independência. Conquistada essa vitória diplomática, decorrente principalmente da atuação brasileira

⁵⁶⁵ CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. p. 97.

⁵⁶⁶ Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940. pp. 173-174; DORATIOTO, op. cit., p. 166.

⁵⁶⁷ Caxias a Paranhos, Carta de 7 de dezembro de 1866. AHI, Lata 317, Maço 4.

contra Rosas, o ditador paraguaio passou a priorizar as negociações de limites com os seus dois maiores vizinhos. Negociador perspicaz, Carlos López endureceu as discussões com o Império até o limite de quase rompimento de relações diplomáticas. No entanto, ciente da disparidade de forças existente entre os dois Estados, não levou adiante a ameaça velada de um conflito armado. Seu filho, Solano López, porém, não teve a mesma sagacidade e, confiando em promessas de alianças que não se concretizaram, lançou o país em um conflito simultâneo contra o Brasil e a Argentina.

Apesar dos cuidados e das precauções defensivas adotadas pelo Gabinete da Conciliação, na primeira metade da década de 1850, a ascensão dos Gabinetes da Liga Progressista, em 1862, não foi capaz de assegurar ao Brasil condições mínimas de defesa contra a agressão paraguaia, a qual se delineava desde o governo do Marquês do Paraná. As invasões dos territórios do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul expuseram a precariedade das condições de defesa do Império e evidenciaram a desorganização das forças armadas do país. Face ao ataque de um inimigo externo, seria natural que uma maior união se concretizasse entre os parlamentares e os estadistas brasileiros, em prol de uma causa comum. Entretanto, o que se verificou foi o acirramento de disputas por comissões e cargos que poderiam render lucros com as vendas de viveres para o governo central. Além disso, a competição por influência e poder prejudicou os entendimentos político-administrativos necessários para proporcionar uma reposta mais rápida e ágil do Brasil em relação aos ataques sofridos. Foi nesse contexto que ocorreram as tratativas relacionadas à designação de Luiz Alves de Lima e Silva para a função de comandante-em-chefe das tropas imperiais em operações contra o governo de Solano López.

Caxias teve de enfrentar uma verdadeira batalha política de bastidores antes de finalmente aceitar a difícil tarefa de conduzir as forças brasileiras. Ciente de que não teria sucesso caso não contasse com respaldo logístico e político do governo central, Luiz Alves não estava disposto a arriscar no Paraguai décadas de reputação e prestígio pessoais forjados no Parlamento, no Governo e nos campos de batalha do Brasil e do Prata sem uma sólida retaguarda na corte que lhe desse garantias de que suas determinações e requisições seriam imediatamente atendidas. Assim, Caxias se recusou a servir com pessoas a quem considerava desafetos notórios, como foi o caso do Visconde de Camamu, por exemplo.

Todos os desdobramentos dessa questão demonstraram que Luiz Alves, à época com 63 anos, já se permitia alguma intransigência em relação às demandas que lhe eram feitas pelo governo central. Não havendo muito mais ao que aspirar em termos profissionais e sociais, Caxias tentou minimizar os riscos envolvidos na missão que lhe era apresentada, demonstrando grande tino político. Sua vasta experiência parlamentar, administrativa e militar lhe proporcionava boas condições para compreender como o jogo de interesses partidários do Império funcionava. Como será visto no próximo capítulo, quando Luiz Alves julgou ter perdido o apoio político necessário para continuar a desempenhar suas funções no Paraguai, pediu exoneração do comando das tropas brasileiras, tentando antecipar-se ao que julgava ser uma ação deliberada do governo central para desgastar sua imagem pública e, assim, poder demiti-lo.

A interferência direta do Imperador e do Conselho de Estado na questão permitiu que as forças armadas continuassem a dispor dos serviços de Caxias o que garantiu continuidade ao combate que o Império dava à última ameaça que se colocou diante dos objetivos externos dos Saquaremas. A destruição do exército de López, o fim do governo autoritário desse ditador e a contenção das ambições argentinas no contexto pós-guerra permitiram a vitória do projeto de Estado conservador brasileiro sobre seus rivais do Cone Sul.

6.5 – Iconografia



José Maria da Silva Paranhos. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 202. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3507/1/011391_IMAGEM_023.jpg >.



Zacarias de Góis e Vasconcelos. In: BOULANGER, Louis-Alexis, *Assembleia Geral Legislativa. 9ª Legislatura. Retratos desenhados e publicados por Luiz Aleixo Boulanger, mestre de Escrita e Geografia da Família Imperial.* 2 Vols. Rio de Janeiro: s/e, 1853. p. 16.

Capítulo 7 – Caxias e a vitória Saquarema no Cone Sul

Que fenômeno foi esse que permitiu que a potência, acusada por todas as Repúblicas espanholas de invasões de território, não encontrasse dificuldades com o Paraguai, e as encontrasse a República Argentina? – Carlos Tejedor⁵⁶⁸.

7.1 – Introdução

Apesar da crescente tensão ao longo da década de 1850 entre Brasil e Paraguai, as propensões de Carlos López e Francisco Solano López para atacar o Império eram restringidas pela existência de grande discrepância de tamanho e poderio entre as duas nações. Não obstante, quando a eclosão das hostilidades paraguaias ocorreu, o exército imperial não se encontrava preparado para resistir às invasões das tropas guaranis ou para responder à altura as agressões sofridas no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. A desorganização das forças nacionais retardou a reação brasileira e o recrutamento de civis e cativos indisciplinados causou problemas às manobras do exército imperial. Além disso, antes de empregar os efetivos recém-engajados nas tropas, foi necessário fornecer-lhes treinamento básico, o que demandou tempo e recursos do tesouro brasileiro.

As dificuldades logísticas, a desagregação no comando aliado e a necessária reorganização das forças imperiais foram os primeiros desafios enfrentados por Luiz Alves de Lima e Silva ao chegar ao Paraguai. Para recompor a moral das tropas, treiná-las e reestruturar sua disposição, foram necessários alguns meses, além de víveres e muitos recursos bélicos. Desinteligências e outros problemas no comando aliado também causaram atrasos nas operações contra López, já que Mitre, por exemplo, teve de se ausentar temporariamente dos campos de batalha. O presidente argentino retomou a condução das forças aliadas após um breve interregno de ausência, mas se viu obrigado a passar em definitivo o comando a Caxias para reassumir a titularidade do executivo da Confederação, em decorrência da morte de seu vice-presidente, Marco Paz.

⁵⁶⁸ TEJEDOR, Carlos. *Nota do governo argentino ao governo imperial sobre os tratados que o Brasil celebrou com o Paraguay*. In: BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência trocada entre o Governo Imperial e o da República Argentina relativa aos tratados celebrados entre o Brasil e a República do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. p. 10.

Depois de autorizar a esquadra imperial a forçar a passagem por Humaitá e de cercar essa fortaleza, Caxias envolveu-se em uma crise ministerial que colocou fim ao Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos e encerrou o período de domínio da Liga Progressista no governo central, restaurando a primazia do Partido Conservador no âmbito doméstico do Império. Poucos meses depois, ainda em 1868, Luiz Alves de Lima e Silva liderou as tropas brasileiras em sucessivas batalhas que destruíram o grosso do exército de Solano López, e ocupou Assunção. A dupla vitória Saquarema, nos âmbitos político e militar, proporcionada por Luiz Alves de Lima e Silva, permitiu a retomada dos princípios realistas que perpassavam os parâmetros da política externa do Partido Conservador. Por essa razão, logo após a vitória definitiva das tropas imperiais em Cerro Corá, local em que Solano López foi morto, o Brasil passou a atuar diplomaticamente de maneira intensa para conter as pretensões argentinas sobre o território do Chaco paraguaio.

O cumprimento do disposto no Tratado da Tríplice Aliança outorgaria a Buenos Aires soberania sobre todo o território compreendido entre o rio Bermejo, ao sul, e a Baía Negra, ao norte. Como a região setentrional do Chaco pretendida pela Argentina era fronteira com o Mato Grosso, os Saquaremas estabeleceram estratégia diplomática que buscou evitar a efetivação das pretensões expansionistas de Buenos Aires, de modo a impedir que suas possessões chegassem aos limites daquela província brasileira. Para tanto, foram necessários esforços diplomáticos por parte de plenipotenciários do Império e diversas negociações envolvendo Brasil, Argentina e Paraguai se sucederam.

O propósito estabelecido pelo Brasil de contenção da Argentina foi facilitado por alguns erros cometidos pela diplomacia portenha. O objetivo de fazer do Paraguai e do Uruguai uma espécie de cordão de isolamento em relação à Confederação Argentina era almejado pelos Saquaremas como uma forma de garantir a demarcação das fronteiras nacionais por meio do princípio do *uti possidetis de facto*. Além disso, a manutenção das soberanias uruguaia e paraguaia impedia o surgimento de uma nação poderosa ao sul do Império que pudesse vir a se tornar uma ameaça à ordem doméstica brasileira ou uma concorrente pela hegemonia sobre a região platina.

As negociações brasileiras com paraguaios e argentinos foram conduzidas com sucesso por José Maria da Silva Paranhos na condição de plenipotenciário brasileiro enviado ao Paraguai e, logo depois, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministro, no Rio de Janeiro. As tensões entre Brasil e Argentina elevaram-se após a

diplomacia imperial frustrar várias tentativas de acordo entre Buenos Aires e Assunção sobre os termos definitivos dos tratados de paz, limites, navegação, comércio e dívidas de guerra entre os dois países. Como até 1875 as propostas apresentadas por Buenos Aires não eram compatíveis com as pretensões geopolíticas imperiais, a diplomacia brasileira trabalhou para que as duas partes não chegassem a um acordo.

No âmbito doméstico, a batalha parlamentar pela aprovação da Lei do Ventre Livre produziu a desagregação do Partido Conservador, gerando significativas desavenças entre seus membros. Para solucionar a crise política interna e distender as tensões externas com Buenos Aires, o Imperador alçou à Presidência do Conselho de Ministros, pela terceira vez, Luiz Alves de Lima e Silva, que, à época, contava com quase 72 anos de idade. Dotado de extraordinária capacidade para promover consensos entre grupos de interesses antagônicos, Caxias conseguiu pacificar os membros do Partido Conservador e distendeu as relações com a Argentina, contribuindo para a celebração, em 1876, do acordo definitivo de paz, limites, navegação, comércio e dívidas de guerra entre Buenos Aires e Assunção, cujos termos encontraram fórmula compatível com os interesses brasileiros.

Durante sua terceira gestão do governo central, Caxias atuou com o objetivo de concluir as negociações diplomáticas entre os aliados e o Paraguai, dando especial atenção aos acordos envolvendo Buenos Aires e Assunção. A diplomacia de seu Gabinete obteve importante vitória para as pretensões geopolíticas Saquaremas, na medida em que o acordo celebrado entre Argentina e Paraguai impediu o contato geográfico da Confederação com a província de Mato Grosso e manteve as concessões territoriais ao governo de Buenos Aires restritas à margem direita do rio Pilcomayo. Desta forma, coube a Luiz Alves de Lima e Silva finalizar a obra de inserção do Império no Cone Sul, concluindo assim o processo que fora iniciado com a sua ajuda, em princípios da década de 1850, quando o então Conde de Caxias acionou sua rede de contatos no Prata, obteve informações a respeito daquele contexto, intermediou as conversações entre as autoridades brasileiras e uruguaias e conduziu as tropas imperiais para a guerra que pôs fim aos governos de Oribe e Rosas e eliminou as ameaças representadas pelo projeto de Estado defendido por esses ditadores.

7.2 – Caxias no Paraguai

Ao chegar ao Paraguai, em 17 de novembro de 1866, a fragmentação do comando aliado foi um dos primeiros problemas que Luiz Alves de Lima e Silva teve de enfrentar. As relações entre Tamandaré e Mitre eram péssimas e os altos comandantes das forças aliadas encontravam-se divididos em dois grupos: Tamandaré e Porto Alegre, de um lado, antagonizavam Mitre, que, do lado oposto, contava com a solidariedade de Polidoro⁵⁶⁹ e Flores⁵⁷⁰.

Logo após ter aceito chefiar as forças brasileiras na guerra contra López, ainda na corte, Caxias adotou uma série de medidas para eliminar a crescente desagregação presente tanto no comando aliado, quanto nas forças brasileiras. Mantendo-se informado sobre o que se passava no Rio Grande do Sul e no Paraguai, Luiz Alves recebeu subsídios por meio de cartas e informes que lhe eram enviados por integrantes de sua rede de contatos na região platina: “tive muitas cartas do Exército e da Província do Rio Grande, e todas muito desanimadoras”⁵⁷¹ em relação às condições das forças imperiais. Caxias chegou a solicitar a nomeação de José Maria da Silva Paranhos para a pasta da Guerra, no lugar de Ferraz, mas, como o futuro Visconde do Rio Branco não aceitou o Ministério, Paranguá foi nomeado para essa função⁵⁷². No comando da Esquadra Imperial, Luiz Alves pediu a substituição de Tamandaré por Joaquim José Ignácio, futuro Visconde de Inhaúma, ex-titular da pasta da Marinha durante seu Gabinete de 1861, no que também foi atendido pelo governo central. Apesar da resistência de Tamandaré em deixar suas funções, o almirante acabou por retirar-se para a Corte sob a justificativa de ter de cuidar de sua saúde⁵⁷³.

O gabinete liberal sacrificou seu correligionário para unificar o comando brasileiro na guerra sob Caxias, membro do Partido Conservador com o objetivo principal de ter uma liderança militar experiente no Paraguai, mas, também, com a consequência não desprezível de tornar os conservadores co-

⁵⁶⁹ O General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão foi designado pelo governo central no Rio de Janeiro para substituir Manuel Osório no comando das forças terrestres brasileiras no Paraguai, depois de o futuro Marquês do Herval ter solicitado dispensa temporária para tratar de sua saúde no Brasil, em julho de 1866.

⁵⁷⁰ DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 234-253.

⁵⁷¹ Caxias a Paranhos, Carta sem data de 1866. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁵⁷² Caxias a Paranhos, Carta de 11 de outubro de 1866. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁵⁷³ Caxias a Paranhos, Carta de 11 de outubro de 1866. AHI, Lata 317, Maço 4; Caxias a Paranhos, Carta de 7 de dezembro de 1866. AHI, Lata 317, Maço 4; DORATIOTO, op. cit., p. 253.

responsáveis na política de guerra, reduzindo a oposição política ao conflito. (DORATIOTO, 2002, p. 255).

Alegar problemas de saúde para se eximir de compromissos militares e/ou políticos era comum à época, entre praças, oficiais e mesmo entre os altos comandantes. Depois de algum tempo à frente das forças brasileiras, o próprio Caxias pensou em se valer desse expediente para entregar o comando das tropas imperiais⁵⁷⁴, por estar inconformado com as críticas que circulavam em alguns jornais do Rio de Janeiro contra sua atuação⁵⁷⁵. Dado o contexto de desentendimentos entre os chefes da Aliança, o afastamento de Osório para tratar de sua saúde, em meados de 1866, também pode ter fundamento nessa prática, não havendo, no entanto, meios para se comprovar essa hipótese.

Na frente de batalha, muitos soldados e oficiais simulavam doenças e/ou incapacidades físicas temporárias para permanecerem nos hospitais de campanha por tempo além do clinicamente necessário. Ciente desse fato, após assumir suas funções no Paraguai, Caxias determinou a formação de uma junta militar para inspecionar as condições dos convalescentes internados nos hospitais da Aliança. Após 15 dias de trabalhos, a junta devolveu às fileiras aliadas 2000 homens que se passavam por doentes⁵⁷⁶. Com vistas a racionalizar o serviço de saúde militar e as operações logísticas das forças imperiais, Luiz Alves também diminuiu a quantidade de hospitais de campanha na região platina e reorganizou toda a estrutura das tropas brasileiras, processo complexo que levou cerca de 14 meses⁵⁷⁷. Ao descrever a situação em que encontrou o exército imperial, Luiz Alves afirmou ao Senado que:

Os dois corpos de exército eram inteiramente diversos em número e organização; pareciam pertencer a nações diferentes; tais eram as disparidades que neles se notava. Em cada um deles havia uma economia, uma numeração e uma promoção particular. Havia valores diversos para as etapas; em um pagava-se a etapa por preço, em outro, por outro, etc., etc.

⁵⁷⁴ CORTES, Fabricio Azevedo. *A imprensa satírica e as várias faces de Caxias na Guerra do Paraguai 1866-1869*. Dissertação de mestrado. Departamento de História, PPG em História, Universidade de Brasília, 2017. pp. 98-105; PEIXOTO, op. cit., pp. 453-457.

⁵⁷⁵ Como se verá mais adiante, esse subterfúgio foi utilizado no âmbito da crise que opôs Caxias a Zacarias de Góis e Vasconcelos.

⁵⁷⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 280.

⁵⁷⁷ CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. p. 97; DORATIOTO, op. cit., pp. 276-281; PEIXOTO, op. cit., pp. 364-365.

Era preciso, portanto, chamar tudo a um centro, fazendo uma nova organização, e para tudo isto é indispensável o tempo. (...). (CAXIAS, 1870, Livro 2, p. 97)⁵⁷⁸.

Ao assumir a chefia das tropas brasileiras no Paraguai, a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva demonstrou existir um padrão de conduta nas atitudes de Caxias. Durante o tempo em que esteve à frente de comissões militares imperiais, tanto no âmbito doméstico (no Maranhão e no Rio Grande do Sul), quanto no âmbito externo (contra Rosas e contra López), Caxias procurou sustentar suas ações utilizando apoio político do governo central; adquirindo apoio político das lideranças regionais; formando e acionando uma rede de contatos pessoal; reorganizando a estrutura e a composição das tropas sob seu comando; e obtendo maior eficiência administrativa para as linhas de suprimento de seu exército. Somente depois de garantidas tais condições, Luiz Alves iniciava suas manobras nos campos de batalha. A importância do apoio político para a atuação militar era tamanha que, em 1868, Caxias solicitou dispensa do comando das forças imperiais ao suspeitar que o governo central deixara de confiar em suas ações. Depois de uma longa carreira atuando para o Império por meio de comissões militares, através de seu mandato de senador no parlamento nacional e assumindo funções no executivo central, Caxias sabia que a falta de suporte político para a campanha no Paraguai tornaria as ações do comandante-em-chefe das forças brasileiras insustentáveis, já que o recrutamento de homens e a compra de armas, cavalos e equipamentos bélicos, elementos básicos para a guerra, dependiam do apoio e da ação enérgica do governo central. Como se verá mais adiante, o governo não concedeu a exoneração requerida por Caxias e, apesar da grande crise política que seu ato desencadeou, ele seguiu à frente das forças brasileiras que combatiam López.

Conhecendo a hostilidade com que Tamandaré e Porto Alegre haviam tratado Mitre e procurando, ao mesmo tempo, resguardar-se contra acusações e perseguições políticas similares àquelas enfrentadas por Paranhos, Luiz Alves de Lima e Silva submeteu à consideração do governo central em 17 de outubro de 1866, portanto antes de chegar ao Paraguai, 11 questionamentos versando sobre o comando exercido por Mitre sobre as forças aliadas; a hipótese de Mitre iniciar negociações de paz com López; a hipótese de o ditador paraguaio desejar negociar com Caxias durante a ausência de

⁵⁷⁸ CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. p. 97.

Mitre; a possibilidade de Mitre se retirar para a Argentina; os eventuais termos requeridos pelo Império para uma possível negociação de paz.

No documento de resposta assinado por Paranaguá, datado de 21 de outubro de 1866, o governo central forneceu subsídios aos questionamentos de Caxias e instruiu-o a prosseguir com as operações militares sempre que o comandante brasileiro julgasse ser capaz de fazê-lo com proveito para o objetivo final da Aliança, independentemente do suporte de Mitre. Ao final, o titular da pasta da Guerra aduziu que “no que diz respeito às relações com o atual Governo do Paraguai e ao ajuste provisório de paz, não pode o general brasileiro afastar-se das instruções e do pensamento conhecido do Governo Imperial.”⁵⁷⁹ Com isso, o governo central deixava claro para Caxias, desde o início de sua atuação, que não seria admitida qualquer tipo de proposta de negociação com López, ou com pessoa de sua família ou mesmo com pessoa influenciada pelo ditador paraguaio. A destituição e o exílio do referido ditador eram condições mínimas necessárias para o reestabelecimento da paz entre o Império e o Paraguai⁵⁸⁰.

Pouco depois da chegada de Caxias, no entanto, em fevereiro de 1867, Mitre teve de se retirar para a Argentina, acompanhado por 4.000 homens, para debelar uma série de revoltas domésticas provocadas por grupos Federalistas⁵⁸¹. Durante a ausência do presidente argentino, Luiz Alves reestruturou as forças aliadas, forneceu treinamento aos recrutas e civis recém-engajados no exército brasileiro e iniciou movimento militar denominado “marcha de flanco”, por meio do qual os aliados buscavam circundar o quadrilátero defensivo estruturado em torno de Humaitá, para alcançar as margens do rio Paraguai, ao norte da referida fortaleza, e cortar as comunicações terrestres desse forte com Assunção.

Em princípios de julho de 1867, o general argentino Gelly y Obes informou a Caxias que Mitre estava regressando ao Paraguai. Em 1º de agosto do mesmo ano, o presidente argentino reassumiu suas funções à frente das tropas aliadas⁵⁸². O relacionamento entre Mitre e Caxias tinha sido cordial e sem maiores desinteligências até aquele momento. Em agosto de 1867, ocorreu significativo atrito entre os dois comandantes a respeito do emprego da Esquadra imperial nas manobras e operações de

⁵⁷⁹ Paranaguá a Caxias, Ofício confidencial 21 de outubro de 1866. AHI, Lata 324, Maço 3; DORATIOTO, op. cit., p. 278.

⁵⁸⁰ Paranaguá a Caxias, Carta de 22 de novembro de 1866. AHI, Lata 324, Maço 3.

⁵⁸¹ DORATIOTO, op. cit., pp. 279-280; PEIXOTO, op. cit., p. 368.

⁵⁸² DORATIOTO, op. cit., p. 298.

guerra. Embora houvesse consenso aliado sobre a importância de cortar a comunicação e as linhas de suprimentos de Humaitá, isolando a fortaleza do restante do país, não havia concordância em relação à conveniência de a Esquadra imperial preceder o exército nas ações relacionadas ao referido objetivo. Em um primeiro momento, Caxias concordara com Mitre e entendeu que os navios brasileiros deveriam forçar a passagem pelas baterias de Curupaiti e Humaitá para cortar a comunicação fluvial dessas fortificações com Assunção. Nesse entendimento, a ação da Esquadra deveria acontecer antes de as forças aliadas marcharem por terra até as margens do rio Paraguai, ao norte de Humaitá, onde estabeleceriam um ponto fortificado. No entanto, após receber ofício do futuro Visconde de Inhaúma, contendo objeções à operação pretendida, Luiz Alves mudou sua opinião:

Ir além de Humaitá, com os couraçados já expostos em Curupaiti, em um dia que deve previamente precisar, é exigir o mais árduo dos trabalhos, que dificilmente desempenharia qualquer poderosa esquadra moderna, máxime entregue, como fico, aos meus sós recursos. E dado que por fortuna das armas o Império force os dois passos, segue-se daí que me fique livre a comunicação com Curuzu? Quinhentos homens em Humaitá, duzentos em Curupaiti conservam as cousas como estão, e a esquadra brasileira passa de bloqueadora a bloqueada, se o Exército não vence estes dois obstáculos. Pensar que deve a esquadra deixar o seu papel de auxiliar nesta guerra toda terrestre, que deve tomar ela a iniciativa de operações de que não colhe o serviço do Império o mais pequeno proveito senão satisfazer ao mal entendido orgulho é errar gravemente.

Mande-me, porém, V.Exa. as suas ordens para subir a 11 e farei o que me for humanamente possível para cumpri-las. (IGNÁCIO, 1867, *apud* PEIXOTO, 1973, p. 393)⁵⁸³.

Diante da argumentação apresentada por Joaquim José Ignácio, Caxias se convenceu de que o Exército deveria primeiro chegar à margem esquerda do rio Paraguai, em algum ponto ao norte de Humaitá, para então os navios brasileiros forçarem as duas passagens fortificadas. Como Mitre não concordou com essa visão, instaurou-se crise entre os dois chefes militares. A insistência de Mitre para que a Esquadra imperial forçasse a passagem por Curupaiti e por Humaitá fez o futuro Visconde de Inhaúma e Caxias desconfiarem das reais intenções do presidente argentino em relação aos navios brasileiros⁵⁸⁴. Luiz Alves de Lima e Silva decidiu deixar a decisão de forçar as duas passagens para avaliação de Joaquim José Ignácio, cujo juízo

⁵⁸³ Joaquim José Ignácio a Caxias, Ofício de agosto de 1867 *apud* PEIXOTO, op. cit., p.393.

⁵⁸⁴ DORATIOTO, op. cit., pp. 300-303; PEIXOTO, op. cit., pp. 393-394.

deveria determinar se havia ou não condições para prosseguir com a operação naval. O futuro Inhaúma decidiu-se então por forçar e transpor o bloqueio de Curupaiti, mas julgou não ter condições de fazer o mesmo em relação a Humaitá.

Se julga duvidosa a passagem do Humaitá não arrisque a Esquadra, que é, na minha opinião, o primeiro apoio do Exército, pois sem ela não há base de operações possível. **Os encouraçados causam certamente cócegas à muita gente, em quem o Tratado de aliança nos obriga a acreditar.**

O feito de Curupaiti foi mui bonito: contentemo-nos com ele, e com o bombardeio do Humaitá, se mais não se puder fazer, pois receio que, quando Mitre se resolva a mover o Exército para diante, não o possa fazer por falta de meios de transportes e cavalos. (CAXIAS, 1867)⁵⁸⁵. Destacou-se.

Ante a insistência de Mitre para que a Esquadra ultrapassasse Humaitá, Caxias viu-se obrigado a recordar ao presidente argentino que o Tratado da Aliança não lhe outorgou o comando das forças navais. Dada a interpretação diversa de Mitre, o ponto levantado por Luiz Alves foi alçado às chancelarias dos dois países e envolveu uma série de troca de notas entre os dois governos. Em dezembro de 1867, o Império comunicou formalmente a Argentina que os navios brasileiros no Paraguai não estavam sob comando de Mitre⁵⁸⁶.

Os receios demonstrados por Joaquim José e por Caxias em relação às intenções de Mitre explicam-se pelo fato de a preponderância do Império sobre o Cone Sul estar diretamente vinculada à superioridade de sua capacidade naval. As embarcações de guerra brasileiras eram o fator que propiciava ao Império a capacidade de promover intervenções na região e impor sobre os demais países os interesses nacionais, destacando-se a livre-navegação fluvial na bacia do rio da Prata que, como já pontuado, era condição necessária para garantir a integridade territorial do país. Assim, eventuais perdas e/ou avarias dos navios da Esquadra brasileira afetariam diretamente o equilíbrio de poder na região, em desfavor do Império, no contexto posterior à guerra contra López⁵⁸⁷.

Além disso, naquele momento, Joaquim José Ignácio não considerava os navios imperiais sob seu comando como adequados para forçar a passagem por Humaitá. O

⁵⁸⁵ Caxias a Joaquim José Ignácio, Carta de 18 agosto de 1867, AHI Lata 324, Maço 3.

⁵⁸⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 302; SOUSA JÚNIOR, Antônio de. *Guerra do Paraguai*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 6. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 358-359.

⁵⁸⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 303.

bom desempenho do monitor *Bahia* nas águas do rio Paraguai levou o governo central a iniciar a construção de outros 6 navios desse mesmo modelo, os quais seriam empregados pelo capitão-de-mar-e-guerra Delfim Carlos de Carvalho, poucos meses depois, para forçar a passagem pela fortaleza paraguaia. Cientes de que navios mais apropriados estavam a caminho e desconfiados das reais intenções de Mitre, os comandantes brasileiros decidiram agir com previdência em relação ao emprego da Esquadra⁵⁸⁸.

A morte do vice-presidente argentino Marcos Paz, vitimado pelo surto de cólera que grassou a região platina no segundo semestre de 1867, obrigou Bartolomé Mitre a retornar em definitivo a Buenos Aires para assumir a presidência da República. Por essa razão, em 14 de janeiro de 1868, Caxias retomou o comando das tropas aliadas no Paraguai⁵⁸⁹. Há muita discussão historiográfica a respeito da atuação de Mitre à frente do comando aliado e sobre a existência de uma eventual inércia proposital por parte do argentino⁵⁹⁰. Caxias tinha visão muito crítica a respeito do presidente argentino, conforme suas cartas da época revelam. A Inhaúma, Luiz Alves afirmou estar “muito contrariado com a inação em que ficou o Exército, desde o momento em que entreguei ao general Mitre”⁵⁹¹. A Paranhos, Caxias foi mais enfático e escreveu, de modo categórico, que “vinha marchando com o Exército, quando de repente apareceu o general Mitre, que parou no lugar inimigo que me encontrou. Maldito Tratado de Aliança...”⁵⁹². Apesar da opinião negativa sobre o desempenho militar de Mitre, Luiz Alves não teve maiores desinteligências com o presidente da Confederação Argentina após o retorno desse último a Buenos Aires, em janeiro de 1868.

Poucos dias após a partida de Mitre, Joaquim José Ignácio recebeu novas embarcações para a Esquadra Imperial e designou seu genro, Delfim Carlos de Carvalho, para comandar os navios que deveriam forçar a passagem por Humaitá. Apesar de um provável descontentamento da filha de Inhaúma em relação ao procedimento do pai, o capitão-de-mar-e-guerra Carvalho obteve sucesso em sua

⁵⁸⁸ Caxias a Elisário, Carta de 21 de agosto de 1867. AHI Lata 324, Maço 3; Caxias a Elisário, Carta de 26 de agosto de 1867. AHI Lata 324, Maço 3; DORATIOTO, op. cit., pp. 304-308.

⁵⁸⁹ DORATIOTO, op. cit., pp. 283-284; 318; PEIXOTO, op. cit., pp. 370-372; 412.

⁵⁹⁰ Doratioto, 2002, trata dessa questão historiográfica às páginas 318-319. BANDEIRA, op. cit., p. 202; CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do grande cidadão brasileiro: Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. pp. 255-258; PEIXOTO, op. cit., pp. 399-404.

⁵⁹¹ Caxias a Joaquim José Ignácio, Carta de 18 de agosto de 1867. AHI, Lata 324, Maço 3.

⁵⁹² Caxias a Paranhos, Carta de 18 de agosto de 1867. AHI, Lata 317, Maço 4.

missão⁵⁹³ e os navios brasileiros isolaram a comunicação fluvial da fortaleza guarani com o restante do país. Sem alternativas, os paraguaios abandonaram as posições fortificadas em torno de Humaitá e os aliados ocuparam a fortaleza em 25 de julho de 1868. Com a posse dessa praça, Caxias transferiu a base brasileira de operações bélicas de campanha para essa posição⁵⁹⁴.

Durante o planejamento das operações fluviais e terrestres que isolaram Humaitá, Caxias teve de combater a atuação política de adversários que desejavam prejudicar sua imagem. Habitado a receber jornais que circulavam na capital brasileira e que lhe eram enviados por meio de sua correspondência particular, direcionada ao acampamento aliado no Paraguai, Luiz Alves de Lima e Silva teve ciência da série de críticas que alguns periódicos publicavam contra si e tomou conhecimento do consequente desgaste que sua imagem estava sofrendo em função dessas matérias e do prolongamento das ações de guerra⁵⁹⁵.

Enquanto a *Semana Illustrada* posicionava-se de modo favorável a Caxias, o *Diário do Povo*, o *Diário do Rio de Janeiro*, e o *Anglo-Brazilian Times* publicavam fortes críticas, valendo-se de editoriais e de charges para expor ao ridículo o comandante-em-chefe das forças brasileiras⁵⁹⁶. Esse último periódico era controlado por William Scully, um irlandês que atuava na corte com o suporte dos governos brasileiro e britânico, estimulando a imigração de irlandeses para o Império. Segundo Cortes (2017), Scully encontrava-se insatisfeito com o prolongamento da guerra e com a consequente canalização de recursos do tesouro nacional para a campanha contra López, o que reduzia os investimentos estatais destinados aos programas de imigração⁵⁹⁷.

O fato de o periódico *Anglo-Brazilian Times* receber verbas públicas; a alegação de o *Diário do Povo* de que suas publicações eram inspiradas por um membro do Gabinete de Zacarias; a omissão do governo central em defender publicamente Caxias, alegando ainda que não podia responsabilizar-se pelas publicações do *Anglo-Brazilian Times*; e o fato de o Ministro da Guerra dirigir questionamentos diretamente a subordinado de Luiz Alves, abordando questões logísticas, sem antes passar a consulta

⁵⁹³ Em decorrência do sucesso de suas manobras navais e do feito alcançado, Dom Pedro II concedeu a Delfim Carlos de Carvalho o título de Barão da Passagem, por meio de decreto de 3 de março de 1868. Cf. VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. p. 341.

⁵⁹⁴ DORATIOTO, op. cit., p.330; PEIXOTO, op. cit., pp. 448-450.

⁵⁹⁵ CORTES, op. cit., pp. 93-109; DORATIOTO, op. cit., pp.334-335; PEIXOTO, op. cit., p. 453.

⁵⁹⁶ CORTES, op. cit., p. 99.

⁵⁹⁷ CORTES, op. cit., p. 99.

pelo crivo do comandante brasileiro,⁵⁹⁸ foram alguns dos elementos que fizeram Caxias inferir que seus serviços não eram mais apreciados pelo governo central. Com isso, Luiz Alves de Lima e Silva concluiu que o Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos havia lhe retirado o necessário apoio para continuar à frente do comando das forças brasileiras no Paraguai.

Pelo contexto à época e pelo grande prestígio de Caxias, Zacarias de Góis só o conseguiria demitir do comando das forças brasileiras no Paraguai caso a imagem pública do general sofresse significativa deterioração junto à população e ao Imperador. Sabendo disso, Caxias deduziu que o Gabinete progressista intencionalmente começara a executar um processo de desgaste de sua figura por meio dos periódicos. Em reação ao que julgou ser uma campanha difamatória, no dia 4 de fevereiro de 1868, Luiz Alves escreveu a Paranaguá duas cartas: uma oficial, por meio da qual solicitou a dispensa do comando-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai, alegando razões de saúde, e outra de caráter particular, em que expôs os reais motivos de seu pedido de exoneração. Nessa segunda missiva, Caxias afirmava também que:

Talhado para a luta, eu nunca a provoquei, mas também nunca a temi nem a temo, quando franca e descoberta: **tive, porém, sempre grande asco à simulação e a essa pequena guerra chamada de alfinetes.**

(...)

O maior favor que o gabinete atual pode fazer, Exmo. Sr., é aceitar quanto antes a minha exoneração, indicando-me sem perda de tempo qual o meu sucessor, a fim de tirar-me de uma posição que, à vista do exposto, julgo insuportável (...). (CAXIAS, 1868. In: BRASIL. Atas do Conselho de Estado -1867-1868)⁵⁹⁹. Destacou-se.

As suspeitas de Luiz Alves de Lima e Silva contra o Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos eram compreensíveis e tinham fundamento. Além das evidências acima mencionadas, Caxias conhecia bem a dinâmica política no parlamento brasileiro e os artifícios e estratégias que envolviam o uso político da imprensa. A utilização de periódicos para atacar as ações e os posicionamentos políticos de personagens públicas era comum no Império. Por trás de editoriais críticos e de charges escarnecedoras, havia

⁵⁹⁸ Caxias a Paranaguá, Carta de 4 de fevereiro de 1868, Tuiu-Cuê, Paraguai. In: BRASIL. *Atas do Conselho de Estado* – Ata de 20 de fevereiro de 1868, código 307, volume 5 - 30 de setembro de 1867 a 23 de março de 1868..

⁵⁹⁹ Caxias a Paranaguá, Carta de 4 de fevereiro de 1868, Tuiu-Cuê, Paraguai. In: BRASIL. *Atas do Conselho de Estado* – Ata de 20 de fevereiro de 1868, código 307, volume 5 - 30 de setembro de 1867 a 23 de março de 1868.

com frequência grupos de interesses e/ou agentes políticos. Ademais e como já recordado, Zacarias fora o principal responsável pela articulação na Câmara dos Deputados que provocou a queda do Segundo Gabinete Caxias, em 1862, sendo natural que houvesse muita desconfiança entre ambos.

Em meio às operações de guerra contra López, o pedido de demissão de Luiz Alves teve grande repercussão na corte e gerou uma crise política no governo central. Diante da gravidade da situação, o Imperador decidiu consultar o Conselho de Estado sobre quem deveria ser demitido: Caxias ou o Gabinete. A matéria foi apresentada ao Imperador e aos integrantes do referido Conselho de Estado por Zacarias, na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros, da seguinte maneira:

Senhor! Pelo transporte chegado ontem do Sul o Ministro da Guerra, recebeu do Marquês de Caxias um ofício em que o General pede licença para retirar-se, alegando moléstia, mas recebeu, ao mesmo tempo, uma carta particular, em que o Marquês expõe francamente as verdadeiras razões que o levaram a dar semelhante passo.

Essas razões se resumem em acreditar o Marquês, à vista dos jornais e de sua correspondência particular, que o Governo, longe de ter nele a mesma confiança que, a princípio, manifestou, procura, por diversos modos, tirar-lhe a força moral.

Quando em outubro de 1866 o Governo convidou o Marquês de Caxias para ir tomar o comando das forças brasileiras no Paraguai e ele aceitou o convite sem outra condição que não fosse a da plena e inteira confiança do Governo em sua pessoa, eu declarei-lhe, em conversa, que ao governo parecia tão necessária a sua presença no Paraguai, que, se ele houvesse recusado a Comissão, e nos parecesse que a recusa provinha da repugnância de servir conosco, estávamos dispostos a deixar o poder, porque, para nós, a guerra não era questão de partido e o essencial era acabá-la honrosamente, estivesse quem estivesse no poder.

O Governo pensa hoje, como em 1866, que a presença do Marquês de Caxias é da maior conveniência no Paraguai e, pois, que o General, inesperadamente, mostra-se persuadido, aliás sem razão, de que o Governo lhe tira a força moral, o Ministério antes quer retirar-se do que usar do direito de pedir a exoneração do General, desfazendo com esta prova de abnegação as suas infundadas apreensões.

De acordo com os meus colegas, venho, portanto, pedir a Vossa Majestade Imperial a demissão do Gabinete, submetendo à apreciação de Vossa Majestade Imperial a carta do Marquês, que peço licença para entregar sem ler. (VASCONCELOS, 1868. In: BRASIL. Atas do Conselho de Estado - 1867-1868)⁶⁰⁰.

Assim, criou-se situação em que dois pedidos de demissão passaram a concorrer entre si, o de Caxias e o dos integrantes do Gabinete. Depois dos pareceres do Visconde

⁶⁰⁰ VASCONCELOS, Zacarias de Góis e, Carta de 20 de fevereiro de 1868, Rio de Janeiro. In: BRASIL. *Atas do Conselho de Estado* – Ata de 20 de fevereiro de 1868, códice 307, volume 5 - 30 de setembro de 1867 a 23 de março de 1868.

do Abaeté, do Visconde de Jequitinhonha, do Visconde de São Vicente, do Visconde de Sapucaí e do Conselheiro Nabuco de Araújo, José Maria da Silva Paranhos afirmou que a eventual substituição do Gabinete ou do comandante-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai, decorrentes dos pedidos de demissão em análise, traria graves inconvenientes às operações de guerra. Nesse sentido, Paranhos julgou que o mais adequado àquele contexto seria o Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos manifestar a Caxias que o governo central continuava a ter plena confiança no trabalho do general e que, por isso, as apreensões de Luiz Alves a esse respeito eram infundadas. Dessa forma, tanto o comandante-em-chefe das forças brasileiras quanto o Gabinete deveriam ser mantidos em suas funções⁶⁰¹. O parecer de Paranhos acabou por influenciar diretamente a decisão do Conselho de Estado que, ao final dos debates, recomendou negar ambos os pedidos de demissão apresentados.

O governo central adotou a deliberação emitida pelo Conselho de Estado e informou a Luiz Alves de Lima e Silva que seu pedido de demissão fora indeferido após as deliberações do Conselho de Estado, do Imperador e do Gabinete. A carta enviada a Caxias pelo Ministro da Guerra reiterou a plena confiança do Gabinete Zacarias nas ações do general brasileiro, mas deixou transparecer certa insatisfação de Paranaguá em relação às alegações feitas pelo comandante-em-chefe das forças imperiais⁶⁰².

Além das explicações do governo central, Luiz Alves recebeu também carta assinada por quatro de seus amigos, que, por meio desta missiva, endossaram os esclarecimentos feitos pelo Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, forneceram elucidações adicionais e exortaram Caxias a continuar à frente das tropas brasileiras no Paraguai⁶⁰³. A correspondência foi assinada por José Antônio Pimenta Bueno (então Visconde de São Vicente), Manuel José Vieira Tosta (então Barão de Muritiba), Luiz Pedreira do Couto Ferraz (então Barão do Bom Retiro) e José Maria da Silva Paranhos (futuro Visconde do Rio Branco)⁶⁰⁴. Nessa mesma mensagem, estes estadistas reconheceram que os motivos apresentados por Caxias como causa de suas desconfianças eram plausíveis, participaram-lhe da decisão do Conselho de Estado de manter o comandante-em-chefe e os membros do Gabinete em suas funções e pediram-

⁶⁰¹ BRASIL. *Atas do Conselho de Estado* – Ata de 20 de fevereiro de 1868, códice 307, volume 5 - 30 de setembro de 1867 a 23 de março de 1868.

⁶⁰² PEIXOTO, op. cit., pp. 462-463.

⁶⁰³ São Vicente, Muritiba, Bom Retiro e Paranhos a Caxias, Carta de 23 de fevereiro de 1868. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶⁰⁴ VASCONCELOS e VASCONCELOS, op. cit., pp. 86-87; 305-306; 390-392; 468-469.

lhe que, ao desistir de sua demissão, Luiz Alves voltasse a ter boas relações com o Ministério, de modo a obter as condições necessárias para concluir a campanha contra López. Para tanto e tendo em vista “os deveres que a Pátria” impunha aos membros do Gabinete e ao comandante brasileiro, os signatários da carta exortaram a ambos os lados a sacrificarem seus amores próprios, se isso fosse necessário, para encerrar o impasse em questão⁶⁰⁵.

Luiz Alves de Lima e Silva respondeu a seus amigos também por meio de carta, agradecendo-os. Em sua réplica, Caxias demonstrou satisfação pelo reconhecimento de que suas desconfianças eram compreensíveis e desculpou-se por eventuais aflições causadas por seu pedido de demissão. Ao final da missiva, Luiz Alves afirmou ter “aceito a mão de cavalheiros, que de novo me estendem os srs. Ministros, identificados comigo no grande empenho de concluir esta campanha, salvando incólume o decoro nacional”⁶⁰⁶.

Apesar da resolução amigável para o incidente e do desgaste das imagens dos envolvidos, o Gabinete saiu mais fragilizado do embate do que Caxias. Assim, gradualmente, os membros do governo perderam a confiança do Imperador. Poucos meses depois, em junho de 1868, durante discurso no parlamento, Zacarias insinuou haver semelhanças entre Caxias e os caudilhos platinos, ao afirmar que mudanças na política interna do Império não poderiam ser produzidas por influência da espada ou por “imposição de caudilhagem”⁶⁰⁷. A emissão desse juízo incompatibilizou em definitivo as duas partes, sendo questão de tempo para que Luiz Alves tomasse conhecimento do discurso do Presidente do Conselho de Ministros. Ciente de que sua situação tornara-se insustentável perante o Imperador, Zacarias usou a nomeação de Torres Homem para o Senado como pretexto para pedir demissão e retirar-se de suas funções de maneira minimamente digna. Ao deixar o cargo, Zacarias recusou-se ainda a indicar seu sucessor, não atendendo a pedido de Dom Pedro II, rompendo assim com a praxe em vigor nas trocas de titulares da Presidência do Conselho de Ministros⁶⁰⁸.

⁶⁰⁵ São Vicente, Muritiba, Bom Retiro e Paranhos a Caxias, Carta de 23 de fevereiro de 1868. AHI, Lata 317, Maço 4; PEIXOTO, op. cit., pp. 464-465.

⁶⁰⁶ Caxias a São Vicente, Muritiba, Bom Retiro e Paranhos, Carta de 19 de março de 1868. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶⁰⁷ NABUCO, op. cit., pp. 755-760; PEIXOTO, op. cit., pp. 468-470.

⁶⁰⁸ Para garantir um nível mínimo de continuidade de gestão durante as trocas de Gabinetes, propiciando ainda maior governabilidade ao novo Presidente do Conselho de Ministros, Dom Pedro II costumava solicitar ao Presidente demissionário a indicação de um nome para substituí-lo, sendo quase sempre atendido. A recusa em satisfazer a um pedido do Imperador assemelhava-se a uma insubordinação ou a

Sem a indicação de Zacarias, o Imperador escolheu Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, para a Presidência do Conselho de Ministros. A indicação de um dos principais expoentes conservadores, um dos nomes que compunham a Trindade Saquarema, aprofundou a crise política iniciada pelo embate entre Caxias e Zacarias de Góis e Vasconcelos. Como a Câmara dos deputados era composta por maioria progressista-liberal, o Imperador decidiu dissolvê-la e convocar novas eleições. Sem se recordarem que a demissão do Gabinete ocorrera a pedido, sendo ainda a segunda oportunidade em que Zacarias colocou os cargos do executivo central à disposição do Poder Moderador, os liberais na Câmara e no Senado protestaram enfaticamente contra o que denominaram de “estelionato”⁶⁰⁹ político causado pelo Imperador. Apesar disso, as eleições foram realizadas e o novo governo central constituído por membros do Partido Conservador.

Presidindo o novo Gabinete, Itaboraí assumiu a pasta da Fazenda; Muritiba passou a chefiar o Ministério da Guerra; Paranhos encarregou-se dos Negócios Estrangeiros; Uruguai assumiu os Negócios do Império; e Cotegipe foi encarregado da pasta da Marinha. Nesse novo contexto, Caxias passou a ter no governo central amigos antigos e correligionários conservadores o que lhe proporcionou melhores condições políticas para conduzir as operações de guerra. Apesar de não ser possível afirmar que Luiz Alves de Lima e Silva tenha sido o único e exclusivo ator político responsável pela queda de Zacarias, não há dúvidas de que seu embate contra o Gabinete foi uma das principais causas do fim daquele governo. Como se verá mais adiante, o retorno dos conservadores ao poder teve impacto direto nas negociações de paz dos aliados com o Paraguai, contribuiu de maneira decisiva para conter as ambições argentinas sobre o Chaco paraguaio e proporcionou as condições necessárias para se proceder à demarcação das fronteiras dos países platinos de acordo com os interesses do Império.

A ascensão dos conservadores Saquaremas ao poder, contando com dois dos membros da denominada “Trindade”⁶¹⁰ entre os Ministros do novo Gabinete,

uma atitude, no mínimo, pouco amistosa naquele contexto. IGLÉSIAS, op. cit., pp. 132-135; DORATIOTO, op. cit., pp. 334-336; NABUCO, op. cit., pp. 755-760.

⁶⁰⁹ HOLANDA, 2010, pp. 151-152; IGLÉSIAS, op. cit., pp. 136-137.

⁶¹⁰ Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara faleceu em 7 de maio de 1868, pouco antes de Itaboraí substituir Zacarias na Presidência do Conselho de Ministros. Considerando a composição do Gabinete montado por Itaboraí e a preeminência de Eusébio de Queirós sobre os quadros do Partido Conservador, dificilmente este estadista deixaria de participar do novo governo caso estivesse vivo. A intensa atuação de Eusébio de Queirós no governo central na década de 1850 ajuda a corroborar tal conclusão.

representou o retorno ao governo central do grupo político responsável pela formulação, imposição e consolidação da hegemonia do projeto de Estado conservador no âmbito doméstico. Esse mesmo conjunto de estadistas foi também responsável por dar início, em 1850, à imposição sobre a região platina do projeto de Estado Saquarema, ao derrubar os governos de Oribe e de Rosas e ao impelir os países do Cone Sul à assinatura de tratados de limites, navegação, comércio e finanças em termos favoráveis ao Brasil. Ao formar novo governo em 1868, coube a esse mesmo grupo político terminar o processo de inserção do Império na região platina, continuando a pautar-se pelos parâmetros e diretrizes do projeto de Nação que formularam na década de 1840, principalmente no que diz respeito à preservação da integridade territorial do país e ao uso do princípio do *uti possidetis de facto* como fundamento para demarcação das fronteiras nacionais. Removidos Oribe e Rosas do poder, López representou a última grande ameaça ao projeto Saquarema, o qual conseguiu impor-se sobre a região do Cone Sul apenas após a derrota do ditador paraguaio. Eliminado esse obstáculo e contida a Argentina, foi possível ao Brasil estabelecer suas fronteiras com os países platinos de forma condizente com seus interesses geopolíticos. A atuação de Caxias e de seus correligionários Saquaremas nessa empreitada foi fundamental para o resultado obtido ao final desse processo.

Perante o Gabinete Itaboraí, Luiz Alves de Lima e Silva sentiu-se mais a vontade para externar ao governo suas opiniões. Assim, com a queda da fortaleza de Humaitá, Caxias propôs o fim da guerra, por considerar que: a honra nacional já havia sido desagravada; o Paraguai arruinara-se pelos próximos 50 anos; e a continuidade do conflito sorveria quantidade significativa de recursos orçamentários do Império. Apesar da argumentação lógica apresentada por Luiz Alves, Dom Pedro II recusou a proposta do general e exigiu a deposição de López como condição para o término da guerra⁶¹¹.

Ao perder Humaitá para os aliados, López recuou suas tropas para o norte e estabeleceu um novo sistema de fortificações, próximo ao rio Piquissirí. O objetivo era barrar o avanço das tropas aliadas com a implementação de nova estrutura defensiva

⁶¹¹ Paranhos a Caxias, Ofício reservado de 28 de setembro de 1868. AHI, Lata 327, Maço 2. Nesse documento oficial, o novo Gabinete conservador reiterou a Caxias não ser possível estabelecer qualquer tipo de negociação com López ou com representante desse ditador. Reafirmou também a necessidade de López sair do território paraguaio para que as hostilidades ao governo de Assunção cessassem e um tratado definitivo de paz dos aliados com o Paraguai fosse assinado. CARVALHO, José Murilo. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a, pp. 114-115; DORATIOTO, op. cit., pp. 336-339; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, 1998, p. 310.

naquele terreno. Sabendo disso, Luiz Alves de Lima e Silva planejou um conjunto de ações táticas e logísticas que logrou contornar a linha fortificada que ia se formando próxima ao referido rio⁶¹², dando condições às forças aliadas para derrotar as tropas de López e abrindo caminho para a tomada de Assunção.

Após estabelecer sua base de operações em Humaitá, Caxias descreveu a Paranhos, em linhas gerais, o plano que tinha em mente, por meio de carta datada de 15 de agosto de 1868. Nessa missiva, Luiz Alves de Lima e Silva expôs ao amigo a intenção de deixar fração de sua tropa em frente à linha defensiva de Piquissirí, transpor para a margem direita do rio Paraguai, na região do Chaco, o grosso das forças aliadas para, depois de realizar marcha para o norte, retornar com o exército à margem esquerda do rio Paraguai, em localidade situada acima do novo ponto fortificado por López, o que lhe proporcionaria condições para atacar a retaguarda dos paraguaios⁶¹³. Ao conduzir manobra militar perspicaz, entre outubro e dezembro de 1868, Caxias manteve as principais linhas do plano exposto a Paranhos em agosto. O comandante brasileiro estabeleceu acampamento em Palmas, ponto próximo à linha fortificada de Piquissirí, deixando as forças comandadas pelo general Gelly y Obes, estacionadas naquela posição, encarregadas de conduzir manobras diversionistas para distrair a atenção de López. Na região do Chaco, Caxias encarregou o general Argolo e as forças da engenharia brasileira da construção de uma estrada de 11 quilômetros – 3 dos quais cobertos por mais de 6 mil palmeiras derrubadas para essa finalidade – e composta por cinco pontes. Mais de 3.500 homens realizaram a obra em 23 dias, sobre terreno pantanoso e alagadiço⁶¹⁴.

Entre os dias 3 e 9 de dezembro de 1868, as tropas brasileiras marcharam pela estrada construída sobre o Chaco e retornaram à margem esquerda do rio Paraguai. Posicionado ao norte da linha de Piquissirí e com condições de atacar a retaguarda das tropas paraguaias, Caxias conduziu importante feito da história militar do Brasil, denominado “dezembrada” por ter ocorrido entre os dias 3 e 30 de dezembro de 1868. Assim, no dia 6, a batalha de Itororó foi vencida pelos aliados⁶¹⁵ e causou 1.200 baixas

⁶¹² Caxias a Paranhos, Carta de 13 de outubro de 1868. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶¹³ Caxias a Paranhos, Carta de 15 de agosto de 1868. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶¹⁴ DORATIOTO, op. cit., 353-355; 367; PEIXOTO, op. cit., pp. 472-492.

⁶¹⁵ Nesse momento da guerra, as forças aliadas comandadas por Caxias eram quase absolutamente compostas por soldados brasileiros, já que as tropas de Gelly y Obes haviam permanecido ao sul da linha de Piquissiri.

paraguaias contra cerca de 1.800 nas forças de Luiz Alves de Lima e Silva⁶¹⁶. Apenas cinco dias depois, em 11 de dezembro, nova batalha foi travada nas proximidades do rio Avaí e nova vitória aliada foi obtida ao custo de 2.000 baixas no exército vitorioso contra cerca de 4.500 baixas paraguaias. Durante os combates em Avaí, o General Osório teve o maxilar inferior seriamente lesionado por uma bala e foi obrigado a retirar-se do Paraguai para se tratar. Com isso, um dos mais importantes generais brasileiros, braço direito de Caxias ao longo de toda a campanha, não pôde participar das lutas ocorridas em Itá-Ivaté, sobre o terreno de Lomas Valentinas, entre os dias 21 e 27 de dezembro. Nessa ocasião, os aliados contaram com os reforços das tropas de Gelly y Obes e impuseram a López a destruição de seu exército. Não há certeza sobre o número de baixas ocorridas em Lomas Valentinas, mas estima-se em cerca de 13.500 paraguaios contra algo em torno de 6.500 aliados, majoritariamente brasileiros⁶¹⁷.

Ao final dos combates de dezembro de 1868, López conseguiu fugir para a região da cordilheira de Ascurra, onde reuniu um pequeno exército de resistência e prolongou a guerra por mais um ano e cinco meses, até sua morte, em Cerro Corá, em março de 1870. A fuga do ditador paraguaio provocou muitas críticas contra Caxias. Luiz Alves teve de se defender no Parlamento contra as acusações de que teria permitido, de forma proposital, a evasão de López. A esse respeito, Caxias afirmou que:

“Senhores, não persegui López por muitas razões: 1ª, porque eu não podia saber por onde López fugiria. O exército inimigo desfez-se na frente do nosso. (...).

Eu estava em um ponto, López fugiu pelo outro, metendo-se pela mata; como persegui-lo? (...). Tinha de mais à minha retaguarda Angostura, com 15 peças de artilharia e 2.000 homens pouco mais ou menos de guarnição; (...) Naquela ocasião ninguém sabia por onde se tinha escapado López; só três dias depois é que se soube a direção que ele tinha tomado, quando alguns oficiais dos 60 cavaleiros que o acompanhavam, deixando-o em caminho se me vieram apresentar e disseram que López se dirigia para Ascurra; mas eu não podia confiar ainda inteiramente em tais notícias.

Hoje nada é mais fácil do que discorrer sobre a maneira de se ter agarrado López; mas lá quem é que sabia onde ele estava, em tão considerável extensão de terreno ocupado pelas forças combatentes? (CAXIAS, 1870, Livro 2, p. 101.)⁶¹⁸.

⁶¹⁶ Nessa batalha, após as baixas de Argolo e Gurjão, dois de seus melhores generais, ambos feridos gravemente, Caxias teve de se expor aos tiros inimigos, como nunca antes na campanha, e reverter a prostração moral de suas tropas com o objetivo de sustar um incipiente movimento de recuo dos soldados brasileiros, que poderia tornar-se uma debandada geral com sérios riscos ao desenlace posterior da guerra. Para maiores detalhes, conferir DORATIOTO, op. cit., pp. 360-367.

⁶¹⁷ CAMPOS, op. cit., pp. 313-338; DORATIOTO, op. cit., pp. 372-374; PEIXOTO, op. cit., pp. 494-522.

⁶¹⁸ CAXIAS, Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de. *Discurso no Senado*, em 15 de julho de 1870. In: BRASIL. *Anais do Senado do Império*. 1870, Livro 2. p. 101.

Outras acusações e insinuações contra Caxias surgiram naquele contexto, existindo ainda uma versão de que o comandante brasileiro e López teriam negociado um acordo, afiançado por um representante norte-americano, por meio do qual o líder paraguaio se comprometia a deixar o país caso fosse derrotado Itá-Ivaté. O Professor Doratioto (2002) demonstrou não haver nenhuma documentação que comprove essa tese. Esse mesmo autor lembrou ainda que Gelly y Obes e Luiz Alves não tinham boas relações entre si e, caso o general argentino suspeitasse que a fuga de López fosse decorrente de ação ou omissão deliberada de Caxias, certamente teria relatado o fato a Buenos Aires, por meio de sua correspondência, algo que não ocorreu⁶¹⁹. Além disso, havendo a chance real de capturar ou matar López, não parece haver razões lógicas para que Luiz Alves se arriscasse, optando por se fiar a uma promessa feita pelo líder inimigo, ao invés de se ater a algo concreto, como era o caso do apresamento de López. Em sendo possível, essa segunda opção colocaria fim à guerra e proporcionaria a Caxias grande prestígio.

Outra razão pela qual Luiz Alves pode não ter tido condições de perseguir López foi o estado em que suas tropas encontravam-se ao final das lutas em Lomas Valentinas. As forças brasileiras haviam feito esforço significativo em novembro e dezembro, ao ultimar a construção da estrada sobre o Chaco, marchar por ela com toda a cavalaria, carregando ainda as peças de artilharia e todos os demais apetrechos de guerra, para, em seguida, enfrentar sucessivas batalhas violentas no espaço de apenas 23 dias. Depois dessa empreitada, a situação dos soldados aliados e dos animais pertencentes à tropa tornou-se precária, conforme observado pelo argentino José Garmendia, segundo o qual “Caxias sobrecarregara o Exército brasileiro com combates seguidos, fatigando-o, mas não queria incorporar argentinos e uruguaios no combate principal para tentar monopolizar a glória da esperada vitória final”⁶²⁰. Além dos louros da vitória que cabiam mais aos brasileiros que aos argentinos e uruguaios, por justiça aos sacrifícios feitos, a pouca utilização das tropas desses dois países pode ter sido maneira encontrada por Caxias de se evitar que Solano López viesse a se render às forças argentinas, esperando encontrar nelas maior complacência e reavivando o ocorrido anos antes em relação ao procedimento de Oribe para com Urquiza.

⁶¹⁹ CAMPOS, op. cit., pp. 338-342; DORATIOTO, op. cit., pp. 374-382.

⁶²⁰ DORATIOTO, op. cit., p. 373.

As extenuações pelas quais as forças brasileiras passaram também impuseram a Caxias um preço. Tendo destruído o exército paraguaio, desembarçado por completo a navegação do rio Paraguai e liberado o trânsito terrestre em todo o percurso compreendido entre Passo da Pátria e Assunção, Luiz Alves de Lima e Silva marchou sobre essa capital e a ocupou no início de janeiro de 1869. O cansaço, a idade, o abatimento psicológico e o juízo de que a continuação da guerra era prescindível contribuíram para que Luiz Alves apresentasse a Muritiba, em 12 de janeiro de 1869, pedido oficial de dispensa do comando das forças brasileiras. Tendo ciência de que sua exoneração poderia ser denegada, Caxias solicitou no mesmo expediente, de forma alternativa, ao menos a concessão de três meses de licença para tratar de sua saúde no local de sua escolha, comprometendo-se, no entanto, a retornar à frente de batalha, tão logo se sentisse bem⁶²¹. Em carta particular a Paranhos, Caxias expôs ao amigo o modo como se sentia naquela ocasião:

Com dor lhe comunico que há poucas horas acaba de morrer o meu amigo e secretário Sebastião Dias da Motta. (...) Sua morte muito me impressionou. (...) Se Vossas Excelências não anuírem ao meu pedido de demissão, breve terão notícia de que lhe fui fazer companhia noutra mundo. Tão fatigado e adoentado me sinto. Já lhe escrevi uma longa carta, e por isso aqui paro, dizendo que aproveitem a ocasião que lhes dei com as vitórias sucessivas do mês de dezembro, para concluir com a guerra, vejam que se não houver habilidade diplomática para isso ainda pode reaparecer e durar 8 ou 10 meses (...). Adeus que estou muito penalizado e aborrecido de ver sangue de amigos e parentes. Meus respeitos à Excelentíssima Senhora comadre. (CAXIAS, 1869)⁶²².

O teor dessa missiva evidencia o preocupante estado psicológico de Luiz Alves de Lima e Silva. No entanto, atesta também a argúcia de Caxias para assuntos relacionados a guerra, na medida em que o seu prognóstico de 8 a 10 meses adicionais de conflitos contra López foi bem acurado. Três dias depois, no dia 17 de janeiro de 1869, Caxias relatou a Muritiba ter sofrido um mal súbito durante a celebração de uma missa a que assistia, permanecendo desacordado por cerca de 30 minutos. Aconselhado por um médico, retirou-se de Assunção e decidiu esperar em Montevideu pela deliberação do governo central acerca de seu pedido de exoneração⁶²³.

⁶²¹ PEIXOTO, op. cit., p. 531.

⁶²² Caxias a Paranhos. Carta de 14 de janeiro de 1869. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶²³ DORATIOTO, op. cit., pp. 386-387.

Nesse mesmo período, José Maria da Silva Paranhos foi designado em missão especial ao Paraguai e à região do Prata. Seu objetivo era iniciar as negociações e os procedimentos relativos à instalação de um governo provisório no Paraguai. Com o afastamento de Paranhos, titular da pasta de Negócios Estrangeiros, José Maurício Wanderley passou a acumular esta função, interinamente, com a titularidade da pasta da Marinha⁶²⁴. Chegando a Montevideú, no dia 5 de fevereiro, Paranhos deu conhecimento a Caxias de que sua licença para tratamento de saúde havia sido deferida pelo governo. Assim, Luiz Alves deixou a capital uruguaia em 9 de fevereiro de 1869, com destino ao Rio de Janeiro. Na corte, permaneceu recolhido em sua casa na Tijuca por um mês inteiro, recebendo visitas de amigos e correligionários do Partido Conservador.

O retorno antecipado do comandante-em-chefe repercutiu mal na capital do Império e motivou críticas por parte de seus adversários do Partido Liberal. O regresso à corte, antes do término da guerra, foi visto com suspeição até mesmo por seus próprios amigos⁶²⁵. Segundo Moraes (2003), Luiz Alves contraiu malária durante sua campanha no Maranhão e seu fígado fora comprometido de forma permanente, dilatando-se em decorrência de complicações causadas pela doença⁶²⁶. Essa condição clínica obrigou Caxias a conviver, a partir da década de 1840, com problemas abdominais que se manifestavam por meio de dores e inchaços no fígado. A enfermidade hepática deteriorou sua saúde durante a campanha contra Oribe e Rosas, conforme registrado em suas cartas particulares datadas daquele período. Após a campanha do Grande Exército Aliado na região do Prata, Caxias buscou tratamento em Baependi⁶²⁷ e em São João Del Rey, entre 1853 e 1854, oportunidades em que usufruiu das águas termais dessas cidades para banhos e consumo⁶²⁸.

O problema hepático de Caxias era real, mas costumava acometer-lhe de tempos em tempos. Por essa razão, as pessoas à volta do general não tinham condições de aferir seu verdadeiro quadro clínico e, conseqüentemente, não sabiam se suas alegações eram verdadeiras ou meros pretextos para justificar o seu retorno antecipado ao Brasil. A questão torna-se ainda mais polêmica e complexa ao se analisar as correspondências

⁶²⁴ DORATIOTO, op. cit., pp. 420-421; 550.

⁶²⁵ DORATIOTO, op. cit., pp. 389-391; PEIXOTO, op. cit., pp. 537-541.

⁶²⁶ Essa teria sido a razão pela qual Pedro Américo pintou Caxias com a parte debaixo de sua farda desabotoada em sua tela “A batalha do Avaí”. Para maiores detalhes dessa questão, conferir interessante estudo elaborado por Vilhena de Moraes sob o título: *A farda desabotoada: Caxias e Pedro Américo* In: MORAES, 2003. pp. 141-158.

⁶²⁷ Atual município mineiro de Caxambu.

⁶²⁸ MOARES, op. cit., pp. 149-150.

peçoais de Caxias e constatar que o recurso a dar “parte de doente” foi algo considerado por Luiz Alves, em diferentes ocasiões, como subterfúgio para não assumir compromissos em termos com os quais não estava de acordo ou mesmo para deixar as funções que exercia no Paraguai⁶²⁹.

Independentemente da real condição de saúde de Luiz Alves de Lima e Silva em janeiro de 1869, seu retorno antecipado à corte causou decepção ao Imperador. Como visto, as várias correspondências oficiais recebidas por Caxias deixaram claras as instruções de Dom Pedro II no sentido de que a guerra só terminaria quando López fosse morto, capturado ou abandonasse o território paraguaio, hipóteses que dariam efetivo fim ao governo do ditador. Além de não ter cumprido as determinações imperiais, o retorno antecipado de Luiz Alves de Lima e Silva relativizou todo o desgaste político sofrido por Dom Pedro II durante e depois da crise de junho de 1868.

Com o objetivo de nomear e manter o general de sua confiança à frente das operações no Paraguai, o Imperador insistira com Zacarias de Góis e Vasconcelos no nome de Caxias. O então Presidente do Conselho de Ministros não só convidou seu adversário político para o comando-em-chefe das forças brasileiras, como também colocou à sua disposição todos os recursos bélicos e financeiros do governo central que Luiz Alves julgasse necessários para a campanha. Após a incompatibilização de Zacarias com o general, o Imperador alçou o Visconde de Itaboraí ao poder. Exponente Saquarema, o novo Presidente do Conselho de Ministros montou Gabinete com vários amigos de Caxias. Como Itaboraí não tinha maioria na Câmara, Dom Pedro dissolveu essa casa legislativa e convocou novas eleições para a formação de maioria conservadora, a despeito dos incisivos protestos dos progressistas e dos liberais contra a atuação do Poder Moderador naquela ocasião. Desse modo, o Imperador esforçou-se em proporcionar a Luiz Alves todo suporte material e político de que podia dispor, para que o general bem desempenhasse suas funções. Depois de todo o embate político ocorrido na corte e o consequente desgaste da imagem do trono era compreensível que Dom Pedro II nutrisse a expectativa de que Caxias conduzisse as ações bélicas contra López até o final.

Como forma de demonstrar sua insatisfação, o Imperador não visitou Luiz Alves de Lima e Silva durante sua convalescência na Tijuca. No entanto, poucos dias após a

⁶²⁹ AHI, Lata 317, Maço 4; Lata 327, Maço 1, Maço 2; Lata 324, Maço 3; PEIXOTO, op. cit., pp. 323-324; 331-332.

chegada de Caxias à corte, Dom Pedro II concedeu-lhe a Medalha do Mérito Militar pela condução das batalhas em Estabelecimento, Itororó, Avaí e Lomas Valentinas; exonerou-o, “a pedido”, do comando-em-chefe das forças brasileiras em atividades no Paraguai, “em vista do sofrimento de moléstia que o impossibilitava de continuar no mesmo comando”⁶³⁰; alçou-o ao patamar de “Duque” na hierarquia nobiliárquica brasileira, “pelos relevantes serviços prestados na guerra do Paraguai”⁶³¹; agraciou-o com o Grã-Colar da Imperial Ordem da Rosa⁶³²; e nomeou-o, já em outubro de 1870, Conselheiro de Estado extraordinário⁶³³.

As medalhas e honrarias recebidas por Luiz Alves de Lima e Silva em remuneração aos serviços prestados contribuíram para distinguir ainda mais seu nome entre a nobreza do Império. Melhor se percebe a magnitude de sua elevação a “Duque” quando se tem em conta que apenas Luiz Alves passou a portar esse título. Como detentor único dessa honraria, bastava mencionar “o Duque” para a ele se referir. Apesar da contrariedade em relação ao procedimento adotado por Caxias no início de 1869, o Imperador retribuiu seus serviços e seus esforços de modo ímpar.

A concessão a Luiz Alves de Lima e Silva da Grã-Cruz da Ordem de Dom Pedro I, em dezembro de 1868⁶³⁴, constitui outra prova do desejo imperial de elevar o nome do general, distinguindo-o entre todos os demais do Brasil. Luiz Alves foi o primeiro e único titular da Ordem de Dom Pedro I que não descendia ou pertencia a casas reais. Em memória da fundação do Império do Brasil, tal honraria era destinada a indivíduos que compunham dinastias reais de grande importância política e aristocrática como, por exemplo, o Imperador Francisco I da Áustria⁶³⁵, o rei Francisco II das Duas Sicílias⁶³⁶ e Luís Carlos Filipe Rafael de Orléans⁶³⁷, que também foram agraciados com a mesma comenda. Por meio da aposição dessa insígnia⁶³⁸, Dom Pedro II concebeu e evidenciou a todos a vinculação simbólica entre a vida e os serviços prestados por Luiz Alves de

⁶³⁰ BRASIL *apud* CAMPOS, op. cit., p. 353; DORATIOTO, op. cit., p. 389.

⁶³¹ BRASIL *apud* CAMPOS, op. cit., p. 353; DORATIOTO, op. cit., p. 390.

⁶³² ORICO, Osvaldo. *O condestável do Império*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933. p. 266.

⁶³³ CAMPOS, op. cit., pp. 391-392; ORICO, op. cit., p. 266.

⁶³⁴ DORATIOTO, op. cit., p.390; ORICO, op. cit., p. 264; VASCONCELOS & VASCONCELOS, op. cit., p.127.

⁶³⁵ Pai da Imperatriz Dona Leopoldina.

⁶³⁶ Irmão da Imperatriz Dona Tereza Cristina.

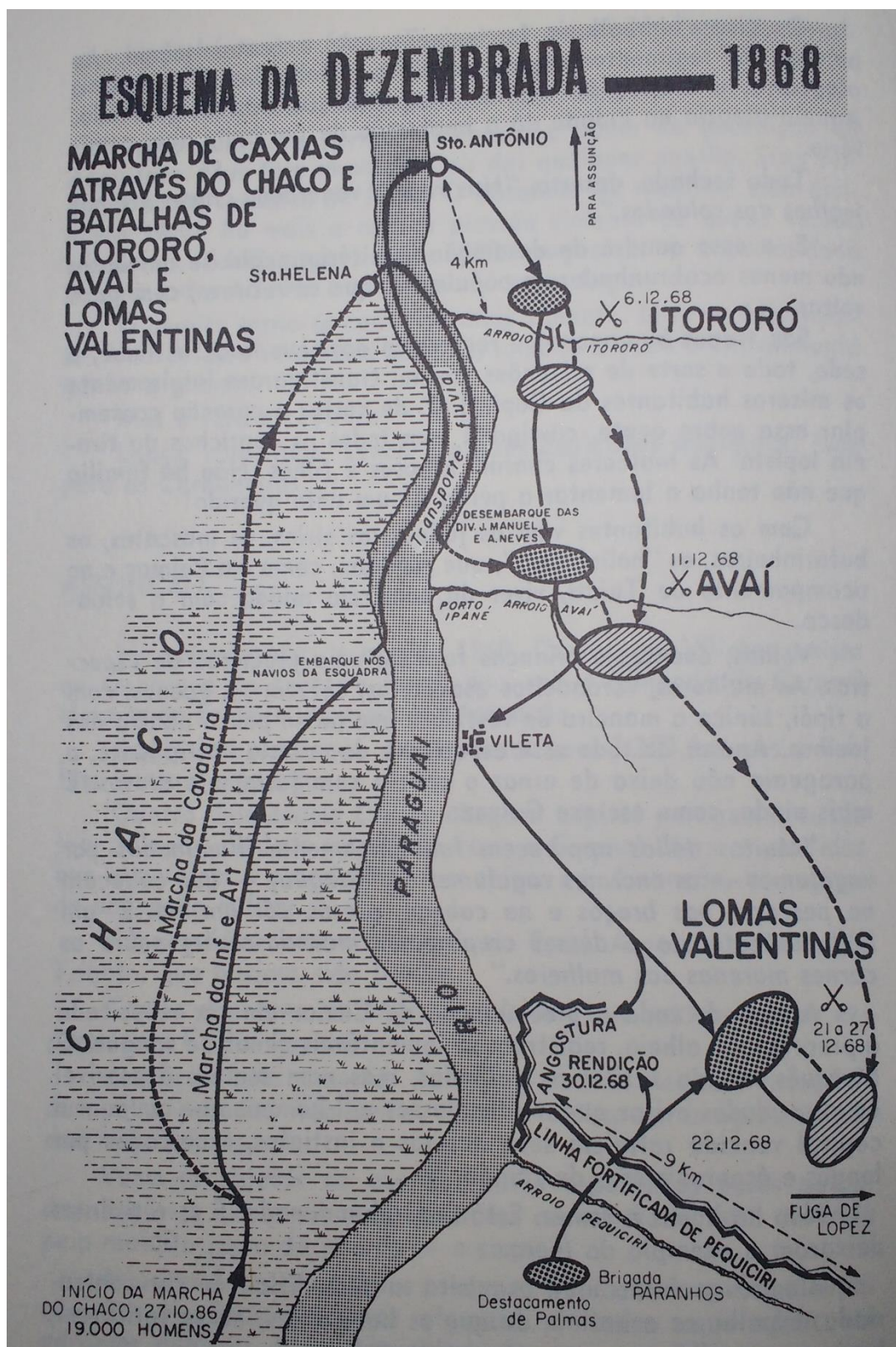
⁶³⁷ Pai de Dom Luís Filipe Maria Fernando Gastão, o conde d'Eu.

⁶³⁸ Pelo restrito número de agraciados e pelos nomes escolhidos por Dom Pedro I e por Dom Pedro II para receber essa comenda, percebe-se o grande valor dessa insígnia e como ela estava estritamente vinculada à casa Imperial brasileira, na medida em que simbolizava os laços de união entre a dinastia dos Braganças e as casas reais dos Habsburgo, Bourbons e Orléans por meio dos consortes de Dom Pedro I, Dom Pedro II e de Dona Isabel.

Lima e Silva e a própria constituição do Império do Brasil. Em uma sociedade de corte, como era o Rio de Janeiro daquela época, essa deferência simbólica possuía grande relevância social e política.

A trajetória de vida de Caxias realça seu vínculo com o processo de construção e consolidação do Estado imperial. Participante de momentos cruciais da história do país, Luiz Alves passou a contribuir de modo mais significativo com o regime monárquico quando assumiu cargos de chefia e posições que lhe permitiram desbaratar grupos desordeiros no município da corte; debelar a Balaiada no Maranhão; por fim às revoltas liberais em São Paulo e em Minas Gerais; e derrotar o movimento Farroupilha no sul, contribuindo, assim, de modo importante e decisivo para a concentração e a consolidação do poder e da autoridade do governo central sediado no Rio de Janeiro. Atuando no âmbito doméstico, Caxias proporcionou condições adequadas para que o país pudesse dispor de seus recursos financeiros e bélicos e os canalizasse ao combate das ameaças externas existentes na região platina. Para garantir uma inserção regional condizente com as diretrizes conservadoras do grupo Saquarema, o governo central do Império combateu e derrotou todos os atores que tentaram implementar projetos de Estado incompatíveis com os interesses geopolíticos brasileiros. Oribe e Rosas apresentaram os primeiros desafios nesse sentido, ao tentarem estabelecer as condições necessárias à viabilização de seu projeto de reconstrução do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata. Poucos anos depois, López tentou criar um Estado paraguaio forte e capaz de contrabalançar o poderio regional de Brasil e Argentina. Em ambas as ocasiões, os projetos defendidos pelas lideranças derrotadas pressupunham a perda de parte do território imperial, bem como a restrição da navegação nos rios da bacia do Prata e a consequente limitação do acesso brasileiro ao Mato Grosso, o que, em última circunstância poderia resultar na perda dessa província, conforme já analisado.

MAPA 5



Fonte: CARVALHO, Afonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976. p. 268

7.3 – A contenção argentina e a vitória do projeto de Estado Saquarema no Cone Sul

Durante o enfrentamento a Oribe e Rosas, o governo central do Império foi composto por políticos Saquaremas que desempenharam importantes funções na esfera diplomática e militar, valendo-se da atuação de Luiz Alves de Lima e Silva como suporte para auferir os resultados positivos alcançados. Como consequência, no início da década de 1850, os tratados assinados com o Uruguai e com a Confederação Argentina, representada então por Urquiza, permitiram a penetração financeira de Maúa na região do Cone Sul; garantiram a livre navegação internacional dos rios platinos situados nos territórios uruguaios e argentinos; proporcionaram o reconhecimento da independência paraguaia por parte da Argentina; e estabeleceram as fronteiras do Império com a República Oriental, como visto no capítulo 5. Posteriormente, durante a guerra contra López, Caxias voltou a desempenhar importante papel militar e político no âmbito imperial, na medida em que reorganizou o exército brasileiro em campanha, conduziu as tropas nacionais às vitórias obtidas entre 1867 e 1868 e proporcionou as circunstâncias que culminaram no retorno de importantes lideranças conservadoras ao governo central. Assim, a partir de meados de 1868, foi possível ao grupo Saquarema retomar o controle da diplomacia imperial e dar seguimento ao processo de negociação e demarcação das fronteiras nacionais no Cone Sul, utilizando-se das diretrizes internacionais estabelecidas por eles próprios, ainda na década de 1850, de defesa intransigente do *uti possidetis de facto* e de contenção da Argentina.

A retomada da tradicional política externa Saquarema de refrear as pretensões argentinas sobre a região platina foi executada pelo Gabinete Itaboraí e mantida com sucesso pelos governos conservadores de Pimenta Bueno, Paranhos e Caxias que se seguiram. Nesse sentido, o Império buscou reduzir a efetividade das concessões territoriais previstas no Tratado de 1º de março de 1865 que beneficiariam o governo de Buenos Aires⁶³⁹. Entre os membros do Partido Conservador, tornou-se manifesta a percepção de que as concessões territoriais paraguaias à Argentina estipuladas no Tratado de 1865 lesavam os interesses do Império. Para os políticos Saquaremas, Octaviano de Almeida cedera mais do que deveria durante as negociações com a Argentina e com o Uruguai e acabou comprometendo a futura inserção do Brasil na

⁶³⁹ DORATIOTO, op. cit., pp. 419-420.

região platina⁶⁴⁰. Conforme exposto por Pimenta Bueno e por Uruguai, em Parecer de 20 de novembro de 1865, elaborado na Sessão do Conselho de Estado relativa aos Negócios da Justiça e dos Estrangeiros, não convinha ao Império ter a Argentina como potência limítrofe à província de Mato Grosso, pois:

A Confederação, qualquer que fosse o seu governo, nunca desistiu da ideia de incorporar a si o Paraguai, ou por federação, ou aliança, ou por outro qualquer modo.

O pensamento tradicional, constante, previdente, valioso do Brasil foi sempre de evitar isso, de manter não só a independência do Paraguai, mas o território deste, necessário para separar nossa fronteira ocidental do imediato contato argentino; foi sempre de evitar a preponderância decidida que a Confederação, aliás, exerceria, dominando as relações dessa parte da América do Sul, ameaçando de absorção o Paraguai e as fronteiras de Coimbra e Miranda. (PIMENTA BUENO; URUGUAI, 1865, pp. 180)⁶⁴¹.

Uma fronteira maior com os argentinos poderia ainda fornecer o embasamento factual necessário para aquele país evocar os termos do Tratado de Santo Idelfonso nas negociações relativas às demarcações das fronteiras brasileiras, em detrimento do princípio do *uti possidetis de facto* defendido pela diplomacia imperial. Caso esse desejo argentino prevalecesse sobre a tese jurídica brasileira, o Império passaria a estar sob a potencial ameaça de significativas perdas de porções de seu território.

Enquanto em 1865 proliferou-se a percepção de que o Tratado de Aliança tripartite era muito mais vantajoso à Argentina que ao Brasil, em 1870, depois de cinco anos de conflito caracterizado por sacrifícios brasileiros significativamente maiores que os suportados pela Confederação Argentina, em termos humanos, materiais e financeiros, as estipulações do Tratado da Tríplice Aliança passaram a ser vistas como acintosas aos interesses imperiais. Caxias definiu bem o sentimento corrente entre os membros do Partido Conservador à época:

Há muito que é minha opinião que Lopes é um cadáver, e que não tem sido ele o nosso maior inimigo. Um dos maiores estorvos desta guerra está no mal feito tratado de aliança. Se ele não fora há 2 anos, ou mais, estaria a guerra concluída, com honra para os Aliados. Sinto que Vossa Excelência aí esteja

⁶⁴⁰ PIMENTA BUENO, José Antônio; URUGUAI, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Parecer de 30 de novembro de 1865*. In: BRASIL. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros – 1863-1867*. Brasília: FUNAG, 2007. pp. 173-194.

⁶⁴¹ PIMENTA BUENO, José Antônio; URUGUAI, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Parecer de 30 de novembro de 1865*. In: BRASIL. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros – 1863-1867*. Brasília: FUNAG, 2007. p. 180.

como prisioneiro, mas tenha paciência e creia que sou daqueles que ainda pensam que Vossa Excelência é aí indispensável, e que se Vossa Excelência se retirar, **todo o nosso trabalho e despesas será perdido, porque por fim de contas havemos ter vertido muito sangue, e gasto muito dinheiro, para darmos a Confederação Argentina mais uma Província.** (CAXIAS, 1870, AHI, Lata 317, Maço 4)⁶⁴². Destacou-se.

Para conter as ambições de Buenos Aires, no início de 1869, a missão de Paranhos ao Paraguai tinha por objetivo estabelecer um governo provisório composto por paraguaios simpáticos ao Império ou neutros, pelo menos. Junto a esse governo transitório, o representante brasileiro deveria ainda estabelecer as bases políticas que garantissem a formulação conjunta de estratégia jurídica capaz de barrar as pretensões argentinas sobre o Chaco. Na avaliação de Cotegipe, em caso de insucesso do plenipotenciário imperial, era real o risco de o fim da guerra contra López representar tão somente um breve hiato nas atividades bélicas do Império, que, depois de pouco tempo, se veria obrigado a voltar seus soldados e seus canhões contra a Argentina⁶⁴³.

O governo de Domingos Sarmiento suspeitava das intenções do Brasil e temia que o Império transformasse o Paraguai em um protetorado⁶⁴⁴. Por outro lado, os Saquaremas estavam convencidos de que o governo argentino desejava incorporar a República guarani e a Banda Oriental. As apreensões brasileiras não eram vãs, conforme demonstrou carta escrita por Sarmiento, por meio da qual o argentino defendeu tese de que Paraguai e Uruguai deveriam fazer “parte de uma federação com a República Argentina, a fim de criar um Estado de língua castelhana, que responda ao Brasil pelos seus atos e afaste por suas responsabilidades as ocasiões de guerra”⁶⁴⁵. Nesse contexto, para cumprir sua missão, Paranhos teve de enfrentar a resistência do governo de Buenos Aires e a influência dos membros da Legião Paraguaia⁶⁴⁶ que lutaram contra López junto às tropas argentinas. Além disso, no âmbito doméstico, a coesão do Partido Liberal foi restabelecida pela crise de 1868 através da reincorporação

⁶⁴² Caxias a Paranhos, Carta de 13 de janeiro de 1870. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶⁴³ DORATIOTO, op. cit., p. 420.

⁶⁴⁴ YEGROS, Ricardo Scavone. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013. p. 88.

⁶⁴⁵ SARMIENTO, Domingos Faustino, apud BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflito e integração na América do Sul: da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Revan, 2003. pp. 48-49

⁶⁴⁶ A Legião Paraguaia foi um grupo de dissidentes guaranis que lutaram incorporados às tropas argentinas contra o governo de Solano López. Após a guerra, a grande legitimidade política de seus membros e a sua consequente capacidade de influenciar o governo provisório de Assunção tiveram de ser contidas pelo Brasil em função da proximidade entre os integrantes desse grupo e o governo de Buenos Aires.

dos antigos progressistas, conforme atestou a forte oposição ao Gabinete Itaboraí e à sua política externa promovida por essas lideranças⁶⁴⁷.

A atuação de José Maria da Silva Paranhos começou a dar resultados em 15 de agosto de 1869, quando um governo provisório foi instalado em Assunção. Além da capacidade persuasória do representante brasileiro, a necessidade de responder às críticas dos liberais mitristas⁶⁴⁸, opositores do governo Sarmiento, contribuiu para a aquiescência de Buenos Aires em relação à formação de um governo provisório no Paraguai⁶⁴⁹. Cirilo Rivarola, Carlos Loizaga e José Bedoya compuseram o governo transitório responsável por iniciar o processo de reorganização da burocracia estatal paraguaia⁶⁵⁰. Paranhos insistiu com o representante argentino, Mariano Varela, para que os aliados celebrassem com Rivarola, Loizaga e Bedoya os tratados definitivos de paz, mas não obteve sucesso, já que Buenos Aires manteve a posição de somente negociar a paz definitiva, e conseqüentemente os limites entre os Estados envolvidos, a partir da eleição de um governo regular em Assunção⁶⁵¹.

No segundo semestre de 1869, a Argentina ocupou militarmente Vila Ocidental, localidade situada à frente de Assunção, sob pretexto de regular a concessão de permissões a madeireiros que atuavam naquela área. Quando o governo provisório paraguaio protestou contra a medida, Paranhos deu-lhe apoio moral e, pela primeira vez, deixou claro ao representante argentino o desacordo do governo Imperial com a pretensão de Buenos Aires de se apropriar de todo o território do Chaco situado à margem direita do rio Paraguai⁶⁵². Com o objetivo de contrariar o Brasil, o chanceler de Sarmiento, Mariano Varela, emitiu nota, afirmando que a vitória militar não dava direitos ao vencedor sobre o vencido no que se refere à demarcação de fronteiras e que Vila Ocidental seria devolvida⁶⁵³, “se o Paraguai apresentar provas que vençam as

⁶⁴⁷ DORATIOTO, op. cit., pp. 420-427.

⁶⁴⁸ Os partidários do ex-presidente Mitre temiam que eventual negociação de paz em separado entre o Brasil e o Paraguai prejudicasse os interesses argentinos. Com o desenvolvimento das negociações e o consequente resultado final da questão, a avaliação diplomática desse grupo político demonstrou-se acurada.

⁶⁴⁹ DORATIOTO, op. cit., pp. 425-427; 431.

⁶⁵⁰ DORATIOTO, op. cit., pp. 427- 431; YEGROS, op. cit., p. 88.

⁶⁵¹ TEJEDOR, Carlos. *Nota do governo argentino ao governo imperial sobre os tratados que o Brasil celebrou com o Paraguay*. In: BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência trocada entre o Governo Imperial e o da República Argentina relativa aos tratados celebrados entre o Brasil e a República do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. p. 9; DORATIOTO, op. cit., p.435;

⁶⁵² DORATIOTO, op. cit., p. 434.

⁶⁵³ YEGROS, op. cit., p. 93.

nossas quando se trate da questão do direito”⁶⁵⁴. Essa declaração oficial, ao aventar a hipótese de o Paraguai apresentar títulos de posse relativos ao Chaco juridicamente superiores aos da Argentina, involuntariamente, representou a relativização do direito argentino à posse do Chaco, prerrogativa que havia sido adquirida por aquele país por meio dos termos do Tratado de 1º de maio de 1865.

Outro fator que prejudicou as pretensões de Buenos Aires e beneficiou os objetivos imperiais decorreu da assinatura de Protocolo de Acordo Preliminar de Paz entre o governo provisório paraguaio e os aliados, em 20 junho de 1870, por meio do qual as partes signatárias ratificaram a aceitação geral dos termos do Tratado da Tríplice Aliança, mas reservaram a possibilidade de modificações nos tratados definitivos conforme o interesse do Paraguai⁶⁵⁵.

Com esses dois documentos, o Império obteve o embasamento jurídico necessário para apoiar Assunção em seu direito sobre o Chaco e evitar que a Argentina expandisse suas posses até a divisa com o Mato Grosso. Baseando-se na nota de Varela e no Protocolo de 1870, a interpretação brasileira a respeito do contexto pós-guerra considerou que os termos do Tratado de 1º de maio de 1865 forneceram as bases sobre as quais os aliados deveriam negociar com o Paraguai seus respectivos tratados de paz e limites, sem que as estipulações constantes do documento de 1865 fossem terminativas. Ademais, o apoio conjunto que Argentina, Brasil e Uruguai deveriam fornecer-se mutua e solidariamente não impedia que cada país firmasse seus respectivos acordos bilaterais no momento em que cada qual julgasse mais oportuno a seus interesses. Por essa razão, Paranhos passou a considerar a assinatura de um tratado de paz em separado com o Paraguai⁶⁵⁶.

Cientes da brecha jurídica aberta pela chancelaria de Sarmiento, os partidários de Mitre criticaram duramente o entendimento exarado pela nota de Mariano Varela. Para apaziguar a oposição, Sarmiento convidou o ex-presidente Mitre para expor sua avaliação a respeito do contexto platino daquele período. Como resultado, Varela pediu demissão em 15 de agosto de 1870, assumindo a chancelaria com o propósito de corrigir os rumos da política externa argentina Carlos Tejedor⁶⁵⁷.

⁶⁵⁴ VARELA, Mariano *apud* DORATIOTO, op. cit., pp. 435; 464.

⁶⁵⁵ TEJEDOR, op. cit., p. 9; YEGROS, op. cit., p. 89.

⁶⁵⁶ DORATIOTO, op. cit., pp. 436-437.

⁶⁵⁷ DORATIOTO, op. cit., p. 464.

O sucesso das negociações conduzidas por Paranhos e os bons resultados obtidos para o Brasil foram reconhecidos pelo Imperador. Dom Pedro II premiou o plenipotenciário brasileiro em Assunção, concedendo-lhe o título de Visconde do Rio Branco em 20 de junho de 1870, em remuneração a sua atuação diplomática⁶⁵⁸. A alusão ao rio que deixara de ter uma de suas margens contestadas pelo Paraguai e a data da criação do título coincidente com a da assinatura do protocolo de acordo preliminar de paz entre o Império, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai vincularam em definitivo o nome de José Maria da Silva Paranhos às questões platinas e ao processo de inserção do Império no Cone Sul.

Ainda no segundo semestre de 1870, Paranhos conseguiu concorrer para a instalação de uma Assembleia Constituinte em Assunção, com o objetivo de iniciar os trabalhos de elaboração da primeira Constituição da República guarani. Essa mesma Constituinte elegeu Cirilo Rivarola presidente do Paraguai para o mandato entre 1870 e 1874⁶⁵⁹. Os bons ofícios decorrentes da atuação do diplomata brasileiro foram temporariamente suspensos em função de desdobramentos na política doméstica imperial. O contexto das negociações entre o Paraguai e os aliados era delicado no final de 1870 e início de 1871, conforme explanado por Sérgio Buarque de Holanda:

As negociações que ia realizando, porém, com Carlos Tejedor, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, e com o Plenipotenciário oriental, tinham chegado a um ponto extremamente delicado, devido às divergências surgidas a propósito do acordo prévio entre os aliados e o projeto de paz com o Paraguai, e ele não as poderia interromper sem grande perigo para os interesses imperiais. (...). Além disso, era insistentemente chamado a Assunção, onde já tinha tomado casa e onde suas relações com o Presidente e outras figuras influentes do país eram vantagens que o Chefe da missão brasileira dificilmente poderia transferir a quem quer que fosse. (...). (HOLANDA, 2007, pp. 159-160⁶⁶⁰.)

Ciente de todos os inconvenientes que a retirada de Paranhos poderia ocasionar, Dom Pedro II insistiu na sua convocação à corte, obrigando Rio Branco a retornar ao Rio de Janeiro, no início de 1871. Para substituí-lo, o Barão de Cotegipe foi nomeado novo plenipotenciário brasileiro para a região platina. Ao final da Guerra do Paraguai, o

⁶⁵⁸ VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Archivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. pp. 391-392

⁶⁵⁹ YEGROS, op. cit., p. 89.

⁶⁶⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. *A marcha da ideia de emancipação*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 159-170.

Imperador julgou haver chegado o momento propício para lidar com a questão servil e iniciar as reformas necessárias para suprimir a escravidão no Brasil, instituto jurídico e meio de produção que envergonhava o Império perante o mundo⁶⁶¹. A questão era tão cara a Dom Pedro II, que ele foi o responsável por iniciar as discussões atinentes às propostas de Lei sobre a matéria. Além disso, como chefe do Poder Executivo, o Imperador procurou fornecer o respaldo político necessário aos diferentes Gabinetes encarregados de aprovar as reformas abolicionistas do período final do regime monárquico brasileiro⁶⁶².

Em 1870, o governo central continuava nas mãos das principais figuras Saquaremas, sob a direção do Visconde de Itaboraí. Vinculados aos interesses dos produtores agrícolas, cujas propriedades latifundiárias baseavam-se em monoculturas de exportação cultivadas por mão-de-obra escrava, os membros do Gabinete de 1868 não demonstraram entusiasmo em relação às medidas abolicionistas suscitadas pelo Imperador. De modo irônico, em meio às negociações internacionais que redundaram na imposição hegemônica do projeto de Estado Saquarema no Cone Sul, Dom Pedro II iniciou reformas domésticas cujo principal objetivo era acabar com um dos pilares mais importantes do Estado forjado pelos expoentes Saquaremas: o uso da mão-de-obra escrava. Esse fundamento era tão relevante que a abolição do trabalho escravo, sem indenização, contribuiu para a queda do regime monárquico no Brasil, em 1889.

Itaboraí pediu demissão da presidência do Conselho de Ministros, alegando não ter condições de executar a agenda proposta pelo monarca. Considerando a falta de vontade dos membros de seu Gabinete em levar adiante as articulações políticas necessárias para a aprovação da Lei do Ventre Livre e tendo presente ainda a composição da Câmara daquele período, caracterizada pela ausência de apoio parlamentar para votar uma matéria polêmica como esta, o prognóstico de Itaboraí era acurado⁶⁶³. Perguntado pelo Imperador sobre quem conseguiria angariar o apoio necessário para aprovar a Lei do Ventre Livre, Itaboraí indicou Caxias, cujo nome foi dispensado em razão da idade avançada e dos problemas de saúde. Alternativamente,

⁶⁶¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. *O fim do segundo "Quinquênio Liberal"*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 141-143.

⁶⁶² CARVALHO, José Murilo. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a. pp. 130-136; CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b. pp. 305-308.

⁶⁶³ PINHO, Wanderley. *Política e políticos no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930. pp. 131-146.

Itaboraí lembrou ao monarca o nome de Paranhos, mas, como o senador pela província de Mato Grosso fazia parte do Gabinete demissionário, Dom Pedro julgou não ser conveniente alçá-lo à Presidência do Conselho de Ministros. Por fim e tentando adivinhar o nome que o soberano queria ouvir, Itaboraí indicou o jurista preferido da coroa: José Antônio Pimenta Bueno, proposta que foi imediatamente aceita⁶⁶⁴.

Pimenta Bueno encontrou muitas dificuldades para formar seu Gabinete. Como a maioria dos integrantes do Partido Conservador tinha ciência da agenda legislativa imposta pelo Imperador, poucos membros demonstraram ânimo em participar de um governo cujo programa ia de encontro aos interesses econômicos dos produtores de café e de cana-de-açúcar do país⁶⁶⁵. Em carta destinada a Paranhos, Caxias narrou-lhe a situação e buscou articular maior coesão entre os membros do partido, tentando fornecer uma base de apoio ao governo central recém-constituído:

Há 5 ou 6 dias, apareceu em minha casa o S. Vicente muito desanimado e resoluto a deixar o ministério, não só por não achar companheiros que substituam ao Três Barras, e Teixeira Júnior, que o queriam abandonar, como por falta de apoio dos conservadores mais importantes do partido. Animei-o quanto me foi possível, e lhe disse que me encarregaria de procurar a todos e de lhes fazer conhecer a necessidade de apoiarmos ao ministério, com toda a dedicação, a fim de inspirar confiança aos Ministros. Fui logo a casa do Muritiba, Itaboraí, Saião, etc. e a todos achei bem dispostos, propondo o Muritiba fazer uma reunião da melhor gente do nosso lado, para o persuadir e se unir na ideia de dar franco apoio ao governo, e fui logo autorizado para dizer, da parte deles ao S. Vicente, que contasse com o seu apoio, pois que nesse sentido se ia escrever para as Províncias. (CAXIAS, 1871, AHI, Lata 317, Maço 4)⁶⁶⁶.

Não se sabe a razão pela qual o Imperador decidira encarregar o Partido Conservador da difícil tarefa de aprovar a Lei do Ventre Livre, matéria muito mais afeta à plataforma do Partido Liberal. Talvez pelo fato de Pimenta Bueno ter sido um dos principais juristas e propositores de projetos relacionados a essa questão, Dom Pedro II tenha desejado conceder-lhe a oportunidade de concretizar a emancipação servil⁶⁶⁷. A matéria era polêmica e de mais alta relevância porque significava, na prática, extinguir a escravidão no país, ainda que gradualmente e no longo prazo. Em janeiro de 1871,

⁶⁶⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. *O fim do segundo "Quinquênio Liberal"*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 146-14; CARVALHO, 2007a, pp. 132-135.

⁶⁶⁵ HOLANDA, op. cit., pp. 149-156.

⁶⁶⁶ Caxias a Rio Branco, Carta de 30 de janeiro de 1871. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶⁶⁷ HOLANDA, op. cit., pp. 149-151.

Pimenta Bueno, então Visconde de São Vicente, já havia decidido deixar a Presidência do Conselho de Ministros e tentava convencer o Imperador a passar o cargo a Rio Branco. A convocação imperial para que Paranhos retornasse ao Rio de Janeiro decorreu desse fato, conforme o próprio Luiz Alves de Lima e Silva afirmou ao seu amigo:

(...) o S. Vicente, tendo pedido ao Imperador para fazer pressão sobre o Bom Retiro, vendo que ele nem a isso cedia, pediu decididamente a demissão, e aconselhou a Sua Majestade que mandasse chamar a Vossa Excelência para organizar os atuais ministros [que] se comprometeram a ficar com as pastas até que Vossa Excelência tenha organizado novo ministério, não precipite a sua viagem, pois 15 mais ou menos não empiorará os negócios. Mas não deixe de vir, para não dar lugar às inventivas de costume. (CAXIAS, 1871, AHI, Lata 317, Maço 4)⁶⁶⁸.

Em 7 de março de 1871, José Maria da Silva Paranhos assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, constituindo o Gabinete mais longo de toda a história do Império, com quatro anos e três meses de duração. Conforme constou da Fala do Trono de 1871⁶⁶⁹, Dom Pedro II incumbiu Rio Branco com a desafiadora missão de aprovar uma série de reformas, que incluía a questão servil; uma alteração na Lei de 3 de dezembro de 1841, que reformara o Código de Processo Criminal; e algumas modificações nas leis relativas à Guarda Nacional e ao recrutamento militar⁶⁷⁰.

Em 28 de setembro de 1871, após pouco mais de seis meses de governo, Paranhos conseguiu a aprovação da Lei 2.040 que passou à história como Lei do Ventre Livre. O pouco tempo entre a formação e posse do Gabinete Rio Branco e a sanção desse dispositivo legal pela regente Princesa Isabel⁶⁷¹ não fornece a noção exata das dificuldades enfrentadas por Paranhos na Câmara dos Deputados, majoritariamente composta de membros de seu próprio partido, durante aquela legislatura. Com o apoio político de Caxias, São Vicente, Bom Retiro, Torres Homem, Saião Lobato e João Alfredo Correia de Oliveira, Rio Branco conseguiu compor um governo e apresentou a reforma da questão servil para análise da Câmara. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, durante as discussões no parlamento imperial, “o acirramento das paixões chegou, aos poucos, a extremos sem precedentes e que provavelmente não mais se repetirão na

⁶⁶⁸ Caxias a Rio Branco, Carta de 30 de janeiro de 1871. AHI, Lata 317, Maço 4.

⁶⁶⁹ BRASIL. *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p. 397.

⁶⁷⁰ HOLANDA, op. cit., pp. 160-164. Para maiores detalhes sobre a importância dessa norma para garantir a centralização do poder, conferir o Capítulo 2.

⁶⁷¹ Dom Pedro II encontrava-se fora do país, em sua primeira viagem à Europa.

história parlamentar do Império”⁶⁷². A Lei do Ventre Livre foi aprovada, mas, em decorrência dos inflamados debates, ocasionou a desagregação dos membros do Partido Conservador, que se dividiram entre o grupo favorável à reforma e o grupo contrário à medida⁶⁷³.

Embora a questão servil tenha desunido os Saquaremas em 1871, o mesmo não ocorreu em relação à política externa. A substituição de Rio Branco por Cotegipe na função de plenipotenciário brasileiro não alterou a estratégia imperial na condução das negociações com o Paraguai e com a Argentina no contexto pós-guerra. Por ter desempenhado essa função diplomática durante os anos de 1869 e 1870, Paranhos pôde dar as instruções necessárias para que Cotegipe continuasse a política brasileira de contenção das pretensões argentinas sobre o Chaco.

Em novembro de 1871, os plenipotenciários de Argentina, Brasil e Uruguai realizaram conferências em Assunção com o objetivo de estabelecer as bases para um arranjo definitivo de paz com o Paraguai que abrangesse também as questões relativas a fronteiras, navegação e dívidas de guerra. Os debates relacionados aos limites entre Argentina e Paraguai impediram que houvesse um entendimento conjunto único entre as quatro partes, pois Manuel Quintana, plenipotenciário de Buenos Aires, reconhecia a faculdade de o governo paraguaio apresentar documentos embasando seus direitos em relação aos territórios disputados, mas defendia que somente o país afetado por esses títulos poderia emitir juízos a respeito da documentação guarani. Ademais, o representante argentino pediu a solidariedade de todos os aliados para que qualquer desinteligência sobre esse tema fosse resolvida pelos quatro países de forma conjunta e simultânea⁶⁷⁴.

Diante da possibilidade de ver o Império vinculado a discussões que se alongariam por tempo indeterminado, Cotegipe não aceitou a argumentação do representante argentino e informou-lhe que, caso o governo paraguaio julgasse conveniente, daria seguimento às negociações dos tratados peculiares ao Império. Quintana, contrariado pela posição externada pelo Barão de Cotegipe, retirou-se de Assunção. Não desejando, nem podendo ficar à mercê de debates atinentes aos

⁶⁷² HOLANDA, Sergio Buarque de. *A marcha da ideia de emancipação*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 167.

⁶⁷³ HOLANDA, op. cit., pp. 166-170.

⁶⁷⁴ YEGROS, op. cit., p. 90.

interesses da Argentina, Cotegipe celebrou com Loizaga, em janeiro de 1872, tratados de paz, limites, amizade, comércio e navegação entre Brasil e Paraguai⁶⁷⁵.

Nos termos dos atos internacionais assinados, a navegação dos rios Paraguai e Paraná foi completamente liberada e a República Paraguaia assumiu dívida de guerra para com o Brasil, a título de indenização pelos gastos bélicos do Império, além de contrair também dívida privada com nacionais brasileiros, a título de indenização por prejuízos causados a esses particulares. As fronteiras entre as duas nações passaram a ser delimitadas pela linha que perpassa o Rio Apa, os cumes das serras de Amambai e de Maracaju, e a confluência das Sete Quedas com o Rio Paraná. O Império obrigou-se a garantir a independência, a soberania e a integridade do Paraguai, podendo, ainda, manter parte de seu exército em território dessa República para garantir a execução dos termos dos tratados assinados e concorrer para a ordem interna daquele país⁶⁷⁶. De modo semelhante ao ocorrido com o Uruguai em 1851, os tratados celebrados com o Paraguai definiram as fronteiras entre os dois países conforme os interesses brasileiros e submeteram a República guarani à hegemonia política do Império.

A ação de Cotegipe ainda representou, na prática, o fim do Tratado de Aliança de 1865. Ao negociar em separado com o Paraguai, o Brasil abriu caminho para o Uruguai fazer o mesmo em 1873 e isolou diplomaticamente a Argentina. Ademais, ao renunciar à posse de porção territorial compreendida entre os Saltos das Sete Quedas e o rio Iguerey⁶⁷⁷, área que competia ao Brasil nos termos do Tratado de 1865, a diplomacia imperial retirou da Argentina a argumentação de que as fronteiras estipuladas pelo Ato Internacional de 1865 deveriam ser integralmente observadas. Essa atitude conseguiu ainda fortalecer a posição paraguaia em relação ao Chaco por reforçar a tese brasileira de que os marcos contidos no Tratado de 1865 serviam tão somente como bases para as negociações definitivas de fronteiras entre o Paraguai e os aliados.

A reação da imprensa argentina aos tratados Loizaga-Cotegipe foi forte e muito negativa à imagem do Brasil. Tanto os grupos favoráveis a Sarmiento quanto aqueles que lhe faziam oposição, incluindo os elementos mitristas simpáticos ao Império, condenaram a atitude brasileira⁶⁷⁸. A resposta oficial de Buenos Aires foi apresentada

⁶⁷⁵ DORATIOTO, op. cit., pp. 464-465; YEGROS, op. cit., pp. 90-91.

⁶⁷⁶ DORATIOTO, op. cit., pp. 464-465; YEGROS, op. cit., pp. 90-92.

⁶⁷⁷ Atualmente denominado Rio Karapá e situado ao sul da serra de Maracajú, sua desembocadura no rio Paraná localiza-se abaixo dos Saltos del Guairá, situada em 24°26'28"S 54°18'29"O.

⁶⁷⁸ DORATIOTO, op. cit., pp. 465-466.

por meio da *Nota do governo argentino ao governo imperial sobre os tratados que o Brasil celebrou com o Paraguai*, datada de 27 de abril de 1872⁶⁷⁹. Repleta de acusações e provocações contra o governo Imperial, a nota assinada pelo então chanceler Carlos Tejedor informava que o governo argentino se negava a aceitar o término da Aliança estabelecida pelo Tratado de 1865 e instava o Brasil a dar cumprimento aos termos daquele acordo internacional⁶⁸⁰. No Brasil, a nota argentina ficou conhecida como “Nota Ituzaingó” por fazer referência à batalha de Ituzaingó ou Paso do Rosário, em que as tropas argentinas supostamente venceram as brasileiras no âmbito da Guerra entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1825:

Olvidando completamente o tratado de 1º de maio, depois da vitória comum, o nosso aliado reconhece agora que o Paraguai com razão liga a maior importância a sua questão de limites pelo lado do Chaco. O governo boliviano não se havia dirigido até agora ao argentino sobre seus pretendidos direitos ao mesmo território. É, porém, nosso aliado quem interrompe esse silêncio, com qualquer motivo e se encarrega de fazer-nos saber oficiosamente que tinha recebido comunicações do governo da Bolívia. Pretendia acaso nosso aliado fazer suas agora todas as pretensões contra o aliado de ontem?

Chegamos à nota de 22 de março.

É certo, Sr. ministro, que a amizade de dois povos vizinhos não tem data fixa, como também não a tem a inimizade. **A batalha de Ituzaingó não nos separou para sempre**, assim como não nos ligou para sempre a cooperação brasileira que libertou as repúblicas Argentina e do Uruguai de seus ditadores Oribe e Rosas. (TEJEDOR, 1872, p. 8)⁶⁸¹. Destacou-se.

A repercussão da nota de Tejedor foi extremamente negativa no Rio de Janeiro e as tensões entre os dois países elevaram-se rapidamente em 1872. A imprensa brasileira foi unânime em manifestar repulsa ao teor do documento argentino⁶⁸². De fato, o conteúdo e a argumentação apresentada pela nota emitida pela chancelaria de Sarmiento causou espécie ao governo imperial, conforme a nota brasileira de resposta, datada de 20 de junho de 1872, deixou evidente:

⁶⁷⁹ TEJEDOR, Carlos. *Nota do governo argentino ao governo imperial sobre os tratados que o Brasil celebrou com o Paraguai*. In: BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência trocada entre o Governo Imperial e o da República Argentina relativa aos tratados celebrados entre o Brasil e a República do Paraguai*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. pp. 3- 22.

⁶⁸⁰ TEJEDOR, op. cit., pp. 3-22.

⁶⁸¹ TEJEDOR, op. cit., p. 8..

⁶⁸² HOLANDA, Sergio Buarque de. *Fratrura e crise*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 180.

O governo imperial hesitou se devia considerar a referida nota como um empenho de paz e de manutenção dos vínculos da honrosa aliança de 1865, ou se antes como proposito deliberado de romper com essa aliança e provocar uma decisão extrema e funesta para ambos os povos.

Tal foi a impressão, Sr. ministro, que no ânimo do governo imperial produziram certas observações de V. Ex., **que podiam parecer ofensas intencionais ao amor-próprio e à dignidade do Brasil.** (CORREIA, 1872, pp. 22-23)⁶⁸³. Destacou-se.

Nesse contexto de forte tensão entre os dois países, Sarmiento recorreu aos bons ofícios do ex-presidente Mitre, estadista com boas relações com os principais políticos e militares do Império, para apaziguar os ânimos. A deterioração nas relações entre as duas nações pôde ser sentida pelo ex-comandante-em-chefe das forças aliadas assim que chegou ao Rio de Janeiro, em julho de 1872. Além de não receber as saudações de praxe, devidas ao pavilhão argentino, Mitre não recebeu visita de autoridades no hotel em que se hospedou. Além disso, durante as primeiras semanas na capital do Império, o plenipotenciário argentino foi tratado de forma fria pelo Imperador e pela chancelaria brasileira⁶⁸⁴.

Com o auxílio de Paranhos, então Presidente do Conselho de Ministros, e de Manuel Francisco Correa, titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, Mitre conseguiu restaurar a cordialidade básica nas relações entre os dois países. A Argentina tomou como fato consumado os tratados Loizaga-Cotegipe enquanto o Império se comprometeu a apoiá-la nas negociações com o Paraguai⁶⁸⁵. Para tanto, o governo imperial designou Domingos José Gonçalves de Magalhães, recentemente agraciado com o título de Barão de Araguaia, para acompanhar Mitre a Assunção. As habilidades de negociação de Gonçalves de Magalhães já haviam dado bons resultados por ocasião do desempenho de suas funções como secretário de Caxias, durante as campanhas no Maranhão e no Rio Grande do Sul, na década de 1840⁶⁸⁶.

Devidamente instruído, o apoio fornecido por Gonçalves de Magalhães a Mitre no Paraguai foi meramente moral e ante a resistência paraguaia em aceitar a proposta argentina que previa a cessão definitiva da Vila Ocidental, o plenipotenciário portenho

⁶⁸³ CORREIA, Manuel Francisco. *Nota do governo imperial ao governo argentino*. In: BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência trocada entre o Governo Imperial e o da República Argentina relativa aos tratados celebrados entre o Brasil e a República do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872. pp. 22-51.

⁶⁸⁴ HOLANDA, op. cit., pp. 180-181.

⁶⁸⁵ HOLANDA, op. cit., pp. 181-182; DORATIOTO, op. cit., pp. 466-467; YEGROS, op. cit., p. 94.

⁶⁸⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 467; YEGROS, op. cit., p. 94. Para maiores detalhes sobre a atuação de Gonçalves de Magalhães ao lado de Luiz Alves de Lima e Silva, conferir capítulo 4.

teve de se retirar de Assunção sem obter o acordo almejado. Malograda a negociação conduzida pelo ex-comandante-em-chefe das forças aliadas, em poucos meses, as tensões entre Brasil e Argentina voltaram a crescer, impulsionadas pela campanha presidencial naquela República e pela consequente atuação dos adversários políticos de Mitre que estimulavam e exploravam o sentimento anti-brasileiro como estratégia eleitoral para prejudicar os objetivos do ex-presidente⁶⁸⁷.

As principais dificuldades encontradas pela Argentina para efetivar suas pretensões sobre o Chaco decorriam de erros diplomáticos cometidos pelo seu próprio governo durante a presidência de Sarmiento e da ativa articulação política do Império com as autoridades paraguaias, com vistas a conter as ambições do governo de Buenos Aires. Assim, o enunciado por Varela de que “a vitória não dá direito às nações aliadas de declarar por si limites seus os que o tratado assinala”⁶⁸⁸; a celebração do Protocolo Preliminar de Paz em junho de 1870, que consentiu ao Paraguai a possibilidade de sustentar seus direitos nas negociações de limites com os aliados; a publicação da correspondência trocada entre Mitre e Tejedor, na qual o ex-presidente argentino deixava claro seu juízo de que as posses da Confederação deveriam se limitar ao território compreendido entre os rios Bermejo e Pilcomayo; e, principalmente, todo o respaldo diplomático e militar⁶⁸⁹ que o Império do Brasil forneceu ao Paraguai dificultaram a atuação externa da Argentina, impedindo esse país de efetivar plenamente as disposições de limites constantes do Tratado de 1865⁶⁹⁰.

Em maio de 1875, nova tentativa de acordo entre Argentina e Paraguai foi realizada no Rio de Janeiro, envolvendo Carlos Tejedor, pelo governo de Buenos Aires, Jaime Sosa, pelo governo de Assunção, o Visconde de Caravelas e o Visconde do Rio Branco, pelo governo do Rio de Janeiro. A negociação assemelhou-se a uma encenação previamente planejada pelos plenipotenciários de Argentina e Paraguai, já que os dois pouco debateram a respeito dos termos pactuados e agiram de forma suspeita durante o encontro no Rio de Janeiro. Pelo acordo então formulado, à revelia dos representantes brasileiros, o território do Chaco ao norte do rio Pilcomayo seria dividido entre Argentina e Paraguai e a Vila Ocidental passaria em definitivo à Confederação em troca

⁶⁸⁷ HOLANDA, op. cit., pp. 183-184

⁶⁸⁸ VARELA, Mariano. *apud* YEGROS, op. cit., p. 93.

⁶⁸⁹ Ainda que não fosse de modo declarado, a manutenção das tropas e da esquadra brasileira em Assunção e no rio Paraguai contribuiu para conter as aspirações argentinas e fortalecer a capacidade de resistência paraguaia.

⁶⁹⁰ YEGROS, op. cit., pp. 93-95.

da dívida de guerra paraguaia. A situação foi tão esdrúxula que Tejedor deixou o Rio de Janeiro com pressa, sem nem ao menos se despedir do Imperador, chefe de Estado a quem havia apresentado suas credenciais quando chegou⁶⁹¹. A atuação do então chanceler argentino foi objeto de nota de protesto do governo brasileiro, emitida em junho de 1875 ao governo de Buenos Aires⁶⁹².

O resultado das negociações entre Tejedor e Sosa foi logo neutralizado pela diplomacia brasileira por meio de atuação política junto aos membros do Congresso paraguaio. Como resultado das articulações realizadas, o Legislativo guarani rejeitou por unanimidade o acordo assinado no Rio de Janeiro e ainda declarou Sosa traidor da pátria por supostamente ter extrapolado suas instruções no que se referia às concessões oferecidas à Argentina⁶⁹³.

Duas semanas após a rejeição do Tratado Sosa-Tejedor pelo Congresso paraguaio, em 25 de junho de 1875, subiu à Presidência do Conselho de Ministros, pela terceira vez, Luiz Alves de Lima e Silva. Prestes a completar 72 anos de idade e tendo perdido sua esposa há pouco mais de um ano⁶⁹⁴, Caxias relatou à sua filha, Ana Loreto, por meio de carta, que não desejava assumir tal incumbência. Luiz Alves descreveu à filha a audiência em São Cristóvão em que Dom Pedro II o escolheu para substituir Paranhos na condução do governo central da seguinte maneira:

Estou minha cara filha, apesar de todos os meus protestos em contrário, outra vez Ministro da guerra e Presidente do Conselho. (...) Ele [o Imperador], assim que me viu me abraçou e me disse que não me largava sem que lhe dissesse que aceitava o cargo de ministro (...), mas disse tudo isso, tendo-me preso em seus braços. Ponderei-lhe as minhas circunstâncias, a minha idade, e incapacidade, a que nada cedeu. Para me poder livrar dele, era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer; abaixei a cabeça e disse que fizesse o que quisesse, pois eu tinha consciência que Ele se havia de arrepender, porque eu não seria ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e desgostos; mas a nada atendeu (...). (CAXIAS, 1875, *apud* MORAES, 1930, pp. 121-122)⁶⁹⁵.

Ao final de seu Gabinete, Rio Branco conseguira aprovar a Lei do ventre Livre e outras reformas desejadas por Dom Pedro II. No entanto, como visto, a consequente

⁶⁹¹ HOLANDA, op. cit., p. 189-190; DORATIOTO, op. cit., p. 467.

⁶⁹² AHI, Lata 327 Maço 2.

⁶⁹³ HOLANDA, op. cit., p. 189-190; DORATIOTO, op. cit., p. 467.

⁶⁹⁴ Ana Luiza Carneiro Viana, Duquesa de Caxias, faleceu em 23 de março de 1874.

⁶⁹⁵ Caxias a Ana Loreto, Carta de 17 de julho de 1875 *apud* MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na questão religiosa*. Rio de Janeiro: Briguet & Cia, 1930. pp. 121-122.

cisão no Partido Conservador causada pelos debates no parlamento foi grave. Ademais, o contexto doméstico tornara-se preocupante após o surgimento da Questão Religiosa que opôs o Brasil à Santa Sé, ocasionando o encarceramento de dois bispos⁶⁹⁶. Todo esse contexto deteriorou de modo significativo a imagem do Imperador. Para tentar recuperar a unidade dos conservadores e apresentar solução ao espinhoso tema que produziu uma crise nas relações com o Vaticano, o Imperador convocou Caxias. Sendo uma das principais lideranças dos conservadores, o respeitado chefe Saquarema poderia “dominar, com sua simples presença, a oposição mais tenaz dos *dissidentes*”⁶⁹⁷.

Em pouco tempo, o Gabinete Caxias encaminhou solução para a questão religiosa, apresentando a Dom Pedro II projeto de anistia aos dois bispos e fundamentando a linha de ação proposta por meio de uma detalhada exposição de motivos⁶⁹⁸. Apesar de não concordar com a medida propugnada pelo Gabinete, Pedro II assentiu e, em 17 de setembro de 1875, concedeu anistia aos bispos e aos outros eclesiásticos envolvidos na questão Religiosa por meio do Decreto nº 5.993⁶⁹⁹.

No que se refere à atuação internacional, apesar de não alterar os princípios fundamentais da política externa Saquarema, o que propiciou a continuidade da contenção das ambições argentinas sobre o Chaco, o Gabinete Caxias procurou distender as tensões existentes nas relações com Buenos Aires. Degradadas pela assinatura dos Tratados Loizaga-Cotegipe e pelos insucessos das negociações tentadas por Tejedor e Mitre junto aos representantes paraguaios, as relações bilaterais do Império com a Argentina precisavam ser reparadas para afastar em definitivo o risco de um novo conflito bélico. Ademais, a longa ocupação de Assunção por tropas Imperiais era custosa, impopular e já começava a produzir efeitos contrários aos objetivos brasileiros, já que parte das lideranças paraguaias passou a vislumbrar a possibilidade de uma aproximação com Buenos Aires como meio de se desvencilhar da ocupação militar imperial⁷⁰⁰.

A saída de Sarmiento da Presidência da Argentina, a ascensão de Avellaneda para seu lugar e a escolha de Bernardo Irigoyen para a chefia da chancelaria daquele país também ajudaram a distender as relações entre Rio de Janeiro e Buenos Aires.

⁶⁹⁶ Para maiores detalhes sobre a questão religiosa, conferir MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na questão religiosa*. Rio de Janeiro: Briguet & Cia, 1930.

⁶⁹⁷ HOLANDA, op. cit., p. 202.

⁶⁹⁸ MORAES, op. cit., pp.43-48.

⁶⁹⁹ MORAES, op. cit., pp. 49-51.

⁷⁰⁰ HOLANDA, op. cit., pp. 190-191.

Assim, em novembro de 1875, novas negociações para os acordos de paz definitivos entre Argentina e Paraguai iniciaram-se. Pouco tempo depois, o Brasil concordou com a transferência da sede das discussões para a capital argentina, enviando Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada como plenipotenciário imperial. O novo representante brasileiro afirmou que o governo central esperaria apenas as conclusões dos tratados para determinar a retirada das tropas imperiais de Assunção⁷⁰¹.

Em fevereiro de 1876, concluíram-se os tratados definitivos de paz, limites, navegação e comércio entre a Argentina e o Paraguai. De acordo com seus termos, o território de Misiones compreendido entre os rios Uruguai e Paraná e a porção do Chaco compreendida entre os rios Bermejo e Pilcomayo passaram em definitivo a Buenos Aires. O território do Chaco entre o rio Verde e a Baía Negra – área esta vizinha à província de Mato Grosso – foi declarada paraguaia. O Chaco central, compreendido entre o rio Pilcomayo e o rio Verde, incluindo nessa área a Vila Ocidental, seria objeto de arbitragem internacional⁷⁰².

A nova proposta negociada por Yrigoyen representou a vitória da política externa Saquarema, já que, na pior das hipóteses, caso Assunção viesse a perder a arbitragem internacional relativa à posse do Chaco central, o território setentrional chaquenho havia sido declarado paraguaio, o que efetivamente impedia o contato fronteiriço da Província de Mato Grosso com a Argentina. Além disso, a completa cessão de toda a região do Chaco a Buenos Aires, conforme estipulado pelo Tratado de 1865, tornou-se matéria definitivamente prejudicada.

Os acordos celebrados entre os dois países determinaram ainda a desocupação simultânea de Assunção pelas forças imperiais e de Vila Ocidental pelas tropas argentinas; reconheceram as dívidas de guerra do Paraguai em relação à Argentina; e, no que concerne a limites, conseguiram alcançar solução aceita por todas as partes. O Imperador externou sua satisfação com a solução alcançada por meio da concessão de título nobiliárquico ao plenipotenciário brasileiro, em 3 de maio de 1876, que passou a designar-se Barão de Aguiar de Andrada⁷⁰³. Dez dias depois, em 13 de maio de 1876, as tropas brasileiras começaram a desocupar Assunção⁷⁰⁴. Coube assim a Luiz Alves de Lima e Silva, na condição de Presidente do Conselho de Ministros, concluir de forma

⁷⁰¹ HOLANDA, op. cit., p. 191.

⁷⁰² DORATIOTO, op. cit., p. 468; HOLANDA, op. cit., p. 192; YEGROS, op. cit., pp. 92-93.

⁷⁰³ VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. op. cit., p. 29.

⁷⁰⁴ DORATIOTO, op. cit., p. 469.

bem-sucedida as negociações diplomáticas que finalizaram o processo de inserção imperial no Cone Sul, nos termos e nas condições estabelecidas pelas diretrizes do projeto de Estado Saquarema, em especial no que se refere à defesa da integridade territorial brasileira com fundamento no princípio do *uti possidetis de facto*.

A submissão a arbitramento internacional da posse definitiva de parcela de território chaquenho que incluía a Vila Ocidental pode ter sido a maneira encontrada por Avellaneda de abrir mão dignamente de reivindicações que haviam exigido considerável esforço diplomático por parte da chancelaria de Sarmiento. Na avaliação do ex-presidente Mitre, submeter essa questão a arbitragem internacional equivalia a desistir de antemão de sua posse, dada a precariedade dos títulos que respaldavam as reivindicações argentinas. A proposta em questão seria uma saída honrosa para a diplomacia argentina e uma solução contra a qual dificilmente o Império e a chancelaria paraguaia teriam argumentos para se opor⁷⁰⁵. Assim, de comum acordo, Argentina e Paraguai aceitaram a nomeação do presidente norte-americano Rutherford B. Hayes como árbitro da questão.

A organização e a preparação dos documentos e títulos paraguaios que serviram de base para exposição e defesa das reivindicações de Assunção certamente contaram com o auxílio da diplomacia imperial, uma vez que grande parte da documentação oficial da República guarani referente às suas relações exteriores havia sido capturada pelas tropas brasileiras após a batalha de Peribeubú, em 1870⁷⁰⁶. Para a preparação da exposição escrita, que incluiu, em anexo, uma coleção de documentos e títulos que comprovavam a posse paraguaia do território em disputa, o governo de Assunção valeu-se dos trabalhos de José Falcón. Esse especialista entregou todo o material a Benjamín Aceval, representante designado pelo governo paraguaio perante o árbitro norte-americano⁷⁰⁷. Em 1878, o Presidente Hayes emitiu laudo favorável às pretensões paraguaias, restringindo o avanço das incorporações territoriais argentinas à margem direita do rio Pilcomayo⁷⁰⁸.

Dessa forma, concretizaram-se, treze anos depois, e quase de maneira profética, os termos do parecer elaborado pelos Saquaremas Pimenta Bueno e Visconde do

⁷⁰⁵ HOLANDA, op. cit., p. 192.

⁷⁰⁶ DORATIOTO, op. cit., p. 408; 548.

⁷⁰⁷ YEGROS, op. cit., p. 96.

⁷⁰⁸ DORATIOTO, op. cit., p. 469; HOLANDA, op. cit., p. 192; YEGROS, op. cit., p. 96.

Uruguai, em 1865, quando, no âmbito do Conselho de Estado, apreciaram os termos do Tratado da Tríplice Aliança no que se refere às pretensões argentinas:

O que convinha ao Brasil, embora por necessidade consentisse na cessão da margem esquerda do Paraná, **é que a Confederação não tivesse nem um palmo de costa no Paraguai acima do Pilcomaio**, que daí até o Pão-de-Açúcar pertencesse ao Paraguai, que daí para cima fosse atribuída à Bolívia, não só porque é quem tem melhores títulos, como porque os interesses de navegação, comércio e segurança do Brasil exigem isso. (PIMENTA BUENO; URUGUAI, 1865, In: BRASIL, 2007, p. 184)⁷⁰⁹. Destacou-se.

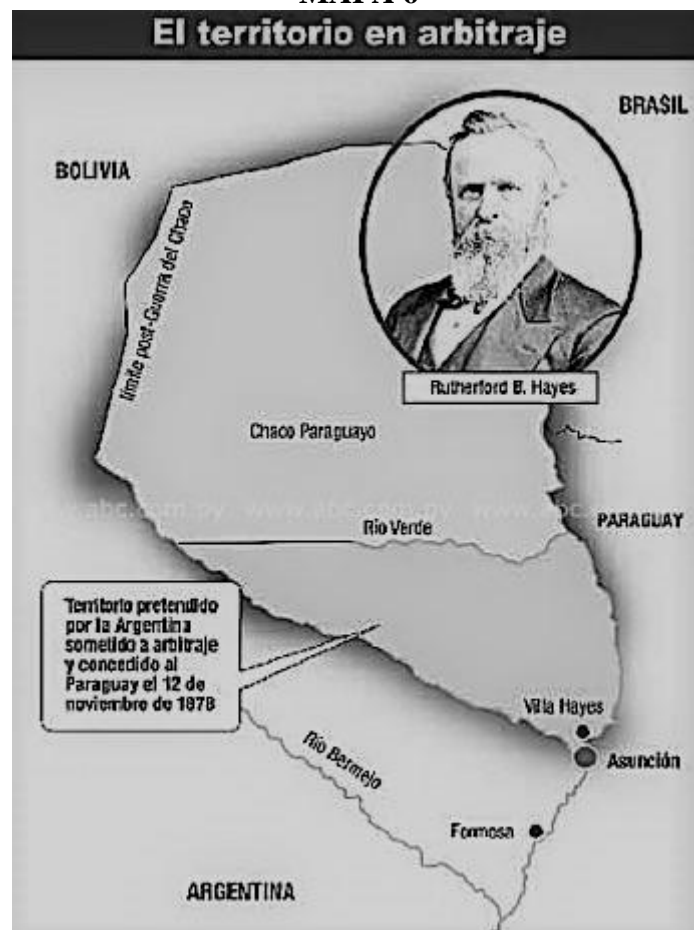
Como o Império já havia assinado com a Bolívia Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição, em 27 de março de 1867⁷¹⁰, a última medida que garantiu a vitória do projeto de Estado Saquarema no Cone Sul foram os Tratados Yrigoyen-Machain de 1876, entre Paraguai e Argentina. Formalmente, o texto desses acordos acabou com as chances de constituição, ao sul do Brasil, de um Estado que abrangesse todo o território do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata e que, assim, obtivesse condições jurídicas de contestar a posse imperial de parcelas significativas dos territórios localizados na parte oeste das províncias de Mato Grosso, São Paulo e Paraná, baseando-se no Tratado de Santo Ildefonso. Os termos dos acordos assinados entre os aliados e o Paraguai eliminaram também a perspectiva da formação de um “Paraguai Grande”, nos moldes imaginados por López, envolvendo os territórios de Entre Rios, Corrientes e Uruguai. Desse modo, com a exceção do pequeno trecho compreendido na região catarinense de Palmas, as fronteiras meridionais do Brasil, na região do Cone Sul, foram estabelecidas entre 1850 e 1876, de acordo com as perspectivas geopolíticas dos Saquaremas, que utilizaram o princípio do *uti possidetis de facto* para sustentar juridicamente a integridade do território imperial. Posteriormente, tanto nas negociações bilaterais realizadas com os demais países da América do Sul e da Europa, quanto nas questões de limites submetidas a arbitramento

⁷⁰⁹ PIMENTA BUENO, José Antônio; URUGUAI, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Parecer de 30 de novembro de 1865*. In: BRASIL. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros – 1863-1867*. Brasília: FUNAG, 2007. p. 184.

⁷¹⁰ Com o objetivo de neutralizar o governo boliviano, impedindo que esse país interviesse em favor do Paraguai durante a Guerra, o Império enviou a La Paz o deputado Lopes Neto, em setembro de 1866, que obteve êxito em sua missão de negociar os termos de um convênio de amizade, limites e navegação com aquela república, resultando assim no Tratado de 27 de março de 1867. DORATIOTO, op. cit., p. 263; BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1867. pp. 5-6; 24-28; 82-84.; BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1868. pp. 11-13; ANEXOS, pp. 63-74.

internacional, o referido princípio serviu de esteio à política externa brasileira e garantiu ao país a efetiva posse de extensos territórios, com destaque para aqueles situados na região amazônica.

MAPA 6



Fonte: ABC Color. *Los entretelones del laudo Hayes*. Disponível em < <http://www.abc.com.py/edicion-impres/politica/los-entretelones-del-laudo-hayes-1120358.html> >. Acesso em 1º de outubro de 2018.

7.4 – Considerações finais

A Guerra do Paraguai foi o ápice de um processo de disputa pela prevalência de diferentes projetos de Estado concorrentes no Cone Sul. No âmbito doméstico, a guerra contra López também serviu de contexto para uma forte competição entre conservadores e liberais. Como visto no capítulo anterior, a política externa dos Gabinetes Liberais Progressistas conduziu o país para o maior conflito armado de sua história. Apesar de as razões estruturais daquele contexto terem contribuído para o

aumento de tensões entre os Estados platinos no início da década de 1860, como foi o caso das questões de limites entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil, por exemplo, os políticos progressistas que controlavam o governo central à época desejavam dar uma resposta às críticas que receberam da opinião pública e de elementos conservadores pela maneira por meio da qual conduziram a Questão Christie. A possibilidade de uma intervenção no Uruguai para desagrar os insultos e os abusos ingleses cometidos contra brasileiros foi vista como uma oportunidade para esse fim.

A atuação de Paranhos no Uruguai e sua posterior demissão deixaram claro a Luiz Alves de Lima e Silva que, sob Gabinete Progressista, eventual colaboração sua no esforço de guerra só poderia ocorrer mediante garantia de total confiança do governo em relação às suas ações. Ademais, faziam-se também necessários irrestritos suportes político e material para as operações bélicas que Caxias iria conduzir. As medidas de precaução adotadas por Luiz Alves de Lima e Silva não eram vãs. Além de excepcional militar, em 1866, Caxias era um político no auge de sua experiência, tendo bastante conhecimento a respeito do jogo de interesses existente na corte.

Zacarias de Góis e Vasconcelos aceitou as condições impostas por seu desafeto, talvez como meio de se manter no poder. Com o passar dos meses e na medida em que a guerra se tornava mais impopular por conta do aumento dos recrutamentos forçados, a pressão sobre o Gabinete Zacarias cresceu, surgindo críticas contra os membros do governo central e contra Caxias. Não percebendo nenhum tipo de movimento para defender sua atuação no Paraguai e tendo ciência ainda de que um dos jornais que mais criticava seu comando na Guerra era subvencionado pelo próprio governo, Luiz Alves de Lima e Silva pediu demissão, gerando grave crise política em 1868. Para manter o general em suas funções o Conselho de Estado recomendou que não se aceitasse seu pedido de dispensa e que também todos os membros do Gabinete Zacarias fossem mantidos em suas funções. Apesar da solução salomônica, o Gabinete Progressista resistiu apenas por mais alguns meses antes de ser substituído pelos tradicionais Saquaremas.

A manutenção de Luiz Alves a frente das tropas brasileiras foi um dos principais fatores que influenciaram o Imperador a devolver a condução do governo central às mãos do Partido Conservador. Dessa forma, Caxias esteve diretamente relacionado à ascensão dos Saquaremas ao poder em 1868. Depois de destruir o exército de López e de ocupar Assunção, Luiz Alves retornou ao Rio de Janeiro, à revelia da vontade de

Dom Pedro II, que, no entanto, premiou com justiça os bons ofícios do comandante-em-chefe imperial no Paraguai. A partir de 1869, Luiz Alves passou a atuar na corte, articulando os grupos conservadores de modo a angariar apoio político para as reformas sociais desejadas pelo Imperador, destacando-se nesse contexto a batalha parlamentar travada pela aprovação da Lei do Ventre Livre. Embora a sustentação do Gabinete São Vicente tenha sido prejudicada pelo próprio desânimo de Pimenta Bueno, o Gabinete de Rio Branco constituiu-se o mais longo da história do Império, tendo sido bem-sucedido na difícil tarefa legislativa a ele confiada pela coroa. O preço pago, no entanto, foi a desagregação do Partido Conservador.

Apesar da agitação doméstica, a política de contenção da Argentina em relação ao território do Chaco manteve-se inalterada entre 1869 e 1876. As reiteradas medidas diplomáticas brasileiras que bloquearam qualquer tipo de acordo que redundasse na posse em definitivo de todo o Chaco e da Vila Ocidental pela Argentina irritaram o antigo aliado e, com o tempo, passaram a causar desconforto no governo paraguaio, cujo território continuava ocupado pelo Exército imperial em 1875. As tensões entre os antigos aliados elevaram-se ao ponto de o temor de uma nova guerra opondo Brasil e Argentina ter-se alastrado pelas capitais dos dois países e o conflito ser dado como certo por diversos observadores internacionais.

Diante desse contexto e sabendo das habilidades políticas de Caxias para estabelecer consensos mínimos entre atores políticos com interesses distintos, Dom Pedro II praticamente convocou Luiz Alves de Lima e Silva para a formação de um novo Gabinete em 1875. Em poucos meses, o novo governo resolveu a difícil Questão Religiosa que opôs o país à Santa Sé e procurou distender as relações com Buenos Aires. O sucesso nas negociações conduzidas pelo Barão de Aguiar de Andrada foi a última obra no longo processo de inserção internacional do Império no Cone Sul, iniciado na década de 1850, por meio das ações políticas e militares contra Oribe e Rosas.

Assim, o Partido Conservador conseguiu sobressair-se sobre o Partido Liberal não só no projeto que tinha para o âmbito doméstico, mas também na esfera internacional por meio da formulação e da implementação bem sucedida de uma política externa que se mostrou capaz de assegurar ao país a livre navegação dos rios da bacia platina; a manutenção dos territórios conquistados sob regime português; e a instituição de uma política de defesa do princípio jurídico do *uti possidetis de facto* que norteou as

negociações bilaterais e as arbitragens posteriores relacionadas às fronteiras do Brasil com as Repúblicas sul-americanas e com as possessões pertencentes às potências europeias.

A Guerra do Paraguai só ocorreu porque López calculou mal os recursos de que todos os participantes dispunham e confiou em alianças que não se confirmaram depois da eclosão do conflito. Após o início das atividades bélicas, o ditador paraguaio cometeu mais erros que os aliados e perdeu várias oportunidades de negociar em termos honrosos o estabelecimento de uma eventual paz. Eliminada a ameaça representada por López, não convinha ao Império permitir o fortalecimento da Argentina, anuindo com a expansão de seu território até as fronteiras de Mato Grosso. Assim, vencidas as forças de Assunção, a política realista Saquarema adotou de imediato as medidas necessárias para conter as ambições de Buenos Aires. Apesar das grandes tensões que tal postura suscitou nas relações entre os dois aliados de véspera, o Brasil obteve sucesso em seu objetivo. Dessa forma, ao exercer os papéis de comandante-em-chefe das forças imperiais, de líder do Partido Conservador e de Presidente do Conselho de Ministros, Luiz Alves de Lima e Silva participou ativamente do fomento e da execução da política externa intervencionista Saquarema na região do Prata. Coube ao seu terceiro governo diminuir as tensões existentes nas relações bilaterais com a Argentina e contribuir para que as negociações entre a Confederação e o Paraguai pudessem chegar a um fim compatível com os objetivos geoestratégicos do Império depois de seis anos e de várias tentativas frustradas em grande medida por culpa do Brasil. Só após ser bem sucedido nessa missão, o Gabinete Caxias ordenou a retirada das tropas imperiais do Paraguai.

7.5 – Iconografia



Manoel Luís Osório. Disponível em <
https://www.reddit.com/r/brasil/comments/9q8tnq/manuel_lu%C3%ADs_os%C3%B3rio_marqu%C3%AAs_do_herval_e_marechal/>. Acesso em 1º de outubro de 2018.



Dom Pedro II. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 183. Também disponível em < https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3534/1/011391_IMAGEM_021.jpg >.



Luiz Alves de Lima e Silva – Duque de Caxias. In: SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 85. Também disponível em https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/3517/1/011391_IMAGEM_010.jpg >

Conclusões

(...) as malditas vacas gordas do Netto transtornaram a cabeça dessa gente daí e fomos nos envolver nos negócios do Estado Oriental sem termos então um soldado ou um navio e, afinal, acharmo-nos metidos em uma atada da qual não podemos sair airosoamente sem gastarmos o que não tínhamos e, por isso, arruinar o nosso país por muitos anos. – Marquês de Caxias⁷¹¹.

O processo de emancipação, construção e consolidação da ordem institucional do Império do Brasil ocorreu de forma acelerada e violenta. Em pouco mais de 40 anos, o país deixou sua condição colonial e se transformou em potência regional hegemônica na região platina. O transcurso dos fatos que levaram o Brasil a essa condição foi caracterizado pela disputa entre grupos políticos concorrentes, cujas ideias, aspirações e projetos para o novo Estado ensejaram disputa intensa pelo controle do governo central e de seus instrumentos de gestão.

Somente após a eclosão e supressão de revoltas e conflitos armados internos, a elite dirigente do Império chegou a um consenso político a respeito da configuração básica do Estado brasileiro. Assim, o país fundamentou seus pilares organizacionais político-jurídicos em uma monarquia constitucional parlamentarista; dotada de um governo central forte, sediado no Rio de Janeiro; caracterizado pela prevalência do elemento civil sobre as autoridades militares; e com o esteio econômico na unidade de produção agrário-exportadora latifundiária de uso intensivo de mão-de-obra escrava. Ao se juntar a essas diretrizes a intransigente defesa do legado territorial deixado por Portugal, tem-se delineado o projeto de Estado Saquarema.

Em um primeiro momento, os políticos oriundos dessa região da província do Rio de Janeiro conseguiram impor seu sistema de governo sobre a administração local. Em seguida, ao assumirem o controle do governo central, implementaram suas diretrizes no âmbito nacional, tendo de lutar, a um só tempo, contra as dissidências regionais de algumas províncias e a forte oposição imposta pelas lideranças liberais que, testemunhando o desmonte institucional de suas reformas descentralizadoras, recorreram às armas. Apesar do difícil contexto doméstico da década de 1840, os Saquaremas venceram os desafios políticos e militares que se opuseram a seus desígnios, conseguindo consolidar a ordem interna do país.

⁷¹¹ Caxias a Paranhos, Carta de 15 de julho de 1868. AHI, Lata 317, Maço 4.

Por essa razão, em 1850, o Brasil já havia superado a fase de disputas internas de seu processo de consolidação estatal, diferentemente de seus vizinhos platinos. A persistente prevalência de contexto de agitações e revoltas nas repúblicas hispânicas decorria do processo de formação dos Estados da região, cujas lideranças ainda debatiam entre si a respeito das melhores opções para o desenvolvimento de seus países. Com a emergência de Oribe e Rosas, o projeto de reconstrução do Vice-Reinado do Rio da Prata passou a ameaçar o Brasil que, de forma, rápida ainda na década de 1840, identificou os perigos advindos da imposição desse desiderato do ditador argentino. Vencidos ambos os líderes, o Império consolidou sua hegemonia sobre a região, impondo tratados em conformidade com os seus interesses.

Em pouco mais de dez anos, outra ameaça aos interesses brasileiros surgiu na região. Solano López e seu desejo de criar um “Paraguai grande” passaram a colocar em risco parcela significativa do território nacional e a prejudicar os interesses políticos e financeiros do Império na região, o que incompatibilizou o governo do ditador paraguaio com os princípios da ordem Saquarema. O inimigo inoportuno foi vencido com a ajuda da Argentina, aliado com o qual o Brasil pouco simpatizava, em decorrência do histórico de conflitos entre ambas as nações e em função de esse Estado ser, depois do Brasil, o mais forte do Cone Sul. O pragmatismo inerente à política externa Saquarema ficou evidenciado quando, logo após o fim da guerra contra López, a diplomacia imperial passou a obstruir sistematicamente todas as negociações entre Buenos Aires e Assunções que não apresentassem fórmula compatível com os desígnios geoestratégicos do Rio de Janeiro. Para tanto, o território paraguaio deveria exercer a função de cordão de isolamento entre os territórios brasileiros e argentinos. Somente em 1876, seis anos após terminado os conflitos contra o governo de López, um acordo entre Argentina e Paraguai foi considerado aceitável pelo Brasil e as tropas imperiais deixaram definitivamente Assunção.

A trajetória da construção, consolidação e imposição do projeto de Estado Saquarema no Brasil e no Cone Sul contou com uma série de estadistas que lhe deram suporte por meio de suas ações diplomáticas e militares. Luiz Alves de Lima e Silva foi um dos principais atores nesse processo de estruturação e inserção do Estado brasileiro na região platina. Pertencente ao grupo político vinculado ao Partido Conservador, Caxias fez parte da elite dirigente do Império e desfrutou de grande trânsito na corte de Dom Pedro II. Apesar de ser um Saquarema firme, Luiz Alves era moderado em suas

posições e hábil articulador político, na medida em que ficou conhecido por sua destreza em encontrar denominadores comuns para interesses contrários que lhe surgiam.

Ao atuar na corte e em diversas províncias, Caxias negociou com diferentes atores e grupos sociais dotados de anseios e perspectivas diversos, por vezes antagônicos. Além disso, Luiz Alves teve de realizar a intermediação entre as demandas e as necessidades dos grupos locais e o governo central no Rio de Janeiro que, não raramente, apresentavam exigências incompatíveis entre si. O sucesso nesses esforços demandou capacidade de diálogo, compreensão das peculiaridades regionais e concessões de parte a parte, habilidades características de um político.

Ao contribuir de forma decisiva para por fim às rebeliões e às revoltas domésticas, Caxias não apenas promoveu a consolidação da autoridade central no Rio de Janeiro, como também ajudou a garantir para o Brasil melhores condições para atuar na região platina, uma vez que o Império passou a ter condições de canalizar seus recursos bélicos e logísticos para enfrentar as ameaças que surgiam naquele contexto. Ademais, com o retorno dos conservadores ao poder, em 1848, o realismo e o pragmatismo Saquarema levaram o governo central a adotar a resolução de intervir na região platina, com vistas a eliminar as ameaças representadas por Oribe e Rosas. Assim, negociações diplomáticas foram realizadas com as lideranças uruguaias e argentinas que se opunham aos governos dos dois ditadores. Nesse contexto, a atuação de Luiz Alves de Lima e Silva junto à sua rede de contatos estabelecida no sul do Império foi de grande utilidade à política externa do país.

Caxias começou a conhecer a região do Cone Sul em sua segunda campanha militar, em 1825, durante a Guerra da Cisplatina. Ao retornar à região, em 1842, Luiz Alves percebeu que a pacificação do Rio Grande do Sul dependia de atores inseridos em uma intrincada teia política que vinculava lideranças estabelecidas no Uruguai, Corrientes, Entre Rios e no próprio Continente de São Pedro, ou Rio Grande do Sul. Para acabar com a sublevação farrapa, foi necessário, em um primeiro momento, diminuir ou neutralizar a influência política que os chefes caudilhos das regiões de Entre Rios, Corrientes e Uruguai exerciam sobre parcela da elite sul-rio-grandense. Assim, foi fundamental reforçar os laços de lealdade dessas lideranças gaúchas com o governo central no Rio de Janeiro. Na segunda metade da década de 1840, Caxias já havia conseguido neutralizar as influências de Fructuoso Rivera e de Maradiaga sobre

os líderes rebeldes da Farroupilha, preparando assim a região sul do Império para a guerra contra Oribe e Rosas.

Ao final de 1852, a vitória brasileira junto com Urquiza demonstrou como a atuação diplomática imperial conseguiu produzir aliança política adequada, envolvendo atores platinos dotados de aspirações compatíveis com os interesses estratégicos do Brasil. O sucesso obtido nessas ações gerou contexto platino favorável ao Império que passou a negociar e a impor suas pretensões econômicas e geopolíticas na região, celebrando tratados comerciais, financeiros, de navegação e de limites.

Depois de estabelecer e consolidar a legitimidade da autoridade governamental sediada no Rio de Janeiro, fazia-se necessário determinar os limites territoriais da jurisdição do novo Estado. Assim, logo após a queda de Oribe e Rosas, o Brasil passou a esforçar-se para negociar junto aos seus vizinhos seus limites, utilizando como base o princípio de Direito Internacional do *uti possidetis de facto*. O objetivo dos estadistas do Império não era expandir as fronteiras nacionais para além daqueles territórios até então sob posse efetiva do Império, mas tão somente manter os territórios que a população luso-brasileira havia ocupado, tornando superados assim os textos dos antigos tratados celebrados entre Portugal e Espanha.

Nesse estágio do processo de inserção imperial na região platina, Luiz Alves de Lima e Silva participou ativamente por meio de suas ações nos campos de batalha uruguaios e paraguaios e através de suas administrações do governo central, principalmente nas duas ocasiões em que ocupou a Presidência do Conselho de Ministros entre 1861 e 1862 e entre 1875 e 1878. Ao longo de seu segundo Gabinete, Caxias deu seguimento a diversas negociações diplomáticas relativas a demarcação de limites e chamou a atenção para a existência de quantidade relevante de vazios demográficos nas fronteiras do país, o que colocava em risco a efetiva posse de territórios brasileiros. Já após 1865, a contribuição de Luiz Alves de Lima e Silva para a política externa passou a ser feita a partir de suas operações bélicas contra o governo de Solano López. As vitórias proporcionadas por Caxias garantiram ao Brasil as condições para celebrar os tratados de limites com o Paraguai conforme os interesses nacionais, contribuindo assim para a concretização do intento Saquarema de transformar o Uruguai e o Paraguai em cordões de isolamento entre os territórios brasileiro e argentino.

A participação de Caxias na crise que gerou a queda do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos representou o fim da Liga Progressista e provocou o retorno dos

Saquaremas ao poder. Por meio dos Gabinetes Conservadores que se sucederam, a diplomacia brasileira passou a bloquear as ambições argentinas sobre o Chaco paraguaio. Eventual absorção do território chaquenho pretendido por Buenos Aires permitiria que as possessões argentinas fizessem fronteira com a província brasileira de Mato Grosso, inviabilizando assim a consolidação da estratégia Saquarema de utilizar o Paraguai como barreira geopolítica entre os limites dos dois países. Ademais, o Estado paraguaio ficaria restrito a pequena parte de seu atual território, o que o deixaria geograficamente mais propenso a uma futura absorção por parte de Buenos Aires, fragilizando assim a sua própria existência enquanto nação independente. Depois de diversas negociações, fórmula compatível com os desígnios geoestratégicos brasileiros pôde ser encontrada durante o terceiro Gabinete de Caxias, quando coube a Luiz Alves de Lima e Silva conduzir o governo central que finalizou com sucesso a inserção do Império no Cone Sul sob as diretrizes do projeto de Estado Saquarema.

Percebe-se como a vida de Luiz Alves de Lima e Silva pode ser utilizada como fio condutor para analisar o processo de formação, consolidação e inserção regional do Estado brasileiro na região platina. A interseção da vida desse ator com diversos momentos cruciais da história imperial pode ser parcialmente explicada por meio do desejo de ascensão e distinção social inerente aos membros de sua família. Assim como o próprio Luiz Alves de Lima e Silva, a carreira das armas foi o instrumento que o avô, o pai e os tios de Caxias utilizaram, com sucesso, para angariar promoções, honrarias e funções políticas importantes. No entanto, em meados da década de 1860, Caxias já havia chegado ao auge de suas carreiras militar e política. Ademais, gozava do mais alto título nobiliárquico até então dispensado pelo Imperador: “marquês”.

Apenas um ideal maior do que seus próprios interesses poderia animar Luiz Alves de Lima e Silva a assumir o comando-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai em 1865 e a Presidência do Conselho de Ministros, pela terceira vez, em 1875, quando já estava com idade avançada, doente e abalado pela morte de amigos e de sua esposa. Após passar sua vida lutando e expondo-se a perigos para construir uma nação e para implementar um projeto de Estado, em sua tomada de decisão, Caxias pode ter levado em conta o risco de ver essa obra política coletiva ruir em função das ambições de Solano López e, posteriormente, em decorrência de um contexto caracterizado por grandes tensões com a Argentina e pelo risco iminente de uma guerra contra esse país. Assim, a aquiescência de Luiz Alves de Lima e Silva em assumir funções espinhosas

em momento de sua vida em que seus interesses utilitários indicavam ser mais vantajoso e cômodo abster-se de novas funções públicas, a aceitação dos encargos estatais que lhe foram oferecidos pode ter sido a maneira encontrada por esse estadista para tentar resguardar a manutenção da ordem Saquarema construída por ele e por seus companheiros conservadores.

A correspondência pessoal atesta que Caxias não estava disposto a assumir o comando-em-chefe das tropas brasileiras no Paraguai sob quaisquer condições. Suas cartas também demonstraram sua contrariedade em assumir pela terceira vez o governo central do Império. Entender a atuação de Luiz Alves depois de 1865 como busca de mais prestígio pessoal, parece ser explicação deficiente. Ninguém arrisca a própria vida, aos 65 anos, atravessando uma ponte sob fogo paraguaio e gritando o nome do Imperador e do Brasil, por pensar apenas em seus interesses egoístas. A retomada do teor de uma carta escrita por Luiz Alves durante sua velhice ajuda a elucidar a importância que esse ator dava ao projeto de Estado Saquarema, que ele ajudou a implementar.

(...) Quem o substituirá? Não sei, nem vejo. Parece que Deus quer separar os bons dos maus, chamando os primeiros para si... Seu vácuo não será preenchido, como já não foi, o de Eusébio, Paraná, Uruguai, e Manuel Felizardo e muitos outros que nos ajudaram a sustentar essa *igrejinha*, desmoronada ou quase desmoronada em 7 de abril de 1831. (...) (CAXIAS, *apud* MASCARENHAS, 1961, p. 243⁷¹²).

Como visto no capítulo 2, o trecho acima exposto foi escrito por Caxias e enviado a Firmino Rodrigues Silva, em 12 de janeiro de 1872. Na ocasião, Luiz Alves de Lima e Silva lamentava a morte do último membro da “Trindade Saquarema” que ainda vivia: Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraá. A “igrejinha desmoronada ou quase desmoronada em 7 de abril de 1831” refere-se ao Império do Brasil que, após a abdicação de Dom Pedro I, enfrentou sério risco de desagregação, conforme as revoltas do período regencial comprovaram. A alusão à obra coletiva realizada pelos Saquaremas de “sustentar” a nação unida é clara. O trecho acima evidencia a perspectiva política de Caxias que atribuía um caráter de unidade e associação direta entre os membros do Partido Conservador e a obra por eles realizada, no caso em tela, o próprio Estado brasileiro.

⁷¹² Caxias a Firmino Rodrigues Silva, Carta de 12 de janeiro de 1872. *apud* MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império: Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. p. 243.

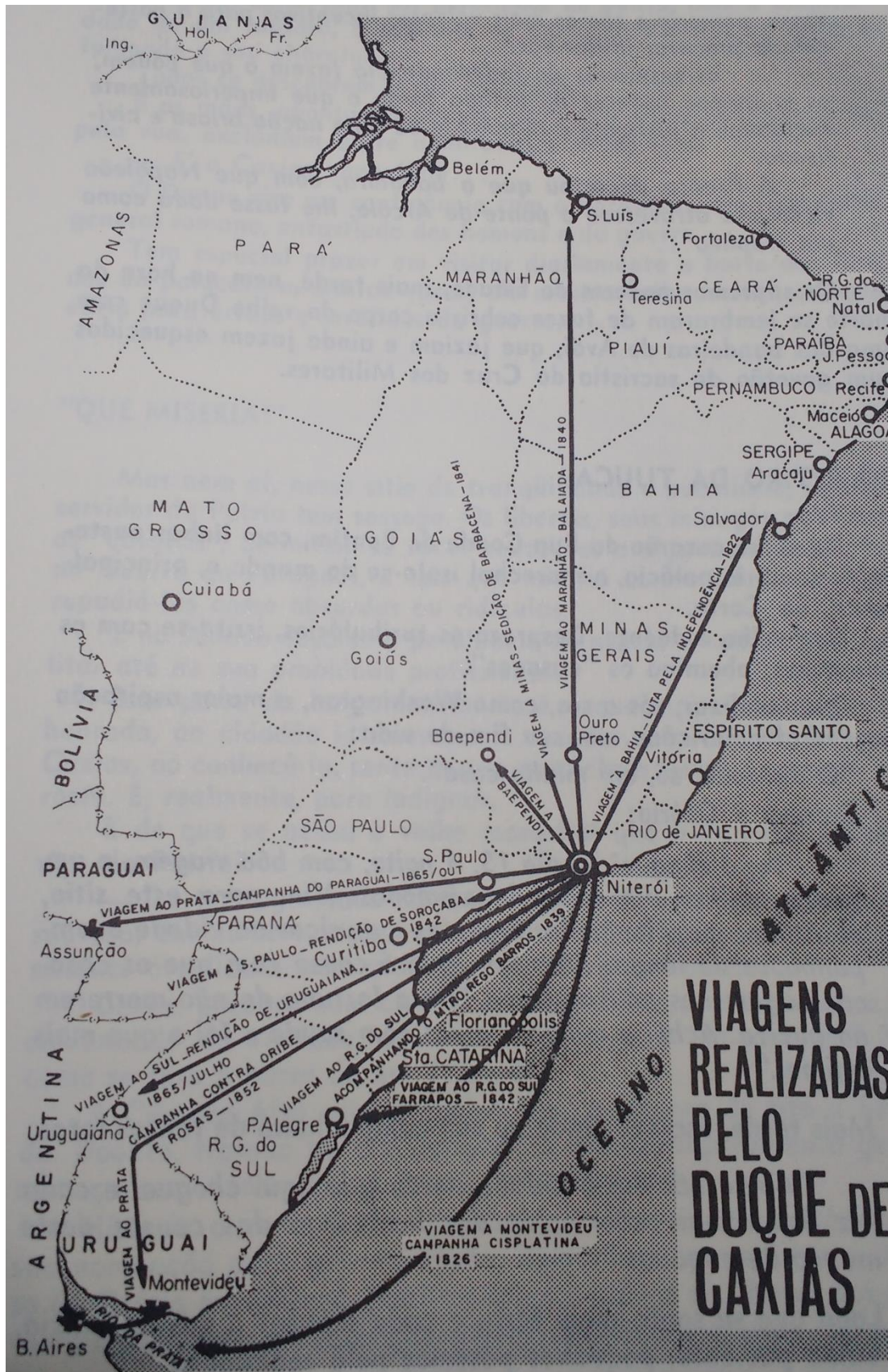
Deste modo, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, o vitorioso projeto de Estado Saquarema não foi apenas um instrumento para proporcionar ganhos financeiros e políticos aos indivíduos que o implementaram, mas se constituiu, também, em um ideal pelo qual parte considerável dos estadistas conservadores do Império lutou e arriscou suas próprias vidas para concretizá-lo. A aplicação de uma racionalidade meramente utilitária à atuação de Caxias e ao contexto histórico no qual ele agiu não apresenta condições, pois, de fornecer explicações satisfatórias e abrangentes sobre todas as motivações desse ator ao longo de sua vida, em especial ao longo de seus anos finais.

Quando Luiz Alves de Lima e Silva faleceu em 1880, o Brasil desfrutava de ordem interna e de paz externa. A inserção do país no Cone Sul sob os desígnios das diretrizes Saquaremas havia sido bem sucedida e as negociações a respeito dos limites e das demarcações das fronteiras nacionais encontravam-se em processo avançado. O realismo e o pragmatismo dos estadistas Saquaremas proporcionaram tratados de limites com Uruguai, Paraguai, Bolívia e Argentina, cujos termos favoreceram os interesses brasileiros e deixaram pendente de resolução apenas a questão de Palmas, cujos termos vitoriosos, após arbitramento internacional, já haviam sido definidos por José Maria da Silva Paranhos na década de 1850.

Considerando que a fronteira brasileira com seus vizinhos platinos supera a extensão de 4.000 km, trata-se de legado diplomático considerável da política externa do Império, ainda que tenha sido conquistado ao custo de guerras cruentas contra ditadores da região. Ademais, a política externa Saquarema legou à diplomacia brasileira as bases jurídicas necessárias para a defesa e uso do princípio do *uti possidetis de facto* que, nas décadas seguintes, nortearam as negociações bilaterais de limites em que o Brasil se envolveu. Por intermédio desse instrumento, o país pôde demarcar suas fronteiras setentrionais de modo pacífico e incorporar quantidade significativa de quilômetros quadrados ao território nacional.

Percebe-se, assim, como o curso de eventos que transformaram as possessões coloniais lusitanas na América, em 1803, no Império do Brasil, em 1880, foi marcado pela atuação política e militar de Luiz Alves de Lima e Silva, cuja obra coletiva realizada em conjunto com os demais estadistas Saquaremas conseguiu converter um grupo de colônias em uma nação unificada, independente, territorialmente íntegra, dotada de governo central forte, organizada sob uma monarquia constitucional parlamentar e respeitada na Europa por sua estabilidade política.

MAPA 7



Fonte: CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976. p. 277.

Anexo I⁷¹³

Condições aceitas pelas lideranças rio-grandenses para pacificação da província.

- 1 – O indivíduo que for pelos republicanos indicado Presidente da Província é aprovado pelo Governo Imperial e passará a presidir a Província.
- 2 – A dívida nacional é paga pelo Governo Imperial, devendo apresentar-se ao Barão a relação dos créditos para ele entregar à pessoa ou pessoas, para isto nomeadas, a importância a que montar a dita dívida.
- 3 – Os oficiais republicanos que por nosso comandante-em-chefe forem indicados passarão a pertencer ao Exército do Brasil no mesmo posto, e os que quiserem suas demissões ou não quiserem pertencer ao Exército não serão obrigados a servir, tanto em Guarda Nacional como em 1ª linha.
- 4 – São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram na República.
- 5 – As causas civis, não tendo sido nulidades escandalosas, são válidas, bem como todas as licenças e dispensas eclesiásticas.
- 6 – É garantida a segurança individual e de propriedade em toda a sua plenitude.
- 7 – Tendo o Barão de organizar um corpo de linha, receberá pra ele todos os oficiais dos republicanos, sempre que assim voluntariamente queiram.
- 8 – Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos, e aqueles que estão fora da província serão reconduzidos a ela.
- 9 – Não serão reconhecidos em suas patentes os nossos Generais; porém gozam das imunidades dos demais oficiais.
- 10 – O Governo Imperial vai tratar definitivamente da linha divisória com o Estado Oriental.
- 11 – Os soldados da República, pelos respectivos comandantes relacionados, ficam isentos de recrutamento de 1ª linha.
- 12 – Oficiais e soldados que pertencerem ao Exército Imperial e se apresentarem ao nosso serviço serão plenamente garantidos como os demais republicanos.

⁷¹³ Documentos retirados de WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: Sulina, 1980. pp. 9-16.

Convênio de Ponche Verde

Art. 1º - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.

Art. 2º - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelos republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração de processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.

Art. 3º - Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custas do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praças no Exército ou na Armada.

Art. 4º - Fica garantida a Dívida Pública segundo o quadro que dela se apresente em um prazo preventório.

Art. 5º - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.

Art. 6º - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.

Art. 7º - Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nela existam.

Art. 8º - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.

Art. 9º - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.

Art. 10º - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo o mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.

Art. 11 – O direito de propriedade é garantido em toda plenitude.

Art. 12 – Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.

(ass.) O Barão de Caxias.

Relação das concessões feitas aos rebeldes farroupilhas

1 – Anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião.

2 – Isenção de serviço militar e de Guarda Nacional para todos os indivíduos que tenham servido no exército da rebelião.

3 – Gozarem os chefes rebeldes das honras de seus postos.

4 – Pertencerem os escravos que serviram como soldados da República ao Estado, que os indenizará aos seus antigos senhores.

Instruções reservadas ao Barão de Caxias dadas pelo Governo Central

1º - No caso em que os rebeldes continuem a manifestar desejos de depor as armas, o General-em-Chefe poderá admitir essa manifestação de desejos, mas somente por meio de petição assinada pelos principais Chefes, dirigidas a Sua Majestade, o Imperador, e concebidas em termos respeitosos, que nada ofendam ao decoro da Nação e aos princípios fundamentais da lei do Estado.

2º - O General-em-Chefe é autorizado a deferir imediatamente em nome de Sua Majestade, o Imperador, a qualquer petição que lhe for apresentada pelos Chefes rebeldes para o fim e nos termos indicados no artigo antecedente, e publicará em seguida o Decreto Imperial que nesta ocasião se lhe remete pelo Ministro da Justiça, concedendo ampla Anistia a todos os comprometidos na luta da rebelião, ao qual fará dar a maior publicidade nas diferentes povoações da Província.

3º - Todos os indivíduos pertencentes às forças rebeldes, que nelas ocupem postos de Oficiais, serão dispensados indefinidamente do serviço tanto de Linha como da Guarda Nacional, o que será declarado em Ordem do Dia do Exército, mencionando os nomes de tais indivíduos, sem publicar todavia que essa dispensa se dá por serem eles Oficiais. O General-em-Chefe exigirá informações dos Chefes rebeldes sobre os indivíduos em quem concorrer a circunstância indicada, fazendo deles três relações das quais duas serão remetidas, uma à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, outra à da Justiça, e a terceira ficará guardada no Arquivo da Província.

4º - O General-em-Chefe poderá entregar a cada um dos indivíduos de que trata o artigo antecedente declaração por escrito da dispensa do serviço de Linha e da Guarda Nacional, mas isto unicamente no que em que julgue esta medida indispensável, quer para conseguir a pacificação, quer para acautelar abusos.

5º - Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentados serão remetidos para esta Corte, à disposição do Governo Imperial, que lhes dará conveniente destino.

6º - Todas as mais praças das ditas forças serão mandadas retirar para suas casas, e aquelas que voluntariamente quiserem servir no Exército poderão ser admitidas, se o General-em-Chefe o julgar conveniente, distribuindo-as pelos diferentes Corpos.

7º - O General-em-Chefe não deferirá a petição de reconhecimento da dívida contraída pelos rebeldes, quando porém, apareçam estorvos à terminação da guerra por embaraços pecuniários da parte dos rebeldes, o mesmo General-em-Chefe é autorizado para

remover esses embaraços a dispender das quantias destinadas às despesas gerais da Guerra, até a quantia de trezentos contos de réis. Esta disposição só terá lugar depois da Anistia, e de depostas as Armas rebeldes e finalmente quando o General-em-Chefe, em sua discricção, entender que há suficiente garantia para que seja eficaz o emprego da medida. O General-em-Chefe que dirigirá está operação velará que ela seja concluída de modo que não possa haver reclamação alguma para o futuro.

8º - Na ordem do Dia do Exército se declarará que os Officiaes anistiados que tinham postos legais de 1ª ou 2ª Linha, ou da Guarda Nacional, antes da rebelião, ficam em consequência da Anistia restituídos ao gozo das prerrogativas e direitos Militares inerentes a esses postos.

9º - O General-em-Chefe fará constar que o Governo Imperial dará as providências necessárias para a revalidação das dispensas e licenças concedidas pelo Vigário Capitular de nomeação dos rebeldes, depois de lhe haverem sido cassadas as faculdades outorgadas pelo Diocesano, por ser esta medida necessária para a tranquilidade das consciências e a paz das famílias.

10º - O General-em-Chefe procurará que os principais Chefes rebeldes, por própria garantia e a bem da futura tranquilidade da Província, se retirem dela, para qualquer parte de sua livre escolha, dentro ou fora do Império, não sendo para Estados limítrofes; e somente deixará de insistir sobre esta determinação quando ver que do seu cumprimento resulte a impossibilidade da pacificação.

11º - Depois de cumpridas as disposições dos Artigos antecedentes o General-em-Chefe fará o Exército Imperial tomar posição tanto na fronteira, como nos pontos interiores que julgar mais adequados, e de tudo dará parte ao Governo, de quem esperará as convenientes ordens.

Anexo II⁷¹⁴

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 1861.

Apontamentos dados por Sua Majestade O Imperador ao Presidente do Conselho de Ministros, sobre a marcha administrativa e política do atual Gabinete, antes e depois da modificação.

A política interna deve ser enérgica e moderada, aproveitando-se o concurso de todos os que lealmente quiserem prestá-lo. O princípio da autoridade tem se enfraquecido e urge fortalecê-lo pela fiel execução das leis. As províncias devem ser atendidas em suas justas reclamações, a convém sobretudo que se dê adiantamento a seus meios de comunicação, tanto quanto permitirem os recursos financeiros do Estado, cujas despesas devem ser reduzidas menos no que disser respeito à criação e desenvolvimento de fontes da riqueza pública. O funcionalismo e suas despesas acarretam muita odiosidade ao Governo, e cumpre reduzi-lo para mesmo pagá-lo melhor, diminuindo as acumulações. A dependência neste ponto das províncias para com a Corte não pode continuar como está, e para que elas tenham a devida liberdade de ação é preciso fazer melhor divisão entre rendas gerais, provinciais e municipais, reorganizando ao mesmo tempo de modo profícuo as câmaras municipais. A falta de tirocínio e permanência dos presidentes na administração das províncias também tem concorrido, principalmente por suscitar neles interesses eleitorais, para o muito lento progresso das províncias, tornando-se portanto necessário criar a carreira administrativa. A colonização também é das maiores necessidades do Império, convindo sobretudo cuidar do progresso dos núcleos coloniais existentes estabelecidos sob o princípio da propriedade das terras, e fundação de novos perto das povoações, e à margem de estradas ou rios navegáveis. Para esse fim devem-se adotar princípios liberais, cumprindo que se torne lei o projeto sobre casamentos entre pessoas, que não professem a religião do Estado, e mistos. Para povoar as margens do Amazonas dever-se-ão chamar de preferência colonos nacionais e portugueses, reclamando esta parte do Império o maior desvelo da parte do Governo.

⁷¹⁴ PEDRO II, *Apontamentos dados por Sua Majestade O Imperador ao Presidente do Conselho de Ministros, sobre a marcha administrativa e política do atual Gabinete, antes e depois da modificação.* AHI, Lata 317, Maço 4.

Não convém lançar mão senão dos impostos indispensáveis para cobrir o déficit depois de reduzidas, quanto for possível, as despesas; pois toda a prudência é para em tal assunto.

Deve-se persistir no sistema financeiro adotado, atendendo às reclamações que forem fundadas em razão. A verificação de poderes da nova câmara há de dar lugar a discussões calorosas e talvez motins e para que o Governo melhor mantenha a ordem com toda a superioridade que lhe compete, é preciso que ele procure evitar as exclusões injustas, interessando a maioria, que o apoie na sustentação de princípios, que a todos na realidade por fim aproveitam, ainda que momentaneamente contrariem pretensões caprichosas.

A criação de uma folha oficial, que defenda o princípio da autoridade, que é imutável, e os que dirigirem qualquer Governo, assim como os atos deste torna-se cada dia mais necessária, cumprindo que sua linguagem não desminta o fim de sua fundação, que é a manutenção do princípio da autoridade representante da justiça e da moderação.

Sobre as leis mais precisas já me expliquei em escritos análogos, e apenas tornarei a lembrar a de recrutamento como de grande alcance político, convindo conciliar quanto antes os interesses do exército com os da Guarda Nacional.

Quanto às relações entre mim e o ministério já disse o que penso nos referidos escritos; mas ainda insistirei sobre a necessidade de que todos os negócios de interesse geral sejam tratados em conferência antes de virem à minha presença, e de que se guarde segredo a respeito de qualquer decisão até que não possa deixar de ser divulgada, não me devendo, alvo caso muito urgente, ser apresentado qualquer ato para assinar sem que previamente haja eu manifestado minha opinião e o ministério tomado sua resolução. Também já expendi nos outros escritos o meu parecer relativamente aos atos do poder moderador; mas para maior clareza acrescentarei que apenas falei segundo o direito existente e que se os ministros não têm responsabilidade legal por esses atos não são todavia forçados a ficar no ministério quando entendam pedir sua demissão por causa deles, nem portanto desobrigados de defender tais atos quando censurados.

Quanto à política externa entendo que só nos convém por ora a de abstenção nos negócios do Rio da Prata, tornando-nos fortes nas províncias do Rio Grande e de Mato Grosso para defender legítimos interesses quando ofendidos.

Estas são minhas ideias principais sobre a política e a administração; mas reconheço que os nossos males provêm sobretudo dos que devem realizar as melhores

concepções, esperando que a experiência nos tenha desvendado os olhos para ver que as melhores políticas e administração são as que, com moderação, seguem a justiça em toda a acepção da palavra. Enquanto interesses, que não sejam unicamente os do bem público, influírem tanto, principalmente sobre os que formam a administração, tudo continuará mais ou menos como até agora, e talvez só depois de acerbas provações procederemos com verdadeira contrição. Se manifesto, sempre que me parece de utilidade o meu modo de pensar, é porque desejo ouvir conselhos, ninguém desejando saber mais do que eu qual caminho direito que se deve trilhar.

O ministério depois da sua modificação deve ainda mais caprichar na execução de seu programa, revelando em todos os seus atos que governa por si.

As ideias em geral dos novos ministros são as minhas, e, recordando o que se acha já por mim escrito, insistirei de novo na economia a respeito dos vencimentos, parecendo-me justo e político o projeto sobre acumulações de vencimentos que reviveu na Câmara dos Deputados, feitas as convenientes emendas.

Cumpra-se à risca o programa de justiça em toda a acepção da palavra e a oposição só poderá concorrer para o bem da nação, desaparecendo qualquer pretexto para combater uma oligarquia.

As diversas fontes de riqueza pública devem ser cuidadas com a maior dedicação, só se podendo criar a confiança pública por meio de atos repetidos do Governo, que tenham aquele fim.

A imprensa oposicionista há de necessariamente tomar calor, e o Governo deve estar preparado para responder-lhe, no sentido que já expus n'outro escrito. É preciso firmar os princípios que se julgam bons por todos os meios legais.

Cumpra-se que todos os ministros combinem nos princípios, e medidas principais que caracterizem a marcha governativa.

Está conforme.

Marquês de Caxias

Presidente do Conselho.

Fontes e Referências bibliográficas

Fontes documentais:

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Rio de Janeiro. Lata 317, maço 4; Lata 327, maço 1, maço 2; Lata 324, maço 3.

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) – Hemeroteca. Disponível em < <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx> >. Acesso em 03 de novembro de 2016.

BRASIL, *Constituição de 1824*. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1737> >. Acesso em 28 de setembro de 2017.

BRASIL. *Anais do Senado do Império. 1823-1888*. Disponível em < http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp >. Acesso em 25 de outubro de 2016.

BRASIL. *Atas do Conselho de Estado*. Disponível em < https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtadoConselhoDeEstado.asp >. Acesso em 4 de setembro de 2018.

BRASIL. Conselho de Estado. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros*. Brasília: Câmara dos Deputados e FUNAG, 1978; 1981; 2005-2009.

BRASIL. *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BRASIL. *Mensagens dos Presidentes de Província do Império: 1830 a 1930*. Disponível em < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial> >. Acesso em 25 de outubro de 2016.

BRASIL. *Relatórios Ministeriais. 1821-1960*. Disponível em < <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial> >. Acesso em 25 de outubro de 2016.

BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1862. Disponível em < <http://ddsnext.crl.edu/titles/105#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-355%2C3807%2C2686> >. Acesso em 3 de julho de 2018.

BRASIL, Ministério da Guerra. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio

de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1863. Disponível em < <http://ddsnext.crl.edu/titles/143#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-214%2C-171%2C4266%2C3009> >. Acesso em 3 de julho de 2018.

BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1867. Disponível em < <http://ddsnext.crl.edu/titles/105#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-355%2C3807%2C2686> >. Acesso em 29 de setembro de 2018.

BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1868. Disponível em < <http://ddsnext.crl.edu/titles/105#c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-355%2C3807%2C2686> >. Acesso em 29 de setembro de 2018.

BRASIL, Repartição dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência trocada entre o Governo Imperial e o da República Argentina relativa aos tratados celebrados entre o Brasil e a República do Paraguay*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1872.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Department of State - *Message of the President of the United States to the two houses of Congress - Papers relating to the foreign relations of the United States*. Disponível em < <http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=browse&scope=FRUS.FRUS1> >. Acesso em 25 de outubro de 2016.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Department of State - *Message of the President of the United States to the two houses of Congress at the commencement of the third session of the thirty-seventh congress - Papers relating to the foreign relations of the United States*. 1862. Disponível em < <http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS/FRUS-idx?type=article&did=FRUS.FRUS1862v01.i0004&id=FRUS.FRUS1862v01&isize=M> >. Acesso em 04 de julho de 2018.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do. *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. FRANCO, Alvaro da Costa (org.). Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

Fontes bibliográficas:

ALENCAR, José. *O marquez de Caxias*. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve, 1867. Disponível em: <

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or308120/or308120.pdf

>. Acesso em 25 de junho de 2017.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1970 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALSINA JR., João Paulo Soares. *A esfinge e o tridente: Rio Branco, Grande Estratégia e o Programa de Reparcelamento Naval (1904-1910) na Primeira República*. Tese de doutorado em Relações Internacionais – Universidade de Brasília, 2014.

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos; BARROS; Alfredo Solano de; VALLE, Heitor Lobato. *O Exército na medalhística*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos – conflito e integração na América do Sul: da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. *A Missão Paranhos ao Rio da Prata (1864-1865): diplomacia e política na eclosão da Guerra do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2010.

BARROSO, Gustavo. *O centauro dos pampas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

BARROSO, Gustavo. *História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1935.

BARROSO, Gustavo. *O Brasil em face do prata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BASILE, Marcello Otávio N. de C. *O Império Brasileiro: panorama político*. In: LINHARES, Maria Yedda (org). *História geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. pp. 188-301.

BEACH, Derek. *Process-tracing methods in Social Science*. In: *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. 2017. Disponível em <

<http://politics.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190228637.001.0001/acrefore-9780190228637-e-176> >. Acesso em 24 de outubro de 2018.

BEIGUELMAN, Paula. *O encaminhamento político do problema da escravidão do Império*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 226-259.

BETHEL, Leslie; CARVALHO, José Murilo de. *O Brasil da independência a meados do século XIX*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Volume III. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 2009. pp. 695-769.

BOULANGER, Louis-Alexis, *Assembléia Geral Legislativa. 9ª Legislatura. Retratos desenhados e publicados por Luiz Aleixo Boulanger, mestre de Escrita e Geografia da Família Imperial*. 2 Vol. Rio de Janeiro: s/e, 1853. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182906> >. Acesso em 1º de outubro de 2018.

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUZAN, Barry, WEAVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAGGIANI, Ivo. *Davi Canabarro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAMPOS, Joaquim Pinto de. *Vida do grande cidadão brasileiro: Luiz Alves de Lima e Silva. Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. Edição de 1878 disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518639> >. Acesso em 18 de junho de 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Rio Grande do Sul e Santa Catarina*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 538-576.

CARR, Edward H. *O que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Ed. 1982.

- CARTER, John Marshall. *Prosopography as a teaching tool: understanding the essence of power*. In: *The Clearing House*, Vol. 58, n.º. 1, Taylor & Francis, Ltd. Sep., 1984, pp. 14-17.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.
- CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. *Dom Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.
- CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.
- CARVALHO, Maria Cecilia M. de (org). *Construindo o saber: técnicas de metodologia científica*. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTRO, Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana: 1831-1840*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 4, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 19-84.
- CASTRO, Paulo Pereira de. *Política e administração de 1840 a 1848*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 4, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. pp. 579-615.
- CERQUEIRA LEITE, Beatriz Westin de. *O Senado nos anos finais do Império (1870-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del litoral: economía y sociedad em la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Mexico – Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1991.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la Nación Argentina*. Villa Ballester: Compañia Editora Espasa Calpe, 1997.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CORTES, Fabricio Azevedo. *A imprensa satírica e as várias faces de Caxias na Guerra do Paraguai 1866-1869*. Dissertação de mestrado. Departamento de História, PPG em História, Universidade de Brasília, 2017.

COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

COSTA, Sergio Corrêa da. *As Quatro Coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

COSTA, Virgílio Pereira da Silva. *Duque de Caxias*. São Paulo: Editora Três, 2001.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A fundação de um império liberal*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 153-202.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A fundação de um império liberal: Primeiro Reinado, reação e revolução*. In: *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. pp. 432-459.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Alameda, 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva, *Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX*. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. pp. 167-237.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *General Osório: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

DUROSSELE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. *Progress in international relations theory: appraising the field*. Cambridge: MIT Press, 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FELDE, Alberto Zum, *Proceso Histórico del Uruguay*. Montevideu: Maximino Garcia Editor, 1919. Disponível em <
http://www.autoresdeluruguay.uy/biblioteca/Alberto_Zum_Felde/lib/exe/fetch.php?media=zum_-_proceso_historico_del_uruguay_red_.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2018

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 27ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

GRAHAM, Richard, *Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863: "A Questão Christie"*. Revista de Historia da USP v. 24 n. 49 e n. 50, pp. 117-138; 379-402, 1962. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121593/118496> > e < <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/121625> >. Acesso em 05 de julho de 2018.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002. Disponível em < <https://poavive.files.wordpress.com/2010/09/aspectos-da-guerra-dos-farrapos.pdf> >. Acesso em 14 de julho de 2017.

HAYES, Robert A. *Luiz Alves de Lima: Brazil's iron Duke of Caxias*. Bloomington: Xlibris, 2001.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Volumes 1 a 7. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A herança colonial – sua desagregação*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 3. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp: 13-47.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *O fim do segundo "Quinquênio Liberal"*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 124-156.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *A marcha da ideia de emancipação*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 159-170.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Fratura e crise*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 7, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 176-205.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de história do Império*. NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IGLESIAS, Francisco. *Vida política, 1848-1868*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 5. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 17-139.

IGLESIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JAN, Dumolyn; KOENRAAD, Verboven; MYRIAM, Carlier. *A short manual to the art of prosopography*. In: KEATS-ROHAN K.S.B (ed.) *Prosopography Approaches and Applications. A Handbook*. Oxford, Unit for Prosopographical Research (Linacre College), 2007, pp.35-69.

KEITH, Henry H., EDWARDS, S.F.. *Conflict & Continuity in Brazilian Society*. Columbia: University of South Carolina Press, 1969.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional – Teoria e Política*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITMAN, Spencer. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEVY, Jack S. *Explaining Events and Developing Theories: History, Political Science, and the Analysis of International Relations*. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. *Bridges and Boundaries – Historians, Political Scientists and the Study of International Relations*. Massachusetts: The MIT Press, 2001.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA E SILVA, Luiz Manoel de. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

LYNCH, John. *As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Volume III. São Paulo: Edusp, Brasília: FUNAG, 2009. pp. 625- 692.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the state, and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LOBELL, Steven E. *Threat assessment, the state, and foreign policy: a neoclassical realist model*. In: LOBELL, Steven E.; RIPSAN, Norrin M.; TALIAFERRO, Jeffrey W. *Neoclassical Realism, the state, and foreign policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

LUZ, Nícia Vilela. *As tentativas de industrialização no Brasil*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 6, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 38-53.

LYNCH, Christian Edward Cyrill. *Monarquia sem depotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LYRA, Tavares. *Instituições políticas do Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora UNESP: Ed Moderna, 1997.

MANCHESTER, Alan Krebs. *A preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império: Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961. Disponível em < <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/246/um-jornalista-do-imperio> >. Acesso em 13 de janeiro de 2018.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELO, Américo Brasiliense de Almeida e. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1979.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2013.

MIRANDA, Nilmário. *Teófilo Ottoni: a República e a utopia do Mucuri*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2007.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil*. 1º. Volume. São Paulo: Brasiliense, 1936. Disponível em: < <http://brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-1-vol/pagina/5/texto> >. Acesso em 23 de julho de 2017.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MONTEIRO, Lorena. *Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História*. Sociedade e Cultura. Vol.12, nº. 1, jan./jun. Goiânia: 2009. pp. 25-32.

MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Gabinete Caxias e a anistia aos bispos na questão religiosa*. Rio de Janeiro: Briguet & Cia, 1930.

MORAES, Eugênio Vilhena de. *O Duque de ferro: novos aspectos da figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

MOSSÉ, Benjamin. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo Barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2015.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 20 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania na província do Rio Grande do Sul – segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. PPGH, São Leopoldo, RS, 2012. Disponível em: < <http://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2982/00000177.pdf?sequence=2&isAllowed=y> >. Acesso em 15 de julho de 2017.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897.

ORICO, Osvaldo. *O condestável do Império*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

OSORIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & filhos, 1894, Vol 1.

OSORIO, Fernando Luis; OSORIO, Joaquim Luis. *História do General Osório*. Pelotas: Diário Popular editora, 1915, Vol 2.

PADOIN, Maria Medianeira; PEREIRA, Alessandro de Almeida. *Os conceitos de República na Revolução Farroupilha (1835-1845) no contexto do processo de construção dos Estados nacionais e da nação na região fronteira platina*. In: NOVALES, Ana Frega. et al. Orgs. *História Regiões e Fronteiras*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012. pp. 149-163.

PANTALEÃO, Olga; CAMPOS, Pedro Moacyr. *O reconhecimento do Império*. In: *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 377-430.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca de identidade internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAULA, Eurípedes Simões de. *A organização do Exército Brasileiro*. In: *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 3, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 301-314.

PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias: nume tutelar da nacionalidade*. Rio de Janeiro: Edico, 1973.

PEREIRA, Luciano Belo. *Ensaio histórico e genealógico: José Rosa Bello e Maria Augusta Bello*. Uberlândia: Aline editora artes gráficas ltda, 2010.

PINHO, Wanderley. *Caxias senador*. Separata da Revista Militar Brasileira, n 3, vol. XXXV, de 25 de agosto de 1936. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

PINHO, Wanderley. *Política e políticos no Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

PINTO, Sérgio Murillo Lima da Silva. *Exército e política no Brasil: origens e transformação das intervenções militares (1831-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RAMOS, R. Antônio. *O reconhecimento da Independência do Paraguai pelo Brasil*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 228. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955. Disponível em < https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsTENoOU96U1lscGM/view >. Acesso em 14 de julho de 2018.

REIS, Arthur César Ferreira. *A província do Rio de Janeiro e o município neutro*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 359-402.

REIS, Arthur César Ferreira. *O Grão-Pará e o Maranhão*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 4. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. pp. 87-200.

RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: unificação das Ciências Culturais e Sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RIO BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro: A Noite, 1940.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco I: Questões de limites República Argentina*. Brasília: FUNAG, 2012.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco III: Questões de limites Guiana Francesa primeira memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco IV: Questões de limites Guiana Francesa segunda memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

ROSE, Gideon. *Neoclassical realism and theories of foreign policy*. World Politics, Vol. 51, n 1 (October, 1998), pp. 144-172.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SAMPERE, Antonio Cuyas y. *Apuntes históricos sobre la província de Entre Rios en la República Argentina*. Mataró, Espanha: Establecimiento tipográfico de Feliciano Horta, 1889.

SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/224771581_Bases_do_autoritarismo_brasileiro >. Acesso em 10 de julho de 2017.

SCHWELLER, Randal L. *Unanswered threats: political constraints on the balance of power*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

SERRA, Astolfo. *Caxias e o seu governo civil na província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943.

SERRA, Astolfo. *A Balaiada*. São Luís: Instituto Geia, 2008.

SEVERO, José Antônio. *Rios de sangue*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEVERO, José Antônio. *Cinzas do sul*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SHAW, Malcolm N. *International Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. pp. 446-451.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado atlântico: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, Bento Gonçalves da. *Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense em nome de seus constituintes*. Piratini: 1838. Disponível em < www.gremiodoprata.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/08/Manifesto_Bento.pdf >. Acesso em 25 de fevereiro de 2018.

SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SILVA, Manoel de Lima. *Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

SINNREICH, Richard H. (ed). *The Past as Prologue: the importance of history to the military profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

SISSON, Sebastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. 2 Vols. Brasília: Senado Federal, 1999. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1027> >. Acesso em 1º de outubro de 2018.

SOARES DE SOUZA, José Antônio. *O Brasil e o Rio da Prata de 1828 à queda de Rosas*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. (org.) *História geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, volume 5, 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 140-161.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA JÚNIOR, Antônio de. *Guerra do Paraguai*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol 6. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp. 349-366.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Caxias na memória biográfica: a construção de uma heroicidade moderna*. In: Revista Varia História, Belo Horizonte, nº 24, jan/01, p. 210-227.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, José Antônio Soares de. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

SPALDING, Walter. *A epopeia Farrroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963.

SPALDING, Walter. *A administração de Caxias no Rio Grande do Sul*. In: RIHGB. Nº 262. jan-mar, 1964. pp 262-279. Disponível em < <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword285=262&moduleId=150&Itemid=174> >. Acesso em 03 de novembro de 2016.

SPALDING, Walter. *Caxias e o Rio Grande do Sul*. In: RIHGB. N° 285. out-dez, 1969. Disponível em < <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword285=262&moduleId=150&Itemid=174> >. Acesso em 03 de novembro de 2016.

TEIXEIRA SOARES, Alvaro. *A diplomacia do Império no Rio da Prata (até 1865)*. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda, 1955.

TINOCO, Brigido. *As duas paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Disponível em < <http://www.brasiliana.com.br/obras/os-construtores-do-imperio-ideais-e-lutas-do-partido-conservador/preambulo/3/texto> >. Acesso em 27 de outubro de 2018.

TORRES, Miguel Gustavo de Paiva. *O Visconde do Uruguai e sua ação diplomática para a consolidação da política externa do Império*. Brasília: FUNAG, 2011.

TUCHMAN, Barbara W. *A prática da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympo / Biblioteca do Exército Editora, 1995.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, *História da Independência do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2010.

VASCONCELOS, Barão de; VASCONCELOS, Barão Smith de. *Arquivo nobiliarchico brasileiro*. Lausanne: Imprimiere La Concorde, 1917. Disponível em < <https://ia801407.us.archive.org/24/items/archivonobiliarc00vascuoft/archivonobiliarc00vascuoft.pdf> >. Acesso em 13 de julho de 2017.

VASCONCELOS, Zacarias de Góis e. *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). São Paulo: Editora 34, 2002.

VIANNA, Oliveira. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2010.

VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T.A. Queiroz, editor, 1991.

WAEVER, Ole. *The rise and fall of the inter-paradigm debate*. In SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

WRIGHT, John D. *História da Guerra Civil Americana*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2008.

YEGROS, Ricardo Scavone. *História das relações internacionais do Paraguai*. Brasília: FUNAG, 2013.

ZIGOTTO, Giovanni. *Estudo crítico da história do Rio Grande do Sul. Parte 13*.

Disponível em <

https://www.clarindopampa.com.br/cp/index.php?option=com_content&view=article&id=34:estudo-critico-da-historia-do-rio-grande-do-sul-parte-13-por-giovanni-zigotto&catid=2:blog&Itemid=5>. Acesso em 31 de outubro de 2018.